This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

A 810,074

PROPERTY OF THE
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Portuenses illustres

TOMO III

[illegible] e [illegible]presso na TYP. PROGRESSO,
[illegible] Augusto da Silva & C.ª, Rua Nova
[illegible], 91-PORTO.

Sampaio, José Teixeira de

BRUNO

Portuenses illustres

TOMO III

PORTO
LIVRARIA MAGALHÃES & MONIZ, EDITORA
11, Largo dos Loyos, 14
1908

3T
1364
.S22

v. 3

585598 176

I

D. José Maria de Sousa Botelho

Da edição monumental dos *Lusiadas*, feita pelo «morgado de Mattheus», possue a Bibliotheca do Porto dois exemplares.

Um d'elles exhibe na guarda o offerecimento: «Ao Ex.mo e R.mo Sn.r D.r D. João de Magalhães Bispo do Porto. D. Joze Maria de Souza». Este exemplar, a pag. 333, tem a palavra *poder*, no primeiro verso da oitava xxx, já correcto, o que não acontece no outro exemplar que a Bibliotheca possue. N'ess'outro está a dita palavra *poder* com o *d* anteposto, *pdoer*, «que faz com que muitos julguem ser outra edição, mas não, foi erro que escapou em alguns exemplares e depois emendado». Assim o cartão da Bibliotheca appenso. Na guarda diz nota d'empregado que o exemplar tem o Supplemento e o mesmo empregado (Lima Calheiros) registra que foi vendido um exemplar por cem mil

reis no leilão da livraria de José de Almeida Campos, filho, no dia 9 d'Abril de 1898.

O outro exemplar não tem, com effeito, o *Supplemento* (pag. 415 a 10 (424), fl. 105-107, Paris, Junho de 1818). Mas na guarda tem collado o seguinte officio de remessa, todo do punho do signatario:

REVERENDISSIMO SENHOR

Tendo procurado com todo o disvelo e zelo, que cabiam em mim, dar á luz huma edição correcta e nitida do Poema nacional de Luis de Camões, e erigir assim hum monumento a este grande Homem e á Patria, que elle tanto amou e illustrou, julguei de obrigação fazer a respeitosa offerta de hum exemplar desta edição (que não será posta em venda) á illustre Congregação que V. R.ma rege, e que se distingue pelo seu amor e cultura das Lettras, e pela munificencia com que abre ao publico a sua Bibliotheca.

Queira V. R.ma faze-lo acceito á sua Communidade e obter-lhe hum logar na sua preciosa collecção; honra que prezarei por extremo, e que será a minha melhor recompensa.

D.s G.de a V. R.ma dilatados annos. Paris 31 d'Agosto 1817.

R.mo Sn.r D. Prior Geral da Congregação dos Conegos Regrantes de S. Agostinho, e Cancellario da Universidade.

De Vossa Reverendissima
Maior Ven.or e fiel C.ro
D. Joze Maria de Souza.

P. S.

Os livros *cartonnés* são aqui preferidos aos encadernados; mas no caso de os quererem mudar, roga-se de os encadernar conforme o modelo deposto na Bibl. Real, sem consentir que os batam com o martello.

*

E porque de D. José Maria de Sousa aqui nos estejamos lembrando, azado logar para da Bibliotheca do Porto nos lembrarmos.

Com effeito, d'um portuense, e portuense illustre por benemerencia litteraria e artistica, dimanou a primeira idéa da creação d'uma livraria publica na segunda cidade do reino; pois, havendo os lentes da Academia Real de Marinha e Commercio do Porto, João Baptista Ribeiro e Raymundo Joaquim da Costa, escripto para Paris em 1818 uma carta ao Morgado de Mattheus, D. José Maria de Sousa, louvando o modo por que elle se desvelara em elevar um monumento á memoria do poeta immortal da nacionalidade, de Paris em 22 de setembro do mesmo anno lhes respondeu, captivadamente agradecido, o preclaro editor, que apenas acabada sua edição lhes declara que um dos seus primeiros cuidados fôra indagar se no Porto existia uma Bibliotheca Publica, para fazer-lhe a offerta devida e pedir-lhe depositasse o exemplar, que era sua mente remetter-lhe, na sua collecção. Mas não sem magoa soubera que o Porto carecia de um similhante estabelecimento; observou então que este objecto não pode ser esquecido e addita que se persuade que, se a Academia, a cujo corpo docente pertenciam os destinatarios da sua carta, fizesse a proposição á Camara, esta não deixaria de empe-

nhar-se em promover uma fundação tam util, terminando por consignar o desejo de que a um portuense desculpada fôsse a expressão dos votos que acabara de exarar.

Não se esqueceu João Baptista Ribeiro do honroso encargo moral que, por assim dizer, lhe commettera o Morgado de Mattheus, antes d'elle se lembrou em momento que lhe pareceu azado e propicio, por isso que durante o heroico cerco do Porto e em uma das entrevistas em que por vezes se encontrara com o duque de Bragança, aconteceu ter elle occasião de submetter á leitura do Imperador aquella carta que o insigne promotor da luxuosa edição Camoneana de Paris, em 1818, lhe dirigira a elle e ao seu collega, lente de gravura, Raymundo Joaquim da Costa, e na qual o dedicado patriota lembrava a creação de uma Bibliotheca Publica no Porto.

Alguns dias depois, durante os quaes João Baptista Ribeiro se encarregou de sondar e preparar a opinião dos que então geriam os negocios do municipio, appareceu, na data do primeiro anniversario da entrada do exercito liberal no Porto, o decreto instituidor da bibliotheca publica portuense. Esse decreto é referendado pelo ministro do reino, Candido José Xavier; seu art. 4.º determinava que a livraria publica do Porto seria instituida na casa que servia de hospicio dos religiosos de Santo Antonio de Val de Piedade, sita na Praça da Cordoaria, edificio acanhadissimo onde se estabeleceu

ao depois a «Roda dos Expostos». Para ahi se mandou recolher as livrarias das ordens religiosas, e na casa da viuva Carneiro, alquilador, onde funccionava o «Correio Geral», as livrarias sequestradas pertencentes aos diversos cidadãos de opinião absolutista que, tendo-se ausentado do Porto durante o cerco, fôram considerados proscriptos, ficando ainda assim a maior d'essas livrarias no local onde se encontrava, a do Paço Episcopal, por ser propriedade do bispo D. João de Magalhães e Avellar, que tambem se tinha ausentado da cidade. O bibliothecario Eduardo Allen dá nota que estas livrarias particulares fôram ao depois todas pagas a seus donos: a do bispo, avaliada em vinte e quatro contos de reis por Alexandre Herculano e outro perito, paga pelo Estado, bem como a de Alexandre Garrett e as de alguns outros; pela Camara, poucos annos havia á data em que o rememorava Eduardo Allen, a do visconde de Balsemão.

Ao cabo de algumas hesitações, optou-se por serem todos os livros que formavam a nova Bibliotheca removidos do restricto edificio da Cordoaria, aliás escolhido outrosim para alojar a entidade tambem nova do Tribunal Commercial. Destinou-se-lhes o Paço Episcopal, incorporando-se todos os volumes recolhidos na livraria do bispo e ficando no andar terreo do mesmo paço.

Ahi começou a faina da escolha e collocação dos setenta a oitenta mil volumes que a Bibliotheca

Portuense em seu principio possuia, e já mesmo da sua catalogação se encetou, cuidando com probidade, cumprindo os empregados da casa a laboriosissima tarefa, que durou desde 1835 até 1840.

Entretanto dava-se um conflicto entre a Camara e o prefeito do Douro, Manuel Gonçalves de Miranda, homem de iniciativa e de firmeza — *the right man in the right place*, a caracteristica Allen lh'a applica e attribue, — visto como a Camara preferia para a Bibliotheca o Paço do Bispo, em contra do judicioso alvitre do prefeito, que lhe destinara o edificio onde actualmente ella se encontra, o convento de Santo Antonio da Cidade, sito a S. Lazaro.

Ahi, depois de convenientemente installada, em dous vastos salões, com uma galeria um pouco acima do meio e correndo a todo o comprimento d'elles, forrado tudo de estantes de alto a baixo, se inaugurou a livraria publica portuense no dia 8 de dezembro de 1842, pronunciando, em presença de todas as auctoridades e innumeravel concurso de pessoas das classes illustradas do Porto, o discurso de abertura o segundo bibliothecario João Nogueira Gandra. O ensejo se aproveitou para egualmente inaugurar o retrato, a oleo e corpo inteiro, de D. Pedro, pintado por aquelle João Baptista Ribeiro, então director da Academia de Bellas Artes.

Quando se creara a Bibliotheca, escolheram-se immediatamente para ella seu primeiro e segundo bibliothecario; logo, a 10 de julho, foi nomeado

primeiro bibliothecario Diogo de Goes Lara de Andrade, que fôra redactor da *Gazeta de Lisboa* e que estivera preso, porque, deixando-se illudir pela falsa assignatura do marquez de Loulé, auctorisou a publicação n'aquella folha official do annuncio para a arrematação das bestas que tinham puxado o carro de D. João VI na sua volta de Villa Franca em junho de 1823. Celebre a esse annuncio chama um actual douto inquiridor das antiguidades modernas do Porto e celeberrima resoara, de facto, a coeva retumbancia da audacia tam escandalisante quam perigosa.

No dia 17 foi feita a nomeação do segundo bibliothecario da Bibliotheca do Porto, ao qual no immediato dia 22 de Fevereiro d'esse pelejado anno de 1833 se lhe mandou coadjuvar o bibliothecario mór na assiduidade de effectivo serviço. Era elle um simples soldado do batalhão dos voluntarios da rainha; porém da maneira como se havia portado nas refregas sanguinolentas de anno anterior o commandante da terceira companhia, o capitão José Joaquim Esteves Mosqueira, disse que «teve sempre uma conducta, civil e militar, irreprehensivel e digna do maior elogio, grangeando a devida consideração de todos os seus companheiros de armas pelo distincto e singular comportamento com que se houve em todas as occasiões de fogo, realçando, pela sua bravura e denodado valor, entre os demais». De um homem que assim se assignalava — entre os demais — no batalhão de voluntarios da

rainha, ninguem poderia suppôr (justiceiramente o pondera o illustradissimo investigador portuense) que se afastava das fileiras para escapar aos perigos; mas, se essa suspeição poderia haver, em termos bem precisos a desmente um attestado official, assignado pelo capitão Joaquim Antonio Nogueira, que foi subalterno da 1.ª companhia dos voluntarios e, com referencia a esse voluntario, duas vezes glorioso, pois então pelas armas, ao deante pelas lettras, se expressa n'estes honrosos termos: «Dispensado de todo o serviço, não houve um só fogo nas linhas de defeza em que elle espontaneamente se não unisse á 1.ª companhia, batendo-se com o maior sangue-frio e chamando os seus irmãos á gloria, porque foi sempre um dos primeiros a avançar contra o inimigo».

Este voluntario da rainha chamava-se Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo; e, sobrevindo a revolução de setembro de 1836, por lealismo para com a Carta, que, com o novo juramento exigido á superveniente constituição politica do paiz, elle não quiz perjurar, se exonerou do seu cargo de segundo bibliothecario da Bibliotheca do Porto, como, por identico motivo, se demittiu o primeiro bibliothecario Diogo de Goes Lara de Andrade, que foi substituido por Francisco Velloso da Cruz.

Através das consecutivas fluctuações politicas que marcam o periodo da implantação do systema representativo em Portugal, proseguiu invariavel-

mente prestando seus serviços aos estudiosos a Bibliotheca Publica do Porto, para a qual elaborou um regulamento em 1856 o conde de Samodães (Francisco), regulamento que não logrou a approvação do assiduo leitor na livraria publica portuense, por então, Augusto Soromenho. Verberou-o, no seu estylo aspero, em dois folhetins do *Portugal*, folha absolutista, de que eram redactores o dr. Casimiro de Castro Neves e Luiz Ribeiro de Sottomaior. Em defeza do seu trabalho e replicando ás criticas de Augusto Soromenho, algumas das quaes eram manifestamente improcedentes, acudiu o elaborador do regulamento censurado, retorquindo em outro folhetim do mesmo periodico, no n.º de 27 de novembro do referido anno de 1856, onde consigna que sua mente estivera em que a Bibliotheca não fôsse um gabinete de leitura, porém sim de estudo.

De estudiosos se nobilitou, com effeito, desde logo da sua installação a concorrencia da livraria publica portuense e seria curioso percorrer as laudas dos livros de inscripção dos frequentadores da casa, no fito de apartar os nomes que se assignalaram nas lettras e nas sciencias portuguezas, desde sua abertura em deante. Curiosa seria a comparação das graphias das assignaturas d'aquelles leitores distinctos que, de moços e successivamente, alli quasi sem interrupção se foram instruindo e educando. Surprezas nos dariam as designações das occupações que se reconhecem alguns d'esses

leitores, á medida que avançam na vida, as situações materiaes e moraes mudam, as responsabilidades e as legitimas satisfações da consciencia se substituem ou se fixam. Assim, emquanto Guilherme Braga se nos confessa humildemente como um mero «empregado publico», Pedro de Amorim Vianna constantemente addita ao seu nome a sua qualidade de «professor»; mas o seu antagonista na fé religiosa, começamos por o vêr como «estudante theologico»; depois se nos affirma «jornalista»; finalmente reivindica-se «escriptor»: Camillo Castello Branco.

Visitantes outrosim os tem tido illustres a Bibliotheca Publica do Porto, pela situação social, reis, principes, ministros: o rei D. Pedro V e o rei D. Luiz I, ainda quando duque de Bragança um e duque do Porto o outro, em 2 de maio de 1852; a princeza Augusta de Montléart, em 30 de maio de 1854; em 18 de agosto de 1865, o principe Amadeu de Saboya, proximo e ephemero rei de Hespanha; a 28 de dezembro de 1889, o desthronado imperador do Brazil, que já alli estivera em 1 de março de 1872 com sua esposa Thereza Christina, a qual n'esse borrascoso triste dia de 1899 expirava no *Hotel do Porto*, o marquez de Loulé, o visconde da Carreira, Sebastião Lopes Calheiros de Menezes, Anselmo José Braamcamp, Carlos Bento da Silva, á hora remota em que é ainda o que atrazadamente se subscreve, simples «funccionario».

Na sequencia da ordem por cujo criterio disciplinamos esta exposição, cumpria que reservassemos um pequeno espaço a ser occupado pelos offertantes, que os tem tido a Bibliotheca Publica do Porto, tanto do paiz como de fóra d'elle, desde o quasi portuguez J. Charles d'Almeida, iniciador do *Journal de Physique pure et appliquée*, de Paris, até o benemerito Émile Guimet, fundador na capital franceza do suggestivo museu das religiões que lhe perpetúa o nome; o snr. Guimet fòra um dos visitantes da Bibliotheca do Porto, pela occasião da viagem scientifica que ao norte do paiz emprehenderam alguns dos membros do congresso anthropologico em 1880 effectuado em Lisboa, mercê da iniciativa do illustre geologo nosso portuguez Carlos Ribeiro.

Por fallecimento d'um seu guarda-sala, a Bibliotheca adquiriu uma collecção apreciavel de grammaticas, vocabularios e outros tomos didacticos sobre a lingua arabe; de commentarios e volumes de critica litteraria sobre obras arabicas e traducções d'estas; de historiadores arabes originaes e de livros de historia e geographia da Arabia por auctores modernos; de obras impressas em arabe. Esta collecção proveio do espolio de José Pereira Leite Netto, que falleceu em 1882, na edade de quarenta e quatro annos. Sua viuva, possuidora do manuscripto de um trabalho *(Guia de conversação portuguez-arabe, acompanhada da pronuncia do arabe figurada em caracteres latinos e de notas re-*

lativas á grammatica) que elle deixara inedito, requereu ao governo para mandal-o publicar. Foi ouvida sobre esse requerimento a Academia Real das Sciencias, cujo parecer lhe resultou favoravel; e em presença d'elle mandou o governo que fôsse impressa a *Guia de conversação portuguez-arabe* na Imprensa Nacional, de cujos prelos sahiu, com effeito, a lume em 1902, precedida de uma advertencia redigida pelo Conde de Samodães. Já em 1882, tambem na Imprensa Nacional, em Lisboa, se estampara o *Catalogo das moedas arabes existentes no Museu Nacional Portuense*, descriptas, classificadas e ordenadas pelo referido J. Pereira Leite Netto, a rogo do director do dito Museu, que o era egualmente da Bibliotheca, o hoje egualmente fallecido Eduardo Allen. Este, no fasciculo 2.º do Supplemento geral impresso ao catalogo da Bibliotheca Publica do Porto, contendo as acquisições posteriores á sua fundação, em obras compradas e offertadas, registra a inscripção manuscripta que se encontra no exemplar de offerta do editor das *Noticias archeologicas de Portugal*, pelo dr. Emilio Hübner, traduzidas do allemão e publicadas, em 1871, por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. O editor foi aquelle Augusto Soromenho, e sua inscripção manuscripta diz assim:

A' Bibliotheca Publica do Porto, onde fez os seus primeiros estudos e á qual deve a melhor parte dos seus actuaes conhecimentos.

Como que timbraram em briosa porfia os empregados da livraria publica portuense por proporcionar aos trabalhadores, portuguezes e brazileiros, —sahindo, assim, mesmo já do ambito restricto de sua repartição,—elementos de consulta e subsidios de informe, que facilitassem as buscas e esclarecessem e simplificassem os estudos. A affirmativa patentea-se clara chamando-se a attenção para o relevante serviço prestado por um modesto opusculo, impresso no Porto em 1871 e intitulado *Indice alphabetico dos nomes proprios de familia (appellidos) dos auctores incluidos no Diccionario Bibliographico do snr. Innocencio Francisco da Silva* (Volumes I-VII, e I.º do Supplemento). Este fatigante e proveitosissimo trabalho dá-se, no rosto do folheto, como tão só para uso da Bibliotheca do Porto; porém elle circulou desde a data de sua publicação entre o publico culto de todo o paiz; abre-o uma dedicatoria com que em setembro do anno de 1869 Eduardo Allen Junior o offerece ao honrado e promotor presidente da Camara Municipal do Porto então, Francisco Pinto Bessa, em signal do afervorado seu reconhecimento pela permissão que, no Março preterito, lhe concedera de na livraria publica portuense fazer serviço gratuito de guarda-sala supra-numerario durante a molestia e impedimento de alguns guardas-salas effectivos.

Este *Indice alphabetico* antecede de quinze annos o «Guia» (I e II) que constitue a parte principal do tom. XI, ou IV do Supplemento, do

Diccionario Bibliographico Portuguez, o qual se publicou em 1884; elle contém, de abertura, a tabella dos appellidos, sem a qual a obra de Innocencio é inmanuseavel, redundando esteril tanta fadiga e inutil tanto saber. Segue-se uma Taboa de referencias entre os diversos appellidos dos auctores mencionados n'esse indice, complemento indispensando da faina encetada e que d'est'arte se antolha quasi que completa e perfeita.

Ao auctor do *Diccionario Bibliographico*, Eduardo Allen Junior tributa, na Advertencia final do seu opusculo, vivos e sinceros agradecimentos pela urbanidade e indulgencia com que para com elle se houve Innocencio, cedendo ao seu pedido de licença para emprehender indice similhante e distinguindo-o com uma carta amavel, em que o animava á publicação do seu trabalho, de que o snr. Brito Aranha, diligente e dedicado continuador da obra de Innocencio, deu conta no tom. III do Supplemento, ou seja o primeiro a seu cargo.

Outro trabalho, n'este prestante typo, nos corre a obrigação de attender e registrar (com o louvor que lhe é legitimamente cabido), oriundo da iniciativa e da operosidade d'outro empregado ainda da Bibliotheca Publica do Porto; alludimos ao *Manual bibliographico portuguez*, grosso volume in-4.º, editado em 1878, no Porto, pela livraria Portuense; seu auctor é o fallecido Ricardo Pinto de Mattos, de quem, em abril d'aquelle anno de 1878, dizia o revisor e prefaciador do seu livro: «O snr. Ricardo

Pinto de Mattos exercita o seu emprego na Bibliotheca publica do Porto. Ha annos que lida com livros e com o pensamento na organisação modesta e proveitosa d'este *Manual*. Compulsou de espaço as preciosidades d'aquelle estabelecimento; pouco a pouco, foi avolumando as notas dos seus estudos; e, por vezes, transpondo as balizas de mero informador, colheu uteis noticias de livros extrangeiros, correlativos aos assumptos versados nas obras nacionaes que inventariou». O revisor e prefaciador do *Manual Bibliographico* de Ricardo Pinto de Mattos foi Camillo Castello Branco. Em sua Advertencia, o auctor exara que, na confecção do seu volume, teve presentes muitos dos livros que possue a Bibliotheca Publica do Porto e que os indicou com um asterisco, circumstancia, crê, que aproveitará, de futuro, não só á Bibliotheca mas ainda ao publico em geral.

O publico em geral seguramente que aproveitará tambem com a enumeração que, em seus idoneos catalogos, publicados respectivamente em 1883 e em 1885, lhe forneceu o official guarda-sala Bento Vieira Ferraz de Araujo, para as obras existentes na livraria publica portuense e respeitantes ás secções de mathematica e philosophia, comprehendendo não só os livros do fundo primitivo como os das novas acquisições, em parte effectuadas pelo producto da venda de duplicados, os quaes se aleiloaram em 1867 em hasta publica.

Em 1884 o referido official bacharel Bento Fer-

reira Ferraz de Araujo organisara e publicara uma mui util «Taboa geral methodico-alphabetica» das obras enumeradas nas taboas analyticas dos quatro fasciculos que compoem o primeiro volume do Supplemento Geral (acquisições desde 1841 a 1883) aos catalogos de todas as classes da Bibliotheca Publica do Porto, segundo a classificação adoptada. Das varias especialidades contidas na livraria municipal portuense, catalogos parcellares existem ainda, consoante o de Geographia pelo empregado João d'Almeida Allen; os da Camoneana e Camilliana, pelo conservador José Pedro de Lima Calheiros, etc. A cabo do catalogo especial de Philosophia, seu compendiador poz-lhe como remate, extrahindo-o de Brunet, um indice vantajoso dos nomes alatinados dos logares d'impressão das obras d'esse catalogo, com a sua traducção nos nomes com que modernamente são conhecidos.

Recapitulando, parece não ser temerario o asserto de que amplamente, por em todo o sentido, fôram satisfeitos os votos que com alvoroço patriotico sabemos desde 1818 formulados pelo portuense José Maria de Sousa, Morgado de Mattheus.

Lamentavel coisa fôra que antes 1833 não houvesse tido o Porto uma bibliotheca publica. Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2.º visconde de Balsemão, vendo esta miseria na segunda capital do reino, teve a generosidade de franquear ao publico a sua grande e escolhida livraria, estabelecida no seu palacio da Feira das Caixas ou Praça dos

Ferradores, conforme o relembra, em seus amargos dizeres, o diccionarista Pinho Leal, que explica a seus juvenis leitores que essa Feira das Caixas ou Praça dos Ferradores era, no anno em que elle escrevia — 1876, — a praça de Carlos Alberto e o palacio propriedade estava sendo do visconde da Trindade. Agora trinta e pico annos volvidos, se a praça ainda é de Carlos Alberto, o palacio é que já não é do visconde da Trindade, fallecido de longa data, conde a quando de seu obito, como fallecido é já tambem o 2.º visconde do titulo referido.

Desde 1842 que o publico estudioso ou méramente curioso possue, a S. Lazaro, uma livraria excellente a seu dispôr e onde consultar com abundancia e em todos os generos da applicação mental ou esthetica, scientifica, historica, litteraria e artistica. Lêmos que Camillo Castello-Branco escreveu que alli existem *preciosidades*. Será exaggero? Ou assim passará, de feito?

Assim é. De relance, e a espaços individuadamente, fallar d'essas preciosidades constituirá o particularisado objecto das linhas immediatas.

Ahi nos occuparemos dos incunabulos e paleotypos na livraria publica portuense existentes e d'algumas d'essas bellas especies detidamente tractaremos, tanto quanto nol-o consinta a penuria da propria insufficiencia. Ahi de passagem rememoraremos um lamentavel episodio da historia do estabelecimento, de que elle foi a victima.

Mas d'estas annunciativas linhas não se depre-

henda que a Bibliotheca Publica do Porto seja, tão só e exclusivamente, um repositorio de velharias e raridades, que de nenhum prestimo pratico sirvam ao homem actual, absorvido na sua technica e carecendo, sobretudo, da ajuda litteraria especialisada e profissional. A livraria publica portuense está magnificamente apetrechada com o material positivo necessario ao estudioso e ao trabalhador, tam util redundando, pois, para o commerciante e industrial, para o engenheiro e o medico, como para o jurisperito e para o simples jornalista. Ella é frequentada e aproveitada pelos alumnos das escholas superiores que alli se vão habilitar na licção dos mais modernos e mais completos expositores, ao mesmo tempo que os operarios fabrís alli recorrem aos manuaes, resumos e diccionarios technologicos.

De par e passo na Bibliotheca Publica Portuense existem os monumentos estheticos de todas as litteraturas, nos originaes e nas versões celebres em os idiomas accessiveis da cultura geral; alli se encontram as vastas collecções classicas, como a greco-latina de Firmin-Didot; as encyclopedias afamadas, a britannica, as duas francezas modernas; os grandes historiadores fundamentaes, Michelet, Mommsen, Bancroft; as revistas philosophicas, de philologia, de anthropologia, de archeologia; toda a producção litteraria e scientifica, do Portugal moderno e da Hespanha contemporanea.

Assim, a livraria publica portuense não se con-

fina n'uma zona particularisada; ella serve amplamente todas as urgencias do espirito, desde os debates aridos da economia e da finança, já nos volumes que constituiram a collecção Guillaumin, attinente a publicistas e economistas, acabando nas mais recentes theorias do socialismo marxiano, até ás puras, independentes e abstractas especulações da metaphysica e da moral.

Não soffrem os poetas as durezas platonianas na Bibliotheca Publica do Porto, que, longe de os repudiar, lhes offerece acolhida sympathica; e a estante das novellas contemporaneas, dos estudos criticos, das viagens e das impressões artisticas está preenchida por tudo quanto ha de melhor n'esses varios, delicados e captivantes generos.

Preciosidades opulentam, pois, em todo o typo, a livraria publica portuense. Todavia, o genero a que mais particularmente quiz alludir Camillo Castello-Branco, quando á Bibliotheca Publica do Porto se referiu, será o que mais impressivamente nos affectará em as, como estas, modestas linhas immediatas.

Em 1856, pelos fins do anno, appareceu em successivos folhetins da gazeta que Camillo Castello-Branco viria a capitular de «retrograda», *O Portugal*, uma circumstanciada noticia ácerca de algumas obras raras existentes na Bibliotheca Publica do Porto. Uma d'essas que, a juizo do folhetinista, merecia especial menção era, por sem duvida, o

volume intitulado *Liber chronicarum*, impresso em Nuremberg, em 1493, em folio grande, obra em duas partes dividida, sendo a primeira um compendio de historia e a segunda um compendio de geographia; e Bernardes Branco assignala, a proposito, uma incoherencia notavel de Brunet, doutor maximo aliás em bibliographia.

A 29 de dezembro d'esse anno de 1856, o folhetim accusa no investigador um d'estes desanimos entristecidos a que estão sujeitos com frequencia os homens de lettras. Manuel Bernardes Branco exclama:

> Parecerá talvez inutil o dar uma noticia tam minuciosa das obras existentes na Bibliotheca d'esta cidade, que tam pouco frequentada é!

Porém logo readquire confiança, na justificação que depara para o desprimoroso abandono. Elle explica:

> Um dos motivos da sua pequena frequencia é o ignorarem-se geralmente as obras preciosas que n'ella existem. E quantas pessoas, mesmo das mais dadas á leitura de obras raras, sabem que n'ella teem a *Vita Christi*, o Cataldo, o *Liber Chronicarum*, o *Amadis de Gaula*, a primeira edição de Homero e de Quintiliano, e o celebre *Quinto Curcio* traduzido na lingua valenciana, obra da qual a propria Bibliotheca Real de Paris, apezar de immensas diligencias, não pôde encontrar um exemplar em bom estado, e que n'esta está tam bem conservada que parece nova?

Consequentemente, para que constasse quaes os thesouros litterarios que no Porto havia, tencionava, segundo o exara, Bernardes Branco dar d'elles uma noticia a mais circumstanciada que possivel lhe fôsse; e, com effeito, á hora em que o consignava, já copiosamente havia discorrido do Cataldo Siculo; e no lance promettia tractar em seguida do *Catholicon*, impresso em 1497.

Tractou, com effeito, em 27 de janeiro do immediato anno de 1857, dizendo que, ajudado por João de Meydenbach e Conrado Humery, estabelecera Guttemberg, pouco depois de dissolvida a sociedade que tivera com Fust e Schæffer, outra typopraphia em Moguncia, d'esta nova officina chegando até nossos dias a obra intitulada *Catholicon*, que é uma especie de encyclopedia classica, contendo uma grammatica, uma rhetorica e um diccionario latino, tudo sob o seguinte titulo: *Summa grammaticalis valde notabilis, qua Catholicon nominatur* e nada mais restando de Guttemberg, que, elevado á categoria de nobre pelo eleitor de Moguncia, o qual tambem lhe concedeu uma pensão, abandonou a arte, deixando a typographia aos dois irmãos Bechtermunzse, Spyes e outros, os quaes em 1467 imprimiram em Elfeld o *Vocabularium ex quo*, que é um diccionario latino-allemão. A edição, porém, que existe na Bibliotheca do Porto não pertence ás primeiras, pois que seja a de Veneza de 1497, se bem que, comtudo, é uma não vulgar e mereça, portanto, mencionar-se.

O primeiro dos estudos consagrados por Manuel Bernardes Branco a algumas das obras raras existentes na Bibliotheca Publica do Porto teve por objecto as de Cataldo Siculo, das quaes o unico exemplar que lhe constava existir em Portugal era o que está na livraria publica portuense, infelizmente falto de frontispicio e de duas ou tres folhas no fim, lendo-se na primeira folha o rotulo seguinte: *Cataldi aquile primus ad Emanuelem philosophantissimum portugalie regem: ethiopie maritime et indie*, livro que, além de se tornar digno de muito apreço pela sua raridade, se torna tambem muito apreciavel por ser um monumento do progresso da arte typographica em Portugal.

Na *Miscellanea Litteraria*, revista impressa no Porto em 1860, apparece por Bernardes Branco estudado o volume de Cataldo Siculo, «de que existe — escreve Innocencio — um raro e precioso exemplar na Bibliotheca Portuense», bem como, na categoria dos primeiros monumentos da typographia portugueza, ahi se estudam as primeiras constituições do bispado do Porto, de que o ensaio critico o exhibira já Bernardes Branco outrosim em 1856 no mesmo jornal politico onde eruditamente folhetinisava. No exame das obras de Cataldo Siculo, déra elle a traducção em portuguez da carta que o referido Cataldo escrevera ao rabbi de Napoles para o converter á fé catholica, a qual, se não seja argumentativamente suasoria, é mui interessante como modelo dos improperios com que

na epocha, á má cara, se buscava captar as convicções. Ella se encontra transcripta na verba a Cataldo Siculo dedicada no primeiro volume da compendiosa obra *Portugal e os Extrangeiros*, ulteriormente por Manuel Bernardes Branco começada a dar á estampa em Lisboa em 1879.

Uma é das 17 reproducções no texto em facsimile (n.º 66) que illustram a nova edição (1904) do catalogo de incunabulos, coordenado, em 1897, segundo a ordem alphabetica e seguido d'algumas notas bibliographicas, pelo, hoje fallecido, amanuense da Bibliotheca Publica do Porto Arthur Humberto da Silva Carvalho. As outras respeitam, successivamente, á *Ordo precum*, Lisboa, 1498, de David Abu Derahim; á *Biblia Sacra*, 1479; á *Suma de Arithmetica, Geometria, Proportioni & Proportionalita*, de Fr. Lucas Paccioli de Burgo ou Borgo, Veneza, 1494; á primeira edição rarissima das obras de Julio Cesar, Roma, 1469, sendo curioso o ex-libris (ms.) que diz assim: *Este libro he do Senhor Antonio Mendez a que Eu devo avida;* ás Constituições Sinodaes do Bispado do Porto, ibi, 1496; á *La hystoria de Alexandre per Quinto Curcio, per Luis de Feudlet en lengua valenciana transferida*, Barcelona, 1481; á primeira edição, muito rara, da obra conhecida sob o titulo de *Chronica de Nuremberg*, de Hartmann Schedel, livro que é um dos monumentos mais importantes da xilographia allemã do seculo XV; á edição, outrosim muito rara e que é a primeira traducção latina *(per Lau-*

rentium Valleus) em prosa da *Iliada*, de Homero; á famosissima *Vita Christi*, de Ludolfo de Saxonia, traducção nossa lusitana de fr. Bernardo de Alcobaça, monge cisterciense, cuja descripção no tom. VIII das *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, após acurado confronto, o dito Humberto de Carvalho declara ser mui fielmente conforme com o exemplar existente na Bibliotheca Publica do Porto; á edição rarissima dos *Epigrammas* de Marcial, de Roma, 1473; á bella e mui rara edição das *Vidas dos Varões Illustres* de Plutarcho, Veneza, 1491; á primeira edição (Veneza, 1499) de uma obra assás singular e rara, da qual noticia succinta que se encontra collada no volume da livraria publica portuense diz por este teor: « Todos os bibliographos affirmão que o romance intitulado *Hypnerotomachia*—palavra composta de tres vozes gregas, que querem dizer—Peleja d'amor em sonho, porque effectivamente se descreve um sonho amoroso, é sem duvida a obra mais extravagante e fantasiosa que tem apparecido na Italia, depois do renascimento das letras. *Poliphilo* significa amante de Solia, nome supposto com que o A. quiz encobrir o proprio que era Fr. Francisco Colonna, da Ordem dos Prégadores em Veneza. E' notavel o modo com que pretendeu occultar-se, empregando em cada capitulo uma letra inicial, que depois de juntas formão a divisa seguinte: *Poliam Frater Franciscus Columna peramavit*»; áquella primeira

edição de Quintiliano (*Institutionum oratoriarum ad Victorium Marcellum liber XII*,—Roma, 1470) que, actualmente muito conhecida sob o nome de Campanus, seu editor (*ex recensione Joannis Antonü Campani*), póde ser considerada, frisa-o o catalogador, como uma obra da maior raridade; ás *Regulæ Ordinis S. Benedicti, S. Basilii, S. Augustini, S. Francisci, collectæ et ordinatæ per J. Fr. Brixianum*, Veneza, 1500; á edição, rara e preciosa pela sua antiguidade, que, executada em bellos caracteres gregos ligados e considerada como uma das mais perfeitas das sahidas da typographia dos *Aldos* (Veneza, 1495), é a primeira da mór parte das obras que contém e são de Theocrito, Phocylides, Theognis, Pythagoras, Hesiodo, notadamente; emfim, á primeira edição completa, muito perfeita e de extrema raridade (Roma, 1471), do tractado de Lourenço Valla *De Elegantia Latinæ Linguæ*, tendo o corpo do volume 220 folhas. O numero das verbas da escrupulosa resenha do fallecido Humberto de Carvalho attinge o montante de 206; o catalogo sahiu dos prelos da Imprensa Portugueza; os *facsimiles* executaram-se nas officinas de Marques Abreu & C.ª.

Posto que, na totalidade das obras que formam o seu novo catalogo de 1904, algumas haja das quaes não póde averiguar com exactidão a data, ainda assim o collector as incluiu como no primeiro, de 1897, que não continha senão 165 numeros. Entendeu que, mesmo que ellas não fôssem

impressas até o anno de 1500, limite do periodo que abrange o intuito do seu catalogo, não lhe prejudicariam a indole: não sómente porque a data da sua impressão não poderá ir muito além dos principios do seculo XVI, mas tambem porque alguns bibliographos ainda consideram *incunabulos* todas as obras impressas antes de 1536.

Em 1510 impresso, a retentiva, aqui infiel, de Alexandre Herculano imaginou o exemplar do *Amadis de Gaula*, existente na Bibliotheca do Porto e, n'esse engano, discorreu em Lisboa no tom. II do *Panorama*, a pag. 134. Ao ler esta noticia, em 1857 noticía Pascual de Gayangos que correra immediatamente ao seu amigo marquez de Pidal, que, pela secretaria á sazão a seu cargo, mandou que para o Porto se pedissem as competentes noticias em averiguação d'esse dado bibliographico. Porém o consul hespanhol na cidade do Porto não encontrou na sua Bibliotheca Publica outra edição alguma mais do que a de 1519, da qual remetteu para Madrid uma minuciosa descripção, um *fac-simile* da sua portada gravada e todas quantas noticias se podiam desejar.

Na especie bibliographica de «livros de cavallarias», preciosidade que de Hespanha lhe foi extorquida possuia a Bibliotheca Publica do Porto com possuir um exemplar do *Tirant lo Blanch* (Barcelona, 1497), cuja descripção o referido Humberto de Carvalho copia da *Bibl. Hesp.*, de Gallardo, perfeitamente egual ao volume que na Bibliotheca Publica

do Porto não existe já. A primeira edição d'este livro é de Valencia, de 1490, e ha uma traducção castelhana, de Valladolid, 1511, da qual um exemplar se encontra citado no Catalogo Gaignat, e outro, falto de folhas, se vendeu em Londres em 1854, procedente da livraria de lord Stuart de Rothesay. Da edição de Valencia (1490) conhecem-se tres exemplares: o que pertenceu ao conde de Saceda, descreve Mendez e se conserva hoje em dia no Museu Britannico de Londres; o do collegio da Sapiencia de Roma; e, finalmente, o da Universidade da propria Valencia. Quanto á edição de Barcelona (1497), toma Pascual de Gayangos a descripção resumida que lhe fornece Brunet e frisa que Brunet a exara, *sin citar ejemplar alguno de esta edicion de Barcelona, lo cual no deja de ser extraño, conociendo-se ya tres de la primera.* E Vicente Salvá, na sua *Bibliotheca*, vol. I, pag. XIII, do prologo, fallando dos livros raros, diz, depois de citar o *Tirant lo Blanch*, impresso em Valencia: *Para mi todavia es más rara la edicion de Barcelona, que nunca he visto.*

Esta é a que a Bibliotheca Publica do Porto possuia. Brunet, fallando da edição de 1490, diz ser ella excessivamente rara e a primeira que appareceu com o texto limosino ou catalão d'este celebre romance de cavallaria; o unico exemplar que se apresentara no mercado para vender fòra adquirido por 300 guineos pelo afamado bibliophilo Rich Heber; e no catalogo de Quaritech, novembro de

1900, acha-se marcado um exemplar da mesma edição pelo preço de 500 libras.

O exemplar do *Tirant lo Blanch*, unico conhecido da edição de Barcelona de 1497, foi pedido á Bibliotheca Publica do Porto por portarias do ministerio do reino de 3 de dezembro de 1859 e 5 de janeiro de 1860, dizendo-se n'ellas que, logo que estivesse cumprido o fim para que era reclamado, seria immediatamente devolvido a essa Bibliotheca, para onde aliás nunca mais voltou.

A correspondencia official, trocada entre os varios poderes publicos por occasião da remessa para Lisboa d'aquelle preciosissimo exemplar, bem como os extractos das sessões do parlamento e a opinião dos jornaes concernentemente ao suggestivo facto, já fôra publicada em *Supplemento* á primeira edição do *Catalago das Obras do XV seculo pertencentes á Bibliotheca Publica Municipal do Porto* (1897); porém, como á data esse additamento se encontrasse esgotado, Humberto de Carvalho novamente o deu á estampa, na altura idonea de seus *Incunabulos*, de 1904.

A collecção ajuntada pelo citado Humberto de Carvalho consta de documentos officiaes, extractos de debates parlamentares e artigos dos periodicos em 1860 e 1861. O atado de documentos comprehende officios do chefe da direcção geral de instrucção publica, José Maria d'Abreu, 1.º bibliothecario Anthero Albano da Silveira Pinto e secretario geral do governo civil do districto do Porto, Augusto

Cesar Cau da Costa. Intercala-se chronologicamente uma maliciosa noticia, cheia de sub-entendidos e realçada de equivocos transparentes, cortada do *Jornal do Porto*, de 14 de março de 1860; em nota se appensa o que tambem sobre o assumpto disse Camillo Castello-Branco na sua *Gazeta litteraria do Porto*, de 1868, n.º 16; em segunda nota corrige Humberto de Carvalho o engano de Camillo Castello-Branco, referindo-se este á verba para a edição de Valencia, 1490, consignada no n.º 1:217 do *Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos*, quando queria referir-se ao n.º 1:218, que seja o attinente á edição de Barcelona, 1497, que era a que pertencia á Bibliotheca Publica do Porto.

Logicamente se segue a correspondencia trocada entre o presidente da Camara Municipal do Porto, visconde de Lagoaça, e o 1.º bibliothecario, Silveira Pinto. Na mesma data, o 1.º bibliothecario officia a José Maria d'Abreu, chefe da Direcção Geral de Instrucção Publica, enviando-lhe copia do officio que recebera do presidente da Camara do Porto e bem assim outra da resposta que dera a esse officio, na qual ao visconde de Lagoaça participara que a elle Abreu tudo assim lhe communicaria. No desgosto que promove a leitura das peças officiaes subsequentes, o curioso distrae o tedio d'um momento com o apuro, em replica a uma evasiva, de que constava vagamente que o romance *Tirant lo Blanch*, da marcação L-12-22, pertencera á livraria dos Carmelitas de Villa do Conde.

Em 1867, o vice-presidente da municipalidade portuense, Francisco Pinto Bessa, reclama com urgencia copias authenticas dos documentos e portarias em virtude das quaes foi entregue o livro perdido, pois a Camara Municipal deliberara representar ao governo pedindo a devolução do volume distrahido, havia annos, da Bibliotheca Publica do Porto; esta iniciativa não logrou exito, porém; a obra sonegada, sonegada ficou.

Os documentos parlamentares compoem-se de um extracto da sessão de 28 de março de 1860 da Camara dos Deputados; interpella Alves Martins, depois bispo de Vizeu e ministro d'Estado, responde o ministro do reino, Fontes Pereira de Mello; e intervem José Estevão, corroborando a censura de Alves Martins, ao que retorque ainda Fontes Pereira de Mello, allegando o exemplo de precedentes similares. Vem depois um extracto da sessão de 30 do mesmo mez e anno da Camara dos Pares; apresentou o visconde de Fonte Arcada um requerimento para que pelo ministerio do reino se pedisse ao governo copia da portaria ou ordem expedida por aquelle ministerio para mandar vir da livraria da cidade do Porto a obra rarissima, *Tirant lo Blanch*, e para que se dissesse se este livro precioso já fôra devolvido á referida livraria ou em que mãos parava por então; o visconde de Balsemão rogou-lhe permittisse licença de accrescentar áquelle requerimento que pelo mesmo ministerio se informasse como fôra adquirido pela Bibliotheca aquelle livro. Na mesma

Camara, em sessão de 2 de abril, o marquez de Vallada declara desejar fazer algumas considerações sobre a portaria a que alludira o visconde de Fonte Arcada; e em sessão de 10 do mesmo mez aproveita a presença do ministro do reino para fallar sobre o livro *Tirant lo Blanch,* que aquelle ministro permittira sahisse da Bibliotheca do Porto, ao que redargue o ministro que, sempre que fôr prevenido do dia em que se lhe pretenda dirigir alguma interpellação, tractará de comparecer prompto para responder.

A intèrpellação effectua-se na sessão de 16 de maio; e, pelo presidente, entrando-se na ordem do dia, concedida a palavra, para a fazer, ao visconde da Fonte Arcada; responde o ministro do reino, Fontes Pereira de Mello; replica o interpellante, visconde da Fonte Arcada; intervém, de novamente, o visconde de Balsemão; falla o conde da Taipa; volta a retorquir Fontes Pereira de Mello, a quem contesta aquelle conde da Taipa, encerrando-se o debate com uma declaração em prol do personagem (o duque de Saldanha) que fizera retirar até suas mãos o exemplar do *Tirant lo Blanch* existente na Bibliotheca Publica do Porto. Essa declaração categorica do ministro do reino, a camara a saúda com apoiados e vozes de applauso.

Na Camara dos Deputados, na sessão de 6 de fevereiro de 1861, Alves Martins requer que, pelo ministerio do reino, fossem remettidos esclarecimentos sobre a portaria do mesmo ministerio do reino

que ordenou a sahida do livro de cavallaria *Tirant lo Blanch* da Bibliotheca do Porto, sobre o recibo do cavalheiro a quem se entregara o livro, finalmente quaesquer informações que habilitassem os representantes do paiz a saberem o destino que teve o *Tirant lo Blanch*. Á sessão de 17 de agosto de 1861, da mesma Camara, cabe a nota de interpellação do deputado José de Moraes Pinto de Almeida, pretendendo interpellar o ministro do reino, com a maior urgencia possivel, além d'outro ponto congenere, sobre o destino que tivera o livro *Tirant lo Blanch*, que pertencia á Bibliotheca do Porto. No restante da sessão legislativa de 1861 não encontrou o finado Humberto de Carvalho verificada esta interpellação; parece-lhe provavel que o fôsse em alguma das sessões parlamentares dos annos seguintes; porém, para não demorar a publicação de seu catalogo, desistira pelo entretanto de procurar essa verificação; de longos annos, de resto, que tencionava reunir e fazer estampar estes documentos que apresentava assim colligidos já; mas faltara-lhe sempre o tempo necessario para se fazer pesquiza similhante.

Mui distante da data da sahida do *Tirant lo Blanch* da Bibliotheca do Porto e bem proximo de nossos actuaes dias, recebeu o bibliothecario do Porto, Eduardo Augusto Allen, uma carta do bibliothecario-mór da capital, Antonio Ennes, escripta em 11 de fevereiro de 1887, communicando-lhe que os livreiros, de Londres, Sotheby, Wilkinson & Hodge

haviam annunciado para os ultimos dias d'aquelle mez a venda em leilão d'uma bibliotheca de Mello, pertencente ao finado barão Seillière, e que no catalogo d'essa bibliotheca figurava um *Tirant lo Blanch*, que Antonio Ennes suspeitava ser o exemplar que em tempos sahira do Porto, por emprestimo feito ao marquez de Salamanca.

Não era; era a edição de Valencia, de 1490, e que, vendida no indicado leilão pelos livreiros Sotheby, Wilkinson e Hodge, foi alli comprada por outro livreiro, Bernard Quaritch, que a registou no seu catalogo n.º 148, de fevereiro de 1895, pondo-lhe o preço, já apontado, de quinhentas libras esterlinas. Não appareceu comprador immediatamente; no catalogo n.º 202, de novembro de 1900, ainda lá se encontra marcada, a pag. 51, n.º 489, pela referida conta de £ 500.

Em 1904, Arthur Humberto de Carvalho aventava o alvitre de o governo comprar essa 1.ª edição de Valencia, dado que ainda á cata de adquiridor se encontrasse em Londres, destinando-a, e a fito de a resarcir, á Bibliotheca Municipal do Porto. Esta compensação se consideraria, tão só, interina, até que apparecesse o paradouro e se conseguisse a restituição da que lhe foi subtrahida.

N'este caso, passaria o exemplar comprado para a Bibliotheca Nacional de Lisboa, á qual erroneamente, no seu Supplemento, de 1880, em Brunet vem attribuida a posse primitiva do exemplar, pertencente á opulenta collecção do barão de S..., e

que appareceu, na Exposição Universal de 1878 em Paris, no Museu Retrospectivo, do Trocadero.

Desde 1835 que as pessoas illustradas do Porto tiveram noticia da valia e importancia dos manuscriptos que se encontravam na sua Bibliotheca então nascente e que formavam já uma collecção preciosa; «salvos, por assim dizer, no meio do estrondo das armas, elles poderam escapar de um total naufragio, á força dos incessantes cuidados que se lhe dedicaram.» Taes são as palavras, vibrantes ainda do abalo passado, com que fixa a situação moral o 2.º bibliothecario da Bibliotheca do Porto, Alexandre Herculano, no introito que antepoz á serie dos artigos que se propuzera redigir ácerca dos manuscriptos recolhidos n'essa publica livraria.

Esses artigos principiaram a publicar-se no n.º 14 do *Repositorio Litterario da Sociedade Litteraria Portuense*, respeitante á quarta-feira 1.º de Maio d'aquelle anno. Encetou tarefa Alexandre Herculano com o Livro de Duarte Barbosa, contendo a sua viagem por todo o oriente portuguez desde o cabo de S. Sebastião até o paiz dos Lequios, o qual fôra publicado pela Academia das Sciencias em 1813; e sua analyse critica é, como sempre, minuciosa e rigorosa.

O segundo dos artigos por Alexandre Herculano dedicados aos manuscriptos da Bibliotheca Publica do Porto sahiu no n.º 18 do referido *Repositorio* e tracta da chronica d'El-Rei D. Sebastião, existente

na livraria portuense, codice em folio contendo 201 folhas. Quem seria o auctor d'este livro?

Não só para a historia litteraria de Portugal mas tambem para saber em que grande estimação devemos têl-o, reputa Alexandre Herculano importante esta questão. E annuncia que dará o resultado de suas indagações, que outros mais eruditos do que elle, modestamente convém que poderão, aproveitando-as, levar talvez mais longe. No numero immediato, de 15 de Julho, Alexandre Herculano proseguiu em seu estudo, concluindo por indicar em frei Bernardo da Cruz mais um escriptor dos que escaparam ás indagações do laborioso Barbosa e que devem entrar em qualquer futura bibliotheca ou historia de litteratura portugueza.

Entrou; no primeiro tomo do *Diccionario Bibliographico,* de Innocencio Francisco da Silva, em sua altura idonea, visto como em Lisboa, em 1837, Alexandre Herculano e o dr. Antonio da Costa Paiva lhe publicaram a *Chronica d'El-Rei D. Sebastião*, por meio do concurso de subscriptores, cuja lista sobe ao numero de seiscentos e tantos, «circumstancia assás notavel entre nós», pessimistamente pondera Innocencio, já em 1858.

Outro erudito inquiridor de nossas gloriosas antiqualhas historicas, um portuense illustre, Diogo Kopke, capitão de artilheria e lente de mathematica na Academia Polytechnica, se deu ao afan de ordenar e dispôr, reconhecer e catalogar os manuscriptos da Bibliotheca do Porto; e de seu labor preparatorio

resultaram proveitosas achegas para a historia e geographia nossa geral. Assim, em 1838, publicou Diogo Kopke, n'uma bella edição, adornada de retrato, fac-simile, uma carta geographica e um frontispicio lithographado, o *Roteiro da viagem que em descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez D. Vasco da Gama em 1497; segundo um manuscripto coetaneo, existente na Bibliotheca Publica Portuense;* o *Roteiro* finda a pag. 119; d'alli até o fim do volume seguem-se notas e elucidações do editor. Sua edição é precedida de um erudito prologo, onde se ventilam diversas questões relativas ao assumpto e se expoem os argumentos e conjecturas que induzem a crêr que o auctor d'este escripto fôsse Alvaro Velho, um dos que fôram com D. Vasco da Gama na sua primeira viagem, em descobrimento da India, nada mais se sabendo de suas circumstancias pessoaes e não fazendo Barbosa d'elle menção na sua *Bibliotheca;* todavia, é julgado, consoante ficou dito, com fundamento plausivel, auctor da obra que passados 340 annos se imprimiu no Porto, graças a Diogo Kopke e áquelle dr. Antonio da Costa Paiva, e que, segundo o informe de Innocencio, era em Lisboa mui pouco vulgar. A diligencias ainda do mesmo benemerito Kopke se deve a publicação d'outro manuscripto importante da Bibliotheca Publica do Porto; refiro-me ao *Tractado breve dos rios da Guiné* etc., de André Alvares d'Almada, com mappa geographico; é certo que este livro tinha sido já publicado por industria do padre Victorino

Jose da Costa, porém muito transtornado; e, para se aferir de sua valia, bastará consignar que esta obra serviu como um dos fundamentos apresentados por Portugal na questão de Bolama.

A quando da organisação operosa e sabia dos *Portugaliæ Monumenta Historica*, varios codices manuscriptos da Bibliotheca Publica Portuense fòram chamados, á consulta, a Lisboa, á Academia Real das Sciencias, como o n.º 125, que contém certa Miscellanea referida ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde se encontra uma copia do *Livro de Noa*; como o n.º 41, que é a *Chronica de D. Affonso Henriques*, por Duarte Galvão.

Da Academia das Sciencias, em 30 de Maio de 1862, voltou á Bibliotheca Publica do Porto o n.º 103, d'onde Alexandre Herculano tirou, para os *Portugaliæ Monumenta, Scriptores*, vol. 1.º, fasc. 1.º, «Chronicas breves e Memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra», quatro dos Monumentos ahi archivados, promettendo publicar mais algumas das memorias que o codice encerra relativas aos seculos XIV e XV. Tambem para Lisboa fòra o n.º 29, d'onde voltou depois de impressa sua primeira parte (*Vita Beatissimi Domini Theotonii primi Prioris Monasterii Sctae. Crucis Colimbricensis*) nos mesmos *Portugaliæ Monumenta*, de Alexandre Herculano, *Scriptores*, vol. 1.º, pag. 79-88, e fac-simile do principio d'este manuscripto no começo do referido volume.

Se os opulentos recursos da collecção dos ma-

nuscriptos da Bibliotheca Publica do Porto não escaparam á attenção dos eruditos, pelo que concerne aos primordios de nossa existencia politica differenciada, não lograram esquivar-se-lhes, egualmente, no que toca ao periodo da avançada disssolução de um organismo outr'ora concatenado e poderoso. Assim, quando a curiosidade de Camillo Castello-Branco foi attrahida para a epocha da crise que succede á morte de D. João IV, reconhecendo a capital importancia, para a historia dos costumes e para o entendimento das paixões, d'aquelle inestimavel diario de factos interessantes que succederam no reino de 1662 a 1680, até nossos modernos dias, com o titulo sensacional de *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, infundadamente attribuido ao benedictino fr. Alexandre da Paixão, tratou de revisar a copia que possuia pelo cotejo com os dois primorosos codices existentes na livraria publica portuense. Adeantada relativamente a impressão, desistiu Camillo Castello-Branco de vulgarisar pela estampa aquelle documento, não menos curioso que educativo; e não mais feliz foi em Lisboa o erudito Graça Barreto, que, de sua banda, se empenhara no mesmo afan e que se finou quando estava já quasi a terminar a impressão do volume, a que o editor deu em 1888 publicidade.

E ainda para o apuro da evolução ideativa e esthetica de nossa gente lusitana, a Bibliotheca Publica do Porto comprehende diplomas que cumpre discriminar escrupulosamente; assim do fasciculo

do Indice preparatorio, attinente aos membranaceos, apartemos um só instante o n.º 101. No alto da guarda do principio, por lettra egual á do texto e com vinheta: «Este liuro he chamado côte enperial o ql liuro he dafônso Vaasquêz de caluos morador na Cidade do põto», a duas columnas, encadernado em taboa, coberta de carneira, muito usada. Ora, d'essa *Côrte Imperial*, tractando, em a segunda epocha (seculo xv), dos poetas palacianos, e vindo a occupar-se da erudição latinista, o dr. Theophilo Braga, estabelecendo o valor de varios livros caracteristicos, diz que por este se pode averiguar o estado do conhecimento das obras arabes em Portugal. Elle mereceria um exame especial.

N'este ensaio compete-me, determinadamente, apontar as origens de informação e, de seguro, que n'este ponto o logar primacial cabe ao Indice elaborado pelo erudito fallecido bibliothecario Eduardo Augusto Allen. No segundo fasciculo (mss. chartaceos), sua primeira secção occupam-a os geographicos. O terceiro fasciculo é o dos manuscriptos nobiliarios; d'este ha duas edições, a primeira datada em 1888, a segunda de 1900; em uma e outra apparece, como addenda e corrigenda do fasciculo 2.º, seguida de extensas ponderações de Eduardo Allen, uma carta a este endereçada pelo dr. Pereira Caldas, de Braga, na qual novamente se inscreve contra a suggestão de Diogo Kopke, dando Alvaro Velho como o auctor plausivel do *Roteiro* do Gama. N'esta secção dos mss. nobi-

liarios da Bibliotheca do Porto se guarda aquella *Pedatura Lusitana*, de Christovão Alão de Moraes, obra abundantissima e insubstituivel; a proposito, na materia, é interessante o episodio por Innocencio relatado na verba respectiva.

Quanto ao 4.º fasciculo *(Mss. «proprie» historicos)*, o organisador doutissimo do catalogo dividiu-o em duas partes, referentes a primeira á historia de Portugal desde a fundação da monarchia até á enthronisação da Casa de Bragança. N'este rol devemos considerar os codices que contêm a Chronica de D. João I, de Fernão Lopes. Por elles se podem corrigir os innumeros enganos e contrasensos da edição publicada em Lisboa em 1644; na primeira parte a edição publicada transtorna, mesmo, a ordem dos capitulos, de modo que a sequencia narrativa parte-se e a certa altura, não ligando, o texto torna-se inintelligivel. Ha até um capitulo inteiro que falta na edição publicada, do que resta aliás indicio no indice. Os codices da Bibliotheca do Porto são formosissimos e credores se antolham da attenção dos estudiosos. Na parte segunda, attinente agora á dynastia de Bragança, destacarei os dois volumes, 4.º gr., da *Anti-Catastrophe;* tal importantissima «historia verdadeira da vida e dos successos d'el-rei D. Affonso VI, escripta por um official das tropas de Portugal, que o acompanhou na sua fortuna e na sua desgraça», do hespanhol para portuguez, foi publicada em 1845 no Porto por Camillo Aure-

liano da Silva e Souza, por manuscripto que possuia e que comparou com o mss. da Bibliotheca Publica de Lisboa e outro do desembargador Norton, não sabendo o collector do Indice do Porto se viu o exemplar da livraria portuense, ou o precedente, incompleto, que tem parte do texto original hespanhol e foi, pelas razões allegadas a respeito d'outros, da Livraria Balsemão. A parte terceira dedica-se á chronologia e historia geral. N'esta zona da historia extrangeira, notaremos a *Fastigimia*, de Thomé Pinheiro da Veiga, obra curiosa por mais de um titulo; ainda ultimamente, a quando do centenario quixotino, um illustradissimo escriptor hespanhol, n'uma serie de valiosos artigos insertos nas columnas de *La Ilustracion Española y Americana*, de Madrid, tractava de, a golpes de argucia, erudição e engenho, resolver um problema extravagante, qual o de Quixote antes do Quixote, a que uma copia do livro de Veiga em Londres, no Museu Britannico vista pelo insigne arabista e philologo, litterato e critico, Pascual de Gayangos, lhe dera margem, suscitando-lhe o interesse e incitando-lhe a perspicacia.

Temos no 5.º fasciculo registrados os manuscriptos militares; esta collecção, quasi toda reunida pelo 1.º Visconde de Balsemão, fazia parte das obras que havim sido confiscadas em 1832, quando as familias realistas retiraram do Porto, conjunctamente com o resto da sua livraria. Como porém, esses sequestros, depois da terminação da guerra civil, fica-

ram sem effeito, foi-lhe restituido, consoante já aqui se disse, pela Camara Municipal do Porto o valor dos mesmos livros, tanto impressos como manuscriptos. Os n.os 551, 551 A e 551 B contêm um diario dos successos da guerra do Roussillon, escripto pelo tenente-coronel do regimento de Cascaes, Antonio José de Miranda Henriques; e o fasciculo do Indice completa-se com uma nota apropriada pelo mallogrado poeta e romancista historico portuense Alfredo Alves.

O 6.º fasciculo comprehende a litteratura: primeiramente, a didactica; depois, a amena ou inventiva, poesia (com alguma prosa occasionalmente) e prosa (exclusivamente). Aqui, com motivo da 1.ª e 2.ª parte da *Chronica de Belliandro, imperador da Grecia, e dos principes Bellifloro e D. Belindo de Portugal,* quiz a extrema bondade de Eduardo Allen citar meu humilde nôme; elle crê, com effeito, achado um exemplar do livro *Dom Belindo*, por D. Leonor Coutinho, filha de Ruy Lourenço de Tavora, que casou com o conde da Vidigueira em 1606 e 1.º marquez de Niza. D'este manuscripto falla Gayangos, no seu «Catalogo razonado de los libros de Caballerias» (edição Ribadeneyra do *Amadis*), como mencionado por Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana;* e tambem se dizia na *Historia Genealogica da Casa Real*, vol. x, pag. 565; os codices da Bibliotheca Publica do Porto provêm do legado, em 1877, do Conde de Azevedo, com que se desgostou Camillo Castello-Branco, que nos *Narcoticos* moteja

d'esse destino. Tambem do legado de 1877 proveio para a Bibliotheca Publica do Porto o livro completo das obras poeticas do dr. José Anastacio da Cunha; elle traz no principio uma advertencia de João Baptista Vieira Godinho, assignada com as iniciaes, mas que depois o Conde de Azevedo interpretou, lançando por extenso o nôme. E' o codice cuja perda menciona Innocencio; outrosim a *Revista Trimensal* do Instituto Historico e Geographico, do Rio de Janeiro, em 1845, fallara no desapparecimento d'este livro, cuja existencia na Bibliotheca Publica do Porto eu vim a significar, quando de passagem me occupei do maravilhoso genio lyrico do mathematico Anastacio da Cunha. Indicada essa minha nota pelo dr. Theophilo Braga ao snr. Rodolpho Guimarães, distincto official de artilheria, que tem tractado proficientemente da historia das mathematicas em Portugal e da biographia dos mathematicos portuguezes, elle, em subsequente estudo no *Instituto*, de Coimbra, registrou a parte de minha iniciativa na divulgação d'estes factos litterarios desconhecidos.

Em um tomo, se consignou a noticia succinta dos manuscriptos monasticos e religiosos (comprehendendo as Ordens monasticas em geral, S. Agostinho, S. Bento, S. Francisco, S. Domingos, a Inquisição, a Companhia de Jesus, o Oratorio de S. Philipe Nery, a Confraria dos Loyos, a Irmandade do Terço e Caridade, do Porto). Na secção II entram Mitras e Cabidos, Capellas e Padroados, e as Missões. A secção III consta da Universidade. Seguem-se as

obras respeitantes á Historia Sacra ou Ecclesiastica, á Theologia, Litteratura Sacra ou Religiosa, e Sermões (propriamente ditos). Egualmente o 7.º fasciculo, que se encerra com verbas supplementares do legado do Conde de Azevedo.

O 8.º fasciculo inclue os manuscriptos juridicos, tanto canonicos como civis e politicos; elle abre com a *Historia do Direito Canonico em Portugal*, 1791, pelo dr. José Manuel Ribeiro Vieira de Castro.

Eis-nos, 9.º fasciculo, em plena Philosophia; porém a collecção não tem importancia, são apontamentos de aula e dissertações que caducaram.

O 10.º — e ultimo — fasciculo é dedicado aos manuscriptos scientificos e industriaes (astronomicos e astrologicos, geographicos, medicos, pharmaceuticos, veterinarios, agricolas, botanicos, metallurgicos, industriaes e de commercio).

Depois vem ainda um appenso, para variedades, polygraphia e bibliographia. Porém, o notando n'este fasciculo outro appenso é, que assignala a collecção manuscripta, na livraria publica portuense existente, de Estatutos ou Compromissos de diversos Officios ou Mesteres, e de Irmandades ou Confrarias.

Especifiquemos, de passagem, correndo.

Do officio de carpinteiro, por exemplo, existem na Bibliotheca do Porto, n'esta secção de manuscriptos, os Estatutos e Compromisso, no anno de 1691; bem assim o compromisso de 1785, sendo juiz Manuel de Araujo; ainda o regimento do officio de carpinteiro dos jogos de carruagens da cidade do

Porto e seu termo, de 1820, «sendo presente o Regimento do mesmo officio da côrte e cidade de Lisboa». De pedreiros e taipeiros da cidade de Lisboa e sua comarca, alli existe o respectivo Regimento, e estatutos da confraria da gloriosa virgem e martyr Santa Luzia, sua protectora, collocados na Sé Cathedral da mesma cidade.

Essa collecção de Estatutos e Compromissos, Regimentos e Estatutos, comprehende, entre outros, ourives d'ouro e cravação (1822, 1691, 1634), dos ourives de prata (1746, tendo tambem o Regimento para os ensaiadores dos officiaes dos ourives do ouro e da prata; dos cruzeiros (ou canteiros), 1806; dos ferreiros, serralheiros e anzoleiros, feitos no anno de 1593 e addidos, declarados e ampliados em differentes epochas; dos espingardeiros (1788), dos officiaes de folha de Flandres, dos caldeireiros (1775), dos botoeiros (1742), dos pintores e douradores, á excepção dos Mestres Painellistas, por pertencerem a diversa Arte; dos azuladores e apavonadores (1674), dos sapateiros, surradores e tamanqueiros, na irmandade administradora do hospital dos palmeiros, sito na Ponte de S. Domingos *(Mui constrangidos pela obrigação que temos aos bemaventurados Santos Chrispim e Chrispiniano, a cuja honra fizemos este Estatuto)*, do officio intitulado de tamanqueiros, emquanto annexo á confraria de S. José e S. Braz, «extrahido de uma certidão... de uma sentença obtida pelos sapateiros contra os tamanqueiros, a qual se acha no cartorio de

S. Chrispim d'esta cidade» (1786), dos picheleiros (1790), dos selleiros (1708), dos torcedores de retroz, feito em 1759 e addido em 1816, dos cordoeiros (1746), dos sirgueiros (1815), dos tanoeiros (1621), dos cerieiros (1717), dos esteireiros (1751), dos fuzeiros (1802), dos sombreireiros (1804), dos corrieiros (1622), dos torneiros e polieiros (1783) («Os officios de torneiro e polieiro são encabeçados com os de carpinteiro, enxamblador, esculptor, violeiro e caixeiro — fabricante de caixas — na confraria de S. José e S. Braz, erecta no convento de S. Francisco d'esta cidade. . .»), dos barbeiros (1816), dos Professores das Artes de Ferrar e Alveitaria (1737), dos officiaes de pastelleiro, emfim, que de si mesmo dizem que, estando todos juntos em capitulo com o juiz Luiz da Costa Barros e o escrivão João Ribeiro, concederam se applicassem todas as condemnações para Nossa Senhora do Desterro, «que é a devoção que temos, e damos o andor da mesma Senhora em dia de *Corpus Christi*» (1683).

Dos codices manuscriptos da Bibliotheca Publica do Porto, restaria a considerar um aspecto, que não foi frisado ainda, e esse é o artistico, como logo para o n.º 1, d'entrada do Indice Preparatorio (manuscriptos membranaceos, com illuminuras ou sem ellas). Este (*Testamentum vetus*, de Sancta Cruz de Coimbra, mesmo n.º 1 do seu Catalogo) apresenta as letras iniciaes, cubitaes e semicubitaes, formando tarjas ou inclusas em tarjas, lavores *apaquifados*,

com mistura de animaes phantasticos, lettras tambem onciaes; na guarda do principio, em lettras ornadissimas: *Incipit Prologus Beati Hieronomi Presbiteri inquinque Libros Moisi;* no fim ha sete folhas a maior, tendo cada uma cinco columnas pintadas a côres diversas, pousando um baseamento tambem colorido e ornado e coroadas por uma especie de architrave com arabescos, assente em arcos mouriscos, contendo cada um uma figura symbolica (dos quatro Evangelistas), ficando entre as ditas columnas quatro espaços vasios (em branco), provavelmente — julga-o o Indice preparatorio — destinados para se escrever um Indice ou «Concordancia». As pastas de encadernação d'este codice, como de quasi todos os de Santa Cruz, são de taboa, cobertas por fóra, de couro. O snr. Robinson, do Museu de Kensington, visitando a Bibliotheca em 1866, admirou as illuminuras, ficando de as mandar copiar em photographia, o que não realisou, talvez porque pouco tempo depois deixou de fazer parte do pessoal do dito Museu.

Afóra uns catalogos impressos geraes, a Bibliotheca Publica do Porto possue, como se sabe já, tambem publicados alguns catalogos especiaes, quaes sejam o de sua Camoneana e o de sua Camilliana, bem assim os catalogos de Philosophia, Mathematica, o *De Re Militari*, o concernente á Marinha e Ultramar, o de theses e dissertações medico-cirurgicas, o de jornaes (do Porto), emfim o de geographia.

*

Ora, em um appendice d'este se consigna que, além das obras e mappas referidos nas laudas a esse appendice anteriores, possue mais a Bibliotheca umas cinco pastas, que todas contém um certo numero de mappas e alguns muito curiosos.

Tanto na segunda como na terceira pasta se encontram mappas manuscriptos e desenhos. O catalogo enumeradamente os especifica, notando aquelles dos mappas que são impressos.

Provido o logar de bibliothecario, vago pelo fallecimento de erudito dr. Eduardo Augusto Allen, no snr. Antonio Augusto da Rocha Peixoto, a nova administração da livraria publica municipal portuense immediatamente se assignalou por um indefesso trabalho e dedicado zelo. Assim, o snr. Rocha Peixoto, que é um naturalista e um archeologo, vantajosamente conhecido no paiz por seus estudos publicados, empenhou-se desde logo em actualisar a bibliotheca a seu cargo, procedendo, sem perda de tempo, á acquisição de tudo quanto a dotação de que dispunha o habilitava a poder alcançar, augmentando o cabedal das obras já possuidas. Melhorou, pois, consideravelmente o estado da livraria publica portuense, completando secções atrazadas e preenchendo vastas lacunas. Obteve, em remessas successivas, o escol dos modernos livros de historia, litteratura, sciencias philosophicas, economicas, moraes e sociaes, de modo que hoje em dia todos os nomes não só os illustres como até os medianamente

cotados, nos varios ramos da actividade do espirito, se encontram idoneamente representados nas estantes da bibliotheca municipal. Brevemente me constava que se começaria a imprimir o catalogo supplementar, incluindo estas modernissimas acquisições, o qual conterá copiosissima somma de numeros, significando uma massa de alguns milhares de volumes. De seu exame derivará o conceito da justeza d'esta affirmativa, que não pecca por exaggerada.

No louvavel intuito que acabara de fixar, a nova administração suscitou a ampliação da verba de acquisições e promoveu a posse pela livraria portuense de obras raras, de manuscriptos e de cartas geographicas.

Não só conseguiu reparar sua séde, substituindo completamente os telhados do predio, como ampliou o edificio, dotando-o com um novo salão, obra muito importante e de longa data, em lastimoso insuccesso, pretendida. Apresentava, com effeito, o edificio parcellarmente um aspecto de ruina, e em tempo o caricaturista portuense fallecido, Sebastião Sanhudo, no baixo de uma das paginas da folha satyrica *O Sorvete*, escrevia a legenda: *O tecto da Bibliotheca do Porto*, e no alto desenhava escarninhamente o céu estrellado. O novo salão dará margem á accomodação de milhares de volumes. Não só ha necessidade de espaço para as recentes e innumeras acquisições como de espaço se tem carecido para pôr em estantes cerca de vinte mil volumes que, do fundo

primitivo, e já verbetados, não fôra possivel levantar ás passadas administrações, por escassez de logar.

A administração nova procedeu a numerosas reparações nas paredes, soalhos, corredores, gabinetes, etc., e augmentou consideravelmente todo o mobiliario. Estabeleceu o vestiario, desapparecendo, assim, a tabella que, prohibindo rigorosamente a entrada na sala de leitura a livros extranhos ao estabelecimento, determinava que de seus logares os donos os vigiassem sobre a mesa onde á entrada eram obrigados a pousal-os, prescripção que motivara criticas pouco consentaneas com o decoro e sisudez da casa.

A nova administração estabeleceu ainda o serviço de desinfecção, as campainhas electricas, etc., e cuidava agora do importante problema do aquecimento. O edificio é, na verdade, extremamente frio de inverno e curto tempo, na estação rigorosa, é licito permanecer, lendo, escrevendo, tomando apontamentos ou estudando na Bibliotheca do Porto, porque o curioso ou o estudioso provisoriamente gela. O que soffrem então os empregados, obrigados a estacionar na casa todo o tempo util da lei da organisação do estabelecimento! Esta questão do aquecimento é de solução difficil, por sua mesma complexidade, visto ter de attender ao perigo dos incendios e haver de considerar-se a despeza, que se tem reputado excessiva, desde que se pensa no excellente systema adoptado, por exemplo, na bibliotheca de Paris. Na sala redonda da casa da

rua Richelieu tive, todo um inverno, ensejo de, de per mim, apreciar as inultrapassaveis vantagens d'esse systema, que é o adequado e proprio para pessoas occupadas n'um trabalho mental; aproveitei o ensejo para fazer votos por que a breve trecho minha cidade natal do Douro imitasse, n'esse ponto, minha adoptiva então cidade do Sena.

Deixei, para que não me acoimassem de nimiamente prolixo, numerosas pequenas reformas de pormenor que, de todo em todo, não importava assignalar, se bem que representem attenção e redundem em proveito; mas o que não deixarei de notar é que a nova administração activou e regularisou o serviço de requisições, fazendo cumprir a lei das remessas, e promoveu a integralidade de numerosas publicações incompletas, uniformisando o regimen e indole das publicações periodicas.

Iniciou a secção de *ex-libris*, dos quaes ha muitos, variados e interessantes exemplares. Como se sabe, este é thema ao presente versado pelos bibliophilos e eruditos; e, com respeito aos *ex-libris* portuguezes, uma revista especial se tem publicado em Italia, dirigida e redigida pelo snr. Joaquim de Araujo, consul de Portugal em Genova.

Não só a dentro do paiz como lá para fóra para o extrangeiro a nova administração da Bibliotheca Publica do Porto tem facilitado, sem excepção, a informação bibliographica, o que é um dos serviços prestantes d'estas vastas livrarias, na correspondencia dos estudiosos e na reciprocidade dos grandes

centros civilisados. A' Bibliotheca do Porto hão recorrido e n'ella tem concorrido, para informações derivadas de impressos e manuscriptos, alli existentes, extrangeiros, appostos ou a elucidar assumptos scientificos e litterarios ou a dirimir pleitos politicos, nas dissidencias de direitos e nos conflictos de interesses internacionaes, como ainda ultimamente occorreu com consultantes inglezes cuja estada no Porto, n'esse proposito, noticiaram na occasião os jornaes portuenses.

A nova administração iniciou egualmente o Inventario e Catalogo Geral, parallelamente aos catalogos parcellares e de especialidades. A par dos catalogos supplementares impressos, existem, da primitiva, na livraria publica portuense os catalogos manuscriptos, por nomes de auctores, em varios volumes. O de Historia consta de tres tomos; o de Litteratura, de dois; o de Jurisprudencia, de um; o de Theologia, de dois; o de Sciencias Exactas, de um; o de Sciencias Naturaes, de dois. Ha tambem um volume para Polygraphia; e accresce ainda um Supplemento geral, a estes catalogos, outrosim como elles manuscripto. E' n'esta collecção d'esses diversos catalogos manuscriptos que se encontram registradas todas as obras que provieram dos extinctos conventos e compuzeram o fundo inicial da Bibliotheca Publica do Porto

A nova administração organisou definitivamente o Gabinete de Estampas e creou o Gabinete Car-

tographico. N'um e n'outro se deparam preciosidades, aos olhos do visitante attento e culto.

A's bibliothecas municipaes tem a nova administração da Bibliotheca Publica do Porto, como já por vezes o fizera a antiga, cedido duplicados, restantes ainda das vendas em leilão com cujo producto a livraria municipal portuense começou, da data d'esses leilões em deante, a adquirir obras novas, da moderna livraria franceza com especialidade.

Cumpre, no lance respectivo e de passagem, deixar notado que os gabinetes de numismatica e glyptica, e bem assim as secções de epigraphia lapidar e de armorial, a nova administração os não estabeleceu completamente, por terem sido reorganisados ou creados no Museu Municipal, actualmente annexo á Bibliotheca. Este museu conservara-se longos annos na casa de seu fundador e da familia Allen, á rua da Restauração; mas foi removido de lá para o edificio de S. Lazaro.

A nova administração reformou o quadro do pessoal, determinando-se-lhe rigorosamente as suas attribuições; coordenou os serviços de estatistica e de administração; e remodelou a antiga classificação bibliographica.

Assim e por tudo, tem honrado a confiança que n'ella depositou a vereação do Porto, escolhendo-a; e ao estabelecimento que lhe foi confiado ha prestado multiplos e assignalados serviços. Terminando, na occasião, foi-me grato em publico reconhecel-o.

E, terminando, completaria este imperfeitissimo esboço, pela addição de algumas notas que me escaparam no primeiro e insufficiente rascunho.

Escapou-me, por exemplo, fallar da *Arte de Arithmetica*, escripta no Porto por Bento Fernandes e no Porto impressa em 1555, por Francisco Correia. O douto portuense Antonio Ribeiro dos Santos, indicando uma edição, no Porto, por Vasco Dias Frexenal, que parece não ter visto, a refere ao anno de 1541, como d'elle Innocencio, em 1858, a trasladou. Mas Barbosa déra-a em 1555, sem que, todavia, nem um nem outro d'esses dois eruditissimos bibliographos entrassem em mais particularidades que nos habilitassem para decidir coisa alguma com respeito a essa obra, de que, pela sua parte, Innocencio não vira ainda exemplar algum nem sabia onde existisse. Até 1867, da edição do *Tratado de Arithmetica* apontada por Antonio Ribeiro dos Santos com a data de 1541, não tinha apparecido, que lhe constasse, exemplar algum. Mas da segunda edição feita em 1555, um existia na Bibliotheca d'Evora, cuja descripção a Innocencio enviara Telles de Mattos e aquelle transcreve. Cria Innocencio, e o exara, que o fallecido rei D. Luiz possuia tambem um exemplar d'esta edição; ignorava, como se vê, todavia, que outro existe egualmente na Bibliotheca Publica do Porto. A este o examinou e do teor da obra publicou uma analyse modernamente o dr. Ricardo Jorge; o exemplar da livraria publica portuense encontra-se, porém, bastante deteriorado.

De mathematico d'outro tomo, que não o modesto Bento Fernandes, do grande Pedro Nunes tambem me escapou nomear o *Tratado da Esphera*, impresso em Lisboa em 1537, e que existe na Bibliotheca do Porto, onde o insigne sabio está grandemente representado. Com effeito, de Pedro Nunes, na Bibliotheca do Porto, ha o *Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria*, de Anvers *(Herederos de Arnoldo Birckman)*, 1567; ha esse *Tratado da Esphera*, que, como se sabe, é seguido dos dois tractados que o mesmo dr. fez sobre a carta de marear, «em os quaes se declarão todas as principaes duvidas da navegação cõ as tavoas do movimento do sol e sua declinação, e o Regiméto de altura assi ao meyo dia como nos outros tempos»; ha as obras em latim: *De arte atque ratione navigandi libri duo; In theoricas Planetarum Georgii Purbachi annotationes, et in Problema mechanicum Aristotelis de motu navigii ex remis annotatio una; De erratis Orontii Finæi liber unus. De crepusculis liber unus. Cum libello Alhacen de causis crepusculorum.* A pag. 328 (fasciculo terceiro) do *Supplemento* geral impresso, referente ás acquisições posteriores á sua fundação, vem descripto o *Tratado da Esphera com a theorica do Sol e da Lua* e uma nota nos adverte que está mais completo este exemplar que o antigo da Bibliotheca. Na pag. 225 (fasciculo segundo) do *Indice* preparatorio do catalogo dos manuscriptos vemos, em additamento 1.º a esse fasciculo 2.º, attinente aos manuscriptos que advieram á Bibliotheca desde

1859 para cá, que em 1868 lhe foram offerecidos pelo fallecido portuense José Gomes Monteiro dois volumes, em 4.º encadernados (ou brochados antes) em pergaminho, um d'elles tendo por titulo *Tratado do Uso da Sphera*. O offerente havia lançado, sobre algumas folhas soltas que se guardam dentro d'esses codices, uma serie de observações historico-litterarias ácerca de quem seu auctor seria, das quaes se deprehende que aquelle erudito, sobre a paternidade do codice, hesitava entre Pedro Nunes, André do Avellar e outros. O outro manuscripto á Bibliotheca do Porto offertado por Gomes Monteiro intitula-se *Do astrolabio*, e o prestante fallecido dr. Eduardo Allen frisa que, entre as diversas obras que Innocencio diz que Pedro Nunes havia composto mas de que se não encontra vestigio, menciona tambem um «Tractado sobre o Astrolabio». O *Tractado do Uso da Sphera* tem, pela parte interior da pasta, em frente da guarda, um lettreiro que diz assim: «Este cartapacio e outro d'esta encadernação (é o mencionado *Do Astrolabio)*, mas parece que é a lettra alguma cousa diversa, e trata da Esphera e astrolabio, me vendeu em Coimbra, seria pelos annos de 1629, um livreiro que chamam Carneiro, que depois foi para Lisboa, e nunca me quiz dizer d'onde os houvera, senão que os comprara entre outros livros em hua livraria que comprara. Oje 12 de janeiro de 1634. *F. Estevão de Napoles*». Segue um segundo lettreiro, que diz: «Hoje, 1842, pertence ao Barão de Prime, que o comprou a Dionisio José de Loureiro,

por este ter comprado a livraria da casa da Prebenda. Vizeu, 1843». Indicações analogas se deparam no codice *Do Astrolabio.*

Com respeito á *Hypnerotomachia Poliphili*, Veneza, 1499, contos então seriam larguissimos. D'esta se fez modernamente vulgarisação em Paris, editando-a o livreiro Liseux, em 1883, em 2 vol. in 8.°, litteralmente traduzida pela primeira vez, com uma introducção e notas, por Claudius Popelin, ornada de figuras em madeira gravadas a novo por A. Prunaire, e com o titulo *Le Songe de Poliphile, ou Hypnerotomachie de Frère Francesco Colonna.* Ora, quer o leitor saber como abre sua noticia aproposito o sabedorissimo Alcide Bonneau? Pois começa assim:

A *Hypnerotomachia Poliphili, Sonho de Poliphilo,* é um livro celebre entre todos, mui procurado dos amadores pelo menos em sua primeira edição, dada por Aldo Manucio em 1499, e que é mais rara do que um corvo branco, *albo corvo rarior,* diz Charles Nodier.

Mas, se o leitor, aguçado o appetite, quizer ver o resto, transfira seus olhos para as laudas 190 a 211 do volume *Curiosa*, ensaios criticos de litteratura antiga ignorada ou mal conhecida, estampado em Paris pelo mesmo editor Isidore Liseux, em 1887.

Eu é que passava já aos manuscriptos da Bibliotheca do Porto, pedindo venia ao mesmo indulgente leitor para perante elle me penitenciar da falta em que incorrera não mencionando os diarios contendo

as novas do heroico e benemerito sertanejo Silva Porto, por este dados á Sociedade de Geographia Commercial do Porto, d'onde, extincta esta, passaram para a livraria municipal. Sua enumeração não consta ainda do *Indice* preparatorio, pois o ultimo fasciculo d'esse catalogo, que a si mesmo modestamente se deu como provisorio, exhibe a data de 1896 e é já mais referente a assumptos industriaes e bibliographia; o fasciculo da primeira secção (geographicos) dos mss. Chartaceos tem dez annos de antecedencia, é de 1886. Em 1891 na capella da Lapa as exequias se celebraram por motivo de serem trasladados para alli os restos mortaes de Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto, memorado no tomo anterior. Prégou o portuense padre Francisco José Patricio o sermão que, com o titulo de *A bandeira do sertanejo*, foi publicado na occasião e se encontra hoje recolhido, com os demais, em suas obras oratorias, em Lisboa editadas pela Parceria Antonio Maria Pereira, tom. I, impresso em 1893.

As notas de Silva Porto constituem treze volumes, que comprehendem desde o anno de 1846 até o de 1889. Offerece-as o africanista «aos seus compatriotas, em testemunho de respeito», e intitula-as *Viagens e apontamentos de um portuense em Africa*, em logar do primitivo titulo, prejudicado pela ampliação determinada pela demora em Africa e por se não ter impresso a obra primeira, cujo rotulo era *Cinco viagens ou costumes e usos gentilicos*. No verso da folha do rosto do terceiro volume, e encimadas

com a palavra *Attenção*, leem-se as linhas seguintes: «Não me sendo possivel, por falta de tempo, satisfazer aos desejos do meu amigo snr. Silva Porto, como lhe havia promettido, ao pedir-lhe os seus dez livros — Diario — da sua vida em Africa, para *trancar* ou de qualquer forma vedar a leitura dos seus actos da vida privada, com a auctoridade que me foi concedida, prohibo a transcripção de tudo que não seja de interesse para o publico, e especialmente o que fôr intimamente ligado á vida privada do meu amigo. Porto, 6 de Março de 1885. *Francisco José da Costa Jubim*». Nada obstante, até hôje transcripção alguma se ha feito, que me conste, ainda do que de interesse publico se deve conter afoutamente n'esses treze volumes, que cumpriria lêr para extractar d'elles o que de aproveitavel encerrem. Aguardam ainda quem se abalance a este patriotico afan.

Em regra e para todas as suas secções, providamente curtas são as temporadas em que a livraria publica portuense não ajunta acquisição nova a guardar ao lado das já enthesouradas.

Assim, quasi n'aquelles ultimos dias á Bibliotheca do Porto viera parar uma curiosa e valiosa collecção de noticias, parte manuscriptas, parte colhidas ou recortadas do impresso, e quasi todas á historia geral e particular do Porto referentes. Organisou essa collecção o portuense Henrique Duarte e Souza Reis, empregado municipal que em tempos fez serviço na Bibliotheca e com amor cultivou as lettras, deixando de seus labôres vestigios em varios trabalhos

insertos nas columnas de periodicos politicos e revistas litterarias.

A collecção hoje ao serviço do publico, por em poder da sua Bibliotheca, consta de vinte e sete volumes. Enumeremos os respeitantes á cidade:

Encontramos primeiro sete grossos tomos de *Apontamentos para a historia do Porto.* O primeiro é a «Descripção historica»; o segundo tracta do «Commercio e governos»; terceiro e quarto (primeira e segunda parte) occupam-se do «Clero»; o quinto dos «Edificios publicos»; o sexto do «Povo»; o setimo é um «Supplemento». Temos um volume de «Recordações das entradas solemnes dos bispos do Porto na cidade»; e temos uma «Memoria das Aguas do Porto». Com motivo da «Festividade e procissão de *Corpus Christi*» ha cinco volumes. Um existe sobre a «Origem das procissões da cidade do Porto»; um contendo «Programmas funebres na morte de diversos soberanos e com especialidade na de S. M. F. a rainha a senhora D. Maria 2.ª»; ha um de «Documentos officiaes relativos ao coração e á estatua de D. Pedro 4.º»; e outro de «Documentos relativos aos actos publicos e solemnes em obsequio de D. Pedro 5.º». Na collecção se depara com um «Indice chronologico»; bem como alli se topa ainda com uma «Descripção historica das Arcas, Fontes e Aqueductos da cidade do Porto». Encontramos um livro de «Programmas e descripções de festejos publicos» e damos com uma «Vida de D. Manuel de Santa Ignez, vigario capitular, governador do

bispado e bispo eleito do Porto», pelo «seu secretario privado, Chanceller e Distribuidor do mesmo bispado», escripta em 24 de janeiro de 1854.

Apparece-nos o tomo I de uns «Apontamentos para os annaes municipaes do concelho do Porto desde 1832 até 1839», e logo nos surge uma «Descripção historica da antiquissima Villa Nova de Gaya», feita pelo referido H. D. Sousa Reis em 8 de março de 1849.

Este indefesso official maior da Secretaria da Municipalidade do Porto de seu punho escreveu em 1857 uma «Collecção de leis relativas á administração municipal, e com especialidade das que dizem respeito á do Concelho do Porto, selecta na legislação portugueza até ao anno de 1855, egualmente organisada alphabeticamente».

Elle, em 1873 até 1875, elaborou, «por estudo e recreio, compilando tudo quanto se tem publicado a respeito d'este infeliz principe», uma «Chronica de D. Antonio de Portugal, prior e administrador do notavel priorato do Crato, filho natural do infante D. Luiz e de D. Violante Gomes, denominada *A Pelicana*»; e em 1856 redigiu uma «Numismatographia portugueza ou descripção de todas as moedas, antigas e modernas, do reino de Portugal e suas conquistas, na Europa, Asia, Africa e America, com a citação de todas as leis e mais disposições regias que ordenaram seus cunhos, preços, pezo e metaes de que foram fabricadas, desde o principio da monarchia até aos nossos dias».

Receei largamente enfastiar, mais do que é permittido aliás n'este genero de escriptos, de si tam deleitosos para os iniciados como aridos para os profanos. Assim, limitando-me ainda a indicar a existencia na Bibliotheca do Porto, de raridades *modernas*, como o inencontravel *Bico de gaz*, de Camillo Castello-Branco, no thema punha ponto, o que para mais de um leitor, emfim desoppresso, já não seria sem tempo.

*

Não que d'outras livrarias portuenses quasi publicas menção não nos cumprisse fazer.

Por exemplo: a do Atheneu Commercial do Porto.

No artigo respectivo da *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, diccionario universal publicado sob a direcção de Maximiano Lemos, lente da Eschola Medico-Cirurgica do Porto, diz-se que a esplendida bibliotheca do Atheneu Commercial possue cerca de 17:000 volumes; e elles se encontram descriptos nos tres catalogos impressos, o primeiro em 1887, seu primeiro supplemento em 1892 e o segundo em 1899. Ao presente tracta-se da elaboração de um catalogo geral, reconstituido, reformado e completo pelas valiosas e numerosas acquisições effectuadas depois do apparecimento da ultima das listas referidas. A's quaes se deve additar o catalogo

especial, impresso em 1897, de uma *Miscellanea*, historico-juridico-politica, offerecida ao mesmo Atheneu pela ex.ma sr.a D. Luiza Rodrigues de Freitas, como recordação do socio honorario e seu fallecido marido José Joaquim Rodrigues de Freitas.

A este seu illustre socio honorario, fallecido em 27 de Julho de 1896, pensou o Atheneu que devia uma homenagem publica, pelos seus grandes serviços, sempre prompta e generosamente prestados á associação, que elle vira nascer, medrar e subir á posição honrosa em que se encontra, a qual a elle se lhe deve em grande parte, consoante o exara, por estas expressões, a Direcção que promoveu á sua memoria o preito, que lhe foi consagrado na solemne sessão publica de 19 de Dezembro d'aquelle anno de 1896, presidida, a convite do presidente da assembléa geral, sr. José da Silva Pimenta, pelo sr. Bento Carqueja, proprietario do jornal *O Commercio do Porto* em cujas columnas o preclaro extincto mais assiduamente collaborara. Além do presidente, discursaram n'essa sessão solemne o sr. Luiz de Magalhães, formado em direito e litterato distincto, e o dr. Duarte Leite, professor de Astronomia na Academia Polytechnica do Porto. Os dois discursos encontram-se em um opusculo, pelo Atheneu Commercial impresso, na typographia a vapor de Arthur J. de Sousa & Irmão, do Porto, em 1897.

Em Lisboa, em 1889, pelos impressores Adolpho, Modesto & C.a, se estampara, editado pela livraria A. Ferin, o *Elogio de Alexandre Herculano*, profe-

rido no Atheneu Commercial da cidade do Porto, em 13 de Setembro de 1888, pelo sr. Anselmo de Andrade, á data deputado da nação, e por seu illustrado auctor ao mesmo Atheneu offerecido.

Memorando a festa inaugural do edificio privativo do Atheneu Commercial (31 de Maio de 1885), um opusculo existe (typ. de Arthur José de Sousa & Irmão, do dito anno), no qual se comprehendem uma noticia sobre a fundação, evolução e fins do meritorio instituto, redigida pelo jornalista portuense sr. Sousa Moreira, o discurso de abertura da sessão solemne pronunciado pelo fallecido professor do Lyceu do Porto, Manuel Emilio Dantas, o do sr. Bento Carqueja, tendo por thema *Portugal perante a historia e perante a sciencia* e o do prégador regio Francisco José Patricio, *Orientação civilisadora das aspirações modernas*. O livro encerra ainda, de uma obra inedita sobre «Economia industrial», um extracto ácerca *Do consumo e do luxo, sua influencia na producção, resposta a objecções*, pelo notavel publicista Rodrigues de Freitas; bem como um estudo sobre *A Feitoria de Portugal em Flandres*, pelo sr. Joaquim de Vasconcellos. Da interessante collecção faz parte ainda uma enthusiastica *Saudação*, enviada de Lisboa por Dom Antonio da Costa; e ao folheto fecha-o uma nota informativa e carinhosa, de Coimbra endereçada por Pedro Róxa.

De iniciativa da Commissão da Bibliotheca, e sob a direcção de sua respectiva sub-commissão,

composta pelos srs. Carlos Affonso, Joaquim Gomes de Macedo e Manuel Caldas, começou a sahir, impresso na Typographia Occidental, de Costa Carregal, em 1892, um *Boletim do Atheneu Commercial*, cujo primeiro n.º abre com um artigo ácerca da *Crise*, que por então inquietava todos os espiritos, escripto por Oliveira Martins. N'esse *Boletim* collaboraram activa e valiosamente, entre outros, os srs. Carlos Affonso, Manuel Ramos, Augusto Nobre, Joaquim de Vasconcellos e Manuel Rodrigues de Miranda Junior; a publicação, porém, não passou dos primeiros fasciculos do segundo anno, que não chegou, pois, a completar.

Para a historia, até sua data, do Atheneu Commercial do Porto acham-se compendiados chronologicamente, em uma addenda ao Relatorio atinente á gerencia do anno de 1893, os subsidios que veem de 29 de Agosto de 1869, em que se funda a *Sociedade Nova Euterpe*, até 10 de Janeiro de 1885, em que ella toma o nome de *Atheneu Commercial do Porto*. N'esse anno realisa uma sessão funebre commemorando o trespasso de Victor Hugo; recebe solemnemente os exploradores Capello e Ivens, realisando este em seu magnifico salão uma conferencia sobre a sua segunda travessia d'Africa; outra alli effectua o dr. Bernardo Meirelles Leite, ácerca da sua *Viagem ao Dahomey*. Em 1886, o Atheneu offerece o seu edificio para a exposição das faianças das Caldas da Rainha, e bem assim abre suas portas a uma exposição de pintura; re-

presenta ao governo, pedindo a abertura de um concurso para o estabelecimento de uma carreira de vapores entre o Porto e a Africa Occidental Portugueza. Em 1887, no Atheneu Commercial do Porto realisa o dr. Antonio Candido a sua conferencia sobre *A moral na politica;* e, em 1888, a Direcção dá os nomes de Camões, Garrett e Herculano a egual numero de salas, em que se distribue a bibliotheca, e inaugura a exposição de faianças, realisando o sr. Joaquim de Vasconcellos uma conferencia sobre o thema *A antiga industria das Caldas da Rainha e a industria actual.* Em 1889, concorre á exposição organisada pelo Club de Caçadores, no Palacio de Crystal, com as armas africanas que pertencem ao seu Museu; representa-se no congresso da *Liga Internacional do Ensino*, em Paris; promove uma exposição de rosas; solemnisa o anniversario do fallecimento de Almeida Garrett e suggere a idéa da erecção de um monumento em sua honra, iniciando a subscripção para tal fim; n'este anno se effectuam as conferencias do conego Barrôso, actual bispo do Porto, sobre *Assumptos africanos* e do professor José Julio Rodrigues, *O Commercio e a Industria em Portugal* e *Portugal perante a Europa.* Em 1890 é o francez Astier de Villate quem no Atheneu Commercial discretéa sobre *Agronomia* e alli se abre com applauso a exposição dos trabalhos architectonicos do mallogrado artista portuense Joel da Silva Pereira; profundamente emocionado pelo

insulto feito aos brios collectivos, o Atheneu protesta contra o *ultimatum* britannico, inicia uma subscripção para o fundo da defeza nacional e offerece as suas salas para n'ellas se realisarem as sessões da *Liga Patriotica do Norte*, então fundada em publico comicio e constituida na casa da Camara do Porto. Em 1891 realisa-se uma sessão solemne em honra do infeliz sertanejo Silva Porto e teem logar as conferencias do sr. Manoel Rodrigues de Miranda Junior sobre *A Reforma do Ensino industrial* e de Leonardo Torres sobre *A situação economica e financeira de Portugal, suas causas e effeitos;* representa-se o Atheneu na Commissão da reforma das pautas do Ultramar; subscreve para as victimas das innundações da ilha Terceira; sua gerencia assiste á trasladação dos despojos de Antonio Augusto de Aguiar, sauda seus consocios que tam brilhantemente destacaram na Exposição da Industria Nacional, realisada no Palacio de Crystal e deplora, em publico diploma, a grande perda nacional soffrida pelo passamento de Latino Coelho, Luz Soriano, Gomes de Amorim e Anthero de Quental. Em 1892, abre-se no salão da sociedade a exposição dos trabalhos em esculptura e pintura devidos a Teixeïra Lopes e José Velloso Salgado; realisa-se uma conferencia do sr. Francisco Newton sobre *Costumes, industria, commercio e organisação politica, fauna e flora da ilha de S. Thomé e de Dahomé;* cooperando por fim na creação de um *Instituto de soccorro ás victimas do*

trabalho. Em 1893 realisa uma exposição photographica e promove uma conferencia do sr. Jayme Batalha Reis sobre o thema *Os vinhos portuguezes e seus mercados*, esboça o plano de uma Eschola Superior com os cursos industrial e commercial, introduzindo os trabalhos manuaes e traça os delineamentos de um Museu de Historia Natural para estudo das riquezas congeneres do paiz, na sua parte continental.

Força é resumir. Assim, entrecortadamente, tomaremos do relatorio do anno de 1897 a nota da festa infantil; da exposição de cravos; das conferencias, a 15 de Fevereiro, do sr. Alberto Velloso de Araujo sobre *Piscicultura;* do capitão de infanteria, sr. A. A. Torres de Andrade, a 13 de Março, sobre assumptos coloniaes e que o conferente denominou *Lourenço Marques*, tendo a ella presidido o sr. F. Simões Margiochi. No anno de 1899, registraremos o sarau litterario commemorando o centenario de Garrett, em que usaram da palavra os lentes da Universidade drs. Bernardino Machado e Francisco Fernandes e o conde de Samodães; e a sessão de anti-espiritismo, em que se apresentou Berendt e que se realisou a 21 de Abril; n'esse anno, o Atheneu contribuiu avultadamente para duas subscripções, destinadas uma ao saneamento da cidade e a outra á creação de novos e hygienicos bairros operarios. No anno de 1900, deu-se que da resolução, approvada pela Assembléa Geral de 3 de Abril, por proposta do snr. Adolpho Maria de Sá Monteiro, para

que, da subscripção aberta para commemorar o quarto centenario do descobrimento do Brazil, revertendo 10 % para a compra de livros de escriptores brazileiros ou referentes ao Brazil, podesse a bibliotheca da aggremiação augmentar o numero de seus volumes; realisou-se uma conferencia sobre a *Africa Occidental* pelo rev.mo p.e José Severino da Silva, bem como uma sessão solemne, commemorativa do quarto centenario do descobrimento do Brazil, na qual usaram da palavra o dr. Francisco Fernandes e o conego dr. Alves Mendes, lendo o dr. Bernardo Lucas a mensagem pelo Atheneu Commercial do Porto endereçada ao presidente da republica dos Estados-Unidos do Brazil; n'esse anno, o Atheneu enviou á camara dos deputados uma representação para que as cinzas de Almeida Garrett repoisem no Pantheon dos Jeronymos, representação que foi redigida pelo snr. J. D. Ramalho Ortigão e se encontra archivada de pag. 70 a 72 do Relatorio d'esse anno. No de 1902, a 6 de Fevereiro, effectuou o snr. Augusto Fuschini no Atheneu Commercial do Porto uma conferencia sobre *A questão dos credores externos;* e houve um concurso litterario, por proposta dos snrs. Antonio de Lemos e Raul Caldevilla, para a melhor peça theatral que se apresentasse a sollicitar o premio, o qual foi conferido, no anno de 1904, após a decisão de um jury composto dos jornalistas portuenses snrs. João d'Oliveira Ramos, José Augusto d'Oliveira Alvarenga, Firmino Pereira (com declaração),

Julio Gama e dr. Bernardo Lucas, ao snr. Antonio Alvares Guedes Vaz, tenente de infanteria e auctor da comedia *Nuvem que passa*, peça litteraria que tinha por divisa: *Alea jacta est.* No anno de 1903 houvera uma conferencia do snr. Pereira de Lima, subordinada ao thema; *Portugal perante o movimento economico moderno*, em 17 de Janeiro; e a 14 de Março, outra pelo snr. Augusto de Castro, *Aspectos moraes da sociedade portugueza.* Em 1904, na assembléa geral de 13 de Dezembro, foi apresentado o Relatorio da commissão, pouco antes encarregada de estudar a remodelação do museu do Atheneu Commercial do Porto, composta dos snrs. Manuel Francisco da Silva, Francisco Xavier de Sousa, Pinho Leitão, Julio Cardoso Pinto Malheiro, José Dias Alves Pimenta, Francisco de Gouvêa Peixoto, Eduardo Sequeira e Adolpho Maria de Sá Monteiro, relator; approvadas unanimemente suas conclusões, foram tambem unanimemente escolhidos para a commissão proposta para levar a effeito as conclusões do parecer os snrs. Adolpho Maria de Sá Monteiro, Eduardo Sequeira e Alfredo de Leão Pimentel; o relatorio d'esse anno acompanha-se de duas estampas, motôr, dynamo e quadro de distribuição, e bateria de accumuladores, attinentes á installação electrica e illustrativa da exposição do director, snr. A. Annibal de Barros.

A sua abundancia impede a tarefa de enumerar os saraus litterarios, cuja resenha consta dos suc-

cessivos relatorios das varias gerencias, n'elles collaborando amadores aprimorados e artistas distinctos, que recitam composições proprias ou poesias dos mais insignes escriptores portuguezes, antigos e modernos. Não esmiuçaremos ainda os copiosos festivaes realisados no Atheneu, *matinées* de canto, bailes infantis, nem nos deteremos mesmo em noticiar dos brilhantes concertos de musica moderna e de musica classica, em que teem cooperado os mais assignalados executantes, tanto nacionaes como extrangeiros. Os programmas d'esses concertos estão recolhidos nos diversos relatorios e o seu exame demonstra da proficiencia technica e do requinte esthetico de seus organisadores.

Não só em seu edificio o Atheneu tem fundado aulas e sustentado cursos, como um especial de gymnastica, mas tambem ha creado galardões a aproveitados alumnos e examinandos distinctos, como o Premio Xavier da Motta; e no seu salão se teem realisado prelecções de alto ensino, como a serie, recentemente produzida pelo snr. Vasconcellos Abreu, desenvolvendo o curioso thema do *Buddhismo indiano.*

Em 1897 sahiu dos prelos portuenses de Arthur José de Sousa & Irmão uma resenha referente á collecção petographica nacional do Atheneu Commercial do Porto, á qual a constituiram exemplares de minerios de rochas portuguezas representativas de varios dos principaes jazigos e pedreiras do paiz. Ultimado de havia muito esse trabalho, julgou-se

então conveniente, sobretudo porque essa collecção encerrava, para os não profissionaes, elementos bastante educativos ácerca dos recursos do solo portuguez, dar publicação á lista systematica dos exemplares constitutivos da referida collecção. A' Commissão dos trabalhos geologicos, a algumas companhias mineiras e a particulares se deviam os specimens de cuja revisão total, classificação de certos e final etiquetagem se incumbiu graciosamente o professor da Academia Polytechnica snr. Manuel Rodrigues de Miranda Junior, o qual no Atheneu effectuou uma conferencia ácerca dos *Marmores de Vimioso.*

Relendo as laudas escriptas, numerosas lacunas destacaram a um simples, primeiro relance: não fallamos da salla d'armas; não frisamos nem a sessão commemorativa, a quando do centenario do infante D. Henrique, nem os congressos pedagogicos effectuados no Atheneu, o dos professores primarios sob a presidencia do respectivo inspector snr. Ferreira Figueirinhas. Ia-nos até esquecendo a menção do medalheiro, onde se contém uma moeda rara de Swintilla e de cujo catalogo se fizeram tiragens varias em papeis especiaes. E não memoramos tambem a Camoneana e a Camilliana, duas collecções de evidente importancia.

A marca usada nos livros da sua Bibliotheca é a que acompanhou, em *fac-simile,* na sua primeira publicação estas linhas; e a divisa do

Atheneu Commercial do Porto esta é: *Inter folia fructus.*

A pag. 121 do volume anterior do *Archivo* em Genova publicado pelo snr. Joaquim de Araujo encontra-se o capitulo que diz respeito á Sociedade Nova Euterpe, que antecedeu o Atheneu, sendo origem da nova aggremiação. Faltara alli dizer que, por occasião da approvação dos estatutos da Euterpe, Guilherme Braga, o futuro poeta dos *Falsos Apostolos* e do *Bispo*, recitou de improviso, no competente sarau commemorativo, os seguintes enthusiasticos versos:

Temos Lei; firma-se ovante
Nosso pendão triumphal,
Que não se agita ondulante
Nas mãos do genio do Mal,
Que se não crava na terra,
Com a legenda da guerra,
Da morte, da assolação,
Mas tem o distico puro
Das bandeiras do Futuro:
Gloria, Paz, Luz, Instrucção!

II

Frei Pedro Calvo — João Pereira Baptista Vieira Soares — José Maria Pereira Baptista Lessa.

Guilherme Braga... Poeta! Propheta?

Como quer que avisem, o que é indubitavel é que interprete do sentir portuense foi, a 9 de julho de 1872, perante o rei D. Luiz fallecido, sua esposa D. Maria Pia, seus filhos, o actual monarcha e seu irmão o infante D. Affonso.

Andava então muito sobresaltado o pensamento publico aqui, pelos progressos da propaganda reaccionaria, que, com temeridade audaciosa, proclamava os principios do absolutismo. O pensamento liberal do Porto formulou o seu protesto, consubstanciando a causa da liberdade com a da dynastia. Houve uma recita de gala em a data commemorativa, aquella de 9 de julho, no theatro de S. João. Ahi, de camarotes, declamaram poetas,

e pelas plateias se distribuiram poesias. Inspiram-se todas essas composições de uma idéa commum. Em um soneto, o dramaturgo e jornalista Guerra Leal disse:

. . . . . .
Dous «viva» une o Porto n'um só brado:

A' liberdade! Seu fiel luzeiro;
E n'este «viva» um outro enlaçado:
— Ao rei...

No primeiro intervallo, o guarda-livros alitteratado, politicante, orador, ajonatado, fallecido Vieira de Andrade recitou uma poesia, que, dirigindo-se á cidade e aos combatentes illustres das suas pelejas historicas, terminava exclamando:

O' noiva formosa do Douro brilhante!
Heroes d'outros tempos, erguei-vos do pó!
Gritae — «Liberdade» — com voz trovejante,
Que a digam mil brados, fundidos n'um só!

Com effeito, a solidariedade então estabelecida entre a liberdade e a monarchia constitucional pareceu tão intima, duradoira e profunda que de Bragança acudiu a oblata dos versos do republicano Alexandre da Conceição, o qual declarou:

Eu curvo-me á passagem dos monarchas,
Quando o throno em que assentam se ergue em braços
D'um povo liberal;
Porque então não saudo o rei, um homem;
Saudo o meu paiz, um povo inteiro,
A patria, Portugal!

D'esta alliança entre os liberaes e a dynastia, quem era o garante e defensor?

Era o Porto. O Porto não permittiria jámais que retrogradassemos, todos os portuguezes, ás epochas ominosas, e tão proximas aliás, da intolerancia e da oppressão.

Poderia alguem pôl-o em duvida? No theatro uma poesia impressa que circulou respondeu, perguntando:

Nunca!... Porquê!... acaso o Porto invulneravel,
O Porto, o grande livre, o apostolo moderno,
Seus brios esqueceu?
E onde surgiu a luz, gloriosa, immensuravel,
Ha-de reinar a treva? ha-de existir o inferno
Onde resplende o céu?

Eram esses os tempos ingenuos da mocidade. Sonhava-se a felicidade. Cria-se e aguardava-se. Eram os tempos da confiança e da esperança, esses.

Qual o penhor d'essa esperança? Em quem confiava o Porto para, no futuro proximo, defender e garantir a conservação e a salvação da liberdade?

Confiava no senhor D. Carlos e em seu irmão, o senhor D. Affonso. N'elles esperava. Os poetas do momento nol-o dizem, interpretando o pensar e sentir collectivo.

De abundancia de coração, o illustre Guilherme Braga, sacudindo a juba romantica, assim fallou á rainha D. Maria Pia:

Tu, neta do heroe do Goito,
Filha do heroe do Piemonte,
Tu, que tens hoje na fronte
A c'rôa de Portugal,
Tu, ó mãe, dize a teus filhos,
Loiras, formosas creanças,
Que ellas são hoje as esp'ranças
D'esta cidade leal!

Dize-lhes tu que estas almas,
Rudes sim, mas extremosas,
Lhes vão juncando de rosas
Da infancia o placido abril!
Que junto ao berço, onde sonham
Co'as mil visões d'essa edade,
O archanjo da Liberdade
Lhes vela o somno infantil!

E, no tuteamento familiar do estylo grandiloquo, o poeta, já esquecido do berço dos principes, os quaes, de facto, á data já não eram nada meninos de berço, para D. Luiz, seu pae d'elles, e frisando na divagação poetica que as senhoras estavam de azul-e-branco:

Tu, ó rei, tu lhes explica
As nossas côres formosas;—
Nossas mães, irmãs e esposas,
Como nós livres tambem,
Para mostrar que são filhas
D'esta cidade altaneira,
Vestem da côr da bandeira
Bordada por tua mãe!

Egualmente já no primeiro intervallo d'aquelle accidentado espectaculo, fremente do delirio de uma fé sincera e candida, o citado Manuel Vieira d'Andrade assignalara a preoccupação commum:

Ao vivo recordar d'um dia grande,
Dia nove de julho,
No largo peito, o coração do Porto
Estremece d'orgulho!

O velho athleta das gigantes luctas,
Esta heroica cidade,
Estreita d'uma vez, nos braços fortes,
O rei e a liberdade!

Interpella o recitador o proprio coração. Incute-lhe a audacia da confiança. Exhorta-o, pois vê tambem o futuro da liberdade assegurado pelo penhor dos dois jovens principes:

Palpita, coração! deixa o pensar,
Puro, liberto, esplendido e leal,
Sem medo esvoaçar
A' tribuna real,
Como as ondas encrespadas,
Como um mar cheio d'esp'ranças,
Beijar as tranças doiradas
D'aquellas loiras creanças!

Creanças, estrellas que fulgem no céu
Da patria, por ellas coberta de luz!
Penhor do futuro! esp'rança d'agora!,
Que a alma namora e a alma seduz.

Em lingua latina, poeta é, como em portuguez, poeta. Mas, áquelle que faz versos, tambem, p. ex. em Horacio e Tacito, vêmos chamarem-lhe vate; e vate, p. ex. em Cicero, Tito Livio e Virgilio, vêmos que se chamava, outrosim, ao adivinho, ao oraculo, ao propheta, áquelle que vê e lê no futuro e, por consequencia, annuncia, de ante-mão, as coisas vindoiras.

*

Teriam sido vates os poetas que fulgiram, em o theatro de S. João, na noite de 9 de Julho de 1872?

Poetas em annos de prosa estão arriscados a duvidosamente acertar; e, em todos os tempos, de poetas correu o chôro, a flux de sentidos queixumes, sobre a charneca das illusões perdidas.

Assim, vibrante de colera contra o jesuitismo invasor do Porto, propheta teria sido n'essa noite no theatro portuense o portuense poeta Guilherme Braga?

Tu, que em sangue mitigavas
A sêde que te devora,
Tu, que tinhas por aurora
A luz, dos autos-da-fé,
Milhafre do jesuitismo,
Que pairas por sobre o Porto,
Se julgas que elle está morto,
Vens encontral-o de pé!

Querias vir acolher-te,
Ave de sangue e rapina,
D'estas muralhas em ruina
Sob os inclitos brazões!
Vae chumbar tuas algemas
Aos debeis pulsos dos cafres!
Não fazem ninho os milhafres
Na caverna dos leões!

E' bello, não ha duvida. Mas seria caso? Não ha duvida, é soberbo e magnifico. Mas seria rigoroso e exacto?

E, comtudo, a clerophobia é bem antiga no Porto; bem antiga foi em todo Portugal, espontanea

ou inoculada, a aversão contra a fradaria, consoante nol-o revela a propria justificação, em replica, d'um frade portuense, homem de merito. Elle foi frei Pedro Calvo.

D'este Fr. Pedro Calvo, natural da cidade do Porto, sendo filho de João Gonçalves e Margarida Annes de Calvos, diz Diogo Barbosa Machado que professou o instituto da sagrada Ordem dos Prégadores em o convento da então villa de Aveiro; a 25 de Agosto de 1566,

para ser ornato de tão sabia familia, ou fôsse exercitando o magisterio na Cadeira de Prima de Theologia, em que jubilou, ou fôsse conciliando os maiores applausos em o ministerio concionatorio, pelo qual subiu a Prégador da Magestade de Filippe II de Portugal.

Accrescenta Barbosa Machado que duas vezes foi Pedro Calvo prior do convento de Lisboa, e regente da sua Universidade. Seu talento fôra celebrado: pelo illustrissimo Cunha, in *Decret. ad Cap. Gen.*, dist. 54, n. 38; por D. Franc. Manuel, Cart. I da Cent. 4 das suas *Cartas;* por Joan. Soar. de Brito, *Theatr. Lusit. Litter.*, lit. P., n. 23; por Cardozo, *Agiol. Lusit.*, Tom. II, pag. 427, no Comment. de 4 de Abril, lit. G; por Nicol. Ant., *Bib. Hisp.*, Tom. 2, pag. 141, col. 1; por Muños, *Vid. de Fr. Luiz de Granad.*, liv. 3, cap. 5; por Lopes, *Chron. da Ordem de S. Domingos*, Cent. 5, liv. 3, cap. 63; por Fernandes, *Notit. Script. Ord. Præd;* por

Echard, *Script. Ord. Præd.*, Tom. 2, pag. 441, col. 1.

Registra seguidamente Barbosa Machado as obras que em latim e em portuguez Pedro Calvo compoz. Assim, as *Homilias da Quaresma em duas partes divididas*, sendo a primeira impressa em Lisboa por Pedro Craesbeeck, em 1627, e a segunda, em 1629, na mesma cidade, mas por Matheus Pinheiro.

Para a primeira parte outhorgou a idonea licença no convento de S. Domingos de Lisboa, em 26 de Setembro do anno de 1626, frei Antonio Tarrique, prior provincial, recommendando promptidão na impressão d'aquellas homilias, « por serem ha muitos dias esperadas. » Da segunda parte das ditas homilias a devida permissão coube conferil-a ao prior provincial, frei Manuel Telles, no convento de S. Domingos do Porto, em 3 de Novembro de 1628, advertindo-se, por egual, ao interessado que com toda a brevidade as désse á impressão, « porque se não dilate o fructo que d'ellas resultará aos christãos. »

Porém em portuguez o trabalho marcante de frei Pedro Calvo foi o livro da *Defensão das lagrimas dos Justos perseguidos, e das sagradas Religioens fructo das lagrimas de Christo.* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1618, 4.°

Esta obra diz Barbosa Machado que foi composta contra o livro intitulado *La misère des temps*, em que se vituperavam os religiosos mendicantes.

Sahira traduzida em castelhano por Fr. Vicente Gomez, dominico, Valencia, por Juan Crisostomo, 1621, 4.° A esta obra fizera distincta Nicolau Antonio, no logar acima allegado, do *Defensorium Sacrarum Religionum,* que elle intitula, sendo a mesma.

Motivando-se, fr. Pedro Calvo explica-se assim:

Nesta nossa idade de 1617 soou por nossas orelhas hum tom, ou destom, de hua voz que em algum modo se parece com aquella a que S. Thomas chamou irracional, temeraria, injusta, porque mais atroa do que prova, nascida, se lhe havemos de crêr, não de odio, que murmura, mas de charidade, que chora a cahida grande das sagradas religiões, que deram tal baixa (diz esta voz) e estão hoje tam longe da sua primeira instituição que, posto que nellas haja ainda alguns varões verdadeiramente religiosos e pios, todavia affirma serem mui poucos, que a maior parte, por viverem esquecidos de sua salvação e profissão, se póde temer que se percão.

No começo do seculo XVII vê-se, pela necessidade da defeza a que metteu hombros frei Pedro Calvo em Portugal, que em Portugal mesmo o prestigio dos frades começava a abalar-se; abaladissimo estava nos começos do seculo XIX. Não que na hora do perigo os frades se não defendessem rudemente, com unhas e dentes, aos adversarios, os «liberaes» da epocha, não perdoando, quando a crise do terror, pela demagogia absolutista, chegou.

Fundando-se no portuense Monteiro *(Hist.)*, Oliveira Martins *(Portug. contemp.)* memora que os frades e a plebe tinham trucidado em Villa-Viçosa uma leva de 70 presos, que ia de Lisboa para

Elvas. E, confundindo-se aliás, traça um quadro impressivo dos assassinatos juridicos nos patibulos da Praça Nova no Porto. Escreve:

Com os condemnados á forca havia no Oratorio outros, com a pena já commutada em degredo como Pestana, ou em prisão perpetua como Bandeira, — o Bocage minhoto em quem brotava a *vis* poetica popular. Por um requinte de crueldade deixavam-os agonisar no Oratorio, para só depois lhes dizerem que, forros da morte, deviam assistir de alva e corda á morte dos companheiros...

O relevo da responsabilidade na acquiescencia e sancção da chacina não deixa Oliveira Martins de o frisar, de concomitancia sempre com a plebe, ainda para com os frades. Refere:

No dia 7 a plebe cantava..., em salvas estrepitosas — Viva D. Miguel I e das janellas dos Congregados e dos Loyos respondiam, acenando lenços, os frades e toda a gente que as atulhava, debruçada para assistir á funcção (Monteiro, *Hist.*).

E no domingo 6 de Maio de 1906 tambem, de minha parte humilde, o relembrei em um artigo a que puz por titulo *Os oculos do Bandeira*, titulo que parecia annunciar comedia, e era de uma tragedia que ia lêr-se.

No dia seguinte fazia 77 annos.

Pois em 7 de Maio de 1829, um dos de mais funebre recordação para esta cidade do Porto, por volta das 10 horas da manhã, dos liberaes condemnados pela Alçada absolutista, fôram os dez pade-

centes na forca e os sentenciados a assistir ás execuções tirados da Relação e levados com o habitual acompanhamento, do qual faziam parte as tumbas da Misericordia que haviam de receber os cadaveres, pela Porta do Olival, Calçada dos Clerigos e Largo dos Loyos, á Praça Nova, onde em duas forcas, intencionalmente levantadas (como o frisa o dr. Pedro Augusto Dias, em um de seus interessantissimos estudos que modestamente, tão só, de subsidios qualifica para a historia politica do Porto) sobre os alicerces do monumento commemorativo da revolução liberal de 24 de agosto 1820, João Branco, o lendario carrasco, e outro algoz, chegado de Lisboa no dia 16 de Abril, deram, em presença de grande ajuntamento de povo, cumprimento á sua execranda missão.

O muito illustrado dr. Pedro Dias equitativamente põe em relevo o que mostra que os membros da Alçada votavam livremente, conforme as suas consciencias ou as suas paixões; elle está tambem convencido de que o governo de D. Miguel influira nas deliberações da alçada, mas tem rasões para crêr que essa influencia se exercera não nas sentenças, como se disse, porém só na decisão dos embargos, não obstante haver factos, adverte, que podiam levar-nos a acreditar que se estendera mais longe, a ponto de os accordãos do tribunal serem realmente chancellas das ordens dos ministros. Assim, sendo de 9 de Abril a sentença, que mandou cortar e expôr em diversos logares as

cabeças dos reus condemnados á morte na forca, já no dia 6 tinha sahido de Lisboa em direcção ao Porto o «meirinho das cabeças», com o seu escrivão, chegando aqui no dia 16 á tarde.

A' uma hora da tarde d'esse fatal dia de 7 de Maio de 1829 estava tudo acabado. Os cadaveres dos enforcados, decapitados, como mandava a atroz sentença, eram transportados pelos irmãos da Misericordia para o «Adro dos enforcados», situado, consoante se sabe já, na rua chamada depois da Liberdade, onde tiveram sepultura. As suas cabeças, cravadas nos patibulos, ficaram offerecidas á contemplação de muito povo, que da cidade e das aldeias proximas correu a vêl-as n'essa tarde e na manhã seguinte, até á hora em que o algoz, acompanhado pelo «meirinho das cabeças», alli foi buscar oito, que, em cumprimento das sentenças, deviam ser expostas na Cordoaria, na Foz, na Villa da Feira, e em Aveiro e Coimbra. No dia 12, a irmandade da Misesicordia foi, encorporada, á Praça Nova levantar as duas cabeças, «que por cinco dias lá estiveram offerecidas á compaixão d'uns e ao odio d'outros» e, recebendo-as no seu esquife, seguiu para a Foz, recolhendo as outras e dando a todas enterro em uma sepultura na sua egreja.

Nos outros reus cumpriram-se tambem as sentenças na parte que era de execução immediata. Os condemnados a assistirem ás execuções deram as tres voltas ás forcas e ao montão dos cadaveres dos seu infelizes companheiros.

Aquelles a quem tocara a pena de açoutes sahiram da Relação na manhã do dia 16 de junho, nús da cinta para cima, acompanhados plo algoz e officiaes de justiça e escoltados por cavallaria e infanteria da policia. Seguiram pela Porta do Olival, Clerigos, Praça Nova, Porta de Carros, rua das Flôres e de S. João, Ribeira, rua dos Inglezes, Banhos, Porta Nobre e Miragaya, onde se vestiram. Tinham sido açoutados pelo carrasco em differentes pontos do seu trajecto, precedendo pregão; e, cumprida esta parte das sentenças, «chagados e vertendo sangue», voltaram para as enxovias da Relação.

Os dez suppliciados na Praça Nova em 7 de Maio de 1829 fôram: Bernardo Francisco Pinheiro, capitão de ordenanças, natural do logar das Airas, freguezia de S. Jorge, no concelho da Feira; Clemente da Silva Mello Soares e Freitas, juiz de fóra da Feira, natural de Aveiro; Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, desembargador da Casa da Supplicação; Francisco Silverio de Carvalho, fiscal dos tabacos, natural de Aveiro; Joaquim Manuel da Fonseca Lobo, tenente coronel do batalhão de caçadores n.º 11, natural do Porto; José Antonio de Oliveira da Silva Barros, empregado no tabaco, natural do Porto; José Maria Martiniano da Fonseca, bacharel em direito, natural da ilha da Madeira; Manuel Luiz Nogueira, juiz-de-fóra de Aveiro, natural do Porto; Victorio Telles de Medeiros, tenente-coronel de milicias da Louzã, natural da

freguezia de Ceira, concelho de Coimbra; e Antonio Bernardo de Brito e Cunha, contador da Real Fazenda, natural do Porto.

Ainda em 9 de outubro d'esse terrivel anno de 1829 mais dois liberaes fôram enforcados na Praça Nova do Porto.

O primeiro d'elles era Clemente de Moraes Sarmento, sargento de caçadores n.º 10, natural de Aveiro, de onde veio preso, dando entrada nas cadeias da Relação em 19 de junho do referido anno. Em 3 de julho fôram-lhe assignados cinco dias para dizer de facto e direito. Em 18 de setembro foi condemnado a que, com baraço e pregão, fôsse levado pelas ruas publicas do Porto ao largo da Praça Nova e na forca que ahi estava levantada morresse enforcado, e depois ser-lhe-ia cortada a cabeça, para ser conduzida pelo algoz ao largo do Pelourinho de Aveiro e ahi ser pregada n'um alto poste e ficar exposta por tres dias, e além d'isto na confiscação e perdimento de todos os seus bens.

O segundo dos dois da matança de 9 de Outubro era João Henriques Ferreira Junior, filho-familia, do logar de Albergaria-a-Velha, para onde, depois de cortada, manda a sentença que lhe fôsse pelo algoz conduzida a cabeça, a qual alli seria pregada tambem n'um alto poste e assim se conservaria exposta egualmente por espaço de tres dias.

Em 6 de Outubro aos dois lhes foi intimada a sentença e ambos subiram logo ao Oratorio; e, sendo aos dois desprezados no dia 8 os primeiros

e segundos embargos, fôram enforcados no dia 9 do mesmo mez e anno.

Ora, a assistir á execução de Clemente de Moraes Sarmento e João Henriques Ferreira Junior é que foi condemnado José de Souza Bandeira, escrivão, natural de Guimarães, que déra entrada nas cadeias da Relação em 13 de Janeiro de 1829 e que depois deveria ir degredado por toda a vida para o presidio de Pungo-Andongo, com pena de morte, se voltasse a estes reinos, sendo em 9 de Agosto de 1830 remettido, embarcado, para Lisboa, a fim de ir de lá para o seu destino.

Prolongada enfermidade, que lhe poz a vida em perigo, resultou para José de Souza Bandeira, o jornalista futuro « Braz-Tizana », do lancinante espectaculo da execução dos seus dois companheiros de carcere e de processo, Clemente de Moraes Sarmento e João Henriques Ferreira Junior, á qual na mesma sentença, consoante ficou dito, foi condemnado a assistir.

Referindo, no lance atroz exclama o dr. Custodio José Vieira:

Que terriveis momentos, que angustiosa situação! A cada passo das victimas uma ancia, a cada vista do cadafalso uma vertigem! Era tão lastimoso o estado de Bandeira que um soldado da escolta, por compaixão, lhe murmurou ao ouvido: — *Tire os oculos;* mas, infelizmente, postoque aproveitada a lembrança, se as trevas do corpo lhe pouparam o horror da scena, nem por isso lhe suavisaram a tortura moral, em que se lhe partia o coração e a alma se lhe dilacerava.

Oh anonymo misericordioso, pobre soldado da escolta infamante, quando te amerciaste da agonia d'esse moribundo e, baixo, ao ouvido, lhe suggeriste a evasiva redemptora, subitamente no peito alanceado lhe estremeceu de certo o coração áquelle suppliciado antigo, cuja imagem se não pejava de hastear na chacina a fradaria do cortejo hediondo, e invisiveis, mysteriosas, enternecidas, agradecidas lagrimas humedeceram de certo os olhos tristes do divino Jesus...

*

* *

D'esse atormentado, calamitoso e heroico, periodo de nossa historia contemporanea, resenha deixou manuscripta, pelo que mais determinadamente ao Porto concerne, o portuense João Pereira Baptista Vieira Soares; a todas suas obras impressas Innocencio exara que prefere sem duvida, por mais importante e trabalhosa, essa cujo titulo primeiro é o seguinte: *O Heroismo e a Gratidão*, e que o auctor, posto que no frontispicio se indique a data de 1850, consta, comtudo, que concluira em 1844, sem que por isso deixasse de a seu manuscripto o limar, addicionar e pulir successivamente em quanto a vida lhe durou, que foi até 8 de Maio de 1852.

Sem o nôme do auctor, impressa por H. Lewis em 1814, sahiu, de João Pereira Baptista Vieira

Soares, em Londres uma *Censura sobre o regimento do Juiz do Povo, Procuradores e Mesteres da Casa dos Vinte e Quatro da cidade do Porto, ou breve razoamento sobre a origem d'estes homens publicos, e representantes da terceira ordem do Estado, etc.*

No tomo xv de seu *Portuguez*, a proposito, João Bernardo da Rocha diz:

Eis aqui a origem d'esse folheto patriotico: quando a illustre cidade do Porto deu o signal e primeiro grito da liberdade, que ao depois o reino seguiu e acabou com a expulsão dos francezes, o lettrado que por esse tempo era no Porto Accessor do Juiz do Povo e Vinte-e-Quatro aconselhou-os que requeressem ao Rio para d'ahi lhes vir, em paga dos notaveis serviços da cidade, a renovação dos antigos privilegios que haviam sido roubados ao povo em tempo que se ahi estabeleceu a Companhia; pareceu isso bem ao Juiz e Casa dos Vinte-e-Quatro, que ordenaram ao seu lettrado compuzesse um Regimento dos antigos privilegios e uma petição a requerer a confirmação d'esse foral; fêl-o assim o lettrado, fôram esses documentos para o Rio, d'onde nunca veio bom despacho e provimento senão uma Carta Regia ao Juiz do Povo a agradecer a lealdade (mallograda) dos portuenses, a quem, por unica paga de serviços, concederam accrescentamento nas armas da cidade, que foi, por corôa dos castellos, uma bandeira e uma espada! Então entraram alguns ociosos do Porto a tornar a culpa do ruim despacho ao Accessor, porque (diziam) o Regimento que havia ordenado era democratico e tinha demazias de jacobinismo; por isso pegou na penna esse lettrado e compoz o folheto sobredito [*Censura sobre o Regimento etc.*], no qual, simulando censurar o Regimento, deixou vêr bem claro que não eram novas as doutrinas d'elle e que o Porto, de tempos immemoriaes, gozara de todos os fóros, privilegios e regalias que no Regimento se continham.

Sabemos estas particularidades, porque o folheto se imprimiu aqui [Londres] em 1814 na officina do snr. Lewis, que era então nosso impressor, e moveu-nos a curiosidade a indagal-as e sabel-as, por a muita liberdade que achamos n'esse escripto, alapar com a facilidade e pureza de seu estylo, tão mal imitado dos francelhos atrevidos que hoje se têm por aguias e, sem as azas do engenho e bom saber, querem voar á immortalidade. Uma cousa podemos assegurar, e é o haver n'esse escripto a bôa e castiça phrase portugueza, etc.

*

* *

João Pereira Baptista Vieira Soares, entre outros filhos, teve a José Maria Pereira Baptista Lessa, escriptor elle tambem e que houve por tio materno a Duarte Lessa, fallecido sendo Consul geral em Liverpool. Este foi, consoante se memorou, um dos principaes membros da associação que preparou e dirigiu a revolução de 24 de Agosto de 1820 no Porto.

Posthuma se publicou a obra de José Maria Pereira Baptista Lessa, intitulada *Uma viagem* e impressa no Porto, em a typographia de Sebastião José Pereira, no anno de 1852.

José Maria Pereira Baptista Lessa fôra viajante á força, pois que, aos 16 annos, emigrou, no de 1828, pela Galliza, seguindo a sorte do exercito constitucional, de que fazia parte como voluntario em um dos batalhões creados no Porto. Mas em Dezembro de 1843 sua viagem foi de mais curto curso e voluntaria e aprazivel, sendo o trajecto

feito no aliás fatidico vapor *Porto* e o desembarque, ás dez horas e meia da manhã, no caes das Columnas. Abria-se um parenthese no rameram tediesco da pacata vida portuense por intermedio de uma digressão; os portuenses usavam, a dentro de muros, distrahir-se, nas epochas idoneas, pela phantasia de vistosos divertimentos, como, p. ex., os festejos carnavalescos. No memorativo lance, quiçá não venha fóra de proposito o enfeixar um punhado de remotas recordações historicas, ás diversões do carnaval no Porto dedicadas.

O illustre romancista portuense Arnaldo Gama, em certo dos seus livros mais interessantes, *Um motim ha cem annos*, cuja acção se passa no Porto por occasião da fundação da Companhia dos Vinhos pelo marquez de Pombal, consigna que «o carnaval foi sempre festejo muito favorito da gente do Porto»; mas accrescenta que «o carnaval n'aquella epocha era mui differente do que é hoje». Explica que «o Porto afigurava então, em dia de carnaval, vasto campo de batalha, em que os ovos, as laranjas, a agua, a farinha e a cinza do borralho eram as armas de um combate ferocissimo, de que no fim só havia a lamentar o trabalho de limpar o cabello e lavar a cara, o que nem todos faziam n'esse mesmo dia».

Vê-se que, folgando á ufa, não eram escrupulosos na escolha de seus gracejos os nossos bons maiores e que a sua jovialidade condizia com a rudeza da seriedade da epocha.

Todavia, áquelles que, expatriados, convivendo em sociedades mais amaneiradas e compostas, não podiam gozar do carnaval portuguez em que fôram nados e creados, uma acerba saudade os pungia, por se vêrem longe de tão ruidosas mas tão saborosas festanças. Assim aconteceu com o pobre Filinto Elysio em Paris. Fôssem-lhe lá fallar das finuras e galanterias francezas, que o indignavam como pastel recesso e ensôsso!

Não que o excellente Francisco Manuel fôsse incapaz de apreciar as coisas delicadas e assucaradas, perfumosas e gostosas, elle que era um quintessenciado. Vejam como explica o vocabulo *chuchurrebîo*. Diz d'elle assim:

. . . . . .

Palavra a mais imitativa e pittoresca (e por isso a mais energica) de quantas inventou a facunda Grecia, de quantas ainda hoje blasona a imaginativa Arabia. *Chuchurrebîo* significa, pois, o ultimo *quodsic* das coisas que bem se gostam, chuchando-as, remexendo-as, rumando-as, visitando com ellas, na pá da lingua, toda a cupula do paladar e todos os gabinetes dos gorgomillos; e, como quando não temos palavras que suppram o nosso encarecimento, nos servimos d'um gesto admirativo,—e escholasticamente de um assobio, que diz ás vezes mais que uma oração gratulatoria, consta, por essa rasão, a nossa palavra *chuchurrebîo* da mais rica e mais sonora onomatopeia; *chuchu*, do verbo *chuchar*, de que só usamos para com as cousas que mais delicada, e gulosa, e regaladamente nos saboream; os dous *rr*, que são, em cifra, uma allusiva repetição do verbo *regalar, recrear, regosijar*, e cujos *rr* denotam aquelle retorneio que a cousa regalada vai, como de romaria, fazendo pelas roscas da garganta; e emfim aquelle *bîo*,

que é o sonido final do *assobîo*, sinete de encarecida admiração que serve de remate e corôa á preciosissima palavra: *chuchurrebîo.*

Chuchurrebîo! Que exigentissimo sybarita que assim se compraz e delicía em chuchurrebîar!

Mas pelo carnaval não!

Para elle, o carnaval sempre seria

. . . . . o tresloucado Entrudo,
De alto barulho e dansatriz farófia,
De longo rabo-leva, e surriada,
De pós, talco, filhós, peruns, carniça.

Porém na sua ingrata patria o rodar do tempo, suavisando os costumes, corrigiria os desmandos, e a nova civilisação faria, pelo carnaval, até a caricatura das lendas romanescas e das crendices tradicionaes do velho Portugal.

Assim, aqui no Porto uma cavalhada, que ficou celebre, figurou em 1857 a chegada do *Encoberto*, vindo, afinal, da Ilha Incognita.

Todos os jornaes do Porto publicaram, na vespera, o programma d'essa cavalhada. O *Periodico dos Pobres*, «folha muito pontual em informações noticiosas», relembra-nos o snr. Alberto Pimentel, dizia assim:

Desembarque d'Elrei D. Sebastião. — Segundo o programma adoptado, deve verificar-se ámanhã, depois da uma hora da tarde, na lingueta occidental do barracão em Miragaya, que se achará ornada com bandeiras. A essa hora devem chegar as faluas da Foz em que vêm D. Sebastião e o joven

*

irmão do imperador de Marrocos, com os respectivos prestitos portuguez e marroquino. Largará então a encontral-os em escaleres a côrte, de que fará parte o Duque de Aveiro, e o desembarque será saudado por salva real em um dos caes. A camara, vestida de capas curtas, como era estylo no seculo XVI, lhe entregará as chaves da cidade; e o prestito seguirá pelas ruas seguintes, em caleches, seges e a cavallo, dando fim no largo da Batalha: — Banhos, Inglezes, S. João, rua das Flores, do Loureiro, Chã, Santo Antonio de Penedo, Casa Pia, Entre-Paredes, S. Lazaro (em frente da Bibliotheca), Pocinha, Santo Ildefonso, Santo Antonio, Praça de D. Pedro (em volta), rua do Almada, Gonçalo Christovão, Bomjardim, Praça Nova, Clerigos, rua de S. Filippe, Cordoaria (em frente do Hospital), Carmo, praça de Carlos Alberto, Cedofeita, Principe, rua do Rosario (do lado sul), Torre da Marca, Villar, rua do Priorado, Torrinha, Cedofeita, Boa-Vista, Santo Ovidio, rua 16 de Maio, rua da Conceição, Trindade, rua do Estevão, Fernandes Thomaz, Santa Catharina e finda na Batalha.

O programma cumpriu-se á risca e houve a satisfacção de que, apezar de ser immensa a concorrencia, tudo correu á bôa paz. «Nenhuma rixa, nenhuma briga nem desordem perturbou a festa», noticiava, depois d'ella, o mesmo *Periodico dos Pobres*. E, comtudo, houvera tal qual provocação, pois que «no mesmo acto em que se fazia o desembarque e desfilava o prestito pelas ruas, tres mascarados, em jumentos com chocalhos, e trajando descommunaes casacorios, espalharam, impressos, pasquins incendiarios, procurando metter a ridiculo a ceremonia, sem que isso originasse dissabor algum». O *Periodico dos Pobres*, que assim o conta, transcreve, no final de sua noticia, o tal pasquim a

que, segundo a vetusta technologia, chama incendiario; elle é simplesmente insipido, consoante melhormente em nossos dias o qualificou o portuense snr. Alberto Pimentel.

Ainda ha bem pouco que vivia um dos cavalheiros que tomaram parte n'esta famosa cavalhada d'el-rei D. Sebastião; era o mui distincto abridor Mollarinho.

III

Henrique Garcez — Pedro Gastão Mesnier

Mais longe do que o do portuense Lessa foi o passeio do portuense Garcez e, se no exilio viveu algum tempo o primeiro, em o desterro se finou o segundo.

De Henrique *Garces* (em Innocencio, Henrique Garcez), Barbosa Machado diz que natural fôra da cidade do Porto, d'onde passara ás Indias Occidentaes, e n'ellas assistira a maior parte da sua vida, occupado em o serviço da monarchia de Castella, devendo-se á sua industria que no Perú não corresse a prata sem ser cunhada e se uzasse do azougue para beneficio d'este metal.

Depois de estar livre do vinculo conjugal obteve um canonicato na cathedral de Mexico e, para que não passasse ociosamente as horas que lhe restavam do côro, traduzira, da lingua italiana em o hespanhol, *Los Sonetos, y Canciones del Poeta Fran-*

cisco Petrarcha, impressos em Madrid por Guillielmo Dravi em 1591, 4.°; e ultimamente traduzira em castelhano a obra latina de Francisco Patricio, com este titulo *Del Reyno, y de la institucion del que hade reynar*, no mesmo 1591, tambem em 4.°, egualmente em Madrid impressa, mas por Luiz Sanches.

Para castelhano, mas do portuguez, o portuense Henrique Garcez vertera *Las Luziadas de Camoens em Outavas*, por aquelle Guillielmo Dravi, em 4.°, estampadas em Madrid ainda em 1591. D'esta traducção fizera memoria Manuel de Faria e Souza, na *Vid. de Camoens* impressa no principio do Tom. 1 do *Commento das suas Rimas*, e era celebrado o traductor pelo padre Antonio dos Reys, *Enthus. Poet.*, n. 150:

Inferiora loco positos despectat olentis
Arboris incinctus folio Garcessius Ibero
Carmine Luziadas reddebat Numinis aure
Auscultante sonos avida.

Todas estas obras são difficeis de encontrar.

A' versão do nosso epico registra-a assim o snr. Brito Aranha: *Los Lusiadas de Luys de Camoens. Traduzidos de portuguez en Castellano por Henrique Garces. Dirigidos a Philippe Monarcha primero de las Españas y de las Indias. En Madrid. Impresso con licencia en casa de Guillermo Drouy impressor de libros. Año 1591.* 4.° grande de 4 innumeradas-185 folhas, e mais 2 de errata

e a designação typographica: «*En casa de Guillermo Drouy Impressor de libros. Año* 1591». A versão é em oitava rimada. A ultima folha tem o numero 851 em vez de 185. E' tão rara esta edição como as duas anteriores (de Caldera e de Tapia) pelo snr. Aranha descriptas. Falta á maior parte dos collecionadores. Possue um exemplar no Porto o snr. Antonio Moreira Cabral. O proprietario da livraria Internacional de Lisboa, Carrilho Videira, comprara em 1887 ao livreiro madrileno D. Antonio Rego o exemplar que elle possuia, e vendera-o em seguida, por intermedio da livraria Férin, ao snr. Antonio Augusto de Carvalho Monteiro, por 90$000 reis. E' um bom exemplar, e está bem conservado. No leilão de Gomes Monteiro fôra vendido ao conde de Villa-Real um exemplar por 37$000 reis, e no de Vieira Pinto outro por 56$000 reis.

Da traducção dos *Lusiadas* por Henrique Garcez dissera Innocencio que Adamson tivera um exemplar, o qual fôra vendido depois da sua morte por 1 £ e 5 sh. Em Lisboa apenas lhe constava da existencia de um, em poder do á data (1860) conservador da Bibliotheca, Barbosa Marreca. De Henrique Garcez registrara que Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção topographica do Porto*, dissera que elle morrera em 1591. E corrige, da versão de Petrarcha, Barbosa de Dravi para Droy. Recentemente, em um catalogo do livreiro Maia, de Lisboa, apparece inscripto o n.º 2.214 assim:

SONETOS (Los) y canciones del poeta Francisco Petrarcha, que traduzio Henrique Garces de lengoa thoscana en castellaña. . . En Madrid, impresso en casa de Guillermo Droy, impressor de libros. Año de 1591. 8.º de 14-173 ff. com brazão real no front. enc. de perg. molle.

Manchado d'agua e frontispicio e margens das ultimas folhas remendadas.

Muito raro e estimado

O preço marcado é de dois mil réis. Innocencio informara que os exemplares d'este livro, que nos catalogos extrangeiros andam cotados em quantias mui subidas, não tinham excedido em Portugal (que elle soubesse) a meia moeda.

* * *

No Perú e no Mexico, onde estivera o portuense Henrique Garcez, esteve nos nossos dias o portuense Pedro Gastão Mesnier, o qual estivera tambem na India e no Japão estivera.

Já havia alguns dias que a legação portugueza estava em Yeddo quando falleceu de parto uma das imperatrizes, vivendo o recemnascido só poucas horas. Como a fallecida imperatriz fôsse uma das mais estimadas do mikado, este funesto acontecimento causou lucto na côrte, e, postoque o enterro d'essas altas personagens se fizesse com pou-

ca pompa e passasse quasi despercebido pela indifferentissima população de Yeddo, não houve, para quem nol-o relata, a menor duvida de que o então joven imperador sentira profundamente o golpe que recebera. Por tal motivo, addiou-se a audiencia ao ministro lusitano; ella só chegou a effectuar-se em o dia 20 de novembro de 1873.

Na extremidade mais affastada da porta da entrada, occupando o meio d'esse lado da sala, estava em pé um joven de 23 annos de edade, de apparencia debil, rosto pallido e comprido, testa estreita, olhos negros vivos, labios grossos e cabello corredio, apartado, a um lado, com muito cuidado. Na physionomia d'este mancebo predominava, ao parecer do que nol-o assim vem contando, uma expressão ingenua de curiosidade, e os extrangeiros que entravam eram logo analysados pelos seus olhares prescrutadores. Trajava uma farda á europeia, parecida com a farda de marechal francez, e tinha as mãos envolvidas em luvas brancas, mui compridas e mui largas. Era Sua Magestade o Teuno, Mutzhito, descendente de Ziumu e neto do sol. Em volta d'elle, formando alas, viam-se alguns veneraveis anciãos, revestidos, como os mais, de fardas á europeia. Estes eram os ministros e conselheiros mais eminentes do mikado. O ministerio japonez compunha-se das seguintes pessoas: Sauji Sadaisho, ministro da *esquerda;* Yuácura, primeiro ministro da *direita;* Okuma, conselheiro (Sauji) e ministro da fazenda; Ito Shiunské, conselheiro

(Sauji) e ministro das obras publicas; Kido e Okubo, conselheiros (Sauji); Teraschima Munerori, ministro dos negocios extrangeiros; Yamaguchi e Uyens, vice-ministros.

O enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal era o fallecido Januario Correia de Almeida, visconde de San Januario. Dirigindo-se ao mikado, fez-lhe um discurso de circumstancia, do qual destacarei este paragrapho:

Senhor! E', na verdade, um motivo de profunda satisfacção para mim o ter sido designado para vir perante Vossa Magestade Imperial como o representante da nação que foi a primeira a sulcar os mares n'estas apartadas regiões. Se o imperio japonez tem cordialmente desenvolvido as suas relações com os povos europeus com universal vantagem, seja-me licito ter a grata recordação de que esse contacto foi iniciado pela nação portugueza.

Não o negou o mikado, antes o corroborou, pois de sua resposta ao visconde de San Januario destaco o trecho correspondente:

E' bem sabido que o povo de Portugal foi o primeiro d'entre os extrangeiros que veio a este paiz e n'elle residiu: e, em quanto cultivamos relações amigaveis com o mundo inteiro, como poderemos esquecer as antigas relações que havemos tido comvosco? Aproveitamos esta occasião para expressar os nossos sinceros votos pela prosperidade de Sua Magestade e pela felicidade do seu povo e o nosso desejo de que a amizade que existe entre Portugal e o Japão augmente constantemente.

D'esta audiencia deram conta os jornaes do dia, da China e do Japão, e entre elles o *Far East*. Um

jornal de Nagasaki disse que essa fôra a primeira audiencia em que os portuguezes houveram de ser recebidos desde que *Vasco da Gama* chegara ao Japão (!).

Findo o memorado recebimento, a legação portugueza foi conduzida para outra sala, onde estava servida uma collação caracteristica. Compunham-se os manjares unicamente de bolos de farinha e mel, do feitio da larga flôr do *crysanthemo*, que constitue o distinctivo heraldico dos mikados, os quaes o adoptaram no tempo das primeiras relações com a Corêa. Juntamente com estes acepipes, cuja origem se perdia na noite dos tempos, o champagne parisiense se apresentava em boa companhia, contribuindo, especifica o relator, para animar mais a conversação dos convivas. Mas, no dia seguinte ao da audiencia, os ministros japonezes offereceram um grande jantar diplomatico ao ministro portuguez, e o serviço, todo á europeia, assevera a mesma narrativa que faria honra a qualquer das melhores mezas do occidente.

Feitas emfim as devidas despedidas aos dignitarios japonezes, a legação portugueza partiu de Yeddo para Yokohama, onde se demorou esperando a passagem do vapor da carreira de Hongkong; e aproveitou a dilatação excursionando agradavelmente até Kamakura, d'onde, de regresso a Yokohama, a dita legação portugueza apenas se demorou mais cinco dias.

Tomou passagem a bordo do vapor americano *Colorado*, e em breve viam-se, nas sombrias montanhas de Sikok, desapparecendo no horizonte os ultimos lineamentos d'esse paiz encantador, o mais formoso do mundo, que sempre deixa saudades aos que alguma vez hão pisado o seu solo afortunado.

N'aquella audiencia de recepção haviam sido apresentados a Sua Magestade Imperial do Japão (além do snr. E. Loureiro, consul de Portugal em Yokoama e Yeddo), o snr. A. C. de Moraes Carvalho, addido, e Pedro Gastão Mesnier, secretario da legação, o qual, em 1874, na Typographia Mercantil, em Macau, fazia estampar o seu volume de «estudos e impressões de viagem» ácerca dos dominios do mikado.

Na verdade, na ultima quadra do seculo XIX começou a attrahir de novo o Japão fortemente o reparo da gente culta na Europa; estudou-se-lhe com curiosidade a historia e com esmero se lhe estudou a litteratura.

Assim, em 1877, por exemplo, Bousquet, em Paris, nos informava com largueza, em sua obra generica, do theatro japonez. Para Bousquet, d'accordo com outros escriptores europeus que por então haviam gozado do previlegio de assistir a representações scenicas japonezas, cumpre pôr acima do drama a comedia japoneza. Elle escreve:

Os argumentos são tirados da vida domestica, e os personagens observados com finura; a acção, já não embaraçada pela fidelidade historica como no drama, procede mais unida e

apertada. A justeza dos caracteres e dos sentimentos não é menor; ella resalta tanto mais que, postos de lado os typos legendarios e os grandes sentimentos convencionaes, se teem a estudar, tão sómente, simples mortaes e paixões communs. O tom resulta infinitamente mais simples.

Parece que os japonezes possuem em um grau eminente a força satyrica e o genio da caricatura, e que tambem seus actores comicos demonstram especial excellencia. Se bem que nem de tudo se ria; a familia, por exemplo, é sagrada, e ao sarcasmo não é licito violal-a; como na Grecia e em Roma, e nas comedias italianas do seculo de quinhentos, e não raro na India e na China, as protogonistas das comedias japonezas são cortezãs, especialmente da classe mais escolhida, d'entre ellas as que, a demais, sabem tocar e cantar.

Uma cortezã d'estas assim é a heroina da comedia de que Bousquet nos offerece uma analyse; intitula-se ella *Kami-ya Giyè* ou seja *Giyè o papeleiro*, cujo entrecho é interessante apresentar. Aqui está:

A *ghesha* ou *cantôra O'haré* é a amante amada do pobre Giyè, papeleiro, papelista ou como queiram dizer, de sua profissão. O apaixonado desejaria fazer d'ella uma *mekakê*, isto é uma cuncubina, grau claramente mais elevado do que o de *gesha*; mas falta-lhe o dinheiro para a resgatar d'aquelle estado servil; já, por causa da *ghesha*, se endividou, deparando com a acerba desapprovação da propria familia. Então intervem o pae do enamorado man-

cebo, no fito de o arrancar ao seu funesto amor, appellando para a generosidade da linda cortezã, a qual se faz desprezar do joven Giyè por ella amado, para que elle cesse de amal-a e volva ao rigor social da familia.

O leitor conhece a situação dramatica d'esta comedia, *che rassomigilia talmente alla «Dame aux Camélias»* (pondera Angelo de Gubernatis), *da pareme, nelle scene essenziali, uma contrafazzione.* E' curioso, realmente.

Curioso foi, curioso é esse singular Japão, cujos habitadores naturaes se distinguem por uma prodigiosa actividade imitativa. Grandes qualidades os assignalam, de par com seus graves defeitos. Porque, além de outro ainda, que não é, porém, escrevivel hoje em dia,

> os peccados principaes que entre os Japões ha são..., furtar, matar, beber, mentir; para estes vicios têm suas purificações por esmolas, por officios, orações e por romagens; mas os peccados que não têm absolvição são traição e morte do pai.

Assim o nosso primitivo Diogo do Couto.

De modo que modernamente aguçou-se o frenesi de lhes conhecer, a preceito, o idioma. Peculiarmente contrahindo-se á sua patria, a 28 de Janeiro de 1872, o snr. Léon de Rosny, professor na Eschola especial das linguas orientaes, em sua *Introducção ao curso de japonez*, resumo dos pricipaes conhecimentos necessarios para o estudo da lingua japoneza, principiava seu discurso por este teor:

A lingua japoneza adquiriu n'estes ultimos tempos um interesse consideravel, não só sob o ponto-de-vista das sciencias e da litteratura mas ainda para o bom exito das relações politicas e commerciaes na extrema Asia.

Todavia, já de 1862-1863, o snr. J. Mohl explicara o embaraço.

O que mais falta faz aos estudos japonezes são os diccionarios. O snr. Gochkièvitch publicou um em San-Petersburgo, ha alguns annos; mas, como a traducção é tam só em russo, fóra da Russia não serve senão a poucas pessoas. O snr. de Rosny começara um, mas não sahiu mais do que o primeiro fasciculo.

N'esta lastimosa penuria, valeu, talqualmente, o snr. Léon Pagès. Por que maneira?

Continúa o snr. J. Mohl:

O snr. Léon Pagès emprehendeu então publicar de novamente o diccionario impresso em 1603 pelos jesuitas, no Japão. N'esse livro, as palavras japonezes estavam impressas em transcripção latina e a interpretação era em portuguez. O snr. Pagès traduziu a interpretação para francez.

O titulo da traducção franceza de Léon Pagès é este: *Dictionnaire japonais-français, traduit du Dictionnaire japonais-portugais, composé par les missionaires de la Compagnie de Jésus et imprimé en 1603, à Nagasaki, et revu sur la traduction espagnole du même ouvrage, rédigé par un père dominicain, et imprimé en 1630, à Manille.* Paris, 1862, in-4.°.

Que *Dictionnaire japonais-portugais* é este?

E' o *Vocabulario da lingua do Japão, com a declaração em portuguez, feita por alguns Padres e Irmãos da Companhia de Jesus.* Nangasaqui, no Collegio da Companhia de Jesus, 1603, 4.°.

Esta obra é rarissima, quer no original portuguez quer na versão castelhana d'ella feita, com o titulo que Innocencio registrou assim: *Vocabulario de Japon, declarado primero en portugues por los Padres de la Compañia de Jesus, y ahora en castellaño en el colegio de Santo Thomás de Manila.* Manila, por Thomás Pinpin y Jacinto Magauriva, 1630, 4.°.

D'aquell'arte em Paris em 1862. E d'esta em Roma, em 1870. Já digo.

De facto, entre as reflexões que a Renan encheram seu relatorio de 1872 á Sociedade Asiatica, Manuel de Mello archivava a de que «a reimpressão pelo rev.° Bernard Petitjean, vigario apostolico no Japão, do diccionario japonez dos jesuitas impresso em Amacusa em 1595, terá por sem duvida a sua utilidade».

Que *diccionario japonez dos jesuitas* é este?

Na sua *Memoria da historia da typographia do seculo XVI*, o sabio portuense dr. Antonio Ribeiro dos Santos, chegado á verba *Japão*, proclama:

Façamos tambem memoria do Japão, aonde os nossos estabelecêrão Officinas Typographicas: os Jesuitas erigírão huma no seu Collegio Amacusence, aonde fizerão estampar nos fins do seculo XVI, algumas obras; he digna de se pôr

aqui, por não ser vulgar esta noticia, a edição que alli derão em 1593 dos tres livros das Instituições da *Grammatica Latina,* do Padre Manoel Alvares, com a traducção em Japão, em papel de seda, de que existe um precioso exemplar na Bibliotheca Angelica de Roma, de que attesta Francisco Xavier Laire na sua obra *Specimen Historiæ Typographiæ Romanæ Seculi XV,* cap. I. pag. 14 Not. — edição que se deve accrescentar na Bibliotheca Lusitana de Barbosa. Podemos pôr aqui outra, que tem estimação, qual he a do *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Japonicum; Amacusa,* no Collegio da Companhia 1595.

E' magro o dizer de Ribeiro dos Santos. Queixa-se Innocencio e reporta-se de Brunet. Offerece completo o titulo assim: *Dictionarium latino-lusitanicum ac japonicum; ex Ambr. Calepini volumine depromptum.* Amacusa, no Collegio da Comp. 1595. Impresso sobre papel japonez, 4.° de IV-906 pag.

Quanto á nova edição d'esse rarissimo livro, tem por titulo *Lexicon latino-japonicum depromptum ex opere cui titulus* **Dictionarium latino-lusitanicum ac japonicum typis primum mandatum in Amacusa in Collegio Japonico Soc. Jesu Anno Domini** MDXCV. *Nunc denuo emendatum atque auctum a vicario apostolico Japoniæ.* Roma, 1870, 4.° de IV-749 pag.

Mas . . . e a respeito de grammatica?

A respeito de grammatica, quando Klaproth e Abel Rémusat tractaram de introduzir na Europa o estudo da lingua japoneza, sua primeira idéa, para attingir esse alvo, foi de, aproveitando trabalho feito,

provocar a publicação do resumo da grammatica do padre *Rodriguez* que se encontra em manuscripto na Bibliotheca imperial de Paris. Esse manuscripto, traduzido do portuguez, sahiu a lume em 1825 á custa e sob os auspicios da Sociedade Asiatica.

Assim Léon de Rosny, que segue mordendo, na esteira de Guilherme de Humboldt.

Não fazia minga manuscriptos. O resumo estava impresso, do padre *Rodriguez*, aliás Rodrigues, João Rodrigues Girão, ou simplesmente João Rodrigues, como alguns o chamam: — *Arte breve da lingua japoa, tirada da Arte grande da mesma lingua.* Macao, no Collegio da Madre de Deus, 1624, 4.°.

Ora, o manuscripto que serviu para a impressão d'este resumo é o que existe na bibliotheca, depois imperial, de Paris e, segundo o snr. Figanière, consta de 96 folhas in-4.°. Porém o traductor francez, patrocinado por Abel Rémusat, o snr. C. Landresse, dá os seus elementos da grammatica japoneza do nosso p.e Rodrigues, de Alcochete, traduzidos do portuguez sobre o manuscripto da bibliotheca do Rei, como havendo sido *soigneusement collationnés avec la grammaire, publiée par le même auteur à Nagasakei, en 1604.* E' a *Arte da lingua de Japam, . . ., dividida em tres livros.*

E o dr. Bernardino Antonio Gomes, no elogio historico do padre João de Loureiro, que leu, em 1865, em sessão solemne da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, relembra que no prologo da traducção franceza da *Arte da lingua do Japão*, de

outro missionario portuguez, o padre João Rodrigues, publicada em 1825 pela Sociedade Asiatica de Paris, está escripto que ninguem fizera ainda, até então, senão os missionarios portuguezes, estudo regular e profundo da lingua japoneza.

Que empenho seria este dos nossos antigos portuguezes em conhecer a fundo e de raiz a linguagem dos japões?

Sabemol-o recapitulando memorias passadas.

Pois, pela sua caduca nullidade politica, está Portugal como estes velhos alquebrados e extinctos a quem só tolera a illusão da vida a remembrança da mocidade morta. Contando o que fôram, quasi que imaginam que ainda são; e no pardo accumulo das cinzas sentem mesmo um vago aquecimento do apagado fogo.

Assim nos vae quando a memoria nos vem de que foi no anno de 1542 que Antonio da Motta, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto, navegando para a China, fôram arrojados pelo temporal ás costas do Japão, onde tomaram porto. Pelo mesmo tempo aportaram tambem ao Japão Christovam Borralho, Diogo Zeimoto e... Fernão Mendes Pinto. Que romanesco nôme este, de Fernão Mendes Pinto!

Mais positivo já o seu companheiro Diogo Zeimoto.

Tinham-se elles partido da cidade de Huzamguê e variada foi toda a arisca sorte de coisas que lhes aconteceu até chegarem á ilha de Tanixumá,

que he a primeyra terra do Yapão, nol-o faz notar o livro nunca aborrido das *Peregrinações*.

Mas emfim na dita ilha de Tanixumá se encontraram, após infindos trabalhos e perigos, e morte de cinco portuguezes, a quem por nenhuma via os mais afortunados compatricios puderam ser bons.

Salvos da furia da tormenta, surgindo no porto da ilha em setenta braças, lhes sahiram da terra duas almadias pequenas, em que vinham seis homens, os quaes, chegando á falla, *depois de fazerem suas salvas e cortezias a seu modo*, os interrogaram sobre d'onde vinha aquelle junco, a que responderam que da China com mercadorias para fazer alli veniaga com elles, se para isso lhes dessem licença. Um dos seis replicou que a licença o Nautaquim, senhor d'aquella ilha Tanixumá, a prestaria de boa vontade, se lhe pagassem os direitos que se costumavam cobrar no Japão, *que era aquella grande terra que defronte de nós apparecia*.

Não decorreu largo transcurso até que o mesmo Nautaquim, principe d'aquella ilha de Tanixumá, viesse ao junco aventureiro, acompanhado de muitos mercadores e de gente nobre, com grande somma de caixões, cheios de prata, para fazer fazenda. Ora, vendo os tres portuguezes, perguntou elle que gente era aquella, porque na differença do rosto e barbas entendia que não eram chinezes. O capitão retorquiu-lhe, conta Fernão Mendes, por elle e pelos camaradas: « *Que eramos de hũa terra*

que se chamava Malaca, aonde avia muytos annos que tinhamos vindo de outra, que se dezia Portugal, cujo Rey, segundo nos tinha ouvido algúas vezes, abitava no cabo da grandeza do mundo».

Entrado o Nautaquim no junco, depois de andar vendo todas suas particularidades, tanto da popa como da prôa, assentou-se em uma cadeira junto com a tolda, e aos nossos lusitanos os esteve inquirindo de algumas cousas especiaes que d'elles desejou saber, *a que respondemos conforme ao gosto que n'elle enxergamos, do que elle mostrava muito contentamento.*

N'essas praticas gastou com os portuguezes um grande espaço, mostrando em todas as suas perguntas ser homem curioso e *inclinado a cousas novas.*

Eis como o ardiloso demonio as tece e aqui está como dos chilros regatos é que nascem os rios caudalosos.

Pois, postos em terra, os tres portuguezes, como não tinham em que se occupassem, gastavam o tempo em pescar e caçar. Ora, no meio d'aquella ociosidade, um dos tres que eram, por nôme Diogo Zeimoto, tomava algumas vezes por passatempo atirar com uma espingarda que tinha de seu, exercicio a que era muito inclinado e no qual se lhe gabava a destreza. E, acertando um dia de ir ter a um paul onde havia grande somma de aves de toda a sorte, matou n'elle, com a munição, umas vinte e seis marrecas.

Os Japões, vendo aquelle novo modo de tiros que nunca até então tinhão visto, deram rebate disso ao Nautaquim que neste tempo estava vendo correr huns cavallos que lhe tinhão trazido de fora, o qual, espantado desta novidade, mandou logo chamar o Zeimoto ao paul onde andava caçando, e quãdo o vio vir cõ a espingarda ás costas, e dous Chins carregados de caça, fez disto tamanho caso que em todas as cousas se lhe enxergava o gosto do que via, porque como até então naquelle terra nunca se tinha visto tiro de fogo, não sabião determinar o que aquillo era, nem entendião o segredo da polvora, e assentarão todos que era feitiçaria.

Prosegue Fernão Mendes referindo os pasmos d'aquella gente, as habilidades do companheiro e as honras, immensas e ingenuas, que d'est'arte ganhou com favores continuados, que aos outros se estenderam *por seu respeito em alguma maneyra.*

Aqui. Aqui.

Entendeu então o Zeimoto que em nenhuma coisa podia melhor satisfazer ao Nautaquim alguma parte d'aquellas honras que lhe fizera nem em que lhe causasse mais gosto do que em lhe dar a espingarda, e, assim pensando, offereceu-lh'a um dia que vinha da caça, com muita somma de pombas e de rolas, *a qual elle acceitou por peça de muito preço, e lhe affirmou que a estimava muito mais que todo o tesouro da China.*

Por ella ao Zeimoto o Nautaquim lhe mandou dar mil tæis de prata, e lhe rogou muito que lhe ensinasse a fazer a polvora, porque sem ella ficava a espingarda sendo um pedaço de ferro desaproveitado. O Zeimoto prometteu ensinal-o como elle

appetecia e cumpriu-lhe a promessa feita; ensinou-o, de verdade.

E, como d'alli por deante todo o prazer e passatempo do Nautaquim era no exercicio d'essa espingarda, vendo os seus que em nenhuma cousa o podiam contentar mais do que n'aquella de que elle mostrava tanto gosto, determinaram-se a mandar arranjar por aquella outras do mesmo teor, e assim o fizeram logo e immediatamente em pratica puzeram sua tenção.

De maneyra que o fervor d'este apetite e curiosidade foi daly por diante em tamanho crecimento que já quando nós daly partimos, que foi daly a cinco meses e meyo, avia na terra passante de seiscentas. E depois a derradeira vez que me lá mandou o Viso Rey dõ Afonso de Noronha cõ hum presente para o Rey do Bungo, que foi no anno de 1556, me afirmárão os Japões que n'aquella cidade do Fucheo, que he a metropoli deste Reyno, avia mais de trinta mil, E fazendo eu disto grande espanto, por me parecer impossivel que essa cousa fosse em tanta multiplicação, me disserão alguns mercadores, homens nobres, e de respeito, e mo affirmarão cõ muitas palavras, que em toda a ilha do Japão avia mais de trezentas mil espingardas, e que elles sómente tinhão levado de veniaga aos Lequios, por seis vezes que lá tinhão ìdo, vinte e cinco mil.

Assombrou-se Fernão Mendes Pinto. E philosopha no caso. De modo que, na verdade, por aquella que o Zeimoto alli déra ao Nautaquim (com boa tenção e amizade, na mira de lhe satisfazer parte das honras e mercês que d'elle tinha recebido), de espingardas se multiplicara a terra em tanta e tam copiosa quantidade e maneira que já então

não havia aldeia nem logar, por pequeno que fôsse, d'onde não subissem de cento para riba, e nas cidades e villas notaveis não se fallava já senão por muitos milhares d'ellas. Exclama Fernão Mendes:

E por aquy se saberá que gente esta he, e quão inclinada, por natureza, ao exercicio militar, no qual se deleita mais que todas as outras nações que até agora se sabem.

Aqui. Aqui.

Não estariam quiçá então, á vespera da guerra russo-japoneza, em Outubro de 1904, inquietas as chancellarias em nossos tempos, se mais avaro de sua sabença se mostrasse o nosso portuguez. Oxalá para á data o Zeimoto não tivesse, sem o congeminar, preparado então trapizonda de estrondo! Oxalá, então para á data, baralha não houvesse afeiçoado de truz o Zeimoto! Oxalá!

Em Macau estivera outrosim o portuense Pedro Gastão Mesnier e alli visitara piedosamente o «templo que se chama: a Gruta de Camões», consoante se expressa, rememorando-o, na quarta conferencia preliminar da celebração do tricentenario do poeta, feita no salão da Trindade, em Lisboa, a 16 de Maio de 1880, e n'esse mesmo anno, que foi azulejada promessa falha, publicada no Porto, sendo d'ella editor seu irmão Raul Mesnier, que a fez estampar nos prelos da Imprensa Civilisação, a Entreparedes.

Do cantor de Camões, o portuense Garrett, por-

tuense cura deveria ter havido para a residencia que lhe foi berço; porém não assidua e elevadamente téqui occorreu, se bem que intermittentemente idéas surjam e planos se esbocem.

Assim, no relato de uma sessão municipal de outubro do passado 1907, lì que o vereador snr. dr. Pacheco fizera a communicação de que recebera uma carta suggerindo o alvitre de que a camara adquirisse a casa onde, na rua do Calvario, d'esta cidade, nasceu Garrett, que é a mais alta gloria litteraria portuense.

Não seria caso de reproduzir mais uma vez, em intenção escarninha, a phrase sabida de que *les beaux esprits se rencontrent*, pois que por duplo motivo não coubesse no lance, visto como eu infelizmente me conhecesse e visto como a carta que o snr. dr. Pacheco recebera não era assignada. Mas, na verdade, essa idéa a tenho eu de longa data e por vezes nas conversações com amigos a hei exposto.

Lá-fóra tal se costuma fazer. Quando estive na linda cidade de Francfort, cercada dos mais encantadores jardins, uma das curiosidades que alli fui vêr, e com piedoso respeito, foi a casa onde nasceu Goethe. Ella se encontra no *Grosse Hirschraben*, cerca do Rossmarkt. Foi ornada em 1845 com uma lapide de marmore que tem a incripção seguinte: *Hier ward Johann Wolfgang Goethe am 28 August 1749 geboren* (aqui nasceu, a 28 de Agosto de 1749, João Wolfgang Goethe).

No Porto, na rua do Calvario, na frente do edificio uma lapide de marmore tambem foi collocada com a seguinte inscripção:

CASA ONDE NASCEU
AOS 4 DE FEVEREIRO DE 1749
JOÃO BAPTISTA DA SILVA LEITÃO D'ALMEIDA
GARRETT.
MANDOU GRAVAR Á MEMORIA DO
GRANDE POETA
A CAMARA MUNICIPAL D'ESTA CIDADE
EM 1864

Na casa paterna Goethe, que morreu, como é sabido, em Wiemar em 1832, viveu de 1749 a 1765; o interior da habitação acha-se reposto no estado em que se encontrava após sua transformação em 1755. A passagem no pateo, a antiga porta do pomar, leva ao museu de Goethe, que foi aberto em 1897 e é decorado por bustos do poeta em sua juventude e de seus paes. Comprehende curiosidades e recordações d'elle e de suas relações com a cidade.

Em Paris, interessante curiosidade de visita hoje é outrosim a casa, na praça dos Vosgos habitada por Victor Hugo de 1833 a 1848, pela camara de Paris em 1903 idoneamente consagrada, por completo, á gloria do poeta. As paredes da escada e seus patamares são ornadas de desenhos e aquarellas por Boulanger, Rochegrosse, Nanteuil, Bayard, Geoffroy, Tony Johannot, João Paulo Laurens e outros.

No primeiro andar, a sala dos desenhos, além de varios de Brion, Frémiet, Chifflard, Maillard, Pille, Lux, Adrien Marie e diversos mais, contém o busto de Victor Hugo por Schœnewerk, executado em 1879. Na sala das pinturas, estão as telas encommendadas por Paul Meurice e destinadas a rememorar as principaes obras de Victor Hugo. Alli está o retrato do poeta, por Bonnat. Alli, por Dalou, a cabeça de Victor Hugo modelada no dia seguinte ao da sua morte. Alli a Roll pertence a funebre velada do cadaver depositado sob o Arco do Triumpho. Alli, o busto de Victor Hugo, devido a David d'Angers (1838). A meio da salla, em cima d'uma meza, tinteiros de Victor Hugo, Lamartine, George Sand, Alexandre Dumas pae. Tambem n'essa salla é que se encontra o vaso de Sèvres pintado por Fragonard, offerecido em 1884 pelo governo a Victor Hugo, por occasião do seu 80.° anniversario. N'esse andar ha a vêr ainda a salla da bibliotheca e das estampas, onde se depara com uma serie de retratos, lithographados e photographados, de Victor Hugo; n'essa salla estão aguarellas d'Eugenio Delacroix, Gavarni, Boulanger. Alli, o retrato de Victor Hugo e do seu segundo filho Francisco Victor (1836), por Augusto de Châtillon. Alli, a bibliotheca de todas as edições originarias. No segundo andar, em a primeira salla (antiga salla de jantar) topa-se com uma serie das mais interessantes, qual seja a dos desenhos originaes de Victor Hugo; na segunda salla (que é a antiga salla de visi-

tas), encontram-se as esculpturas e pinturas em madeira, executadas por Victor Hugo, cujo estylo Henry Houssaye diz que procede do chinez e do gothico; na terceira, mais desenhos do poeta; na quarta, é a reconstituição da sua camara mortuaria. No terceiro andar, está o museu intimo, retratos, mobilia pessoal, recordações; emfim o museu popular. Na salla das pinturas, do primeiro andar, algumas das telas representam os personagens famosos da inventiva do poeta e do romancista ou situações celebres de seus poemas e novellas. Carrière pintou-nos «Fantina abandonada»; Fantin-Latour deu-nos o «Satyro»; Luc-Olivier Merson «Esmeralda e Quasimodo»; Willette «Gavroche na barricada». Dos dois competidores insignes e emeritos concorrentes, Rochegrosse põe deante de nossos olhos os «Burgraves» e João-Paulo Laurens offerece-nos á meditação e á indignação a «Morte de Baudin», emquanto o moderno Steinlein tomou para thema essa commovente composição «Les pauvres gens», que, em verso solto e em prosa, excellentemente para portuguez trasladaram Guilherme Braga e Catão Simões (*João Hus*).

Na Italia, em Florença, na via S. Martino, e recentemente restaurada, uma inscripção designa ao forasteiro a casa do Dante: *in questa casa degli Alighieri, nacque il divino poeta*. Em a mesma Florença, não longe de Santa Cruz, via Ghibelina, ao canto da via Buonarotti, a casa de Miguel-Angelo, onde um descendente de sua familia fundou no se-

culo XVII uma collecção de quadros e de antiguidades, que o ultimo dos Buonarotti legou á cidade; a galeria Buonarotti é, sobretudo, notavel por motivo dos esboços e das recordações de Miguel-Angelo que alli se conteem.

Em Hespanha, a casa natal de Cervantes, em Alcala de Henares, apresenta tambem uma placa commemorativa; e em Sevilha é notoria a Bibliotheca Colombina, fundada por Fernando Colombo, filho de Christovão Colombo, a qual possue cerca de trinta mil volumes da mais insigne raridade, manuscriptos de Christovão Colombo, missaes que pertenceram a personagens historicos, etc. E' commovedora a passagem do italiano Amicis, na narrativa da sua viagem á Hespanha, quando em Sevilha vai visitar a Bibliotheca Colombina. Alli elle viu um escripto pela mão de Colombo onde estão reunidas todas as prophecias dos historiadores, sagrados e profanos, que têm relação com a descoberta d'um novo mundo. Entre outros, ha um trecho da *Medea* de Seneca, que diz: *Venient annis secula seris, quibus oceanus vincula rerum laxet, et ingens pateat tellus.* E no volume de Seneca, que se encontra tambem na bibliotheca Colombina, ao lado da passagem citada, ha uma annotação de Fernando Colombo, que diz assim: «Esta prophecia foi realisada por meu pae, o almirante Christovão Colombo, no anno de 1492».

Eduardo de Amicis é um distinctissimo litterato, consoante ninguem ignora. Elle, no lance, exclama:

Os meus olhos encheram-se de lagrimas; eu quizera estar só, para beijar aquelles livros.

E' alto e nobre o enthusiasmo de de Amicis quando insiste, para que bem o sintam:

Eu vi — deixem-me repetil-o — eu vi — eu — com meus proprios olhos, humedecidos, e comprimindo com uma mão o coração que me batia bem precipitadamente, eu vi um livro, um tractado de cosmographia e astronomia, em latim, com as margens cobertas de notas escriptas pela propria mão de Christovão Colombo. Elle tinha estudado esse livro, quando amadurecia o seu grande designio em seu espirito, havia velado sobre essas laudas, havia-lhes tocado; quiçá a sua divina fronte, em suas fatigantes vigilias, por vezes se inclinara com o abandono do cansaço sobre esse pergaminho que banhara de suor. Eis ahi um pensamento que em extase vos transporta.

Tambem o quero repetir: é alto e nobre o enthusiasmo de de Amicis.

Ora, em a sessão municipal a essa immediata, conforme o vi do relato respectivo das folhas, o mesmo vereador, snr. dr. Correia Pacheco, referindo-se á installação das bibliothecas populares, declarou ter recebido um officio do inspector escholar ácerca d'esse assumpto e, n'uma conferencia que com esse funccionario tivera, este lhe demonstrara não ser possivel estabelecer essas bibliothecas nas escholas, não por falta de local mas porque os professores não tinham tempo de attender a esses serviços.

A seu entender, seria melhor estabelecer taes bibliothecas nas secretarias das juntas de paro-

chia, devendo arbitrar-se, pelo menos, 24$000 reis annuaes para os encarregados das ditas livrarias.

Claro era que o alvitre ficava sujeito á approvação do governo: se elle não approvasse, ficaria assim entendido que não quer as bibliothecas populares.

Depois de varias explicações entre os srs. Duarte Leite, Correia Pacheco e Vareta, ficara resolvido que se incluisse no proximo orçamento da camara a verba de 300$000 reis para as despezas a fazer com as tres bibliothecas populares.

Recebera eu, na occasião da leitura do jornal, pelo correio uma communicação, a proposito do meu antecedente artigo, agora aqui intercalado e intitulado *A casa de Garrett;* e essa communicação proviera de um meu prezado amigo e confrade distinctissimo. Elle me informava de que o dr. Oliveira Monteiro, quando vereador da minoria da Camara, ao meu correspondente parece até que isso fôra nas ultimas sessões da camara regeneradora, eleita no ministerio Hintze-Franco, propuzera, e fôra approvado, que se comprasse a casa da rua do Calvario onde nasceu Garrett e n'ella se fundasse uma bibliotheca popular.

Com effeito, a necessidade de bibliothecas populares torna-se manifesta e urgica desde que se considere na proporção em que entra para a população total do Porto o elemento operario, que é mais que muito consideravel n'uma cidade fabril como a nossa.

Lá-fóra está-se examinando até o caracter das leituras do povo, que quasi se confinam pelos limites restrictos do chamado romance-folhetim, e não ha muito que appareceu um estudo minucioso, feito pelo snr. Mauricio Talmeyr aproposito, considerando o ensino derivado dos caracteres de preferencia postos em destaque nas novellas sensacionaes.

N'essa zona, entre nós deu-se ultimamente um movimento de curiosidade na leitura digno de especial nota, qual a sympathia pelas narrativas historicas romanceadas. E' certo que o romance historico é um genero hybrido e que resulta má coisa que se inventem personagens de phantasia e se intercalem em acções imaginarias personalidades reaes. De modo que nunca se sabe quando ao certo o auctor está relatando o que se passou ou quando está divagando sobre as chimeras que engendrou. Todavia, esse é um processo de incutir no grande publico o conhecimento da chronica nacional e por esse teor é possivel incitar os sentimentos do amor patrio e da devoção civica.

Em França fôram celebres na sua epocha os romances alsacianos de Erckmann-Chatrian e na Hespanha hoje em dia esgotam-se rapidamente as edições successivas dos episodios nacionaes, de Perez Galdós.

As bibliothecas populares instruiriam os operarios nas minudencias dos progressos technicos de suas artes e officios, e n'ellas os estudiosos e appli-

cados poderiam adquirir noções uteis, scientificas e philosophicas. A mesma cultura esthetica dispõe o espirito para os raptos generosos e elevados; ella é um indirecto mas efficaz processo de educação do sentimento civico. Não se póde negar o effeito de moralisação superior que deriva de obras d'arte, concebidas e executadas n'um ponto-de-vista transcendentemente humanitario, como são, por exemplo, os romances de Victor Hugo e do conde Leão Tolstoi, bem assim as novellas sympathicas do inglez Carlos Dickens.

No nosso paiz, muito se tem descurado a causa da instrucção nacional e as classes trabalhadoras só raramente é que hão deparado com orientadores que lhes indiquem o que se tem feito até aqui nos assumptos que directamente lhes interessam e as opiniões que tém sido elaboradas com respeito aos varios problemas que proxima ou remotamente as affectam.

Lá-fóra, de longa data, se organisaram cursos e realisaram conferencias com motivo de themas taes; existem varias series de publicações adequadas, como em França a quando, em regra, das grandes exposições internacionaes que em Paris se realisam. Já por occasião da de 1867, o snr. Lavollée para o povo discorreu, em Vincennes, das exposições da industria e d'aquella exposição universal do anno referido. O discurso do snr. Lavollée encontra-se publicado, como os demais da occasião. Assim, o que pronunciou Baudrillart ácerca do dinheiro e

seus criticos; o de Wolowski, sobre a moeda; o de Martelet, biographando Bernardo Palissy; o de Rinat, fallando dos inimigos da saude; os de Julio Duval, discorrendo das sociedades cooperativas de producção, consummo e credito; os de Daubrée, sobre o calor interno do globo e sobre o mar e os continentes; o de Camillo Flammarion, ácerca dos heroes do trabalho; o de Fernando Lesseps, contando de sua empreza maravilhosa do canal de Suez, emquanto que Waddington se occupava, na sua palestra, dos erros e preconceitos populares. Esta é uma collecção interessante e instructiva (apezar das reservas que aqui e além cumpre ter para com o tom do seu moderantismo geral), pois a livraria Hachette recolheu e publicou em elegantes e baratos volumesinhos estas palestras de occasião.

O conhecimento pelo nosso povo dos nossos grandes litteratos é, de si, estimulo que se reconhece indispensavel, desde que se pensa que Bocage não é conhecido senão por indecentes anedoctas inventadas, n'um paiz onde o cantor da nacionalidade não só não é lido mas ainda seu appelido se volveu n'um qualificativo generico, designando «pessoa cega de um olho», consoante já se consignou.

Dos escriptores modernos, Garrett é eminentemente representativo; elle está penetrado da alma popular; seria preciso, porém, que o povo o conhecesse; e titulos incomparaveis o auctorisam e abonam.

O nosso povo não lhe sabe do *Romanceiro e cancioneiro geral;* nas nossas classes lettradas o prestigio do seu grande nôme vae-se, em momentos fugazes, delindo. Mas esta é das personalidades que resistem e contra as quaes o esquecimento não póde.

IV

Eduardo Coimbra — Nuno Barreto Fuzeiro — Fr. Francisco de Aracæli

Ao seu Porto, pelo Porto esquecido, o portuense Garrett assás o prezou, ou recreando-se em seus populares festejos ou pelejando em suas politicas brigas.

Ou recreando-se em seus populares festejos, como esse, tam caracteristico, da festa do Pilar.

Em desenho de monsieur de Bergné, *d'après nature*, dá-nos monsieur Ollivier Merson a estampa de *La fête del Pilar;* é na narrativa de sua *Voyage dans les provinces du Nord du Portugal*, effectuada em abril e maio de 1857, inserta no *Tour du monde*, «novo jornal das viagens», publicado sob a direcção de E'douard Charton. Encontra-se no semitomo attinente ao primeiro semestre de 1861. Esta edição da casa Hachette annuncia-se como illustrada

pelos mais celebres artistas francezes; ella é, de resto, famosa.

Com respeito ao Porto e suas cercanias, apresenta uma vista da cidade, desenho de Catenaci, segundo uma photographia de mr. Seabra; o mosteiro de Leça do Balio, identicamente; a torre dos Clerigos *(la tour des Prêtres)*, desenho de Lancelot, segundo uma photographia; a rua Nova dos Inglezes, identicamente; a Bolsa, desenho de Catenaci, segundo uma photographia; vestuarios das peixeiras do Porto, desenho de Lefèvre junior, composto com esboços do natural. A' obsequiosidade de Teixeira de Vasconcellos exara Ollivier Merson que deve algumas das photographias á vista das quaes fôram executadas as gravuras da sua descripção de Portugal; e addita que um habil artista, Lefèvre senior, lhe permittiu reproduzir um certo numero das admiraveis photographias que trouxe do mesmo paiz.

O auctor da *Viagem nas provincias do norte de Portugal* consigna que se não limitou a esfolhear o seu canhenho de viagens e a desenvolver notas tomadas pelo caminho, o mais das vezes á pressa. Consultara muitas obras portuguezas e francezas, entre outras o *Mappa de Portugal*, o *Panorama*, o *Portugal artistico*, o excellente volume de mr. Ferdinand Denis, trabalho conscienciosamente elaborado, repleto de informações seguras e bem apresentadas, finalmente os *Contemporains portugais*.

O snr. de Vasconcellos escreve na nossa lingua com uma verdadeira elegancia e um grande encanto de estylo; o seu livro dos *Contemporains*, concebido n'um espirito mui serio e mui elevado, é uma mina preciosa que escavarão sempre com fructo todos quantos quizerem estudar as instituições politicas e a marcha das idéas na antiga Lusitania.

Com os seus companheiros, parte do Porto para Coimbra Ollivier Merson, a 2 de maio; um serviço de excellentes carruagens havia sido organisado em uma excellente estrada, recentemente aberta ao transito. Aproveitam da occasião para viajarem, pelo menos um dia, depressa e commodamente. A mala-posta contém quatro logares dentro. Mas Merson prefere ir fóra, onde topa para companhia o conductor, o cocheiro e um joven portuguez. O conductor dá o signal; o cocheiro faz estalar o chicote e solta um grito rouco e selvagem; os quatro cavallos do tiro, — quatro vigorosos normandos, se fazem favor, chegados tão só havia um mez de França, — arrancam a berlinda a galope e o joven portuguez pede ao francez lume para accender o seu *chaluto*, que, por menos *charuto* ser, Merson aos seus compatricios explica que quer dizer *cigare* em portuguez.

A conversação trava-se prestes e sustenta-se sem fadiga com o joven portuguez. E' um amavel rapaz, um pouco tagarella, mas bôa pessoa, sabendo muito, fallando de tudo com espirito, tanto em francez como em portuguez, e respondendo ás perguntas que lhe são dirigidas com uma rara precisão, como individuo certo no que diz e que conhece as

coisas do seu paiz nas pontas dos dedos. Por isso, graças a elle, a provisão de notas do snr. Merson é consideravel; só lhe resta pôl-as em prosa.

Este *joven portuguez*, amavel e tagarella, é uma invenção do snr. Merson, que lhe serve para fornecer ao seu leitor informes sobre Portugal, tomados de livros antigos e modernos, sem pedantismo, antes com o aprazimento dos torcicolos da palestra. Mas o estratagema denuncia-se.

Por exemplo: — O joven portuguez diz ao seu interlocutor francez que seria para desejar que elle visse uma *Romaria*. E logo lhe explica o que uma romaria seja:

E' uma festa meio religiosa, meio profana, extremamente popular, principalmente no norte, onde não é raro vêr reunidas, por similhantes occasiões, até vinte mil pessoas dos dois sexos. Inaugurada por um fogo de artificio (os nossos pyrotechnicos são muito engenhosos), prosegue com pularias e cantorias. Chega seguidamente a vez a uma missa, depois a do sermão e d'uma procissão, e a solemnidade termina, em meio d'um turbilhão de povo endomingado, com um redobrar de loucuras, de rebecas, de guitarras, de zabumba, de cantigas, enchumaçadas de ditos livres e poucos decentes, e de danças, onde a *fofa* tradicional se expande sem vergonha, deixando bem longe atraz d'ella os gritos, meneos e saracoteados de quadril da cachucha.

N'uma *Romaria*, se a *fofa* não tem precisamente o logar de honra, cumpre confessar, todavia, que ella se torna no seu mais original episodio; completa-a, com effeito, por um d'esses traços ousados e apaixonados que tanto aprazem ao viajante esfomeado de pittoresco e de côr local. Para corôar a festa, travam-se disputas, trocam-se saraivadas de cacetadas... e tudo isto dura dois dias e duas noites.

A descripção é viva e pittoresca, talvez um pouco carregada no tom da brutalidade da festa nacional; mas em 1857 seria difficil deparar em imperial de estafeta com um joven portuguez, por engraçado e tagarella que o supponhamos, que tam despreoccupadamente, como de coisa corredia e trivial, fallasse da *fofa* e o vocabulo lhe sahisse na ponta da lingua, ainda que nas pontas dos dedos conhecesse as coisas do seu paiz, e por muito que de reminiscencias lhe inebriasse a mente o vapor saudoso, buscando o passado historico, do seu *chaluto*. Difficil seria.

Ao mesmo portuense Garrett, tam douto nas antigualhas de nossos costumes, lhe não occorreria, ainda proximo, de prompto, a esse que, assim como se recreava nos festejos populares de sua terra, assim pelejava em suas brigas politicas.

E dos episodios d'essas brigas politicas terrivel foi, p. ex., o dia de 29 de setembro de 1832, em que se deu o grande ataque ás linhas do Porto por parte dos absolutistas, commandados pelo visconde do Peso da Regoa, contra os constitucionaes, commandados pelo conde de Villa Flor.

Reunira no dia 20 de Setembro Gaspar Teixeira um conselho militar no seu quartel general de Aguas Santas, onde Santa Martha proclamou que o ataque aos liberaes do Porto não se devia espaçar, *só para mostrar*, dizia elle, *que as tropas reaes não hesitavam em sacrificar a vida pelo seu monarcha.*

Em Lisboa recebeu-se a noticia official d'aquella

decisão em 23; e, reunindo-se logo um conselho d'estado, onde preponderavam os votos do bispo de Vizeu e do arcebispo de Evora, o ex-monge de S. Bernardo, frei Fortunato de S. Boaventura, n'elle se decidiu que o ataque se désse effectivamente ás linhas do Porto no dia 29 de setembro, por ser o do nôme augusto de sua magestade el-rei D. Miguel. Todas as attenções se voltaram desde então para as operações militares, e os frades, prégando do pulpito abaixo uma cruzada de nova especie, assim justiceiramente recrimina Soriano, não cessaram de prognosticar, a uma voz, a victoria para o dia do archanjo, o exterminador S. Miguel.

Quasi os servis a tiveram alcançada, essa victoria, que seria seguida do saque das casas dos constitucionaes, o qual pelos seus chefes lhes fôra officialmente promettido em ordem do dia, que, correndo de mão em mão, chegou até aos moradores do Porto. N'elles accendeu os mais heroicos brios e despertou o justo rancor da desesperação, para com a sua vida defenderem egualmente a sua propriedade; e tanto se contou com elles para esta defeza que desde então se marcaram cinco differentes pontos na cidade onde tinham de comparecer em caso de rebate, que eram o campo de S. Lazaro, o de Santo Ovidio, a praça Nova, praça do Carmo e rua dos Inglezes, junto á casa da Feitoria.

Mas o memoravel dia 29 de setembro de 1832 resultou em uma das mais celebres victorias alcançadas pelo exercito libertador, que cara custou,

porque, emquanto os realistas tiveram a lamentar a falta de 2.299 homens, entre mortos, feridos e 300 prisioneiros, além de 122 officiaes, os constitucionaes soffreram a perda de 646 homens ao todo, incluindo 77 officiaes e 158 mortos.

No Porto não houve pessoa alguma ociosa durante esse dia de eminente crise e universal gloria. Todos os seus moradores trabalharam á porfia, segundo o peculiar das suas circumstancias e possibilidades, porque, se uns correram ás linhas para fazer fogo, outros ajudaram os combatentes, offerecendo-lhes munições e ministrando-lhes agua, para que nunca deixassem o seu posto. As senhoras, correndo aos hospitaes, acudiram com o maior desvelo aos feridos, com dadivas de lençoes, de panno de linho, de camisas, e fios, chegando a haver algumas que auxiliaram até os curativos dos mais graves e perigosos.

Na verdade, o valor do exercito libertador foi n'esse dia inimitavel.

Muitos dos seus soldados e officiaes, tendo sido feridos, correram aos hospitaes de sangue, para evitar os funestos resultados d'uma immoderada hemorrhagia. Os facultativos diziam: — A bala está dentro, vamos a extrahil-a. — Nada, não ha tempo para isso, gritavam os heroicos feridos; tapem a ferida com uns fios, atem-a com uma ligadura, que nós queremos voltar immediatamente ao campo.

E assim o fizeram todos os que não tinham recebido feridas d'uma natureza summamente grave.

Mas não foi só pelo seu valor que os vencedores do dia 29 de setembro se tornaram dignos das lisongeiras expressões que o duque da Terceira lhes tributou na sua ordem do dia, pois egualmente d'ellas se mostraram crédores em rasão da generosa conducta que tiveram para com os vencidos.

A'quelles que encontravam feridos no campo, bem longe de lhes negarem quartel, ao contrario, para com elles fôram benevolentes, usando da caridade de os tomar nos braços e os conduzir aos seus hospitaes de sangue constitucionaes. Casos houve em que os proprios feridos liberaes fôram os que assim se portaram. E esta conducta bem diversa contrasta com a que os absolutistas tiveram na retirada de Souto Redondo para com o infeliz capitão de artilheria Passos, a quem tão crua e barbaramente assassinaram quando, cahido no chão, o acharam, gravemente ferido.

Ha n'esta acção, que durou perto de onze horas, um episodio singular. Pois, para maior e casual fortuna da assignalanda felicidade dos liberaes, chegava ao campo inimigo, vindo da margem do sul do Douro, o chamado *regimento novo*, o corpo que ultimamente se creara em Lisboa para substituir o antigo regimento 4 de infanteria, depois que no anno anterior se revolucionara na capital contra D. Miguel. O seu novo fardamento e as suas barretinas, com grandes chapas, infundiram nos realistas, que se estavam batendo, pela similhança do seu uniforme com o do corpo de atiradores france-

zes ao serviço de D. Pedro, suspeitas de se acharem cortados por este corpo. Por esta causa, começaram logo a descarregar contra o dito *regimento novo* toda a fuzilaria que contra elle podiam empregar, do que resultou cahir, gravemente ferido por uma bala na cabeça, o seu commandante, que dentro em poucos dias expirou, depois de se lhe ter feito a operação do trepano.

Se de grande vigor fòra o ataque, amargo foi o sentimento do seu resultado para o exercito absolutista, pelo grande abatimento em que cahiram os atacantes, quebrantados do seu passado enthusiasmo e furor. Nunca é prudente — philosopha Soriano — antecipar com segurança o desfecho dos grandes acontecimentos futuros. E commenta que esse *Te-Deum* que o general Gaspar Teixeira mandara antes do tempo cantar na cathedral de Braga pela sua desejada victoria de 29 de setembro; essa promptificação de jantares com que alguns dos poucos realistas que ficaram dentro do Porto, pegados ao abrigo dos seus proprios lares, se propunham obsequiar os seus triumphantes e bemvindos hospedes e, finalmente, esse temerario annuncio que o celebre frei João de S. Boaventura, prégando no mesmo dia 29 na freguezia dos Anjos em Lisboa, lançou do pulpito abaixo, quando, como inspirado do ceu, se afigurou vêr as tropas realistas a entrar triumphantes dentro do Porto, tudo isto ficou reduzido ao duro e cruel desengano de uma das mais famosas derrotas que um exercito podia experimentar.

Mas, afinal, para que foi tudo isso?

Passado o afan d'uma combatividade illusoria, o portuense Garrett sentiu o travo da decepção, e só no refrigerio artistico não deparou com engano; elle lhe garantia, pela gloria, o futuro.

Não o desacompanharia a admiração das novas gerações litterarias e o seu grande talento artistico seria a alta vibração da emotividade esparsa d'um povo poetico, scismador e visionario.

D'um novo, o portuense poeta Eduardo Coimbra, prefaciou o bello livro (*Dispersos*, 1884) o snr. Joaquim de Araujo, o qual ahi caracterisa os traços do lyrismo portuguez e não esquece

> Bandarra, o poeta do povo, prégando, mystico, o reinado do *Encoberto*.

Porém o messianismo é de todos os tempos e logares; em plena civilisação empirica moderna o sebastianismo de Lisboa como que se reproduziu, nos nossos dias, pelo boulangismo de Paris.

Quanto ruido em torno do general Boulanger! E quasi que ninguem se lembra já hoje de tal cabo de guerra. Comtudo, a enfermidade social appellidada *o boulangismo* tanto não era peculiar e privativa da França que ella, á data, alastrou das fronteiras da França para fóra.

Em Portugal houve boulangistas, e acerrimos, como consta do jornalismo do tempo. Recordo-me d'um episodio comico, que é demonstrativo. Uma

noite, no theatro Principe Real, aqui do Porto, no intervallo d'um acto para o subsequente, a orchestra, pela primeira vez, rompeu com a famosa tocata *En revenant de la revue*. Sentiu-se no publico um movimento de grata surpreza; estalaram os applausos de varios pontos da plateia; no fim, foi um clamôr de *bis*, para repetição. O regente, sorrindo, deu com a batuta signal de repetir; repetiu-se o chamado hymno de Boulanger, em meio do estralejar das palmas, mas já então perturbadas com as risotas do bom senso. Os enthusiastas boulangistas tentaram impôr ainda uma segunda repetição; porém, como começasse a surdir pateada, para deitar agua na fervura, o contra-regra acabou com o incidente, fazendo subir prestes o panno de bôcca.

O boulangismo não era, pois, um mal especifico da França; ou succederia como com as doenças exoticas, que infelizmente, d'onde a onde, invadem os paizes arredados dos seus fócos de origem e os devastam e assolam?

Que qualidades, intellectuaes ou moraes, exornavam o general Boulanger para que elle, da noite para o dia, se constituisse no idolo d'uma porção enormissima da população da França?

Era um sabio, um intelligente, um estudioso o general Boulanger? Elle nem sequer coherencia mental possuia, pois fluctuara entre a subordinação tradicionalista integral e o cesarismo pessoal, sob cuja bandeira arregimentara innumeros partidistas,

á ultima hora organisando um partido proprio, clamorosamente exigindo que os destinos da patria se entregassem, inteira e completamente, nas mãos de seu chefe.

Se não era um sabio, um intelligente, um estudioso o general Boulanger, se elle nem sequer coherencia mental possuia, porque era então que era o fanatismo pelo general Boulanger? E' por que elle era *teso;* elle era, como se lhe chamava na canção:

Le brav'général Boulanger.

Conta-se que o librettista da musica hesitara entre os generaes, de rima affin, Boulanger, Mercier e Négrier; esteve quasi decidido por Négrier; mas por fim, para satisfazer as exigencias technicas, resolvera-se por Boulanger:

Le brav'général Boulanger.

Ponto foi que a subsequente agitação anti-parlamentarista (isto é anti-republicana) do boulangismo cresceu, avolumou, ganhou intensidade e extensão; transformou-se n'uma ameaça institucional e converteu-se n'um perigo publico.

O general Boulanger tinha acaso idéas, possuia porventura um plano de reformas, um systema de governo, projectos para o interior e para com o exterior? O general Boulanger não tinha sombra d'uma idéa na cabeça; e por isso se explica que se

lhe aggregassem, contradictoriamente, certas personalidades de relativo merito politico, como o publicista Alfredo Naquet e o jornalista Henrique Rochefort, ambos de tradição republicana e anti-dictatorial. Mas esperavam que, uma vez de posse do poder, apezar de seu fatuo orgulho, sentindo-se, no segredo alarmante da propria consciencia, vasio e nullo, o general Boulanger se visse forçado a chamal-os a seu conselho, e elles, assim, governariam, de facto, por intermedio do dictador nominal.

Que teria acontecido, se tudo subitamente não fracassasse? Mas tudo rapidamente fracassou. N'um duello celebre, o general Boulanger, precipitando-se desastradamente, veio espetar-se na espada do paisano Floquet, parlamentarista calculador e frio, e terminou por cahir no laço que lhe armou o parlamentarista Constans, estadista aspero e audacioso. Fugiu para a Belgica, onde arrastou uma vida difficultosa e sem a sympathia da derrota, porque o tyranno vencido é odiado e torna-se ridiculo. Assim o sentiu o ambicioso e ôcco Boulanger, que acabou por um suicidio romanesco.

Mas, se tudo não houvesse subitamente fracassado assim, n'esta inverosimil aventura, o que se teria succedido ao advento de Boulanger ao poder teria sido, para a França e para a civilisação geral, uma grandissima calamidade.

Moralmente, a França degradar-se-hia até á rasteira posição d'aquellas republiquetas sul-americanas que causam assombro e tristeza e o general

Boulanger representaria na França o papel do doutor Francia no Paraguay. Internacionalmente, era muito provavel que, de moto espontaneo ou arrastado pela loucura demagogica da plebe de seus sectarios, o general Boulanger viesse a declarar a guerra á Allemanha. A gente avisada e circumspecta assim o receou em França e um jornalista parisiense escreveu á data que aconteceria á França o que, no duello com Floquet, acontecera a Boulanger: — a França iria espetar-se no gladio tudesco. Emfim, seria um multiplice horror.

Uma vez desapparecido da scena politica Boulanger, o boulangismo começou a dissolver-se, porque aggregações em torno d'uma personalidade, como não vivem de idéas independentes de pessoas e teem por principio fundamental que a questão não é de idéas mas sim de homens, logo que os homens succumbem, acabam ellas, logica e naturalmente, tambem.

Eu ainda assisti á ultima manifestação de vida do boulangismo em Paris. Foi quando Lamoureux fez cantar na Opera o *Lohengrin*, de Wagner; sahiram as massas boulangistas para a rua, a protestar contra a profanação da academia nacional de musica, por dar acolhimento e guarida á obra do abominavel allemão, injuriador de Paris e da França.

Este patriotismo de sobre-posse aborreceu, como uma derogação esthetica da mentalidade franceza; com similhante disparate encerrou idoneamente o

cyclo da sua aventurosa existencia o messianismo teso do que fôra trauteado como

Le brav'général Boulanger.

Quando essa freima do boulangismo que relembrei nas antecedentes linhas mais furiosa rabiava pela França, por essa epocha atravessei eu uma das successivas crises de enfermidade aguda que me têm feito da existencia um inferno intermittente; e, na convalescença, a encher ociosas delongas, li livros faceis de litteratura e viagens ou reli volumes, já menos correntios, de historia e critica, entre estes os de Oliveira Martins até á data publicados.

Recordo-me que uma passagem, de certo toque ingenuo, me feriu e foi quando Oliveira Martins refere, como coisa rara e notanda, que elle mesmo ainda chegara a conhecer em Lisboa um sebastianista, cujo vulto romanesco romanticamente nos debuxa.

Quando eu no Porto e sem sahir da minha rua e bairro dois acerrimos sebastianistas conhecera, com um d'elles lidara e d'ambos podera observar a espantosa concorrencia e perfeita concordancia do seu visionismo com a mais nitida lucidez de espirito para o positivismo da existencia material e quotidiana!

Ambos elles eram abonados de bens de fortuna, que haviam adquirido á força de incessante traba-

lho, porque eram, os dois, filhos de suas obras. Escusado é dizer que eram ardentemente patriotas e que tinham uma fé intensa em que Portugal havia de ser a cabeça do quinto e final imperio e em que o rei encoberto seria Imperador Universal. Elle viria, á hora menos pensada, o Messias lusitano, da sua ilha incognita, por uma manhã de nevoeiro, a tomar conta do seu reino, amortecido e desbaratado nas mãos de incredulos, herejes e pedreiros-livres.

Porque ambos elles eram excessivamente beatos. Um, que era meu visinho de quasi de ao pé da porta, no desvario da sua indignação, chegou d'uma vez a arrostar, impavido, com o principio da auctoridade, representado no amigo regedor e sua sequella de cabos de ordens.

Fôra o caso: A minha rua do Bomjardim era ao tempo ornamentada de varios cruzeiros, que vinham da Porta de Carros até ao largo de Santo Antonio, depois atravessado pela rua de Gonçalo Christovão, de ponta a ponta. Esses cruzeiros, de invocações varias, eram decorados nas suas respectivas epochas e fazia-se-lhes uma festa na medida das forças das caixas das esmolas, uma em dinheiro, outra em azeite, para a conservação perpetua da lampada nocturna. Precisamente á minha porta estava um d'esses cruzeiros, o do Senhor dos Afflictos, e recordo-me d'uma festividade brilhante, com musicas na rua, illuminação na visinhança e fogo de artificio na Cancella Velha.

Mas a camara entendeu, e entendeu asizadamente, que cumpria remover estes cruzeiros do Bomjardim (com alguns outros, poucos, que havia em demais pontos da cidade, como no Calvario, p. ex.) para o adro da egreja de Santo Ildefonso, onde ao presente se encontram desde então; e a resolução camararia, por que pugnou em consecutivas sessões, o vereador Thomaz Joaquim Dias, fundou-se exactamente em motivos de decoro religioso, considerando as irreverencias e as indecencias a que sabidamente davam azo esses padrões de devoção priméva, a qual coexistia com inqualificaveis e inverosimeis semcerimonias, das quaes a menor era que o sopé dos cruzeiros constituia publico urinatorio; e não é preciso accrescentar, depois d'isto, não digo uma palavra mas uma lettra sequer.

A sensata iniciativa do vereador Thomaz Joaquim Dias foi recebida, porém, pelo beaterio portuense com furiosissimos clamôres. — Ahi estavam elles, os pedreiros-livres, a contas com o Senhor! Já se não contentavam em dar tiros em Christo, de noite, nas suas *lojas* infernaes! Ainda por cima se atreviam a sahir para a rua, a insultar os cruzeiros e a deprimir a fé dos bons-christãos! Era demais!

Os operarios das obras da camara, encarregados da remoção, assustaram-se perante a chuva de improperios e de ameaças, que os cobriu, quando encetaram, por troços, essa tarefa. Em sua defeza, acudiram os zeladores municipaes, com seus pro-

vectos chanfalhos; e logo acorreu o regedor, com sua sequella de cabos de ordens, gente pacifica e conhecida, que foi apaziguando e serenando os animos sem os processos expeditivos da policia actual, onde o menor agente é, como Blucher, um *sabreur*.

Era uma quinta-feira, quente mas triste; farripas de nuvens a espaços obscureciam o sol: sentia-se a trovoada avisinhando-se. No sueto do dia, da varanda assistia ao successo.

Quando, na acalmação a custo obtida, subitamente irrompe da sua lojita, arrancando-se, n'um supremo esforço, aos braços enleantes da familia alarmada, o meu bojudo visinho sebastianista, apopletico, desvairado; planta-se em frente do cruzeiro, já envolto dos cadeados de ferro que tinham de leval-o a pousar no carro de bois que o aguardava para a sua remoção; e, desfeito em pranto, elle, n'um rouquido soturno, clama para a imagem, com uma quasi que eloquencia, na espontaneidade agreste da sua emoção rude: — Oh! Meu bom Jesus! Em Jerusalem aquelles teus perversos matadores te ataram com cordas, mas estes judeus de agora já se não contentam com cordas e te amarram com ferros!

E n'isto resplandece o fulgor sinistro de um relampago e logo retumba o ribombo d'um trovão profundo.

Que fuga doida! Os labregos do carro de bois deixando bois e carro, ás carreiras elles, em gritos espavoridos; as senhoras visinhas, aturdidas, dis-

persando em ganidos lancinantes e rispidos; os zeladores, ennovelando-se nos seus chanfalhos e o senhor regedor, inquietissimo pelo prestigio do principio da auctoridade que elle alli representava, esbofando-se por fazer volver á compostura, firmeza, desassombro da legião romana a sua manga dos cabos d'ordens.

Só, o sebastianista se mantinha tranquillo, sereno, erecto, no seu largo gesto, proseguindo em sua apostrophe altiva que ninguem no terror ouvia já, com a solemnidade e a magestade austera dos prophetas ensinadores das verdades e reprehensores de reis e povos.

Porém tudo tinha de ser a illusão d'um momento. Aquelle relampago fôra fortuito e o trovão não vinha intencionado ao caso; a remoção dos cruzeiros fez-se sem incidente de maior.

O abotijado sebastianista morreu ha muitos annos, ha bastantes annos que morreu tambem o outro sebastianista seu correligionario.

O Messias não appareceu até hoje em dia, supponho eu. E commigo alguns incorrigiveis scepticos que ao messianismo continuam a preferir o racionalismo, ao heroe a idéa, e á veneração pelos homens o culto dos principios.

«Onde, de verdade, o balão foi parar foi á Ilha Incognita; alli, como tu sabes, está El-Rei Dom Sebastião. Cahiu, assim, no encanto em que anda a cumprir seu fado o Encoberto. Por isso agora já

não póde sahir de lá senão quando o encanto se quebrar. De modo que o capitão Belchior só póde voltar com El-Rei Dom Sebastião e ha-de voltar quando El-Rei Dom Sebastião voltar. As prophecias têm de cumprir-se mas d'outra maneira, que isto do progresso possue força tanta que até entrou no mundo supranatural. Assim, D. Sebastião já não virá da Ilha Incognita n'um navio, como até aqui se cuidava, mas n'um balão, como agora se vê que é que ha-de ser. Ora, o aeronauta piloto d'esse balão, em que ha-de vir Dom Sebastião, será o capitão Belchior, que ha-de vir com elle.»

Alguem me disse, de escape, ao ouvido estas esotericas palavras, por um fim de tarde fria, começo de noite aspera, estando eu parado na Praça Nova a contemplar a longa e larga fila de gente que, havia dias, se accumulava pacientemente defronte do Porto-Club, á espera de noticias consoladoras, na esperança de que subitamente surgisse a uma janella do restaurant, agitando o seu bonet, de regresso da sua aventura estranha, emfim victorioso e triumphal, redivivo — o temerario pharmaceutico villanovense, destinado a um acabamento atroz.

Na sua obstinação lunatica, a turba accuculada e espessa resistia a todas as realidades, das quaes a incommodamente sensivel era a d'uma chuva miudinha, persistente e gelida, a tal chamada de molha-todos e a que chamam, commummente, de molha-tolos; e alli, com effeito, não desquadrava a deturpação: era bem chuva de molha-tolos.

Aquelle sacrificio inutil, aquelle protesto contra a possibilidade, aquella refractaria incorrigibilidade na teimosia, pretendendo impôr ás leis naturaes a obediencia ás nossas affeições e pessoaes caprichos: — era um espectaculo assás para considerar e do qual muitos e diversificados corollarios haveria a deduzir.

Eu limitava-me a observar as massas, não com a repulsa que ao vocabulo e ao significado testemunha Leopardi; pelo contrario, com uma commiseração profunda. Porquanto aquellas gentes attestavam, na sua espectativa, a bondade do seu coração mas, na sua espectativa, attestavam a incultura da sua intelligencia. Mostravam-se simultaneamente sensiveis e ignorantes. E patenteavam mesmo mais do que ignorancia. Patenteavam a impermeabilidade do seu temperamento mental á civilisação. Aquillo era a superstição primitiva. Era o selvatismo rudimentar, insolitamente sobrevivendo e ostentando-se. Era o subconsciente d'onde emanou na sua hora o sebastianismo. As gentes da Praça Nova á espera do capitão Belchior, vinte, trinta, quarenta dias depois da perda do balão em que o infeliz partira, eram exactamente as mesmas gentes que em Lisboa iam aos magotes para os altos assestar de companhia os oculos de alcance, a vêr chegar a esquadra de D. Sebastião que as havia de libertar dos francezes de Junot.

Ainda hoje em dia, por Gaya me dizem que não é raro topar com não-convencidos e não-conformados. Elles sorriem espertamente; elles balbuciam

monosyllabos mysteriosos; assegurados de que não motejem d'elles, elles abrem-se em confidencias e revelações. O capitão Belchior não morreu, não, senhores; está vivo, e ha-de voltar; mas ha motivos superiores e causas fortes para que não tenha apparecido já nem appareça assim breve ainda. Mas que ha-de voltar e apparecer um dia e que tudo então se saberá: — isso é que não tem duvida nenhuma.

A substructura da mentalidade nacional será, portanto, chimerica? Na verdade, o messianismo do povo portuguez foi notado em todo o tempo pelos extrangeiros que residiram em Portugal com demora e prestaram attenção á nossa gente, com olhos de vêr. Alguns d'esses extrangeiros, esquecidos do que lhes vai por casa, tiraram, até, d'esse messianismo dos portuguezes motivo e rasão para os desprezar e os ter na conta de creaturas estupidas, semi-loucas, incapazes de constituir nação substancialmente civilisada.

Assim, por exemplo, recordo-me de ter lido em Chamfort que, perguntado lord Tirawley que esperança se podia ter no progresso dos portuguezes, elle respondera: — Que esperança se póde ter n'uma gente da qual a metade está á espera do Messias (alludia á grande percentagem de judeus no conjuncto da população lusitana) e a outra metade á espera de um rei chamado Sebastião, que morreu ha duzentos annos?

Este lord Tirawley diz Chamfort que costu-

mava dizer que, se tirarem a um hespanhol o que elle tem de bom, o que fica é um portuguez; e Chamfort accrescenta que, quando lord Tirawley tal dizia, tinha acabado de deixar de ser embaixador em Portugal.

Porém d'esses sarcasmos acerbos não curemos para n'elles firmar opinião; o que nos importe seja o destaque persistente do messianismo lusitano, como relevo caracteristico d'uma psychologia de visionamento e sonho.

Esta tendencia espiritual altera as proporções e deforma os lineamentos; é como nas allucinações visuaes e auditivas, vê-se o que não existe e ouve-se o que não foi dito. As personalidades, ainda as mais mediocres, desde que idealisadas por este enlevo magnanimo, tomam aspectos grandiosos ou fabulosos, consoante succedeu para o pharmaceutico, desatremado, sympathico aliás na sua curiosidade e no seu arrojo, mas vulgar e sem sombra de merito. Todavia, o belchiorismo portuense foi uma fórma mitigada do sebastianismo portuguez; o processo psychologico formativo do mytho de D. Sebastião é o mesmo e identico ao que creou a lenda do capitão Belchior.

E venha depois, no remoto futuro, um Angelo de Gubernatis ou outro pelo teor, que elle nos explicará que o capitão Belchior é o Sol, que o seu balão que se afunda, ao cahir da tarde, no oceano é o symbolo do occaso e que a sua profissão de pharmaceutico é uma allusão ás virtudes curativas

do astro-rei; emfim, que, como personagem historica, o capitão Belchior nunca existiu; o capitão Belchior é um mytho e o belchiorismo é a fórma peculiar por que em Villa Nova de Gaya se conservou o culto heliolatrico primitivo.

Culto idealista, por homenagem poetica, prestara um versejador portuense, em um poema heroico, que consta de doze cantos em oitavas rythmadas, a *Vida de S. João Evangelista*, impressa em Lisboa, por João Galrão, em 1682. Dedicou-a *á muito alta e muito poderosa rainha a senhora D. Luiza Maria, Francisca, Josepha, Margarida, Hyacinta, Manoela de Gusman el bueno* seu auctor, Nuno Barreto Fuzeiro, que auctor é tambem de uma *Vida da gloriosa virgem, a madre Sancta Theresa de Jesus, fundadora e reformadora de Carmelitas descalços e descalças*, a qual foi impressa outrosim em Lisboa, mas por Francisco Villela, em 1691.

Não gosa o auctor de grande reputação entre os exigentes; na verdade, Barreto Fuzeiro é tido pelos criticos como escriptor de pouco pezo e de levissima auctoridade no que diz respeito á pureza e correcção de linguagem. O p.e Francisco José Freire, nas suas *Refl. sobre a Ling. port.*, em mais de um logar o tracta desabridamente, censurando-lhe o uso de termos improprios e de vozes alatinadas, etc. Mas este p.e Francisco José Freire é um pedante.

Nuno Barreto Fuzeiro viveu no estado de casado e fundou o convento das religiosas da Con-

ceição no logar de Carnide. Morreu sem descendencia a 26 de Dezembro de 1702.

D'elle é tambem o livro intitulado *Pratica entre Heraclito e Democrito, referida por. . . ., dedicada a alguem que a lêa* (Roma, 1693). Crê Innocencio ser esta, das tres obras conhecidas do auctor, a mais rara de todas. Pelo menos, era certo que não vira d'ella até á data (1862) outro exemplar senão um que havia annos comprara, «e que fôra da escolhida livraria do nosso distincto advogado Pereira e Sousa». Do que diz o auctor na dedicatoria e prologo d'esta *Pratica*, concluia Innocencio que Fuzeiro chegara a imprimir a *Vida da Madre Leocadia* que Barbosa na *Bibl.* dá como manuscripta: alli diz que a dedicara a el-rei D. Pedro II. Sendo assim, ou fôra a obra mandada supprimir depois, ou algum transtorno fizera desapparecer os exemplares, a ponto de não haver já memoria de tal impressão no tempo de Barbosa.

Cumpre esmiuçar isto.

A memoria, a proposito consignada por Barbosa, registra assim: *Vida da Madre Leocadia da Conceição, religiosa Franciscana no Convento de Monchique. Dedicada a ElRey D. Pedro II.* Ms. E accrescenta que d'esta obra, escripta no anno de 1687, se lembra Antonio Carvalho da Costa, *Corog. Portug.*, Tom. I, Trat. 6, cap. I, p. 363. Com effeito; mas não e a pag. 363; é a pag 353, onde lembra a Madre Leocadia, «cuja vida escreveo Nuno Barreto Fuzeiro.»

Mais addita Barbosa que de tal obra de Fuzeiro se lembra, outrosim, Fr. Fernando da Soledade, *Histor. Serap. da Prov. de Portug.*, Part. liv. 4, 3, cap. 25, «onde treslada algumas paginas della». Com effeito; e, portuense, para refutar as asserções d'outro portuense em «hum livrinho, cujo Auctor não declaro», declara Fr. Fernando da Soledade; declaro-o eu: é o padre fr. Francisco de Aracæli, prégador jubilado, religioso de São Francisco da Provincia de Portugal. Fr. Fernando da Soledade impugna-lhe o «breve tratado», que diz «intitulado *Norma viva de hua Religiosa*». Mas o titulo d'esse tractado «historico e panegyrico» não é rigorosamente assim; porém, impresso «á custa do doutor João Antonio Roriz, abbade de São Verissimo de Novogilde, do bispado do Porto», assim: *Norma viva de religiosas* (Lisboa, na offic. de Miguel Manescal, 1708).

Ora, porque o seu testemunho podia ser suspeitoso na controversia a que se propôz, frei Fernando da Soledade, em 1709 (Tom. IV, Lisboa, na offic. de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra), allega

o de Nuno Barreto Fuzeyro, Fidalgo conhecido em Portugal, e muyto particular devoto da venerauel Madre, com a qual communicou muytas vezes, e das virtudes della compos hum tomo de cento e vinte e oyto Capitulos, o qual está approvado pelo Santo Officio para sahir a luz, e o guarda sua mulher D. Maria Pimenta da Sylva, recolhida no seu mosteyro da Conceyção de N. Senhora da Luz,

aonde fr. Fernando da Soledade declara que foi «e do tal livro» do «Doutissimo Escrittor» trasladou o que pertencia a seu discurso preambular apologetico, «em defensão da nobresa, e sangue illustrissimo d'esta Serva do Senhor.»

Laborou, pois, em sua presumpção Innocencio em equivoco e em erro cahiu, pois da dedicatoria e prologo (é uma só peça) da *Pratica entre Heraclito e Democrito* deduziu que, assim como o livro da *Vida de Santa Thereza* fôra publicado, e publicado fôra o livro da *Vida de S. João Evangelista*, publicado seria, analogamente, o livro da *Vida da V. M. Leocadia*, não reparando aliás n'uma phrase de Fuzeiro que parece adrede posta para a distincção, quando este de seus livros diz que não usa *seguir na ordem de publicalos, a de compolos.*

E' curioso como d'um caso que lhe aconteceu deduz o parentesco da situação, que engendrou, Fuzeiro, para explicar como sua *Pratica*, entre Heraclito e Democrito passada, e por elle *referida*, é «dedicada a alguem que a lêa», pois lhe parece que «hiram sendo muito os livrinhos que dê á estampa», e «por não enfadar a alguns Senhores com offerta que desestimem.» Assim,

me ponho â porta da impressam â tomar por compadre, e padrinho do que nella entrego o primeyro Leytor, com que tope, e esse serâ o que tenha obrigaçam de soccorrerme; Mas ainda que me nam acuda, nem defenda, bastara que me lea paraque me deyxe obrigado, seja qualquer o Leytor, que me suceda, pois a falta da bençam nam annulla o nome de padrinho

Justificando, conta, com effeito:

Sucedeu-me aqui em Lisboa, que hindo a ouvir missa em hum dia de obrigaçam a huma Igreja que era de freguezia, me disse hum homem como estava ali huma criança esperando por mim para a bautizarem. Reparex em que ninguem me havia convidado para compadre: E respondeu-me, que elle me convidava, e por satisfaçam de lhe poderem estranhar o estilo, me disse, que nos primeiros filhos que bautizara, lhe buscara os melhores Padrinhos que pudera paraque o ajudassem, e soccorressem, porque he um pobre official de Oleiro; Mas que hindo, sendo muytos os filhos, por temer enfadar alguns, que nam gostavam de os convidar se hia pôr com a criança á porta da Igreja em hum dia Santo; e dos que sucediam entrar primeyro, tomava para compadre algum, que lhe parecia. . . .

Do franciscano fr. Francisco de Aracæli, que nasceu na cidade do Porto e morreu no convento da sua patria em 1720, com 69 annos de edade, registra Innocencio, tão só, a *Norma viva de religiosas*, «livro que só se recommenda por ser assumpto d'elle uma portugueza, fallecida com credito de santidade.» D'outras obras do auctor faz menção Barbosa na *Bibl.*, mas a Innocencio parece-lhe escusado transcrevel-as para seu *Dicc.*, «porque ninguem as procura, nem as lê.»

No seu tempo foi, porém, Francisco de Aracæli muito considerado; o seu impugnador fr. Fernando da Soledade ajunta-lhe o nôme com os dos padres Fr. Pantaleão do Sacramento e Fr. Amador da Conceição, todos naturaes da cidade do Porto e que todos «imprimirão Sermões muyto dignos.» Na

Norma viva de religiosas, exaltando-o, composições poeticas lhe dedicam o doutor Gaspar Dias Fernandes, Manoel Antonio Lobato de Castro, Salvador Pereira Duarte, o licenceado Antonio de Britto e Sousa e Joseph Pitta Calheiros.

*

V

Antonio da Costa Paiva — Romão Francisco Antonio Creyo

Bem differente do espirito que moveu o portuense frei Francisco de Aracæli a escrever a *Norma viva de Religiosas* foi, de seguro, aquelle que determinou o portuense Antonio da Costa Paiva (depois barão de Castello de Paiva) a publicar o volume dos *Romances de Voltaire, traduzidos em portuguez, e ampla e livremente annotados.*

Insigne cultor das sciencias naturaes, peculiarmente a zoologia e a botanica, não descurou, bacharel formado na faculdade de Philosophia pela Universidade de Coimbra, as suas basilares da chimica e da physica; porém a esta da physica mais acuradamente a versou um que seria quasi portuense, poisque «filho de Garrett.»

Como? «Um filho de Garrett»?

De Antonio da Costa Paiva, doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, declara, em seu *Supplemento*, Innocencio que não pudera até á data (1867) descobrir exemplar algum de sua *These inaugural* sobre a phtysica pulmonar, impressa em França, nem o proprio auctor o possuia; mas do curso geral de physica, de parceria emprehendido, exemplares abundam, que a responsabilisada referencia portuense quasi que coubessem, poisque de seus auctores o principal «um filho de Garrett» fôsse.

Novamente! «Um filho de Garrett»? Como?

*

No tomo I do *Catalogue général de la librairie française*, redigido por Otto Lorenz, na palavra *Almeida* (J. Ch.), professor no lyceu Napoleão, auctor de um Curso de physica, mandam-nos vêr *Boutan*, que foi d'Almeida o collaborador no referido Curso. Mas já no tomo V, na mesma palavra **Almeida,** se corrige e accrescenta o escasso e errado informe. De J. Ch. d'Almeida, auctor do *Cours élémentaire de physique*, se nos diz que foi professor de physica no lyceu Henrique IV, fundador (em 1872) e redactor do *Journal de physique théorique et appliquée* e que «nascera em Paris em 1822». Mas o tomo IX trar-nos-hia grandissima surpreza.

A J. Ch. d'Almeida dar-lhe-ia especificadamente,

como em maneira honorifica, o cognôme de *physicien;* confirmaria que fôra o fundador (em 1872) do *Journal de physique théorique et appliquée*, do qual additaria tambem, augmentando já que era redactor em chefe; corroboraria o logar e data do nascimento: Paris, 1822; e, como tudo em morrer se cerra, informar-nos-hia, ao cabo, que J.-Ch. d'Almeida na mesma Paris onde abrira olhos ao mundo ahi os fechara, fallecendo n'aquella capital em 1880.

Tudo isto é banal e corrente; mas o snr. Otto Lorenz, então livreiro aposentado, ao seu artigo **Almeida** de seu tomo IX, o encetara com dizer que o seu registrado J. Ch. d'Almeida era *filho do seguinte.*

O qual «seguinte» era quem?

«**Almeida Garrett** (J. B. d'), poeta e homem politico portuguez, deputado e par do reino, nascido no Porto em 1799, fallecido em Lisboa em 1854.»

!

Em Lorenz o nôme portuguez de «Almeida» apparece ainda para o padre Theodoro de —, e no continuador D. Jordell depara-se abundancia. Temos Ladislau d' —, advogado em Gand, que o mesmo parece que Ladislau Turquin d' —, sem embargo de certo embroglio de enumeração (Tom. XII e XIV). Temos, na forma «Almeyda», G. Damiani —, professor na Universidade de Palermo, que nasceu em 1834. Temos P. Camena d'Almeida, professor de geographia na Universidade de Bordeus, que nasceu em Saint-Félix de Sorgues (Aveyron) em 1865;

este é quasi celebre, pelo excellente curso da sciencia que professa, escripto de collaboração com Paul Vidal-Lablache e editado pela casa parisiense de Colin et C.ie, favoravelmente conhecida.

No tomo IX (1880) do *Journal de Physique théorique et appliquée* (publicado por elle e E. Bouty, A. Cornu, L. Mascart e A. Potier) vem uma *Notice sur la vie et les travaux de J.-Ch. d'Almeida*, escripta pelo segundo d'aquelles sabios, E. Bouty, onde se lê o que segue:

A erudição do snr. d'Almeida, a elevação e a extensão dos conhecimentos de que dava provas, quer em seu ensino quer em sua conversação, deviam muito a suas numerosas viagens.

Viria J.-Ch. d'Almeida alguma vez, em qualquer d'essas suas numerosas viagens, a Portugal? Estaria alguma vez no Porto?

E. Bouty prosegue:

Havia poucas regiões na Europa que elle não houvesse visitado pelo menos uma vez; quasi que não havia grandes centros universitarios onde elle não houvesse estanceado e onde não houvesse deixado amigos entre os professores os mais eminentes. Em 1862, durante uma residencia de sete mezes na America, foi testemunha dos principaes acontecimentos da guerra de successão, entrou em relações com os generaes e com os personagens mais consideraveis, visitou os acampamentos e as fortalezas do Norte e do Sul, recebido por toda a parte com os sentimentos de deferencia que dictavam o seu saber e o seu caracter. Alguns annos mais tarde percorreu a Austria e a Allemanha, residiu em Vienna, em Leipzig, em Berlim, finalmente visitou a Suecia e a Noruega. Em 1869 fez parte,

com os snrs. Balard, Berthelot, Jamin, Marey, etc., do grupo de sabios que assistiram á inauguração do canal de Suez, visitaram o baixo Egypto, as Pyramides, e resubiram o Nilo até ás primeiras cataractas e á ilha de Philæ.

Repito: — viria J.-Ch. d'Almeida alguma vez, em qualquer d'essas suas numerosas viagens, a Portugal? Estaria alguma vez no Porto?

A mim-mesmo fiz estas perguntas quando na livraria publica portuense examinei o exemplar alli existente do *Cours élémentaire de physique précédé de notions de mécanique et suivi de problèmes.* Seus auctores, distribuidos por divisão separatoria de um risco a meio: *A. Boutan, professeur de physique au Lycée St.-Louis; J. Ch. d'Almeida, professeur de physique au Lycée Napoléon,* Editor, Dunod, em Paris. Typographia e galvanoplastia de Crété, Corbeil. Data, 1861.

Ora, na lauda do ante-rosto, manuscripta, a dedicatoria seguinte:

Offert à la Bibliothèque de la ville de Porto

Ch. d'Almeida.

Tirei-me de meus cuidados; escrevi para França, a pedir informações.

Traduzo a primeira carta que de França, em resposta, recebi:

Lyceu Henrique IV

Paris, 18 de Outubro de 1904.

Meu caro snr.

Tenho a honra de lhe enviar as informações que possuo ácerca do snr. d'Almeida, antigo Professor de physica.

O snr. d'Almeida, José Carlos, nasceu em *Paris* a 11 de Novembro de 1822.

Os nossos registros não fazem menção de quem fôssem seu pae e sua mãe.

O seu filho é professor de rhetorica no lyceu Michelet em Vanves (Seine). O snr. poderia dirigir-se com proveito a elle para obter informes complementares.

Queira acceitar, meu caro snr., o protesto de meus mais distinctos sentimentos.

O Provisor,

(Illegivel; parece ser **Culertary**).

Consequentemente, escrevi para Vanves e recebi, em resposta, a carta seguinte:

Paris, 4 de Novembro de 1904.

Meu caro snr.

Um periodo d'exames que acaba de terminar impediu-me de responder mais cedo á sua carta. Não posso, infelizmente, fornecer-lhe as informações que deseja, poisque foi por engano que o mandaram para mim. Eu não tenho laço algum de parentesco com o snr. d'Almeida, o ex-Inspector Geral de physica.

O meu nôme escreve-se sem apostrophe, o que parece anormal, visto como o nôme não póde ter outra origem senão a cidade portugueza d'*Almeida*. Procede isto de haverem os meus ascendentes escripto D'Almeyda, com um *d* maiusculo e de terem adoptado, ao deante, a orthographia mais simples e plebeia Dalmeyda. Addito, de resto, que a minha familia foi sempre israelita. Ouvi dizer que os judeus, em Portugal, usavam por vezes do nôme da familia de que eram d'algum modo os «clientes». Mas, por outro lado, os nômes judaicos são frequentemente geographicos. Eis ahi uma questão que para mim é obscura.

Que a minha familia seja d'origem portugueza, isto é que haja feito uma longa residencia no seu paiz, é coisa certa. Achava-se, em todo o caso, estabelecida em Bordeus na 2.ª metade do seculo 18.

Por isso que meu pai foi professor de Physica no lyceu de Bordeus, muitas vezes me teem tomado como sendo filho do snr. d'Almeida, o inspector geral. Mas é um erro, e creio outrosim que o ex-professor do lyceu Henrique IV tambem não era o pai do snr. Caména d'Almeida, bordelez como eu, e professor na Faculdade de Bordeus.

Permitta-me, meu caro snr., aproveitar-me d'esta occasião para o felicitar sinceramente pelo encargo generoso que emprehendeu. E queira, assim lh'o rogo, acceitar a expressão da minha mui sympathica devotação.

Georges Dalmeyda.

123, rue de la Tour.

Paris XVI.e

N'esta indecisão de situação, resolvi dirigir-me ao professor indicado por seu collega o precedente signatario e, em contestação, recebi a resposta que segue:

Sociedade philomatica declarada estabelecimento d'utilidade publica (Decreto de 27 de Julho de 1857). **— Cursos profissionaes d'Adultos.**

Bordeus, 24 de Novembro de 1904.

Eschola profissional, 66, rue Saint-Servin.

Meu caro snr.

Busquei aqui pessoas que houvessem podido conhecer o snr. Ch. d'Almeida, mas, infelizmente, sem as encontrar. Não sou, com effeito, em maneira alguma parente do auctor do Tractado de physica que morreu em 1880, na occasião em que, por uma singular coincidencia, entrava eu como alumno no lyceu Henrique IV. Constato de passagem que, sem embargo de tres annos de estadia n'esse lyceu, não deixei lá recordações bem vivazes, poisque o provisor me confunde com o snr. Dalmeyda, que, de resto, conheci em Bordeus, mas que, antes de ser originario de Portugal, o era da Palestina.

Creio que o melhor modo d'obter informes sobre a carreira universitaria do snr. d'Almeida, seria escrever directamente para o *Ministerio da Instrucção Publica,* com o endereço do *Snr. Joubert, inspector geral de physica,* que me parece ser actualmente a pessoa mais idonea para lhe dar os devidos esclarecimentos.

Nada mais me resta do que exprimir-lhe o desgosto que sinto por não poder prestar serviço a uma pessoa d'um paiz que considero como sendo um tanto o meu proprio, e felicito-me por que o meu nôme e as minhas poucas obras de geographia lhe sejam conhecidas. Reconheço-me particularmente sensivel aos cumprimentos que attribuo á sua amabilidade, e peço-lhe, meu caro snr., que acceite o protesto da minha mais distincta consideração.

P. Camena d'Almeida.

Escrevi, portanto, para o indigitado inspector geral e d'elle recebi, emfim, a resposta seguinte:

Paris, 6 de Dezembro do 1904.

Meu caro snr.

Não é de admirar que o snr. nada haja encontrado com respeito á familia do snr. d'Almeida. A sua origem conservou-se sempre envolta em mysterio, até mesmo para as pessoas que mais com elle conviviam; n'esse mysterio, parecia que elle tinha o maximo empenho, e pessoa alguma se arriscaria a abordar com elle assumpto similhante.

Era filho natural e adulterino. Seu pai, de quem elle usava o nôme, havia sido embaixador em Paris, mas não sei se de Portugal se da Hespanha. Não estou habilitado a dizer se por seu pai elle foi ou não legalmente reconhecido. Sua mãe, tanto quanto o posso suppôr, era esposa d'um homem de sciencia da familia do grande..... Ella era ainda viva quando elle morreu em 1880; elle tinha por ella uma grande veneração. Creio que elle se suicidou em consequencia d'um grande desgosto que ignoro absolutamente, porém, de que especie fôsse.

Eis tudo quanto supponho saber (e, ainda assim, sem uma inteira certeza) da sua origem e do seu fim. Se o snr. tem intenção de escrever alguma coisa ácerca d'elle, será respeitar a sua mais expressa vontade o não levantar o veu que até aqui os tem coberto.

Por isso mesmo substitui pelas reticencias que acima ficam o glorioso nôme que o snr. Joubert confiou á minha reserva. O snr. Joubert prosegue com a nobre eloquencia do inicio do remate de sua carta, que é d'este teor assim:

D'Almeida era o mais perfeito galante homem que imaginar se possa; um espirito elevado, um coração excellente; era amado e respeitado por todos, e a sua morte prematura foi um lucto profundo para todos os seus amigos e para todos os sabios francezes.

Queira acceitar, meu caro snr., os protestos da minha perfeita consideração.

J. Joubert.

67, rue Violet.

Vê-se, de resto, que o snr. Joubert ignorava a indiscripção (suppositicia, aliás) de Lorenz, a qual, porém, restitue á inquirição a liberdade, de que, sem embargo, não pretendi abusar, como se viu, contendo-me e reprimindo-me, ao contrario, consoante supra se exarou. Em 1822, data do nascimento de Almeida, tinha Garrett (que nasceu em 1799) 23 annos de edade e não era então nem nunca foi embaixador de Portugal em Paris. Garrett emigrou pela primeira vez de Lisboa para Londres após a queda da Constituição, isto é em Junho de 1823, e só chegou a Paris na primavera do anno seguinte de 1824, isto é quando Almeida andava a caminho de prefazer seus dois annos de edade.

*

Se em Paris insignemente a sciencia da physica professou o quasi-portuguez J.-Ch. d'Almeida, em Paris doutorado, do portuense Antonio da Costa

Paiva, no Porto, concernentes a essa sciencia da physica são algumas das notas por elle postas de seguida de cada uma de suas versões dos romances de Voltaire que traduziu (e que fôram a *Viagem da Razão*, *Como vai o mundo*, *O Branco e o Preto*, *Memnon ou a Sabedoria humana*, *Nicolao e João*, *Historia das Viagens de Scarmentado dictada por elle mesmo* e *Micromegas)*; mas o rosto do volume não contém as expressões a essas notas referentes: *amplas e livremente;* ellas estão no bibliographo, porém não na traducção.

A' astronomia, á biographia, á historia aś outras notas concernem, e do seu tom geral de todas serve de caracteristica a que diz respeito á San-Bartholomeu e é assim:

S. Bartholomeu.—Neste dia de sangue (24 d'Agosto de 1572) dez mil Calvinistas fôrão assassinados em Paris. Carlos IX que então reinava em França ajudou á matança fazendo fogo das janellas do seu palacio sobre elles. Mais vinte mil fôrão mortos nas provincias por ordem do mesmo tyranno. O papa Gregorio XIII, que então presidia na egreja de Deus, escreveo por esta occasião huma carta a D. Sebastião Rei de Portugal congratulando-se com elle por este acto meritorio. Póde-se ver esta carta na *Historia Sebastica* de Fr. Manoel dos Santos: cap. 16 do Livro 2.º.

Da noitada da Sã-Bartholomeu, o horror só é excedido pelo jubilo que provocou, annota tristemente Michelet.

Tambem nós, portuguezes, compartilhamos, sim,

d'esse dôce jubilo e timbramos em solemnemente o attestar.

Chegou a noticia da matança a Lisboa em 6 de setembro por um postilhão, que o nosso embaixador João Gomes da Silva despedira de Paris a 27 do passado. Recebeu-a el-rei (D. Sebastião) com grande alvoroço e summo gosto de toda a côrte; festejou-se com luminarias e repiques dos sinos de toda a cidade e outras demonstrações de alegria; e na segunda-feira logo seguinte 8 do dito mez, e dia do nascimento de Nossa Senhora, se fez uma solemne procissão de graças a Deus por aquelle bom successo dos catholicos de França, na qual foi o cardeal infante D. Henrique, levando as reliquias debaixo do pallio, e o senhor D. Duarte, com toda a fidalguia; el-rei não foi n'ella, por estar doente sangrado; a procissão sahiu da Sé para S. Domingos, onde prégou o celebre varão, frei Luiz de Granada, da mesma Ordem, oraculo d'aquella edade. No fim do sermão, que todo foi de graças e agradecimentos a Deus, pela victoria que déra a el-rei de França, leu ao auditorio a carta do embaixador, para que todos tivessem inteira noticia, incitando-os a dar graças ao Senhor, por favorecer aquelles catholicos, que tão arriscada tinham a fé ou a vida.

Que tão arriscada tinham a fé ou a vida que, segundo o catholico auctor portuguez que extracto, em França fôram proseguindo em suas piedosas execuções nos protestantes, não já só em Paris como

em Lião, Orleans e Bordeos e nas mais cidades e povos d'ella.

Este catholico auctor portuguez é o padre José Pereira Bayão, que assim discorre em sua obra do *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do senhor rei D. Sebastião, o Desejado, de saudosa memoria.*

O abbade reservatario da egreja de Santo Adrião de Sever do bispado do Porto, Diogo Barbosa Machado, no tomo III de suas *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo d'El-Rei D. Sebastião, unico em o nôme e decimo sexto entre os monarchas portuguezes*, conta que, certificado (o rei) pelo embaixador de França João Gomes da Silva, em 6 de setembro, da derrota dos huguenotes, com o seu principal fautor, Gaspar de Coligny, se celebrou em Lisboa com luminarias e repiques. No dia oito, consagrado ao nascimento da mãe de Deus, se fez uma solemne procissão por successo tão plausivel á religião catholica, triumphante da heretica perfidia; e, sahindo da cathedral até o convento de S. Domingos, acompanhada do cardeal infante e do senhor D. Duarte, prégou, ao recolher, o insigne varão frei Luiz de Granada, eterno esplendor da Ordem Dominicana, exhortando o povo ao rendimento de graças a Deus, pelo heroico valor com que Carlos IX, verdadeiro Hercules gothico, destroçara a hydra da heresia, mais perniciosa que a de Lerna. Concluira o sermão lendo a carta do nosso embaixador, escripta a el-rei, para

que, incitados, os catholicos concorressem a favorecer uma causa em que era interessada a verdadeira religião.

Mas, explicativa e conclusivamente, encerraremos com aquelle frei Manuel dos Santos, benedictino cirterciense, mestre jubilado em theologia, na sua alludida *Historia sebastica*. Onde escreve que a 6 de setembro chegou um expresso de Paris, que tirou a todos de duvida, porque leu a noticia das chamadas *Matinas de S. Bartholomeu*. Fôra o caso que el-rei Carlos, tendo juntos e dentro de Paris, como em rêde, ao Almirante, á princeza de Bearn e aos principaes francezes huguenotes, chamados para serem presentes ao matrimonio do principe Henrique de Bourbon com sua irmã madama Margarita, dera em segredo as ordens necessarias para que na noite de 24 de agosto fôssem mortos quantos hereges havia na cidade, começando pelo Almirante, de sorte que em Paris e outros logares mataram a ferro mais de trinta mil huguenotes, e todos acabariam, mas fugiram muitos para Inglaterra e Allemanha, que, ao depois, voltaram a França. E, para que não parecesse que a mortandade fôra casual, sendo no outro dia, 25 de Agosto, em que celebramos a festa do seu glorioso S. Luiz, o rei Carlos entrou no Parlamento e n'elle declarou que o castigo que viram executado nos hereges fôra de seu mandado, porque a vontade constante d'elle rei era que em toda França não houvesse outra religião mais que a catholica romana, herdada de

S. Luiz e dos outros seus ascendentes, e que, se no tempo passado deu a entender outra cousa, o fez constrangido da necessidade mas esperando por esta presente occasião, que dispoz e traçou, soffrendo, e dissimulando, as insolencias dos hereges, que haviam visto. Portanto, revogava todos os editos e leis favoraveis aos sectarios e mandava fôssem castigados com pena de morte e confiscação de bens quantos hereges apparecessem no seu reino, de qualquer seita ou estado que fôssem. E esta foi a noticia que trouxe o expresso mandado de Paris a El-Rei.

A mesma noticia alegrou a toda Europa christã; estava sangrado El-rei D. Sebastião quando chegaram as cartas de França; mas da cama ordenou que se dessem a Deus publicas graças pela santa resolução d'el-rei Carlos, da qual esperava que se purificasse de hereges aquelle reino e se restituisse á pureza da fé que lhe deu a antonomasia de christianissimo. Aos 8 de setembro, em que celebramos o sagrado nascimento da purissima Rainha dos Anjos, fez a cidade uma procissão geral da Sé a S. Domingos, na qual foi o infante D. Duarte em nôme d'el-rei, acompanhado da nobreza e tribunaes da côrte; em S. Domingos houve missa solemne e sermão pelo veneravel frei Luiz de Granada, que no fim leu ao povo o relatorio do successo que a el-rei veio de Paris. El-rei D. Sebastião, que se abrazava no zelo da fé, escreveu a el-rei da França, louvando e levantando sobre as estrellas a santa mortandade

executada nos huguenotes e animando aquelle principe a levar ao fim a empreza heroica de perseguir os hereges do seu reino, até o alimpar de todo e purgar da infecção heretica; e para esse effeito offereceu ajudal-o, com dinheiro e armas, por mar e por terra, do qual offerecimento e piedade catholica não só el-rei Carlos mas tambem o Pontifice se confessaram e publicaram agradecidos.

Eis como ainda em 1735 se professava e publicava em Lisboa ácerca do monstruoso crime da São-Bartholomeu, traição reputada heroismo e mortandade qualificada de santa!

Antonio da Costa Paiva chama á execravel data «dia de sangue».

Porém esta e congeneres deprimentes lembranças têm sua utilidade e redundam em licção, porque resultam explicativas.

Licção, mas licção philosophica deu Antonio da Costa Paiva (então já barão de Castellô de Paiva) nas duas notas que forneceu, e que, Innocencio qualifica como sendo «de muita erudição», para ajuntar á traducção dos *Fastos* por Antonio Feliciano de Castilho e que, versando os themas das *origens dos mezes de Março* e *Maio*, sahiram com a mesma traducção, a primeira no tomo II e a segunda no tomo III da dita.

Mas a obra que ao barão de Castello de Paiva mais retumbancia de notoriedade litigada havia de dar a obra foi dos *Novissimos ou ultimos fins do*

homem, em dois grossos tomos, em Lisboa impressa no anno de 1866.

Ahi elle se retracta de seus passados erros. Em uma advertencia preliminar dá conta dos motivos que o determinaram a compôr e a entregar ao prelo este trabalho notavel:

Foi para me libertar dos remorsos que me atormentavam, e tambem para valer ás almas que dentro ou fóra do gremio catholico quizessem abraçar-se á cruz de Jesus Christo, que me resolvi a publicar este livro. Devo ingenuamente confessar que a triste recordação de haver sido obstinado atheu, me perseguia a ponto de jamais poder descançar. A' divina graça, e não aos homens devo a minha inesperada conversão. Desde que o Senhor me descerrou os olhos da alma senti-me outro. Ainda hoje me horroriso do precipicio em que por tantos annos estive suspenso . . . A falta de sciencia sobre assumpto tão alheio a meus estudos, não póde desculpar-me senão porque Deus, a quem devo o beneficio da minha conversão, me ordenou que sem receio dos homens compozesse este livro em louvor do seu sancto nome, e de sua divina lei . . . . Escrevi sómente por obedecer a Deus.

O auctor não vingou, porém, despir inteiramente a pelle do antigo homem, e no remate de sua obra teve, em opposta maneira, de retractar-se novamente ainda outra vez, d'ante-mão.

Por isso na *Protestação* final declara e protesta em prol explicativo das «alterações feitas no texto, mas não no sentido do Credo, e de algumas orações». Tambem se explica porque se arriscou «ás vezes a notar algumas sombras que enturvam em nossos dias a candura e santidade da Egreja». Mas

o primitivo espirito trasborda por fóra dos diques e reapparece ou dissimulado formalmente, como no ponto da supremacia pontificia, ou patente e livre, como na condemnação e repulsa da pena-de-morte (Tom. I, pag. 98).

Litterariamente, Camillo Castello-Branco, da obra do barão de Castello de Paiva, escreveu n'este teor:

> A fórma, o dizer, é de tão bom quilate portuguez, que apenas podereis estremar a vernaculidade do auctor dos *Soliloquios* d'entre as paginas lusitanissimas do auctor dos *Novissimos*, que tanto hombro a hombro se eleva com o oratoriano (P. Manuel Bernardes), de quem temos um devoto livro, identico na tenção e no titulo.

São d'estes exaggeros de amizade que, a todo o momento, se nos deparam em Camillo. A linguagem do livro do barão de Castello de Paiva é pura, porém o estylo tém um sabor archaico, de sobreposse e imitação; raro se lhe espelham os reflexos de uma inspiração natural e immediata; é um trabalho sabio, um livro livresco, fructo de leitura e effeito de persistencia sobre moldes. Camillo, elle-mesmo, aos dous volumes do barão de Castello de Paiva, de par que de «notaveis», os capitula de «laboriosos».

Mais desimpedida parece a expressão nas notas aos *Fastos*, em as quaes scintilla ainda um resto da antiga ironia, como quando moteja do «tempo em que se cria em Romulo como em D. Affonso Henriques, e em que todos contavam o rapto das

Sabinas, como se tivessem ido com os celibatarios de Roma áquella memoravel façanha».

No tempo de sua juventude, Antonio da Costa Paiva riu facil, acidamente; a juventude litteraria do Porto, de longa data, vinha habituada a rir das extravagancias litterarias; a apontar as pechas dos litteratos, trasladavam-lhe, mesmo, de lá-de-fóra as composições adequadamente tal alvo visando.

Como, por ex., de aqui já de Castella as de Iriarte.

*
* *

De don Tomas de Iriarte, Eugenio Baret, em sua *Histoire de la littérature espagnole depuis ses origines les plus réculées jusqu'à nos jours*, frisa que «a moral das suas fabulas offerece esta particularidade que é toda ella litteraria, isto é que o auctor se dedica menos a censurar os vicios do coração do homem do que a precaver o escriptor contra os erros do estylo e do gosto, ou, algumas vezes, a escarnecer dos defeitos peculiares dos homens de lèttras». E cita para exemplo a fabula que traduz *A Rapoza e a Lagarta.*

Porém a nota critica já estava na «advertencia posta pelo editor hespanhol no frontispicio da primeira impressão» das ditas fabulas, e assim a traslada a versão portuense de Romão Francisco Antonio Creyo:

Não quero preoccupar o juizo dos Leitores a respeito do seu merecimento; mas sómente advertir aos menos versados nesta erudição, que he esta a primeira Collecção de Fabulas inteiramente Originaes, que se tem feito em Castelhano: que logo que sahirão á luz forão traduzidas na lingua Italiana: e assim como para a Hespanha tem estas particulares recommendaçoens, tem outra tambem para as Naçoens Estrangeiras, vem a ser, a novidade de que todos os seus assumptos se referem á Litteratura. Os Inventores de Fabulas meramente moraes, com mais facilidade achárão nos Brutos propriedades para fazer commodas applicaçoens aos defeitos humanos pertencentes aos costumes; porque os Brutos tambem tem suas paixoens: porém como estes não lêm, nem escrevem, he mais difficil descobrir nelles particularidades, que possão ter relação, tanto com os vicios Litterarios, como com os preceitos, que devem servir de norma aos Escritores.

Quanto á fabula citada para exemplo (é a LVI, *A Lagarta e outros animaes*), Baret cortou-lhe o inicio (que é a referencia), o qual Romão Creyo transfere assim:

Se se lembra o Leitor de huma assemblea,
Onde a vista de mil animaes varios,
A Rapoza atinou porque motivo
Se louvou o Avestruz, e Dromedario;
Saiba que na mesmissima assemblea
Etc.

De Romão Francisco Antonio Creyo diz Innocencio que de sua profissão e mais circumstancias pessoaes não encontrara noticia alguma e que d'elle eram as *Fabulas litterarias de D. Thomás* (sem o *a* accentuado) *Yriarte*, *traduzidas do cas-*

telhano, e publicadas em Lisboa, em 1796. A data está certa, mas o logar de impressão está errado. O livro não foi impresso em Lisboa, mas sim no Porto, «na Officina de Viuva Mallen, Filhos, e Companhia. Impressores da Relação». E ditas *Fabulas litterarias* são, em sua versão, pelo traductor «offerecidas á Ill.ma e Ex.ma Sr.a D. Maria de Lencrastre *(sic)* Cezar e Menezes». O nôme, no desuso, para o immediato reparo, está assim, duas vezes: na lauda de rosto e na pagina da dedicatoria. «Seu humilissimo criado Romão Francisco Antonio Creyo O F. D. A.» No nôme de sua ama e senhora teria elle «hum escudo firme contra os golpes da mordacidade», quando não bastassem «as muitas, e excellentes armas, que contra ella ministra a mesma obra» que traduz.

VI.

Pedro Gabe de Massarellos — Antonio Soares de Azevedo

PELA epocha, mui cultivada a poesia no Porto, á estampa se davam com incendido empenho as acolheitas que amorosamente se faziam. Assim, tenho presente o tomo que deve ser o 1 (visivel o numero, apezar do porco ardil do alfarrabista) de uma *Collecção de obras poeticas dos melhores authores*, impressa no Porto, na Officina de Antonio Alvares Ribeiro, no Anno de 1789, e vendendo-se, taxado o livro em papel, em Meza de 2 de Abril do dito anno, a 300 reis, na mesma officina na rua de S. Miguel, nas casas n.º 260.

Esta collecção é rara; não existe na Bibliotheca Publica do Porto e Innocencio desconheceu-a. Acontece com esta collecção do Porto a semsaboria que justamente censurou Innocencio na *Collecção de*

poesias ineditas dos melhores Auctores Portuguezes, edição feita, de 1809 a 1811, segundo consta, por diligencia de José Balbino de Barbosa Araujo, depois barão e visconde de Tilheiras, fallecido em 1846. Innocencio observa:

> .... é para estranhar que se dessem anonymas muitas composições, cujos auctores .... naturalmente não levariam a mal que se estampassem seus nômes por baixo das suas poesias.

Em nenhuma das que reuniu, o nôme do auctor poz o collector de 1789 no Porto, o qual, em seu «Prologo», assim se explica:

> Tendo encontrado, entre a immensa multidão de obras poeticas que circulam manuscriptas ou, ainda que impressas, avulsas, muitas que não cedem aos mais estimaveis monumentos que produziram os melhores engenhos gregos e latinos, jnlgamos que fariamos ao publico um agradavel obsequio se, ajuntando ao trabalho e fadiga de as procurar o cuidado de as expurgar de muitas faltas e erros com que a ignorancia, defeito assaz commum dos copistas, as tinha viciado, lh'as offerecessemos juntas em um corpo em que egualmente podessem servir para divertimento e instrucção.

Como se desvelara não só na correcção das obras que á luz dava mas tambem na selecção d'ellas, ao collector parecia que tinha bastante fundamento para julgar que em sua collecção se não acharia obra que não só não offendesse a modestia mas tambem que não se podesse tomar por modelo, cada uma no seu genero. Por este hybrido teor escreve. Mas, pelo que respeita aos sonetos, não

obstante serem todos bons, não ousava affirmar d'elles aquella segunda parte, poisque, como dissera Boileau, apenas se encontra um que seja perfeitamente bom e sem defeito algum. Cita a passagem idonea, *Poet.*, c. 2; porém não o posso seguir nas suas restantes considerações, poisque, em meu defeituosissimo exemplar, faltam as paginas subsequentes.

Mas, entre esses sonetos, este não falta:

Fôram-se do verão os dias ledos,
Dos campos se apodera o inverno frio,
O tempo ás flores usurpou o brio,
A neve cobre os asperos rochedos.

Largam, já sêcca, a folha os arvoredos,
Nas fontes prende o gelo o murmurio,
A turva enchente engrossa o ameno rio,
Retumba o mar, batendo nos penedos.

Callada está das aves a harmonia,
Nas nuvens o relampo reverbera,
O vento pelos bosques assobia.

Ah! Se agora o meu Bem aqui viera,
Depressa o frio inverno fugiria,
Tudo se transformara em primavera.

E' pena aquelle «relampo». Se elle não fôra, este bello soneto satisfaria plenamente o gosto moderno. E é curioso o ar de parentesco, em contraste, que subitamente lhe reconhecemos, para com uma das mais melindrosas inspirações do parnaso contemporaneo. Pertence o primor a Julio Forni e está delicadamente transposto para portuguez por Gomes Leal. Chama-se *A primavera*, e diz assim:

Hão-de dizer-me (insensatos!),
Que tenha novos amores,
Que brilham já outros soes,
De novo se abrem as flôres
E é o tempo dos rouxinoes.

E dirão inda depois:
Que a primavera começa,
E andam aromas no ar
Que nos sobem á cabeça,
Como um vinho singular.

E eu dir-lhes-hei: Que m'importa?
Faz frio, fechem-me a porta!
— Ella, o meu bem, meu abrigo,
Levou, desde que está morta,
A Primavera comsigo!

De sonetos, porém, a mocidade portuense fez modernamente um galante album.

N'um nitido volume da typographia Morgado, d'esta cidade, sahiu em 1884 uma linda collecção-sinha que tem o titulo gracioso de *Bouquet de Sonetos* e de que destinaram o producto da venda os editores, snrs. Antonio de Lemos, Augusto de Lemos, Joaquim de Lemos e Joaquim de Novaes, á Sociedade Philanthropica Academica do Porto.

Os sonetos que compoem esta collecção pertencem, pela sua grande parte, a moços que arriscavam então as suas primeiras tentativas litterarias.

Com excepção de Anthero de Quental, E. Costa Macedo, Ernesto Pires, Gomes Leal, Henrique Marinho, Ignacio da Silva, João Novaes, Leite de Vasconcellos, Luiz de Magalhães, Macedo Papança, Teixeira Bastos e Xavier de Carvalho, os restantes dos collaboradores do volume eram quasi totalmente

ignorados ainda dentro dos arraiaes da nossa litteratura contemporanea e, por consequencia, essa collecção tinha o precioso valor de um documento de prova sobre todo um mundo de recem-chegados que procurava fazer-se notar.

Pela nossa parte humilde, do nosso canto jornalistico, dissemos que não seriamos nós quem regateasse aos *novissimos* o seu logar ao sol. Já não eramos poucos os que rabiscavamos papel almasso por este mundo de Christo, mas a terra é grande e ainda cabe cá muita gente. Fôssem, pois, bemvindos, todos os para quem a lettra redonda é o abysmo e um elogio n'uma gazeta toma as proporções d'um hymno de gloria.

Se na pressa do trabalho d'um jornalista que lucta com a variedade dos assumptos de que se tem a occupar e com a falta de espaço de que dispõe no seu periodico, o que parece um *cliché* mas não é, com franqueza se diga, nos appareciam então cinco minutos livres para registrar as impressões da leitura do volumesinho oriundas, permittissem as jovens esperanças que se manifestavam na collecção dita que começassemos por fallar dos que eram tambem moços valiosos alli havia uns annos mais atraz. Comprehendessem e desculpassem essas caturrices de quem já então, ao sentar-se á meza do trabalho, collocava, dizia, a sua caixa de simonte ao lado do lenço de ramagens escarlates e, pitadeando-se, se dispunha aos ares doutos, circumspectos, ponderosos e graves que conveem aos antigos.

O soneto de Anthero de Quental, com sinceridade se confessasse, não nos parecera dos mais felizes d'este illustre homem de lettras. Anthero de Quental possuia, como nenhum outro entre nós, a sciencia de domar essa fórma rebelde, de lhe imprimir a ondulancia musical que constitue a graça do verso e a que o soneto se esquiva, como um barbaro que seja. Além d'esta difficuldade formal, o soneto tem outra, e essa fundamental. Pela tyrannia da sua fórma, elle impõe ao poeta uma condensação da idéa a exprimir que, perdendo em desenvolvimento, é certo que se concentra em energia, mas que por esta rasão mesma falta em nitidez, desde que o artista não logre dizer completamente tudo o que quer dentro do molde compressivo.

Nós outros, homens do meio dia, inventando-a, usando-a, mas, de natureza, falladores, diffusos, continuamente divagando, não sômos os mais proprios a manejar essa forma simplista. Necessitamos da grande liberdade, para flanar á vontade pela phantasia em fóra, sob pena de cahirmos na obscuridade de pensamentos incompletamente desenvolvidos ou na banalidade de phrases sem nexo, na repetição, na ambiguidade, no indefinido e monotono. Não era exaggerar. Houvesse vista a repugnancia dos romanticos pelo soneto. Victor Hugo, o maior de todos, nunca fez, ao que nos constasse, mais de um soneto em toda a sua vida, d'uma fecundidade de assombros, aliás.

Depois, a causa do abandono d'esta fórma poe-

tica ainda é mais geral e ella procede da propria crescente complexidade do espirito humano, em que hoje os sentimentos e as idéas são tão intrincados e tão nuanceados que difficilmente poderão ser expressos n'um modulo peculiar a idades mais ingenuas e elementares. Um facto comprovava isto que deixavamos dito: depois do apparecimento de Carlos Baudelaire e da efflorescencia dos parnasianos, a progressiva substituição do soneto philosophico ou lyrico pelo méramento descriptivo, de que a essa collecção dava um exempar admiravel o snr. Luiz de Magalhães.

Anthero de Quental conseguiu, todavia, o impossivel: o fazer representar toda a grandiosidade do pensamento moderno n'esta fórma concisa. Os seus sonetos são typicos e elles teem um valor litterario supremo.

O d'essa collecção, porém, com excepção dos tercettos, não nos pareceu tão habilmente conduzido como os seus mais velhos, e elle contém affirmações que se nos figuraram injustificaveis.

E' um hymno á Razão, e resente-se logo do feitio essencialmente metaphysico do seu auctor, que se define na personalisação de abstracções como o Amôr, a Justiça, a Virtude, o Heroismo, desfilando solemnes nas suas lettras maiusculas, a que o então recente critico Desprez acabara de chamar pedanteria. Diz o poeta á Razão que

> Por ti é que a poeira movediça
> d'astros e soes e mundos permanece.

Não entendemos bem, dissémos, o sentido d'isto, dando de barato a significação precisa do que seja a poeira movediça dos astros e soes e mundos e, sobretudo, não attentando no contraste, que vem de uma dupla ambiguidade de sentido talvez, entre o adjectivo *movediça* e o verbo *permanece*. Pela Razão é que permanece o systema do mundo? Mas pela Razão que lhe descobriu as leis, isto é pela razão humana? Por uma Razão anterior, isto é pela providencia divina? A primeira das affirmativas, a ter algum sentido, levar-nos-hia a um idealismo transcendente, bem pouco claro, escrevemos então. A segunda não se coaduna com o arrojo philosophico do poeta, que continúa:

e é por ti que a Virtude prevalece
e a flôr do Heroismo medra e viça.

Isto é Hegel puro, a subordinação das faculdades affectivas e do caracter moral á disciplina da razão, dissentimos. Não ha nada mais falso, como facto de observação. A Virtude prevalece, se é que prevalece, independentemente da critica dos actos, conforme se vê nas naturezas simples, como no povo. E o Heroismo é essencialmente irreflectido.

De resto, o soneto do vate rejubilou-nos immensamente, como um symptoma moral. Elle lembra as *Odes modernas*, enthusiastas e cheias de fé, e não as melancholias morbidas do *Elogio da morte*. Parecia annunciar na alma do poeta uma nova in-

vasão da luz e da alegria. Assim, commoveu-nos profundamente como uma *adhesão*, da parte de quem, pela profundeza extraordinaria do espirito, a duvida e o desalento da ultima phase, em nossa obscuridade, nos pungiam, como uma tortura.

Quanto aos mancebos cujos trabalhos encontramos nas paginas do pequenino volume, elles revelavam, realmente, talento e disposições muito apreciaveis.

E, sobretudo, se se lhes não observava a audacia dos rapazes d'outro tempo, via-se que um facto analogo ao que se deu em França com a roda do snr. Catulle Mendès tendia a produzir-se no microcosmo litterario da nossa terra. Eram mais cuidados na fórma e começavam escrevendo bem, o que nos não succedia a nós outros, oh velhos de vinte e cinco annos, então exclamamos, oh vós para quem a fórma era o menos e a violencia no pensamento expresso o maximo.

Isto vinha talvez d'aquelle paradoxo de não nos lembrava no lance que douto, o qual referia o escriptor ao vestuario. E do barbaro tumulto do lycanthropo Petrus Borel e de Aloysius Bertrand extremava a regularidade sabia, a fina distincção de Eugène Manuel e de José Maria de Heredia, pelo desleixo d'uns, pelo aprumo d'outros.

Assim, nós eramos uns descuidados, estes eram janotas. E o que nós perdemos em estylo ganhavam-o estes em choryolopsis do Japão.

D'aqui o mal todo. Assim, emquanto os man-

cebos d'então podiam exhibir com altiva sobranceria as mostras de seus precoces engenhos, nós outros assassinariamos o erudito que nos fôsse desenterrar nossos ensaios perdidos em jornaesinhos de collegio, de que não seriamos tão ingenuo que lhes fôssemos a revelar o titulo. Era o que faltava.

E, todavia, que arranque de mocidade! Oh o bom tempo que passou! Lembrar-se-hia o Joaquim de Araujo das maravalhas litterarias do que essas linhas escrevia e com que elle cuidadosamente brindava os évos em gazeta esquecida onde tripudiavamos todos, Maximiano de Lemos, Accacio Antunes e outros que taes?

Lembrar-se-hia Jayme de Seguier, menos sollicito ao Collegio da Boa-Vista do que ao futuro das lettras, a que ao mesmo tempo, de concorrencia comnosco, procurava acudir com Ulpiano Fuentes e com o então collega do critico na mesma folha, Ernesto Pires? Lembrar-se-hia Emygdio de Oliveira? Ainda se recordaria Luiz Botelho? Ai os companheiros de desdita, Gaspar de Lemos, Francisco Carrelhas, Queiroz Velloso, Xavier de Carvalho, tivessem paciencia, se bem que lhes custasse; confessassem que era chegado o nosso momento, provectos que eramos já. Então expiavamos as nossas culpas d'outr'ora, nossos innocentes remoques, na liberdade amavel das palestras de convivio, aos que já estavam quando nós chegamos. Que o Henrique Marinho, esse bom e talentoso moço (um mui distincto portuense, homem de caracter e merito, aliás),

abrisse o seio candido do lyrismo romantico para que se recolhessem n'essa urna, de gloria, afinal, nossas lagrimas de cruel arrependimento!

Assim brincando, á boa feição, de resto, como entre camaradas leaes que se respeitam, o modo sizudo se retomou para se dizer que, d'entre os moços escriptores do Porto d'então, dois se destacavam, a nosso parecer, com relevo. Eram Eduardo Coimbra e Antonio Nobre.

Do primeiro tinhamos tido o gosto de lêr varios versos, que assignalavam em seu auctor uma veia lyrica magnifica.

O segundo, mais indeciso, o que podia ser, comtudo, uma garantia, inseria na collecção de que vinhamos fallando um soneto elegantemente traçado e que se nos affigurava expressivo d'um talento, por formar ainda, mas que, se se não transviasse, devia ser dos mais valiosos da novissima geração,

Havia titubiamentos, hesitações de fórma, como na repetição da palavra *ceu*, a uma linha de intervallo, e no verso *rococo:*

Minha alma — o cofre em que lançaste esmola.

Seria para desejar tambem que o joven poeta abandonasse as continuas referencias ao *lyrio*, flôr que parecia ser a obsessão d'essa distincta pleiade da epocha mas que já nos ia enfastiando, como uma ensôssa banalidade, tam repizado como tal motivo por todos era.

Feitos com a melhor intenção aquelles reparos modestos, folgavamos de registrar que os moços Eduardo Coimbra e Antonio Nobre se iam, dia a dia, assignalando mais e mais no conceito dos que se occupam d'estes assumptos, pois seu talento era real e incontestavel e elle promettia-lhes um futuro brilhante.

Dias depois sahia uma replica a esta analyse critica; escrevera-a Gomes Leal e continha judiciosas objecções; era suggestiva e subtil. E, a par das composições de Antonio Nobre e Eduardo Coimbra, elle não se esquecia, e mais justiceiro era não se esquecendo, de outros, antigos e modernos, novos e novissimos, João Novaes, Teixeira Bastos, Leite de Vasconcellos, Ignacio da Silva e Joaquim de Lemos.

Restricta á poesia, e na poesia ao soneto, foi a juvenil collecção portuense de 1884.

Mas ao afan de prestimosas selectas se deram, pela quadra d'aquella collecção de obras poeticas que se começou no capitulo por memorar, os portuenses, mesmo quando fóra do Porto e até de Portugal. Assim Pedro Gabe de Massarellos, natural do Porto, e estabelecido em Hamburgo com casa commercial, exercendo na mesma cidade durante muitos annos o cargo de Consul geral da nação portugueza e fallecido, ao que presume Innocencio, depois de 1834.

Em Hamburgo, chez F. H. Nestler, em 1809,

publicou sua *Pequena Chrestomathia Portugueza — Petit Recueil d'extraits en prose et en vers de quelques auteurs modernes portugais, placés dans l'ordre d'une difficulté progressive*, 8.º gr. de XII-250 pag., edição executada em bom papel da Hollanda; os exemplares d'este livro são, crê Innocencio, mui raros em Portugal; elle só conhecia dois. Constava que Pedro Gabe de Massarellos compuzera tambem e imprimira uma *Grammatica para os allemães aprenderem o allemão* (assim se lia no *Jornal do Commercio*, em um artigo copiado do *Porto e Carta)*. Mas está a vêr-se que ha lapso e que é uma *Grammatica para os allemães aprenderem o portuguez*. O que liga com a *Pequena Chrestomathia Portugueza*.

A qual se divide em «Parte prosaica» (pag. 1 a 158) e «Parte metrica» (pag. 159 a 248). Conforme a indicação dada no rosto, os exemplos fôram tirados exclusivamente de prosadores e poetas do seculo XVIII.

A parte prosaica contém, de pag. 3 a 62, trechos extrahidos da collecção periodica de D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho que se intitula *As Variedades*, a que se seguem varias cartas tomadas do *Secretario portuguez* de Francisco José Freire e lanços avulsos copiados de diversas obras de D. José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho, Agostinho Rebello da Costa, José Pedro Quintella, Theodoro d'Almeida, Felix Moreno de Monroy, Joaquim de Foios, Antonio Caetano do Amaral, Antonio de Moraes Silva, Antonio Tei-

xeira de Magalhães, Fr. José Botelho e Pedro Antonio Correia Garção, findando com um entremez anonymo, e diz Innocencio que, se se não enganava, inedito, que se intitula *Manuel Gonçalves logrado.*

A parte metrica comprehende poesias e trechos diversos de José Anastacio da Cunha, Manuel Maria Barbosa du Bocage, Francisco Gomes Malhão, Antonio Gomes Malhão, Domingos Caldas Barbosa, Claudio Manuel da Costa, Thomaz Antonio Gonzaga, Domingos dos Reis Quita, Francisco Manuel do Nascimento, Francisco Dias Gomes, João Evangelista, Nicolau Tolentino, Paulino Cabral, Miguel do Couto Guerreiro, Pedro Antonio Correia Garção, Antonio Diniz, Fr. José de Santa Rita Durão, Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, Joaquim Franco de Araujo, Antonio de Araujo de Azevedo, e o primeiro da tragedia *Osmia.*

N'esta parte metrica, além dos nômes indicados ha a registrar mais dois, que o collector, porém, estropiou, como lhe acontecera já no prefacio de sua obra, escripto em lingua franceza, onde dá uma noticia ou resenha succinta dos escriptores cujos excerptos em portuguez entraram na Chrestomathia; porém deixou ahi escapar algumas inexactidões, méramente no que diz respeito aos nômes proprios dos auctores citados, que não poucas vezes apparecem mais ou menos alterados.

Na Chrestomathia alterados apparecem os nômes dos poetas José (aliás Antonio José) Osorio de

Pina Leitão e Francisco (aliás João) Xavier de Mattos.

Na collecção do portuense Pedro Gabe de Massarellos errado, como vêmos, está o nôme de João Xavier de Mattos. E d'este poeta diz Innocencio que seu «nôme foi n'outro tempo tão applaudido e popular quanto são hoje (1860) ignoradas as circumstancias da sua vida e profissão». Addita que se tem affirmado, não sabe elle se com fundamento, que fòra natural de Lisboa, e filho de um creado da casa dos duques do Cadaval.

Havia quem dissesse que elle se formara em Coimbra na faculdade de Leis, ou Canones, e que servira logares de letras, nomeadamente o de Ouvidor da villa da Vidigueira, que era então da jurisdicção do marquez de Niza, em cuja casa tivera sempre grande entrada.

Se assim era, não attingia Innocencio a rasão por que Xavier de Mattos abandonara a carreira da magistratura, preferindo á honrosa posição que ella lhe promettia uma vida pouco menos que ociosa e de miseria, tal qual póde considerar-se a de um poeta que empregava o seu tempo todo a versejar nos outeiros, a compôr eclogas e canções (que depois de impressas em papel pardo lhe rendiam alguns minguados cobres) e a frequentar de officio as casas dos grandes e de outros que o não eram, para ahi representar o triste papel que, a proposito do mesmo Mattos, nos descreve o faceto Francisco Coelho de Figueiredo, nas suas *Semsaborias amon-*

toadas, que formam o tomo XIV do *Theatro de Manuel de Figueiredo*, a pag. 465.

A Innocencio pareceu essa descripção tam caracteristica e frisante que exara não resistir ao desejo de alli a transcrever, como faz, certo aliaz de que poucos a terão lido. E, porque caracteristica e frisante a mim tambem me pareça, para aqui d'alli a traslado:

No tempo em que este poeta (que muitos duvidaram o fôsse) principiou a fazer-se conhecido com a sua *Ecloga de Albano e Damiana*, que os cegos apregoavam pelas ruas, era ainda moda, e o foi algum tempo depois, que em todas as funcções particulares se introduzia por uma porta interior, por modo de pobre envergonhado que vai á segunda meza, o poeta para um canto escuro, d'onde, no fim das arias, batendo as palmas, principiavam a sahir os discursos em decimas, oitavas e, raras vezes, sonetos, e a atirar-se depois com os motes para alli (aonde lhe levavam as devotas o chocolate e as fatias de pão de ló), á maneira dos outeiros nas eleições das priorezas e dos prelados das Ordens e nas festas dos oratorios mais notaveis que havia pelas ruas. Fôram em decadencia depois do terremoto, até á sua extincção. Que funcções, e que interesses, não offereciam estes ajuntamentos!

Do volume das *Rimas*, de João Xavier de Mattos, não menciona Innocencio a data da primeira edição, no momento, por não a ter presente. A esta seguira-se mais tarde um segundo tomo, e ambas se haviam reimprimido até terceira vez, Lisboa na Regia Offic. Typ. 1782. 8.º — O tomo III só viera a publicar-se na mesma Offic. em 1785, pela pri-

meira vez, segundo elle Innocencio cria. O certo era que todas estas edições se haviam exhaurido em poucos annos, de sorte que em 1800 sahiram reimpressos os tres volumes, sempre com o mesmo titulo, diz Innocencio, das edições anteriores, que elle transcreve: *Rimas de João Xavier de Mattos, entre os pastores da Arcadia portuense Albano Erythreo. Dedicadas á memoria do grande Luis de Camões, etc. Dadas á luz por Caetano de Lima e Mello. Quarta impressão.* Lisboa na Regia Offic. Typ. 1800. 8.° 3 tomos. — Depois d'esta apparecera uma *nova edição.* Lisboa, 1827. 8.° 3 tomos. Não é, strictamente, rigoroso Innocencio.

Na Bibliotheca do Porto ha um tomo primeiro das edições de 1775 e de 1801; um tomo segundo das de 1777, «segunda impressão, mais correcta, e accrescentada», e de 1801; e um tomo terceiro da de 1783, não especificando quem o deu á luz.

No *Supplemento* a Innocencio, o snr. Brito Aranha diz que a primeira edição do tomo I das *Rimas* é de Lisboa, 1770, segundo informara o dr. Rodrigues de Gusmão, que possuia um exemplar.

A informação está certa quanto á data; mas o volume não traz especificado que seja o tomo primeiro da obra. As *Rimas* ahi se declaram dadas á luz por Caetano de Lima e Mello, e o volume tem uma pagina de erratas. No verso da «Protestação» final traz a «Noticia» de que as *Rimas* «achar-se-hão nas logeas de Francisco Gonsalves Marques e Filho, na Rua Bella da Rainha; Jorge Rei e Com-

panhia, aos Paulistas; Joaquim Rodrigues de Carvalho, ao Poço Novo; José Antonio da Silva, no mesmo sitio; João José Bertrand, ao Senhor da Boa Morte, e no Porto, Coimbra, Braga, e Evora».

Das designações contidas nos frontispicios successivos uma ha para que n'ella a attenção se fixe. A pag. 595 do seu livro *A Arcadia Lusitana*, o dr. Theophilo Braga escreve:

> Como a Arcadia de Roma, academia archimandrita, que tinha filiaes por toda a Italia, tambem a Arcadia lusitana foi espontaneamente reproduzida por varias cidades de Portugal. Existiu uma *Arcadia portuense*, da qual se dizia socio em todos os seus opusculos o magistrado João Xavier de Mattos, *Albano Erythreo;* e ainda em 1789, Theodoro da Silva Maldonado, amigo intimò do abbade de Jazente, publicava uma Ecloga e Epicedio á morte do principe D. José, ligando ao seu nôme de auctor a distincção *da Arcadia portuense*. Temos ainda outro testemunho na Satyra de Candido Lusitano, ...: — «Pois ouviste um Soneto em quatro linguas — Que mandei *para o Porto* á nova *Arcadia* . . . . .».

A designação de «João Xavier de Mattos», «entre os pastores da Arcadia Portuense *Albano Erythreo*» apparece em uma edição das *Rimas* não só desconhecida de Innocencio e do snr. Brito Aranha como á qual se não encontra referencia. E essa edição, que sahiu em o «Anno de 1773», foi feita precisamente no Porto, «na Officina de Clamopin Durand, Grouteau, e Companhia».

Confirma o snr. Brito Aranha um dado importante, deixado, conforme se viu, perplexo por Inno-

cencio, que ao depois se infere que adquiriu mais cabal noticia. De João Xavier de Mattos, diz o snr. Brito Aranha que elle era, com effeito, ouvidor na Vidigueira, em 1783, como se prova com a copia de uma canção do poeta ao bispo de Beja, que existe em um livro de versos ms. na bibliotheca da Academia Real das Sciencias. Segundo uma nota de Innocencio, Mattos, depois de terminar o tempo de exercicio n'aquelle cargo, estivera preso, mas não pôde Innocencio averiguar por quê.

Tambem não reparou Innocencio no contexto da composição antepenultima do primeiro tomo das *Rimas*, intitulada *Beliza*, da qual se póde inferir que João Xavier de Mattos viveu longamente cá por estas terras do Douro, que é o *seu* Douro, e que de cá se volveu para lá, para as terras do Tejo, que não é o d'elle, mas o da sua Olaia, que elle ao depois estremece (*Idilio*, pag. 300 da ed. portuense):

E ha quem nas mãos a cithara não tome,
Espalhando louvores
Em honra do teu nôme?!
Ha quem te veja sem morrer d'amores?!
Vós, musicos Pastores das campinas,
Vinde, coroai de candidas boninas
A vossa Tutelar.
Mostrai o meu desejo
A' Nympha mais gentil, mais singular
Que tem o *vosso* Tejo.

Porém, quando é a Beliza que rende seus preitos, João Xavier de Mattos não só se revindica do seu Douro como abomina o Tejo d'elles.

Subamos pelas margens do alto Douro,
Onde cuido inda agora que me vejo
A' fresca sombra do frondoso louro;
Recordo as alegrias,
Como aquelle que ceva o vão desejo
Sómente com pintadas iguarias.
Mas, se não podem glorias já passadas
Ser mais que imaginadas,
E assim vos satisfaço,
Demos, *memorias minhas,* mais um passo.

Aquelle, o bosque á Nympha consagrado,
A mais formosa que o grão Douro ha visto,
Desde que corre para o mar salgado.
Inda se me figura
Que alli as horas passo, alli persisto,
Ou seja dia claro ou noite escura.
Aquelles, os confusos ramos onde
Beliza se me esconde;
Aquelles, os logares
Onde a Amor já Fortuna ergueu altares.

Quando á tela de ouro, ordenada pelo «mesmo Padre Douro», Hirene em nova tela principia, representando

Um bosque de altas arvores copadas
Que nas margens do Douro se aposenta,

o poeta representa-se a si mesmo, alli se vê, diz:

Vagando pela rustica espessura,
Agora levantando
As mãos ao Ceu, que me levou do Tejo,
A vêr do Douro o rosto venerando;

logo, pensativo, e recostando-se no seu curvo cajado, n'outra parte da tela, se vê a correr para os braços da querida. Mas chega

A hora do fatal despedimento.

Elle se queda sem saber determinar-se, alongando os saudosos olhos, sem haver quem dos seus o possa apartar. Mas

. . . . . como por violencia
Dous ministros crueis me vão levando
Ao sacrificio da forçada ausencia.

Já lá vai n'um logar mais apartado, voltando com o rosto atraz; porém, por mais que deseje tornar a vêr Beliza, não a vê. Então se exalta; e a seus proprios pensamentos pergunta onde o levaram,

Agora, que eu julgava,
Vendo no Douro as Nymphas entretidas,
Que lêdas horas inda alli passava.

Não póde haver illusões. Ante os olhos a cruel realidade tão vivamente lhe põe uma hora descontente que a verdade tão certa do seu damno já engano não soffre. Prorompe:

São estes Pastores, e este gado,
São outras as cabanas, e os logares,
Estas aguas, que vejo,
Não são as aguas do meu Douro amado,
As aguas são do aborrecido Tejo.

*

* *

No logar citado da obra referida, o dr. Theophilo Braga traz um soneto, inedito, que, com o nôme de Lobo (Francisco Xavier), encontrara, *Aos*

Arcades de Guimarães. Eu tambem tive em mãos na Bibliotheca do Porto um ms. de *Poesias lyricas* que, em testemunho de gratidão ao r.mo p.e m.e Doutor o Senhor Fr. José Joaquim de S.ta Thereza, preclarissimo ex-geral da Congregação Benidictina, offerecem *os Pastores d'Arcadia Tibanense*. Rendufe, 1790.

A dedicatoria é assignada por Fr. José de S.to Hippolyto, Fr. Nicolau do C. de J., Fr. Manuel de S. Victorino, Fr. José Joaquim dos Prazeres, Fr. José de S. Lourenço . . ., Fr. Domingos das Neves e Fr. Luiz do Amor Divino. E seguida é pela distribuição do Corpo Arcadico entre o Presidente, *Alcino*, o Secretario, *Fido Micenio*, o Thesoureiro, *Menalca*, sendo os mais Socios *Silvio*, *Almeno Delio* e *Coridon Maldonado*.

O dr. Theophilo Braga passa a occupar-se da *Arcadia Conimbricense*.

Na qual, em o rosto do seu volume *Poemas* (Coimbra, na Imp. da Universidade, 1794, 8.°, de 142 pag.), declara o auctor ser seu nôme poetico o de *Alcino Duriano*. Contém este livro alguns apologos, sonetos e um par de odes pindaricas e horacianas, «escriptas com a energia e estylo proprio de um escholar de Francisco Manuel». Assim Innocencio.

O auctor (Antonio Soares de Azevedo) foi bacharel formado em Canones pela Univerdade de Coimbra, e era natural da cidade do Porto, onde falleceu, presume o mesmo Innocencio que antes

do anno de 1818, sem que, todavia, o affirme, por não ter tido resultado das informações que a respeito d'elle sollicitara d'esta referida cidade, e que até á data (1858) não haviam vindo.

De Antonio Soares de Azevedo ha publicados no Porto (na Typ. de Pedro Ribeiro França) em 1807 uns versos italianos, com a traducção portugueza em frente. E' uma «Cantata para se executar na Real Academia do Porto, apresentando-se n'ella os desenhos e pinturas com que Suas Altezas Reaes se dignaram honral-a, em 5 de Outubro de 1807», a qual cantata se intitula *Os Genios premiados*.

E em Lisboa em 1808 (na Off. de Simão Thaddeo Ferreira) e em 1813 do mesmo vate portuense se estamparam composições poeticas allusivas a consideraveis acontecimentos politicos e militares da epocha. São, respectiva e inversamente, uma *Ode pindarica ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Marquez de Torres Vedras* e a *Ode ao memoravel feito da tarde de 18 de Junho, em que a cidade do Porto tomou as armas para sacudir o jugo francez.*

*

Aquella pratica das poeticas commemorações se prolongou até á edade moderna da chronica portuense, assim para os jubilos como para os luctos.

Temos, p. ex., em 1852 o sinistro drama do *Naufragio do vapor Porto* e, em esta cidade, da ty-

pographia de Faria Guimarães (appenso a *O Roteiro historico-politico da viagem de Suas Magestades)*, o chora a musa extravagante do bizarro Luiz Maria de Carvalho Saavedra Donnas Boto, cujo *Poema socialista*, no «Cancioneiro alegre», Camillo Castello Branco revelou á nova geração.

Donnas Boto ama o Porto, esse «baluarte da nossa liberdade», consoante, na toada commum, com verdade historica mas penuria inventiva, o designa, no prefacio da sua *Apotheose*, de 1848 (já na typographia do mesmo Faria Guimarães, rua do Bomjardim n.º 543). E um amor immenso dedica á sua patria toda, apezar de abatida,

Pois a nova Tyro tão baixo cahiu
Que do seu renôme não resta signal;
Nem a conhecera quem então a viu;
Hoje é o meu velho, meu bom Portugal.

Victima de ladrões fôra a patria de Donnas Boto, visto que *(Poema Socialista*, Canto VI):

Seu dote lhe rouba o lerdo Hollandez.

Não ama a Hollanda Donnas Boto, e é firme em suas antipathias, porquanto, em 1857, nas notas ao seu volume de poesias diversas *A Lyra do Douro* (na typographia de Antonio José da Silva Teixeira, Largo do Laranjal n.º 4), inquirindo do que têm feito as nações da Europa a favor da causa da humanidade e do seu progresso, e analysando especificadamente o influxo das ditas nações da Europa sobre os povos do Oriente, escreve:

Os hollandezes fizeram o papel materialista de traficantes, o papel d'aquelles homens que não sonhão, ..., mas que, se não são sonhadores, são, pelo menos, os esfoladores da humanidade, porque a querem desfructar e roubal-a e tirar-lhe a mesma pelle; são os vampiros que lhe querem chupar o sangue e a substancia; esses homens só querem servir-se dos outros homens, como se elles fôssem uns animaes; *mas nunca civilisaram o mundo.*

Passo, passo, amigo Donnas Boto. Não nos precipitemos, não sejamos esquecidos, para que em injustos não redundemos. E, pois, lembremo-nos de que foi «o lerdo hollandez» quem deu acolhida aos proscriptos do «portuguezinho valente». Valente e esperto, que d'ess'arte se privou de trabalho e riqueza. E até de sciencia e gloria. Pois d'esses tantissimos, um se foi que teria renôme universal, hoje, quando para «a nova Tyro» Donnas Boto convém e até proclama:

Que do seu renôme não resta signal.

Emquanto d'esse resta, e restará: Bento Spinosa. O qual (consoante o memora J. G. Prat, que extrahiu aqui e além, e a traduziu, sua curta noticia biographica precedendo a edição prévia das cartas ineditas em francez, do prefacio em latim do livro intitulado *Posthuma*, editado, após a morte de Spinosa, pelo doutor Luiz Meyer e Jarig Jœllis), o qual filho foi de negociantes judeus portuguezes, honestos e abastados, «que se tinham retirado para Hollanda para escapar ás perseguições que soffriam então os seus correligionarios em Portugal».

*

Em 1868 deu á publicidade da nossa imprensa litteraria Innocencio um estudo ácerca de «Bento Spinosa», cujo primeiro capitulo encimou por uma transcripção do canto II do *Newton*, de J. A. de Macedo, onde destacam os dizeres seguintes:

> Oh lusitano hebreu! . . . . . .
> . . . . . .
> Beja te deu teus paes, teu berço o Douro:
> Alguma cousa tens commum commigo.

Observou Innocencio que porventura esta era a segunda vez que entre nós apparecia commemorado em publico o nôme do pensador solitario de Hollanda sem o acompanhamento obrigado das calumnias e dos epithetos injuriosos com que os detractores da sua doutrina costumavam affrontal-o, infamando-lhe a pessoa e desluzindo-lhe a sabedoria. Já no tomo III das *Memorias de litteratura*, dadas á luz pela academia real das sciencias de Lisboa em 1792, o erudito portuense Antonio Ribeiro dos Santos incluira uma aliás brevissima noticia biographica de Spinosa, com a exposição do seu systema, colhida, de resto, ao que a Innocencio parece, mais nas obras dos adversarios que na leitura e estudo das do proprio Spinosa.

Declara Innocencio que não pode entrar na analyse e apreciação da doutrina d'aquelle. Diz que regista pura e simplesmente os factos em a noticia onde intenta pôr ao alcance dos menos instruidos «as particularidades da vida do homem cuja

gloria reflue até certo ponto sobre a nossa patria», pois, se não tinha achado provas incontestaveis de que elle visse a primeira luz em o nosso solo, era, «pelo menos, certissimo que de Portugal sahiram os seus progenitores».

Aos 24 de novèmbro de 1632, na cidade de Amsterdam, nascera Baruch de Spinosa de uma familia de judeus portuguezes. Tal era n'este ponto a opinião correntemente seguida por todos os seus biographos que pudera consultar, depois que assim o affirmara o ministro lutherano João Colero na vida que d'elle escreveu, e que, se não estava em erro, resalva, se imprimira pela primeira vez em 1706.

Comtudo, José Agostinho de Macedo, não só no trecho que Innocencio collocara á frente d'aquelle seu artigo, mas em outros logares de seus escriptos, dava como certo e assentado que Spinosa fôra oriundo de Beja, d'onde tiveram de expatriar-se para fugir ás pesquizas e rigores da inquisição seus paes.

Que, determinados a buscar guarida na Hollanda, a exemplo de tantos seus correligionarios, se dirigiram occultamente para o Porto, indo a mãe no estado de gravidez; e que, sendo ahi demorada pelos trabalhos do parto, seguira pouco depois com o marido viagem para Amsterdam, levando consigo o filho recem-nascido, e de companhia outro judeu notavel, rabbi Jacob Murteira (que outros chamavam Moysés), o qual viera a ser o primeiro mestre do pequeno Baruch. D'aqui tirava José Agostinho grande gloria para a sua patria, e para si a ufania de haver por compatricio tão abalisado engenho.

Debalde procurara até á data Innocencio averiguar d'onde houvera elle taes noticias, e o grau de credibilidade que devessemos dar-lhe; porém a insistencia com que o diz e repete tantas vezes parecia indicar que algum documento authentico, ou, pelo menos, a tradição acaso conservada entre os bejenses desde o seculo anterior, lhe serviram de fundamento para desviar-se n'esta parte da opinião geralmente propalada, e que elle mal podia ignorar.

No final do seu estudo, frisa ainda Innocencio que, entre os que positivamente dão Bento de Spinosa como nascido em Portugal, cumpriria relembrar tambem o nosso erudito poeta e escriptor polygrapho Francisco de Pina e de Mello, no seu *Triumpho da religião*, impresso em Coimbra, 1756, a pag. 14.

Fôsse, porém, como fôsse, era certo que o pae de Baruch, Miguel de Spinosa, se estabelecera em Amsterdam, e que exercia alli a profissão commercial, vivendo folgadamente com a sua familia em uma bella casa, situada nas proximidades da antiga e afamada synagoga portugueza.

Darei aqui, ampliando, a seguir, uma nota dos nômes dos fundadores das egrejas hebraicas portuguezas de Amsterdam. A primeira communidade foi estabelecida em 1597, uma outra em 1608 e ainda uma em 1618. Em 1639 as tres communidades resolveram reunir-se e estabeleceram a Communidade Talmud Torah, que existe hoje em dia.

Da «primeira esnoga» (1597) fôram adminis-

tradores don Samuel Palache, don Jacob Tirado e Jacob (Israel) Delmonte; e grãos-rabbinos Joseph Pardo (1597-1619), Moses Ben Aroyo (1697) e Saul Levi Murteira (1616). Da «segundo esnoga» (1608) foi administrador Isaac Franco Medeiros e grãos-rabbinos Juda Vega (1609), Isaac Uziel (1610) e Menaseh Ben Israel (1622). Da «terceira esnoga» (1618) foi administrador David Baruch Osorio e grãos-rabbinos David Pardo (1618), Samuel Tardiola (1619) e Isaac Aboab da Fonseca (1626). Da Communidade Talmud Torah (1639), fòram presidente David Osorio, thesoureiros Abraham Tairar e Jacob Barzilay, e David Ergas, Joseph Bueno Bivas, Josua Jessaren Rodrigues, Abraham Salons e Samuel Athias, sendo grãos-rabbinos Saul Levi Murteira, David Pardo, Menaseh Ben Israel e Isaac Aboab da Fonseca.

A pedra commemorativa que foi collocada na synagoga portugueza de Amsterdam por occasião do 200.º anniversario da inauguração d'esse edificio contém, além da inscripção hebraica que os sobrepuja, os dizeres seguintes:

Em 6.ª f.ª 10 Menachem do anno 5435 sendo
Parnassim os Senhores
Yshac Levy Ximenes Presidente
Mosseh Curïel — Daniel Pinto — Abraham
Jesuran Espinoza
Mosseh Ysrael Pereyra — Joseph De Azevedo —
Abraham Zagache Gabay
Se Estreou esta Esnoga Construida Segundo o
Projecto
Do Architecto Elias Bouman.

Zelosos Favorecedores Da Fabrica Forão
O S.r Haham Yshac Aboab da Fonseca
O S.r Yshac de Pinto
O S.r Mosseh Curïel.
As quatro Primeiras Pedras as Puzerão os Senhores
Mosseh Curïel Joseph Ysrael Nunes
Ymanuel de Pinto David Ymanuel de Pinto
A Commissão da Construcção se compoz dos Senhores
Yshac de Pinto. Semuel Vaz. David Salom de Azevedo.
Abraham da Veiga. Jahacob Aboab Osorio.
Jahacob Ysrael Pereyra. Yshac Henriques Coytiño.

A historia dos judeus portuguezes e hespanhoes de Amsterdam é mui importante; e a nossa lingua portugueza é ainda usada nas diversas rezas, por exemplo na reza agora pela rainha da Hollanda, soberanos, magistrados, reza de que presente tenho um exemplar *(Gebed voor H. M. de Koningin en de Overheid)*, d'uma banda em hollandez, da outra em hebraico e portuguez. A este o transcrevo a seguir:

A Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos e Seu Real Consorte; a Sua Majestade a Rainha Viuva, Madama Sua Mai; aos descendentes da Caza Real de Orange-Nassâo; aos illustres Membros que concorrem no Governo destas Terras, e aos nobres e veneraveis Senhores Burgamestre e Magistrados desta Cidade de Amsterdam.

O secretario da Communidade dos Israelitas Portuguezes e hespanhoes de Amsterdam, nos preteritos 1905 e 1906, o snr. A. J. Mendes da Costa, é de opinião que Baruch d'Espinosa (o Philosopho) não nasceu no Porto, porém sim em Amsterdam a

24 de Novembro de 1632; frisa que isto é facto mui authentico. Addita que seu pai Michael d'Espinosa nasceu na Figueira (Portugal), cerca de Coimbra, pouco mais ou menos em 1600. Fugiu de Portugal; residiu algum tempo em Nantes (França) e d'ahi foi que chegou a Amsterdam. Casou tres vezes. Sua segunda mulher foi Hanna Debora d'Espinosa, que foi a mãe de Baruch.

Déborah (abelha), nôme hebraico é, mulher celebre foi a casada com um certo Lapidoth, á qual davam o titulo de *Nebiah* (prophetisa) e que se elevara á categoria de *Schophêt*, ou juiz.

Mas Hanna Debora será Anna d'Evora?

Sendo, eis-nos novamente á beira do que nos suggere José Agostinho de Macedo, quando de Spinosa discorre, como originario de Beja e nascido no Porto, d'onde seus inquietos pais, do Portugal perseguidor fugidos, o transportaram para essa Hollanda a que Donnas Boto não poupa o vituperio.

Quando em 1857 Donnas Boto no seu volume *A Lyra do Douro* incluiu suas «poesias diversas», excluira, na reproducção, os dois resentidos postscriptos da primeira tiragem, de 1852, da sua nenia a *O naufragio do vapor Porto.*

Outro poeta, pela epocha, analogos cantos plangentes dedicou á mesma desgraça; foi Antonio Joaquim de Mesquita e Mello, com suas *Poesia funebres aos que sempre chorados pereceram no fatal naufragio do vapor «Porto» na noite de 29 de*

Março de 1852, dedicadas e offerecidas aos consternados parentes d'aquellas lamentaveis victimas, poesias no Porto no mesmo anno impressas na typographia de Sebastião José Pereira.

*

Horrenda desgraça, essa foi do naufragio do vapor *Porto*. A ella em Pinho Leal se depara com a pungente referencia pelo teor seguinte:

Por aziaga coincidencia, foi em igual dia [o da desgraça da ponte] (29 de março) de 1852 que nas aguas d'este mesmo rio Douro naufragou o vapor *Porto*, da companhia que então fazia carreira entre o Porto e Lisboa, perecendo tambem grande quantidade de pessoas, muitas da primeira sociedade, e a pouca distancia da terra, confundindo-se os gritos angustiosos dos infelizes naufragos com o alarido de milhares de pessoas que, á voz do naufragio, correram á praia, para vêrem, de braços cruzados e sem poderem valer-lhes, as ondas a engolir aquelles desditosos.

Perecereram cincoenta e tantas pessoas n'este espantoso naufragio, contando-se entre ellas quatro do sexo feminino. Eis os nômes dos infelizes:

Mr. Destrés, consul de França; José Allen (director do Banco) e duas filhas, uma de 18 annos e outra ainda creança; Antonio José Placido Braga, negociante; Francisco Vieira de Souza Oliveira, director do Banco; Bernardo Claverie, negociante francez; Pedro João Lafarge, mestre do cutter de guerra *Andorinha;* D. Anna Antonia, commissionada de m.lle Elise (modista); James Elmsly, e Anderson, negociantes inglezes; padre Bernardo Antonio Pereira Leite de Carvalho; Antonio Martins d'Oliveira, negociante da Bahia; Manoel Jose

Rezende, negociante; Antonio Francisco Cansado de Brito, tenente d'artilharia; Antonio Accurcio da Silva, caixeiro; José Augusto da Silveira Pinto, delegado do procurador regio no Porto; José Maria d'Oliveira, João de Pinho Alho, José Gomes de Pinho e Francisco d'Oliveira Gomes, fragateiros; Manoel d'Oliveira Lobo, lavrador; Custodio Maria d'Oliveira, Antonio José Moreira, João da Costa Rezende, João Manuel Vaz, Joaquim Bernardes, José de Freitas Oliveira, Francisco Luiz Pinto, Antonio Pinto Teixeira, Francisco José Soares, Francisco Rodrigues Pereira, Domingos Machado, José Dias, Antonio Soares Ribeiro; e outros, cujos nômes se ignoram.

Esta dolorosa enumeração tomo-a d'um curiosissimo e rarissimo folheto de circumstancia. Elle se intitula *O Dedo de Deus*, e tem por sub-titulo a data tragica: *29 de março de 1852*. A seguir, em severo distico, a estrophe de Camões nos *Lusiadas*, assim:

No mar tanta tormenta e tanto damno,
Tantas vezes a morte apercebida!
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade aborrecida!
Onde póde acolher-se um fraco humano?
Onde terá segura a curta vida
Que não se arme e se indigne o Céu sereno
Contra um bicho da terra tão pequeno?

Ao de sobre, uma gravura, que não é ridicula aliás, como soe n'este genero de publicações ser a regra, representando a tremenda scena: o navio açoutado por encapelladas vagas e fronteiro, no fundo, o castello da Foz.

N'uma edição moderna (« Collecção de historias populares, n.º 3 ») d'um dos mais famosos opusculos da litteratura de cordel [o *João de Calais*, isto é *Verdadeira historia do —, vencedor dos piratas nas costas maritimas da Picardia* (Gallia)] na

lauda trazeira da capa, apparece uma estampa tendo por legenda «Naufragio do vapor *Porto* na Foz do Rio Douro», mas é uma apropriação de desenho, sem correlacionação alguma.

Não fôra, porém, áquelle o só e unico folheto de circumstancia pela occasião.

Com effeito, no mesmo 1852 sahiu no Porto, da «Typographia de Braz Tizana», um folheto de 16 pag., intitulado *Noticia do lamentavel naufragio do vapor Porto, que teve logar na noite de 29 de Março na barra do Douro*, o qual na lauda de rosto, ornada d'uma vinheta funeraria, diz: «Vende-se por 30 rs. na rua das Hortas, loja de livraria n.º 144». Na primeira pagina do texto apresenta uma estampa, representando um vapor, de divisa ingleza; na ultima da narrativa, outra vinheta de um vaporsito. A ultima lauda é occupada por esta decima:

Dos naufragos do vapor,
Calculemos a agonia,
Vendo ninguem lhe valia,
Em perigo de tanto horror.
Pediam a Deus com fervor
Na maior afflição,
P'ra suas culpas perdão,
P'ra sua alma eterna luz —
Bradavam — Jesus! Jesus!
Do imo do coração.

D'estes folhetos antigos, o primeiro a que me referi repete em sua pagina inicial o titulo, desenvolve o subtitulo e dedica-se «offerecido ás pessoas que teem temor de Deus»; declara-se «escripto por

um religioso, que foi roubado, e posto fóra de casa, e depois perseguido e preso». No final, volve-se a registrar, recapitulando, a coincidencia. Diz-se:

A 29 de Março de 1809 entraram os francezes na cidade do Porto, e morreram 6 mil pessoas, precipitando-se no rio, na occasião em que fugiam do exercito invasor.

O dia 29 de Março já era assignalado para esta cidade; agora ficará sendo duplicadamente memoravel e fatidico.

A 29 de Março de 1852, teve logar a horrorosa catastrophe que lamentamos.

Porém o auctor do opusculo não se acontenta com este simples registro; elle o não satisfaz, porque expõe, como remate, a operação que congeminou e é a que vai o leitor curioso vêr:

Anno de	1809
Dia 29 de Março.	29
Março 3.º mez do anno	3
O vapor **Porto** *(11 lettras)*	11
Somma. . .	1852

Antes da palavra *Somma* está uma mão indicando e apontando; e depois, a meio da pagina, fechando, uma gravura que representa um frade semi-ajoelhado, em adoração.

O opusculo exara seguidamente que se vende na livraria de Rodrigo José d'Oliveira Guimarães, rua das Flores n.º 26, e nas lojas do costume, ao preço de 30 reis. Elle foi impresso, n'esse anno de 1852, em a Typographia Commercial, rua de Bellomonte, n.º 57.

Em *Março* de 1889, mas a 21, houve no Porto ainda outra immensa catastrophe, que foi o incendio do theatro Baquet.

Na desgraça de Março de 1852 é, sobretudo, cruel o contraste da impotencia para o soccorro perante a calamidade que, em seus tremendos tramites, se vai presenceando. O auctor do opusculo a que tenho alludido escreve:

Uma catraia com doze remeiros, guiada pelo piloto Manuel Francisco, pôde metter-se por entre as pedras, conseguindo estabelecer communicação com o vapor, por meio d'um cabo; mas, apenas estabelecida esta communicação, todos os passageiros se precipitaram sobre ella, tentando alar a catraia. Então o piloto, vendo-a quasi sossobrada, mandou cortar o cabo, pois que, de outro modo, seria infallivel a perda de 13 vidas, sem que, por um tal preço, podessem salvar-se as dos naufragos.

Já as fornalhas se tinham apagado, em consequencia da agua que entrava pelos rombos que o vapor tinha soffrido, achando-se, além d'isso, sem leme e unicamente entregue aos escarceus, a pouca distancia de terra. Do paredão do castello fallava-se para bordo, e na praia não faltava quem se empenhasse em valer aos infelizes, havendo offerecimentos de 4 e 6 contos de reis a quem tivesse bastante valor para affrontar a morte.

Inuteis offertas! baldadas esperanças!

. . . . . .

A tripulação do vapor estava toda á proa—todos os passageiros tinham passado para a pôpa.

. . . . . .

Havia alli um grupo sublime, e que fazia estalar o coração com dôr... Era um pai, ora olhando espavorido para o mar e segurando em seus braços duas filhas, ora implorando com as mãos erguidas a salvação d'aquelles dous anjos...

Sem a conhecer pessoalmente nem lhe pedir a sua approvação, Donnas Boto dedicou sua poesia do «Naufragio do vapor *Porto*» a D. Emilia Allen. Elle se explica e justifica:

Isto é contra a etiqueta, bem o sei; entretanto, esta lembrança veio-me do coração, assim como do coração me rebentaram os versos em que me propuz condoer-me com a dita snr.ª na sua dôr, por ser o seu lance o mais pathetico e por ella ser a pessoa mais tragica, sem contradicção, que figurou n'esta catastrophe lastimosa, porque tinha a deplorar a perda do seu esposo e das duas filhas bem-amadas que a morte lhe cortava em flôr.

Enviada por Donnas Boto sua composição a um amigo do Porto, para que, gratuitamente ou mesmo por paga, a fizesse inserir em qualquer dos periodicos da cidade, esse, de modo algum, o conseguiu, apesar de bater a varias portas. Pelo que, a relances com justiça irritado, Donnas Boto, em um postscripto, se dá a consolar sua despeitada musa, «mettendo-me a engraçado (diz) e dirigindo-lhe certas discrições e ditos agudos que me occorreram para acabar de distrahir a sua melancholia». Entre outras cousas, que lhe disse, ponderou-lhe que, se fôsse licito comparar as cousas pequenas com as grandes, lhe faria notar que ella andara, como Jesus Christo, de casa de Annaz para casa de Caiphaz, de casa d'Herodes para casa de Pilatos. Mas que se amainassem as velas da presumpção, que ella, sua musa, estava muito longe de merecer essas honras. Elle poderia ainda com-

paral-a, á sua musa, na sua pequenez, com Christovão Colombo, quando andava de côrte em côrte, sem nada obter, sem alcançar que lhe acceitassem os serviços. Mas a quem poderia elle equiparal-a ainda, á sua musa, acossada e abandonada? Elle poderia assemelhal-a aos naufragados do Porto. E, na verdade, ella propuzera-se lamentar as victimas d'aquelle horrivel naufragio e ella-mesmo andara de cachopo em cachopo, até que fizera um naufragio espantoso.

Pobre musa, tu viste caminhar para ti, a passos lentos e desengonçados, a morte, acompanhada com todo o seu cortejo de horrores...

. . . . . .

Quando te viste no ultimo transe de vida e quasi no trago da morte, imploraste em vão o soccorro dos homens. Tu prometteste montes d'ouro... Mas tudo foi baldado; esses homens ficaram tão surdos aos teus clamores como os pilotos da barra...

Porém na catastrophe real, na do vapor *Porto*, nem todos quedaram surdos aos clamores de desespero vindos de bordo. Temerarias dedicações de uma juventude generosa se offereceram.

No *Nacional*, da luctuosa data, lê-se:

Houve jovens ousados que quizeram arrostar com os perigos para acudirem aos passageiros, que de bordo supplicavam soccorro, mas não havia um piloto que os guiasse! Os nômes d'estes corajosos mancebos é preciso que se registem:—são os snrs. Ricardo Brown, Antonio Ribeiro da Costa e Delfim Maria d'Oliveira Maya.

Nota tomemos nós tambem.

VII

Delfim Maria de Oliveira Maya —Fernando Maya

Dos tres mancebos portuenses pelo *Nacional* tam honrosamente nomeados, os dois ultimos haviam fundado, de parceria com outros, e, de parceria com elles, redigiam uma revista litteraria e philosophica, intitulada caracteristicamente *A Peninsula*. Em suas laudas publicou um d'elles, A. Ribeiro da Costa, um artigo importante «A proposito do naufragio do vapor *Porto*».

Ahi vivazmente frisa a atrocidade da situação:

E' noite! estamos á beira do mar; molham-nos os pés e os joelhos as vagas, que, como montanhas, se desenrolam na praia em escarcéus medonhos; agita-se em estreito espaço uma multidão immensa, que se estorce na lucta do que as paixões humanas têm de mais terrivel; o céo está coberto, e grossas nuvens de sudoeste encobrem, rapidas, os debeis raios da lua,

como para deixarem nas trevas o mais horrivel dos espectaculos.

A cem passos de nós, ahi, na frente d'essa multidão, que se agglomera cada vez mais, está o vulto de um navio exposto ao embate furioso das vagas, que o esmagam entre os rochedos da costa; dentro d'elle revolvem-se nos paroxysmos da angustia cincoenta e oito desgraçados, implorando soccorro, invocando a piedade dos homens, o auxilio de seus irmãos, ou um milagre de Deus! O vendaval do sudoeste traz-nos os seus gritos de terror, as suas supplicas de desespero, de envolta com o rugido do mar, com a braveza dos ventos, com os clamores dos centenares de espectadores d'este tremendo drama!

E não se lhes poder valer! Não se poder estender a mão a esses que, separados por breve espaço, imploram o nosso soccorro, gritam que os salvemos da horrivel sorte que os espera! Nem uma tentativa sequer para arrancar á morte os nossos parentes, irmãos e amigos! E temos de cruzar os braços, curvar a fronte e desesperar do que póde a coragem, a dedicação, a boa vontade e a força moral de um exemplo!

Creio que não ha desespero egual, que não ha crise similhante...

Elle e seu companheiro, depois parente, nas columnas da sua revista estudam com acurado esmero a litteratura do paiz visinho.

Em seus espiritos generosos não quedara resabio ou travor; e, todavia, de cinco annos atraz era a data de amargoso motivo.

Em Madrid os guias assignalam á curiosidade dos viajantes, no respeitante aos bairros do norte, o passeio de Recoletos, que vai dar á Plaza de Colon, onde se ergue uma estatua de Christovão Colombo, por Jeronímo Suñol (1885). O passeio

da Castellaña, que parte d'esta praça, ensinam que deve o seu nôme a um manancial, actualmente desapparecido, de que Cervantes gabava a agua. Na parte N. do passeio, do outro da plaza del Obelisco, com o seu obelisco moderno, acha-se um grande monumento d'Izabel a Catholica, por Manuel Oms (1883), «bello bronze» diz K. Baedecker, que ridicula poderia dizer, por uma de suas documentações illustrativas, que digamos, em seu intempestivo relevo, a estatua equestre do marechal Manuel Gutierrez de la Concha (1808-1874), por Andres Aleu.

Vistocomo, explicando a gloria do marechal e gritando-lhe a apotheose, alli lhe está registrada a façanha momentosa de sua entrada na cidade do Porto, a qual o contemplante, ignaro da moderna historia peninsular, logicamente, imaginará por Concha levada de assalto ou, pelo menos, reduzida á capitulação, após habil assedio, quando nem uma parallela se abriu e se não disparou um tiro.

Em 29 de Junho de 1847 celebrou-se a convenção de Gramido, entre os dous plenipotenciarios da Junta do Porto, marquez de Loulé e Cesar de Vasconcellos, o general Manuel de la Concha e o coronel Buenaga, como representantes de Hespanha, e o coronel Wylde, como representante da Grã-Bretanha. No dia 30 de Junho o general Concha entrou no Porto.

A Junta achava-se dissolvida, tendo entregado

a auctoridade civil ao visconde de Penella, que a substituiu por um dia, em que proclamou.

Do 1.º de Julho de 1847, porém, é logo a proclamação «Aos Portuenses» de José Lourenço Pinto, encarregado interinamente do governo civil do districto pelo duque de Saldanha, logar-tenente da rainha D. Maria II; ella se encontra no n.º 1 do «Boletim Official do Porto», o qual seria entregue aos assignantes do «Periodico dos Pobres no Porto», continuando no escriptorio da imprensa na rua Chã a receber-se assignaturas para o mesmo *Periodico dos Pobres*, preenchidas no emtanto por aquelle *Boletim official.*

De 30 de Junho é a proclamação de don Manuel de la Concha aos «Habitantes do Porto», a qual diz assim:

Os votos que fizeram os hespanhoes para contribuir para tranquillisar este formoso paiz, sem derramar uma só gota do vosso sangue, se acham já satisfeitos; e as tropas que S. M. a Rainha de Hespanha se dignou confiar-me entrão hoje na inclita cidade de D. Pedro, não como conquistadores nem como vencedores, mas sim na qualidade de amigos e pacificadores.

Portuenses! Jámais vos arrependereis de ter visto tremular o pavilhão de Castella dentro dos muros da vossa cidade; os nossos principios liberaes, para cujo conseguimento temos combatido juntos, a disciplina d'esta tropa que todo *o* [assim no *Boletim*, não no *Nacional*] Portugal conhece e a affeição particular que vos dedicamos são garantias bastantes para assegurar-vos do quanto respeitamos vossas opiniões, pessoas e propriedades, como tambem vossos usos e costumes.

Habitantes do Porto! Permanecei tranquillos, dedicando-vos a vossos trabalhos habituaes, sem receio de ser molestados

por vossos feitos anteriores, os quaes desde este momento pertencem á historia, e confiai, seguros, na promessa que vos faço de empregar todos os meios para que isto se cumpra, não só como general em chefe do exercito hespanhol mas tambem como cavalheiro.

O *Nacional*, em seu n.º da dita quarta-feira 30 de Junho, dava em «P. S. *A' ultima hora*», esta proclamação do general Concha; e acompanhava-a do commento seguinte:

E' um documento que honra tanto o general como o seu bravo exercito e a grande e nobre nação a que pertence.

Os portuguezes não podem deixar de prestar esta homenagem a um tão bello e distincto caracter.

Mas um quarto de hora, talvez, antes do exercito hespanhol entrar na cidade, deu-se um acontecimento de caracter gravissimo, cujas consequencias fôram lamentaveis, mas que se poderiam tornar muito mais extensivas e funestas, se por ventura, assim o alvitra Antonio Teixeira de Macedo, fôsse retardada, por qualquer circumstancia, a entrada do referido exercito.

Foi o caso que alguns soldados dos batalhões populares, julgando-se atraiçoados pelos seus proprios chefes, e vendo que das mil promessas que se lhes tinham feito, nenhuma se tornaria realisavel, começaram a descarregar as espingardas na rua das Hortas (hoje, escreve Macedo em 1880, rua do Almada) e no largo dos Loyos, fazendo algumas pontarias para as janellas d'algumas casas

d'aquella rua, cujos habitadores eram considerados, na sua maxima parte, como muito affectos ao governo de Lisboa.

Nicolau Alves Pinto Villar, tenente-coronel do 2.º batalhão da guarda nacional, que morava na rua do Almada, e presenceara de casa esta scena tumultuaria, deu-se pressa em sahir para a rua, convenientente fardado, com o muito louvavel proposito de apaziguar os populares. Na esquina, porém, d'ella, perto da casa do cidadão brazileiro Manuel José Pereira Lima, foi mortalmente ferido por uma bala dos seus correligionarios politicos e poucos minutos depois era cadaver!—, luctuosa scena que a todos profundamente commoveu, pois Pinto Villar era um cidadão bondoso, geralmente estimado na sociedade portuense.

Não são strictamente equitativos os commentos justiceiros de Antonio Teixeira de Macedo.

Elle escreve:

> Ao povo fallece-lhe ás vezes uma comprehensão lucida para acceitar com animo sereno as eventualidades d'uma força adversa. O seu instincto nem sempre o leva a apreciar com justeza o resultado de uma opposição invencivel, nem invariavelmente se inspira nos sentimentos d'uma recta consciencia, quando vê destruidas as suas miragens formosas.
>
> D'aqui provém então que elle, sobre amesquinhar o que deveria engrandecer, paga com feia ingratidão a seus bemfeitores.

Mais seguro é outro conceito severo de Antonio Teixeira de Macedo, quando remata:

E assim terminou a guerra civil e a extrangeira, depondo as armas na cidade invicta um exercito de 14:000 homens, valentes como os mais valentes, deante d'um exercito hespanhol que D. Maria da Gloria fizera chamar contra o seu povo e contra a cidade que lhe dera e segurara o throno. Os embaixadores extrangeiros reclamaram contra a convenção de Gramido, e o povo portuguez soffreu em 1847 um despotismo mais violento que o que havia soffrido em 1823.

O outro d'aquelles dois mancebos mencionados, Delfim Maria de Oliveira Maya, fazendo parte da expedição do Conde das Antas, fôra aprisionado e conduzido para a Torre de S. Julião da Barra, pois, quando cursava a Universidade (1846), se alistara no batalhão academico.

Fôra elle, a 8 de Setembro de 1829, nascido no Porto e os nados d'essa epocha creados eram entre o fumo da polvora. O sibilar das balas lhes modelava varonilmente as aspirações então, como já ao terrivel zunido afeitos quasi que desde o berço.

Tinha, assim, Delfim Maya, por exemplo, tres annos quando extremo, alarmante perigo correra sua terra natal, poisque foi a 29 de Setembro de 1832 que se deu o grande ataque ás linhas do Porto por parte dos absolutistas, commandados pelo visconde do Pezo da Regoa, contra os constitucionaes, commandados pelo conde de Villa Flôr.

Reunira no dia 20 de Setembro Gaspar Teixeira um conselho militar no seu quartel general das Aguas Santas, onde Santa Martha proclamou que o ataque aos liberaes do Porto não se devia espa-

çar, *só para mostrar*, dizia elle, *que as tropas reaes não hesitavam em sacrificar a vida pelo seu monarcha.*

Em Lisboa recebeu-se a noticia official d'aquella decisão em 23; e, reunindo-se logo um conselho d'Estado, em que preponderavam os votos do bispo de Vizeu e do arcebispo de Evora, o ex-monge de S. Bernardo, frei Fortunato de S. Boaventura, n'elle se decidiu que o ataque se désse effectivamente ás linhas do Porto no dia 29 de Setembro, por ser o do nôme augusto de sua magestade el-rei D. Miguel. Todas as attenções se voltaram desde então para as operações militares, e os frades, prégando do pulpito abaixo uma cruzada de nova especie, assim justiceiramente recrimina Soriano, não cessaram de prognosticar, a uma voz, a victoria para o dia do archanjo, o exterminador S. Miguel.

Quasi os servis a tiveram alcançada, essa victoria que seria seguida do saque das casas dos constitucionaes, o qual pelos seus chefes lhes fôra officialmente promettido em ordem do dia, que, correndo de mão em mão, chegou até aos moradores do Porto. N'elles accendeu os mais heroicos brios e despertou o justo rancor da desesperação, para com a sua vida defenderem egualmente a sua propriedade; e tanto se contou com elles para esta defeza que desde então se marcaram cinco differentes pontos na cidade onde tinham de comparecer em caso de rebate, que eram o campo de S. Lazaro, o de Santo Ovidio, a praça Nova, praça do

Carmo e rua dos Inglezes, junto á casa da Feitoria.

Mas o memoravel dia 29 de Setembro de 1832 resultou em uma das mais celebres victorias ganhas pelo exercito libertador, que cara custou, porque, emquanto os realistas tiveram a lamentar a falta de 2.299 homens, entre mortos, feridos e 300 prisioneiros, além de 122 officiaes, os constitucionaes soffreram a perda de 646 homens ao todo, incluindo 77 officiaes e 158 mortos.

No Porto não houve pessoa alguma ociosa durante esse dia de imminente crise e universal gloria. Todos os seus moradores trabalharam á porfia, segundo o peculiar das suas circumstancias e possibilidades, porque, se uns correram ás linhas para fazer fogo, outros ajudaram os combatentes, offerecendo-lhes munições e ministrando-lhes agua, para que nunca deixassem o seu posto. As senhoras, correndo aos hospitaes, acudiram com o maior desvelo aos feridos, com dadivas de lençoes de panno de linho, de camisas e de fios, chegando a haver algumas que auxiliaram até os curativos dos mais graves e perigosos.

Na verdade, o valor do exercito libertador, n'esse dia memorando, foi inimitavel.

Muitos dos seus soldados e officiaes, tendo sido feridos, correram aos hospitaes de sangue, para evitar os funestos resultados d'uma immoderada hemorrhagia. Os facultativos diziam: — A bala está dentro, vamos a extrahil-a. — Nada, não ha tempo

para isso, gritavam os heroicos feridos; tapem a ferida com uns fios, atem-a com uma ligadura, que nós queremos voltar immediatamente ao campo.

E assim o fizeram todos os que não tinham recebido feridas d'uma natureza summamente grave.

Mas não foi só pelo seu valor que os vencedores do dia 29 de Setembro se tornaram dignos das lisongeiras expressões que o duque da Terceira lhes tributou na sua ordem do dia, pois egualmente d'ellas se mostraram crédores em rasão da generosa conducta que tiveram para com os vencidos.

A'quelles que encontravam feridos no campo, bem longe de lhes negarem quartel, ao contrario, para com elles fôram benevolentes, usando da caridade de os tomar nos braços e os conduzir aos seus hospitaes de sangue constitucionaes. Casos houve em que os proprios feridos liberaes fôram os que assim se portaram. E esta conducta bem diversa contrasta com a que os absolutistas tiveram, na retirada de Souto Redondo, para com o infeliz capitão de artilheria Passos, a quem tão crua e barbaramente assassinaram quando, cahido no chão, o acharam, gravemente ferido.

Ha n'esta acção, que durou perto de onze horas, um episodio singular. Pois, para maior e casual fortuna da assignalada victoria dos liberaes, chegava ao campo inimigo, vindo da margem do sul do Douro, o chamado *regimento novo*, o corpo que ultimamente se creara em Lisboa, para substituir o antigo regimento 4 de infanteria, depois que

no anno anterior se revolucionara na capital contra D. Miguel. O seu novo fardamento e as suas barretinas, com grandes chapas, infundiram nos realistas, que se estavam batendo, pela similhança do seu uniforme com o do corpo de atiradores francezes ao serviço de D. Pedro, suspeitas de se acharem cortados por este corpo. Por esta causa, começaram logo a descarregar contra o dito *regimento novo* toda a fuzilaria que contra elle podiam empregar, do que resultou cahir, gravemente ferido por uma bala na cabeça, o seu commandante, que dentro em poucos dias expirou, depois de se lhe ter feito a operação do trepano.

Se de grande vigor fôra o ataque, amargo foi o sentimento do seu resultado para o exercito absolutista, pelo immenso abatimento em que cahiram os atacantes, quebrantados do seu passado enthusiasmo e furor. Nunca é prudente — philosopha Soriano — antecipar com segurança o desfecho dos grandes acontecimentos futuros. E commenta que esse *Te-Deum* que o general Gaspar Teixeira mandara antes de tempo cantar na cathedral de Braga pela sua desejada victoria de 29 de Setembro; essa promptificação de jantares com que alguns dos poucos realistas que ficaram dentro do Porto, pegados ao abrigo dos seus proprios lares, se propunham obsequiar os seus triumphantes e bemvindos hospedes, e, finalmente, esse temerario annuncio que o celebre frei João de S. Boaventura, prégando no mesmo dia 29 na freguezia dos Anjos em Lisboa,

lançou do pulpito abaixo, quando, como inspirado do céu, se afigurou vêr as tropas realistas a entrar triumphantes dentro do Porto: tudo isto ficou reduzido ao duro e cruel desengano de uma das mais famosas derrotas que um exercito podia experimentar.

Mas, afinal, para que foi tudo isso?

A mesma combatividade permanente de Delfim Maya nos inquieta pelo que concerne á solução da questão.

Um seu biographo actual escreve:

Ardente defensor das regalias populares, militou activamente na politica, pondo sempre a sua palavra e o seu esforço ao serviço da liberdade. Em todos os acontecimentos mais notaveis da politica portugueza apparece sempre o nôme do illustre advogado e professor, que era, pelo seu feitio e pelos seus intuitos, um dos legitimos representantes da raça varonil e cheia de lealdade dos portuenses d'outras eras. No movimento conhecido pela *Janeirinha*, e em outros periodos agitados da nossa existencia politica, o grande liberal apparecia sempre na primeira fila dos que reclamavam contra os desmandos e os despropositos dos governos.

Consumido na actividade politica, reclamando contra os depropositos e os desmandos dos governos, não endeusava Delfim Maya a turba, e de seus despropositos e desmandos sabia tambem, como egualmente todos os nados e creados no Porto na sua epocha.

Assim, tinha Delfim Maya o dobro d'aquella sua edade, seis annos, quando n'esta cidade occorreu um tremendo desproposito e atroz desmando d'esses.

E' meritorio e distincto o romance de Camillo Castello Branco, intitulado *A bruxa de Monte Cordova.* Alli nos apresenta Camillo, de perpasse, a figura truculenta de Pitta Bezerra.

Vai jornadeando um veneravel provecto ex-monge, acompanhado de dois netos de seu irmão, por terras de Basto, no fragôr da peleja entre pedristas e miguelistas, e desviando-se já de um já outro bando.

Chegados a S. Pedro d'Avite, visinhança de S. Miguel de Refojos, o frade inquiriu novas da familia de quem mui prezara (Thomaz d'Aquino).

Estava o irmão mais velho na casa de que era senhor. Pediu que lh'o chamassem. Desceu o morgado ao terreiro da casa, reconheceu o amigo de seu irmão e disse-lhe, sacudidamente:

— O doudo lá o atravessaram as balas em Lisboa. Foi a deshonra da nossa casa. O pae morreu na defesa do altar, e o filho acabou na fileira dos atheus.

— Seu pae defendia o altar? perguntou frei Jacintho.

— Pois não sabe que os liberaes de Fafe o mataram no Ladario? Vossa paternidade está-se a fazer parvo!

— Constou-me que o mataram; mas disseram-me que o senhor Simeão d'Aquino andava agarrando homisiados para os entregar áquelle grande ministro chamado João Branco, o qual de certo não era ministro do altar.

— Pudera não! tornou o irmão de Thomaz, com certo jubilo de vêr já notoria a dedicação de seu pae. E vossa paternidade, se pudesse, não os agarrava tambem?

— Agarrava, para escondel-os do pae de vossa senhoria.

— Que tal está o patife do frade! exclamou um official de grandes barbas, arrastando a espada, e coriscando dos olhos ascuas de colera.

Frei Jacintho de Deus encarou serenamente no temeroso homem, déante do qual todos se affastavam e descobriam, e disse:

—E' vossa senhoria o senhor Pitta Bezerra, se me não engano.

—Sou.

—Conheci-o muito novo e docil menino em casa de seu tio o senhor capitão mór de Cabeceiras, Seraphim Pacheco dos Anjos.

—E d'ahi? bradou o celebrado carnifice; cuida que o não mando despir e chibatar, seu indigno frade, que ousa dizer que escondia os malhados do justo castigo que os espera?

—Apoiado! exclamou o irmão de Thomaz de Aquino.

—Eu lhe direi, senhor, redarguiu o monge; esconderia da ira inconsiderada do seu inimigo todo homem em afflicção; esconderia no meu habito o senhor Pitta Bezerra, se ámanhã os seus inimigos viessem bradando que era justa vingança matal-o. A todos esconderia; a mim é que me não escondo dos homens; esconder-me-hia só de Deus, se pudesse. Póde, pois, vossa senhoria mandar-me chibatar, se n'isso lhe vae satisfação.

—Não m'o peça segunda vez! bradou o capitão de infanteria 13. Cadeia com elle e com estes que o acompanham!

—Estes são innocentes, que ainda não proferiram palavra, snr. Pitta Bezerra! disse o monge. Parece-me justo que os não prendam.

—Não me pregue lérias! Ferros com elles, antes que os mande passar pelas armas!...

Alguns milicianos de Guimarães rodearam o frade e os sobrinhos com ar de constrangidos. Pitta Bezerra, como os visse frouxos na diligencia, bradou:

—Querem ir todos a pontapés?

Paginas depois, novo encontro entre o frade e o militar. Está o monge no Porto, discorrendo com «a senhora Maria».

— Olhe lá, senhor frei Jacintho! disse a ama; não sabe que prenderam o Pitta Bezerra? Aquelle grande carrasco?

— Prenderam?

— Mas o povo está na Cordoaria á espera que elle saia do tribunal da rua da Fabrica para o matar. Eu, se não tivesse esta creança, tambem lá ia cortar-lhe uma orelha.

— Que mal fez o Pitta Bezerra á senhora Maria? perguntou o frade.

— Diabos o arrastem, que nunca o vi; mas matou ahi gente n'esse Porto que não lhe sei dizer. Eu disse a duas visinhas que lá fôram: ó mulheres, se me trazeis a ponta do nariz d'esse ladrão, pago-vos duas canadas de vinho maduro, e mais elle está pelas portas da morte.

— Essa sêde de sangue é impropria de uma mulher, senhora Maria...

— Pudera não! tomára eu vêr todos os caipiras picados como çabola de estrugido.

O frade ia dizendo entre si: «O sexo fraco, do qual dizem que a brandura da alma é o seu particular condão!...»

Encaminhou-se frei Jacintho de Deus á rua da Fabrica. Quando chegou á rua de Santo Antonio, viu grande chusma de povo a desbordar da viella do Correio, urrando «morras» e floreando no ar espadas e chuços. Ao convisinhar da revolutante mó de mulheres, maltrapidos e garotos, ouviu que os gritos diziam: «Morra o Pitta Bezerra». Perguntou onde estava elle e disseram-lhe que estava a ser julgado e que o esperavam para o matar.

— Não seria melhor que o deixasseis ser castigado pelas leis?

— Quaes leis nem qual diabo! bradou um soldado dos batalhões fixos, sacudindo uma espada curta. A lei é o povo! Será você algum burro, da panella d'elle?

— Não sou, camarada, respondeu serenamente o frade; eu sou um dos que elle metteu na cadeia.

— E então está ahi a dar aos taleigos a favor do malvado que tirou um pedaço de nadega a meu irmão, salvo tal logar, aqui! Ora, meu velhote, não se vá fazer fino com palavriado

lá para o meio do povo, que lhe vão á pavana! Tome o meu conselho...

Frei Jacintho, muito cosido com a parede, pedindo licenças com a maior humildade, chegou até á porta do tribunal, a tempo que Pitta Bezerra descia as escadas entre soldados.

Ao vêrem-o, centuplicaram-se os gritos. Os silvos das mulheres, como os da cobra cascavel, sobrelevavam os rugidos dos tigres, que nada menos se figuravam aquelles homens, recurvando as garras para o cevo da carniça.

Pitta Bezerra, já condemnado á morte, chegou ao limiar do pateo, com o sangue já reprezado no coração. Encostado no limiar da porta, estava o frade. O sentenceado, que alli chegara com parecenças de cadaver, encarou o homem da batina.

— Sou aquelle pobre frade, senhor Pitta Bezerra..., disse frei Jacintho de Deus; e, assomando no humbral da porta, disse, voltado para o povo:

— Não queiraes manchar vossas mãos puras com o sangue do criminoso. Povo valente, povo magnanimo! Vós déstes á justiça a victoria; quebrastes as algemas aos legisladores; deixae agora á justiça a missão de vos vingar.

— Que diz o asno? bradou uma regateira.

— Fóra, burro!... conglobaram-se muitos gritos.

— Quem vos falla, tornou o frade, imperturbavel, é um dos homens inoffensivos que este cruel lançou em ferros. Mas não permitta Deus, nem a liberdade que vossos braços conquistaram, que eu vos incite a matar este criminoso, sem que todas as suas victimas o possam vêr no patibulo. Sabeis que se mata um homem n'um momento? Que é pequeno castigo para este matador tirar-lhe n'um instante a vida, quando elle tantas arrancou vagarosamente com demorados tormentos? Não querereis antes vêl-o caminhar do oratorio á forca? Cidadãos! deixae-o entrar com vida na Cadeia, e não lhe deis o prazer de o matar n'um curto momento, porque elle, de certo, antes quer a morte repentina com que o ameaçaes do que a lenta agonia do oratorio e o espectaculo da infamante morte. Quantos parentes vossos cahiram nos baluartes d'esta cidade, acutilados

ou varados de pelouros? Morreram; e, comtudo, eram honrados defensores d'uma causa justa! E quereis vós, imprudentes, que este homem acabe como acabaram os valentes que choraes? Quereis que elle não tenha paroxysmos mais duradouros? Quereis que elle d'aqui a cinco minutos esteja insensivel aos castigos, que devem prolongar-se até que o peso do carrasco lhe aperte a garganta? Cidadãos, vêde o que fazeis! A vida d'este homem deve ser cortada fio a fio. Se o mataes de um golpe, podereis dizer que não vingastes as victimas do Pitta Bezerra.

—Apoiado! conclamaram muitas vozes. Apoiado! deixal-o ir! Não se mate! Diz bem o padre: ha-de morrer aos pedaços!... Ferros com elle! Deixem passar, mulheres!

A escolta abriu passagem. Pitta Bezerra, ao perpassar pelo frade, baixou-lhe um olhar de implorativa gratidão. Frei Jacintho não o encarou.

Vinte passos andados, a turba que sobreveio do lado dos Clerigos, e não tinha ouvido a allocução triumphante do frade, rompeu de chofre e ferro apontado contra a escolta, arrancou do preso, acutilou-o, espedaçou-lhe o rosto, estrangulou-o com um grosso esparto, arrastou-o esphacelado pelas ruas e levou-lhe o arcabouço, meio escarnado, á beira do Douro, onde o arrojou, urrando uma prolongada dissonancia de gritos exultantes, vociferados pelos mesmos que tinham cuspido affrontas ás cabeças cravadas nos espeques da Praça Nova em 1829.

Era o mesmo povo.

Frei Jacintho de Deus, quando viu ir no pendor da calçada dos Clerigos o cadaver de rojo, deixando um rasto de sangue, chorou e meditou as palavras do propheta: «Acaso não punirei eu estes excessos? diz o Senhor. De uma gente como esta não se vingará a minha alma? Cousas espantosas e estranhas se tem feito na terra!» (*Jeremias*, — Cap. v, vers. 29 e 30).

N'esta narrativa, romanceada, pelo episodio novellistico da intervenção do frade, sobre o fundo exacto da medonha verdade, ha um erro grave,

poisque Pitta Bezerra não sahia tal do tribunal já condemnado á morte.

O caso passou-se a 20 de Março de 1835. O snr. Alberto Pimentel procurou no archivo das Cadeias de Relação o registo relativo a Pitta Bezerra e forneceu-o a seus leitores. Diz assim:

Em 20 d'Agosto de 1834, deu entrada nas Cadeias da Relação do Porto João Pitta Bezerra, ex-major reformado, casado com D. Maria Thereza de Jesus Ribeiro Codeço, de 45 annos de idade, assistente na villa de Melgaço, filho de João Pitta Bezerra e de D. Francisca de Miranda, já defuntos. Estatura alta, cara comprida, olhos castanhos, cabellos e barba pretos. Vestido com fardeta de panno azul, collete dito, e calça de sarjão preto; o qual veio remettido do Castello de S. João da Foz e entregue militarmente para ficar á disposição do juiz relator a quem o seu processo fôr distribuido.

Nota marginal:

Em 20 de Março de 1835, foi responder ao tribunal da Relação e, regressando para estas cadeias, foi morto na rua pelo povo.

O snr. Alberto Pimentel pedira informações, a pessoas que podiam dal-as, sobre a vida e façanhas de Pitta Bezerra no Porto.

Uma d'essas pessoas, contemporanea dos acontecimentos, respondeu-lhe o seguinte:

Pitta Bezerra, descendente de familia fidalga dos arredores de Vianna, era capitão do regimento 24, que veio de Bragança reforçar, por ordem do governo de D. Miguel, a guarnição do Porto.

Para castigar mais commodamente o delicto de ter convicções liberaes, usava cacete, em vez de espada; quebrado um cacete, tinha muitos á sua disposição, porque o regimento a que pertencia trouxera de Bragança um macho carregado d'elles.

Na rua, á porta das egrejas, e principalmente á entrada da cadeia, desancava, moia de pancadas quem fôsse suspeito de liberal. Não escapavam nem senhoras, nem velhos, nem crianças. Para pretexto d'uma sova, bastava a victima trazer desapertado o botão fundeiro do collete, bastava um laço, um lenço rajado d'azul e branco. Se a victima fôsse senhora, o menos que Pitta Bezerra lhe fazia era pôr-lhe em tiras o enfeite e dar-lhe com ellas na cara.

Conduzido em 1835 ao tribunal (casa de Domingos Augusto, da Fabrica), onde foi responder, a populaça envolve a escolta de dezeseis soldados, que o acompanhava. O filho do general C...., por vingar aggravos de familia, tira de debaixo do braço um caco de granada, arremeça-o á cabeça do preso, e deixa-o logo exanime.

A populaça ata-lhe ao pescoço uma corda, arrasta-o pelas ruas da cidade e até pelas de Villa Nova. Só depois de muitas diligencias é que o barão de Fonte Nova (Bento da França), general das armas, seguido de um esquadrão de cavallaria, consegue pôr termo á *vendetta*.

Terminadas as batalhas politicas, á mão armada, voltou Delfim Maya para Coimbra, a concluir o seu curso, depois do que se estabeleceu no Porto como advogado.

Em 1855 foi nomeado professor do Lyceu e escreveu o *Manual d'estylo*, para as aulas de portuguez, durante muitos annos adoptado. E não só este livro, como ainda uma *Theoria da litteratura*, particularmente da litteratura em prosa, para as aulas de litteratura nacional, e umas *Noções de poe-*

tica, para complemento d'esta *Theoria da litteratura*.

Em 1884 publicou Delfim Maria de Oliveira Maya uma *Historia da litteratura*, segundo o programma official de 14 de Outubro de 1880 para a cadeira de litteratura nacional dos lyceus. E' um livro excellente.

*

* *

Delfim Maria de Oliveira Maya teve um filho, tambem como elle nascido no Porto (a 5 de Junho de 1853), Fernando da Costa Maya, o qual seguiu a carreira militar, concluindo o curso da arma de cavallaria em 1875. E a proposito publicou duas obras: *Notas sobre a cavallaria*, em 1887; e *Da cavallaria, sua missão estrategica e tactica*, em 1901.

Brilhante episodio de façanha da arma de cavallaria é, em nossas luctas politicas, a da carga temeraria no Porto, em instante de imminente perigo, emprehendida.

A sua má vontade contra Saldanha, bem a deixa assignalada Soriano em sua narrativa do ataque de Bourmont ás linhas do Porto, quando narra essa notavel acção de 25 de Julho, em que os miguelistas, commandados pelo conquistador de Argel, acommetteram esta nossa cidade com todo o heroismo da desesperação. Nenhum ataque fôra no

anno de 1833 tão empenhado e terrivel como foi esse; mas a pertinacia da defeza exigira o emprego de todos os recursos da sciencia e da coragem da parte dos aggredidos, que nos fossos das suas trincheiras haviam sepultado a gloria e fama de um marechal de França, tal como era o celebrisado Bourmont.

Reportando-se do adequado official diploma, frisa Soriano que todos sabem o rifão francez *Mentiroso como um boletim*. Os que o historiographo apresentara como documentos não estavam isentos d'essa pecha, contando-se n'alguns façanhas encommendadas para certos louvôres, e n'esse caso se encontrava a bravura que se lia no boletim n.º 17, que constitue o documento n.º 262 de sua *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal (Terceira epocha)*, que especificadamente corresponde a esse «estabelecimento do governo parlamentar».

Havendo das posições constitucionaes de Lordello, reducto do Pastelleiro e obras fortificadas da quinta do Wanzeller sido rechaçados os miguelistas, seu fogo começou a afrouxar pelas dez horas da manhã, cessando pelo meio dia.

Mas, pela uma hora da tarde, foi ainda ameaçada a posição da direita da linha constitucional, comprehendida entre a quinta da China e o Bomfim. Alguns dos piquetes constitucionaes tiveram de retirar dos postos avançados que occupavam, e o proprio general Saldanha, levado do desejo de fa-

zer recuperar os pontos abandonados, poz-se á frente de uns vinte lanceiros, e, com elles e com todos os seus officiaes de estado-maior, carregou por tal fórma o inimigo que este se viu obrigado a ir buscar a protecção das suas columnas.

Até aqui parece que Soriano encarreira no sentido do elogio. Mas logo addita que o inimigo, com o apoio das suas columnas, referidas,

> repelliu depois a ousadia do mesmo Saldanha, o qual, apenas viu feridos alguns dos seus ditos officiaes d'estado-maior, contando entre elles seu sobrinho, D. Fernando Xavier de Almeida, que alli acabou, de uma ferida mortal que recebeu, perdeu logo a sua dita ousadia, correndo para a rectaguarda com velocidade egual áquella com que se propuzera atacar o inimigo.

Todavia, não tendo este colhido vantagem alguma dos seus ataques, retirou, finalmente, toda a sua força, pelas duas horas da tarde, desistindo assim de uma lucta em que, comtudo, os constitucionaes tiveram a lamentar uma perda de bastante monta. Ella foi de 67 mortos, 244 feridos e 11 prisioneiros, ou extraviados, ou 322 homens ao todo, dos quaes 39 eram officiaes. A *Chronica do Porto* avalia a perda do inimigo em 600 mortos e 4:000 feridos, no que talvez houvesse exaggeração, a não ter ella sido communicada para o Porto da parte do exercito sitiante, como que succedeu n'alguns casos assevera Soriano, o qual tambem dissera, ao encetar o relato d'este ataque de Bourmont ao Porto, que,

se Saldanha, na noite de 24, e todo o quartel general imperial haviam percorrido attentos toda a extensão da linha, indo pela madrugada postar-se na bateria da Gloria, para melhor observarem os movimentos e as disposições do projectado ataque, era crença d'elle Soriano de que esses preparativos fôssem causados por avisos vindos do campo inimigo.

O boletim n.º 17 diz-nos como o tenente general conde de Saldanha, chefe do estado maior imperial, «com a bravura que lhe é propria», dando ordem a vinte lanceiros que o seguissem, carregou o inimigo, o qual, não esperando a carga, apesar da natureza do terreno ser favoravel á infanteria, se retirara precipitadamente e se fôra unir ás suas columnas.

N'esse boletim, o chefe do estado maior imperial, tendo sido acompanhado durante toda a acção pelo tenente coronel Balthazar de Almeida Pimentel, ajudante de campo de sua magestade imperial, servindo de quartel-mestre general, e reconhecendo o quanto esse benemerito official concorrera para a gloria do dia, lhe faz os maiores e mais bem merecidos elogios, pela intelligencia e bravura que mostrara em todas as circumstancias de tão porfiada acção.

Em nota, observa Soriano que não se faz tambem pouco notavel que o tenente coronel Balthazar de Almeida Pimentel fôsse sempre mandado por D. Pedro em auxilio de Saldanha nas suas opera-

ções contra o inimigo; e pergunta se não seria isto, porventura, « uma certa desconfiança na sua coragem »?

No Boletim:

O tenente general conde de Saldanha, chefe do estado maior imperial, como soldado valente, foi visto em todos os pontos os mais arriscados; como general habil, fez executar com o melhor acerto e discernimento as ordens de sua magestade imperial; e, concorrendo por este modo para o feliz resultado d'este dia, mereceu a approvação do mesmo augusto senhor, e adquiriu novos direitos á gratidão da patria.

Em nota, Soriano:

Não podendo este boletim deixar de ser feito no quartel general imperial, Saldanha não se pejou de fazer elogios a si proprio, como acima se vê, e se viu já em outras mais peças officiaes anteriores, e novamente se verá em outras mais adiante.

Sem embargo, ha n'este boletim uma passagem alta e nobre. Relato rematando, é onde diz:

D'este modo foi completo o nosso triumpho, e o nôme de Bourmont apparece na lista dos generaes vencidos do exercito do usurpador, sendo para notar-se que, se Bourmont, á frente de homens livres, foi vencedor em Argel de um exercito de escravos, em Portugal, á frente de um exercito de escravos, foi vencido por homens livres.

Os officiaes do estado maior imperial que acompanharam o general Saldanha em sua famosa carga fôram D. Fernando Xavier de Almeida, major gra-

duado de cavallaria, ajudante de ordens do chefe do estado maior imperial (mortalmente ferido); Jorge Wanzeller, tenente de cavallaria, ajudante de ordens do dito chefe; Y. S. Guillet, capitão, ajudante de campo do dito chefe (ferido levemente); D. Miguel Ximenes, tenente de voluntarios, ás ordens do dito chefe; Joaquim Antonio Vellez Barreiros, major do real corpo de engenheiros, que se achava em commissão junto do dito chefe; Balthazar de Almeida Pimentel, tenente coronel, servindo de quartel-mestre general; Paulo Bento Ferreira de Sousa, tenente coronel, deputado ajudante general; Luiz de Mello Breyner, capitão de cavallaria, assistente ajudante general (contuso); José Julio do Amaral, capitão assistente, quartel-mestre general; Antonio de Mello Breyner, alferes de cavallaria, deputado assistente, quartel-mestre general (ferido gravemente); João de Vasconcellos e Sousa, capitão addido á repartição do quartel-mestre general; José Antonio Lopes, alferes de milicias de Thomar, adjunto á repartição do quartel-mestre general; Domingos Manuel Pereira de Barros, major de cavallaria, ás ordens do commandante do primeiro districto (ferido gravemente); brigadeiro Bento da França Pinto de Oliveira (ferido levemente); Manuel Maria da Rocha Colmieiro, tenente coronel de milicias de Aveiro (contuso); Augusto Sotero de Faria, alferes de cavallaria; e Antonio Nicolau de Almeida e Liz, alferes de cavallaria.

A par, perém, da coragem da aristocracia, a da

democracia e na mesma altura da intrepidez denominada a intrepidez anonyma. Soriano escreve que se distinguia

> até nos proprios moradores da cidade um enthusiasmo difficil de descrever, tendo corrido ás trincheiras, sem que a tranquillidade publica corresse o mais pequeno perigo.

Se assim se assignalam os portuenses na guerra, vejamos como se demonstram pela paz.

VIII

Antonio Ferreira Braga — Visconde de Villar d'Allen — Antonio Moutinho de Souza — José Manuel Teixeira de Carvalho.

Timbre da cidade do Porto foi o ser «a primeira nas iniciativas uteis e fecundas». E, com effeito, promotora politicamente, logo no começo do cyclo moderno, a capital lhe seguiu o exemplo.

Porquanto a revolução constitucional de Lisboa a 15 de Setembro de 1820 completou a revolução constitucional do Porto no 24 de Agosto antecedente.

Após o fervor das esperanças o desanimo das desillusões. Porém, dasalentados dos dissabores da politica, para as luctas pacificas da industria confiadamente as attenções dos portuenses se volveram.

A ponto de lhe erigirem para condigna liça um palacio idoneo.

E, aventada a idéa, prestes se lhe seguiu o inicio da execução.

De modo que, quando em dezembro de 1863 o rei D. Luiz e sua esposa D. Maria Pia vieram ao Porto, puderam visitar as obras do Palacio de Crystal e admirar a grandeza do monumento e adeantamento que já tinha.

Foi n'essa occasião que a meza da assembleia geral da Sociedade do Palacio rogou ao rei que, á imitação de seu irmão o fallecido D. Pedro v, se declarasse presidente honorario e protector do mesmo Palacio de Crystal.

A mensagem em que a meza o sollicitava é assignada pelos benemeritos cidadãos: Visconde de Pereira Machado, presidente; barão de Nova Cintra, vice-presidente; João Antonio de Miranda Guimarães, secretario; conde de Castro, director honorario; Alfredo Allen, Francisco Pinto Bessa e Antonio José do Nascimento Leão; ella remata com esta abatida formula, que choca pelo contraste para com o rasgo da iniciativa civilisatoria: «A Sociedade beija submissamente as augustas mãos de Vossa Magestade e de Sua Magestade a Rainha».

Resquicios...

Mas, se ainda nos surprehende a acquiescencia a formulas atrazadas e deprimentes por parte de homens de progresso, como os promotores do Palacio de Crystal no Porto, o que é meritorio, e ampla e cabalmente, é seu indefesso afan.

Os mais importantes dados para a historia do edificio do Palacio de Crystal diz-nos o conde de Samodães, em sua mui interessante monographia

(*O Palacio de Crystal Portuense, 1865-1890. Breve esboço historico do* ————, *desde a sua fundação até á celebração do seu vigessimo-quinto anniversario*, Porto, Typographia Central de Avelino Antonio Mendes Cerdeira, 41, rua das Flores, 43, 1890), que constam do relatorio apresentado em 7 de Julho de 1864 á assembleia geral e que foi o segundo dos que se encontràm na collecção d'estes documentos.

Foi exactamente na assembleia geral em que esse relatorio foi discutido e approvado, elegendo-se nova direcção, que se levantou a questão da exposição universal internacional com que devia inaugurar-se o Palacio.

Coube a iniciativa ao medico Antonio Ferreira Braga, o qual propoz que de então a um anno se abrisse a exposição, a qual desde logo se annunciasse.

Este assumpto foi largamente discutido. Mostrou-se que a obra do edifico poderia não estar completamente finda, que era necessario riscar os jardins, e plantal-os, e que, além d'isso, faltavam os recursos.

Aqui ha um instante alto, nobre e commovente. O conde de Samodães escreve:

O snr. Ferreira Braga, cortando as duvidas, a todos inflammou para que se não hesitasse. Declarou elle que não faltaria dinheiro, e que, se necessario fôsse, elle sacrificaria todos os seus haveres, hypothecando-os para se levantarem os fundos necessarios afim de levar-se por diante a exposição.

Não eram palavras vãs as d'este homem, nem elle se desrespeitava ao ponto de forfanterias não seguidas de cumprimento. Ao contrario! Que bello typo de homem, o d'esse cirurgião Braga!

O snr. Alberto Pimentel escrevia em 1893:

Tudo, no ultimo quartel do seculo, tem navegado de vento em pôpa. Tudo! Até o dinheiro.

D'antes, o dinhiro estava fechado a sete chaves, aferrolhado na burra de quem o tinha. E não era preciso que tivesse muito: bastava possuir alguns mil cruzados para ganhar fama de rico. Estavam as peças enroladas em papel de seda, muito bem guardadas na arca de seu dono, sem que uma idéa tentadora as fôsse desencantar e seduzir.

De emprezas industriaes não se fallava então, ou só se fallava com horror. A aventura do capital era uma especie de *Mar Tenebroso,* d'onde o dinheiro, se a elle se arriscasse, não voltaria mais.

Algum raro capitalista, que se permittia o capricho de argonauta, era tido como utopista, poeta, sonhador.

Lembro-me bem de que no Porto o cirurgião Braga, que sonhou construir o Palacio de Crystal, de collaboração com o snr. Alfredo Allen (hoje visconde de Villar Allen), foi tido como um Jason phantasista, capaz de arruinar o banco de Londres.

Mas elle era teimoso, muito credulo em sonhos, muito enthusiasta de progressos visionarios, e não desanimou.

Valeu-se das suas relações pessoaes para organisar a companhia fundadora do Palacio de Crystal e, afim de animar os consocios na empreza, que só tinham annuido talvez por contemplação para com os dous illustres iniciadores, pegou em todo o dinheiro que possuia e principiou a enterral-o n'aquella pittoresca montanha da Torre da Marca, que se debruça, olhando para o mar, sobre pedreiras de granito, imminentes á rua da Restauração.

O seu sonho era construir alli um Palacio de Crystal para festas, concertos, bazares, e inaugural-o com uma exposição internacional, que attrahisse ao Porto todas as testas corôadas da Europa, desde o czar da Russia até ao principe de Monaco.

Audacioso sonho este, que media o Porto pela bitola de Paris!

Foi-se terraplanando a montanha e montando a armação de ferro que devia sustentar a abobada de crystal, a que o sol poente enviaria, n'uma glorificação de progresso, os seus raios de ouro, phosphorescentes como fogos fatuos.

Fatuos chamaram os bons portuenses a esses sonhos do cirurgião Braga. E não se enganaram. Quem se enganou foi elle, que se antecipou trinta annos á epocha em que realmente devia ter vivido.

Em 1865 estava construido o Palacio de Crystal, que sahira da cabeça de dous homens tão armado de ponto em branco como Minerva sahiu da cabeça de Jupiter, e tractou-se logo de realisar a sonhada exposição internacional, que devia inundar o Porto com as ondas de ouro de um Pactolo torrencial.

Tractou-se da exposição, encheu-se o mundo com annuncios da sua fama, que o cirurgião Braga preconisava em artigos, por elle escriptos n'um portuguez classico, e fixou-se o dia 18 de setembro d'aquelle anno para a inauguração solemne, em que os reis e os principes deviam acotovellar-se, tantos seriam elles.

Chegou o dia da festa e, quanto a reis, appareceram só os da casa: D. Luiz e D. Fernando.

Grande desapontamento: principiou n'esse dia o cirurgião Braga a convencer-se de que o Porto não era Paris.

Acabada a exposição, o Palacio de Crystal ficou solitario, no seu morro alpestre, á espera de idéas que o vitalisassem.

De vez em quando o snr. Henrique Burnay, hoje conde, e o seu socio Heitor Guichard planeavam um divertimento pyrotechnico, mas isso, se constituia uma receita para os dous,

não chegava a produzir dividendo para os accionistas do Palacio.

O cirurgião Braga, empobrecido e reduzido á sua clinica, triste e contemplativo, ia quasi todos os dias passeiar no parque do Palacio, calcando as ruinas do seu sonho, como o plebeu Mario pizava melancholicamente as ruinàs de Carthago.

Então os homens praticos, entre ufanos de si e condoidos do Braga, encolhiam os hombros, como se quizessem exprimir este pensamento philosophico: Bem diziamos nós...

E quem tinha dinheiro em casa tractou de o empurrar ainda mais para o fundo da burra, de modo que ninguem o podesse suspeitar.

Creou-se horror ás aventuras do capital, ás emprezas industriaes, ás explorações arrojadas.

Não era paiz para isso.

O certo, o seguro consistia em emprestar o dinheiro a dez por cento com boa hypotheca.

Só n'um caso d'estes é que o dinheiro devia sahir á luz do dia.

Mas arrojar-se um capitalista ás incertezas do dividendo era o mesmo que desacreditar-se, dando más informações de si proprio.

«Agarre-se á hypotheca, homem!», era o conselho que todos os argentarios do Porto davam aos collegas e a si proprios depois de 1865.

Este conselho só tinha uma variante de locução: «Ponha os olhos no Braga, homem!»

E o cirurgião Braga, com as suas fartas barbas brancas, os seus oculos azues, dava ares de um Pedro Eremita *manque*, que os portuenses assobiavam... mentalmente.

Porém obstinadamente se resistiu.

A operosidade admiravel das gerencias promotoras do Palacio de Crystal, com effeito, não se fatigava. Assim, nos annos de 1865 e 1866 o conde

de Samodães informa que se verificaram no Palacio quatro exposições e se inaugurou a Academia de musica. E addita:

Não se limitava só a isto a indefessa actividade da direcção. Enumeramos apenas os actos de estimulo ao progresso agricola, industrial, das bellas-artes, e não a tudo quanto se fazia para divertimento do publico, a quem se offerecia variedade illimitada de distracções, que desde o seu principio tornaram este recinto o local de maior attracção que aos moradores e aos forasteiros offerecia a cidade.

Na verdade, pela elegancia da concorrencia e pela variedade das diversões, os jardins do Palacio fôram, no começo, um maravilhoso encanto. Aos domingos, duas eram as secções do divertimento publico: uma começava ás quatro da tarde e finalisava ás sete, hora a que se começavam a accender os balões venezianos, tocava a sineta de sahida e começava a segunda, que se prolongava pela noite adeante.

D'uma vez, Blondin atravessou em uma corda repuchada d'um dos torreões para o fronteiro chalet, do qual fazia o alarido e a graça uma alsaciana, em seus trajes vistosos, servindo pelas mesas os bocks de cerveja.

Motejando, Urbano Loureiro, em seus *Perfis burlescos* (1866), dá a vivacidade da impressão do passeio no Palacio de Crystal ao tempo:

— O jardim da banda do poente. O chalet suisso, com as suas mezas e cadeiras no terraço. O pavilhão com estantes para a musica.

E' n'um domingo de tarde. Passeia immensa gente: senhoras, mulheres, homens e cavalheiros. Entre estes, muitos russos, na maior parte inglezes. Ao fundo, á esquerda, o espelho espherico retratando caricatamente os passeantes e os basbaques. A' direita dois trapezios, n'um dos quaes se balança estouvadamente um brazileiro de barbas. Mais para o centro duas allegorias em pedestaes de madeira, figurando cada uma um javalli de bronze, perseguido por um cão do mesmo metal. Varias familias assentadas nas mollejantes cadeiras de ferro. Os guardas do Palacio girando pacificamente pelo meio do povo. Os das cadeiras botando o olho para todos os lados, com um livro de mortalhas, amarellas e vermelhas, na mão e um saco de couro a tiracollo. Grande animação no chalet. A suissa, com risinho encantador, entra e sahe, levando e trazendo refrescos.

Grande animação tambem se produziria na nave central transformada em Theatro Popular, quando, no palco improvisado á beira do grande orgão, se cantou a opera *Dom Carlos*, de Verdi, por companhia lyrica italiana, e a opereta *Grãduqueza de Gerolstein*, de Offenbach, por companhia nossa nacional.

As representações theatraes começavam por essa epocha a' fixar-se no Porto em companhias fixas portuenses; e no theatro Baquet veio mais tarde, mas proximamente, a abrir-se uma notavel serie de espectaculos, que fôram iniciados pela comedia-drama de Lambert Thiboust, *Recordações da mocidade*, em que Taborda tinha um papel admiravel. Ahi se cantou a opereta *Joanna do Arco*, musica do maestro portuguez Cardim, e a famosa *Filha de Madame Angot*, musica do maestro

francez Lecocq. No mesmo Baquet se representaram comedias finissimas, como as emocionantes do italiano Rassetti, traduzidas por Borges de Avellar, e dramas pomposos, como o *Egas Moniz*, de Mendes Leal.

O emprezario e ensaiador era o portuense Antonio Moutinho de Souza.

*
* *

Nascido no Porto em 10 de Outubro de 1834, Antonio Moutinho de Souza, tendo frequentado as aulas até aos 13 annos, seguiu a carreira commercial no estabelecimento de ourivesaria que seu pai possuia na rua das Flores. Por desgostos particulares, embarcou mais tarde para o Brazil (1858); e, como sentisse grande vocação para o theatro, conseguiu ser escripturado no Gymnasio, em abril. Em Junho casava com a illustre artista brazileira De Vecchy, que, infelizmente para a arte, morria poucos annos depois (maio de 1861). Naturalmente perturbado por este acontecimento, Moutinho de Souza resolveu abandonar o theatro e regressar a Portugal.

Em Portugal, Moutinho não se escripturou em theatro algum, por saber que isso seria desagradavel a sua familia. Um seu biographo actual retrata fielmente a situação:

*

Os tempos eram outros, considerando-se o artista dramatico como no seculo XVIII se consideravam os poetas. A familia de Moutinho compunha-se de negociantes considerados na praça. Por essas epochas, a vida portuense era tão acanhada e cheia de preconceitos que a mais pequenina coisa podia contribuir para o descalabro d'uma casa, por mais solida que fôsse. O filho do ourives Moutinho a representar no theatro seria um escandalo tamanho como o foi o bigode do filho d'um austero linheiro das Hortas! Todo o Porto, da Ribeira á Feira das Caixas, estremeceria de indignação, se o audacioso rapaz, que já no Brazil casara com uma *comica,* viesse para a sua terra exercer a profissão de *comico!* Moutinho comprehendeu tudo isto e resignou-se, fazendo o enorme sacrificio das suas aptidões ás convenções sociaes e ao bem-estar e aos interesses dos seus. Tendo, porém, o «vicio do theatro», e não podendo passar sem elle, fez-se emprezario dos theatros Baquet, Principe Real e S. João.

O periodo mais fecundo da vida artistica de Moutinho de Souza foi precisamente esse em que superintendeu na direcção do theatro Baquet.

Reunindo uma companhia excellente, poz em scena bellas peças que elle marcava e afinava com notavel relevo. Foi por essa occasião que casou, em segundas nupcias, com a distincta actriz Amelia Simões, irmã de uma actriz illustre, Lucinda Simões, ambas suas escripturadas.

Actor e ensaiador, foi tambem auctor dramatico, Moutinho de Souza, jornalista e editor. Escreveu, entre outros trabalhos theatraes, um em 1856, *Amor e honra*, outro em 1861, *Fumo sem fogo*, ambos em tres actos.

*

* *

Auctor dramatico, fôra o portuense José Manuel Teixeira de Carvalho, bibliothecario. Como erudito, d'elle vacilla Innocencio.

Porquanto, na verba *Alexandre de Gusmão*, das obras d'este, abre a enumeração das posthumas pela *Collecção de varios escriptos ineditos, politicos e litterarios, de* ————, *dados á luz publica, por J. M. T. de C.* e, chegando á verba *José Manuel Teixeira de Carvalho*, não se abalança a decifrar as iniciaes de seu preterito n.º A, 188, no tomo I, e limita-se a dizer indecisamente que *crê* que elle déra á luz, em 1841, com uma introducção ou prefacio seu, a *Collecção* etc. O que determina, em o *Supplemento*, o snr. Brito Aranha a corroborar que elle «deu, effectivamente, á luz em 1841 a dita *Collecção de varios escriptos ineditos*, etc., *de Alexandre de Gusmão*».

Em 1844, da Typ. da Revista, no Porto, sahiu o *Complemento dos Ineditos de Alexandre de Gusmão*, publicado por Albano Anthero da Silveira Pinto.

Tambem o snr. Aranha completa o informe de Innocencio ácerca da tragedia *Mestre de Aviz*, additando que, impressa no Porto em 1851, o fôra na Typ. Commercial, 8.º gr., de 240 pag.

N'esta tragedia não introduziu o auctor o sexo feminino; a unica mulher que podia apparecer não

apparece; foi retrahida; mas já não avançara o auctor o primeiro exemplo. Em Portugal havia actores, não havia actrizes.

... as nossas *ethologas*, inda bem, podem vir a melhor ensinamento, — derruir esse circuito, onde as trazem acorrilhadas, — e purificar-se do ranço, que lhes eteguece a vida comica; — devem robustecer-se com hombros d'Atlante, como as Dacieres, e as Bernardas; — sim, pouco a pouco serão transformadas com o tempo, — só nós não pediamos esperar por elle: — era o nosso tirocinio litterario; — um ensaio do poeta; — um esforço para mitigar infortunios domesticos.

Em nota, das appensas a sua tragedia, informa-nos o auctor a que infortunio domestico allude. E' «uma segunda exoneração arbitraria do emprego de 1.º bibliothecario da Real Bibliotheca Publica Portuense», que elle exercia diz com zelo, e essa exoneração tirando-lhe «ao mesmo tempo o trabalho, e os meios de subsistencia». Assim, desde Agosto de 1847 havia perdido até á data o tempo em sollicitar a restituição; era «um litigio de direito constitucional de mais de 4 annos».

A Rodrigo da Fonseca Magalhães devera a sua «primeira exoneração do emprego de 1.º bibliothecario; offereceu-o sem pudor a todo o mundo, e não desistiu, apesar das regeições de pessoas honestas, que não queriam tirar-*lhe* o pão da bôcca».

Refere a perseguição que um seu irmão soffreu; lá fôra mendigar ao imperio do Brazil o pão que

lhe negaram os verdugos da sua patria; «e foi tambem o braço do snr. Fonseca Magalhães o que lhe descarregou o golpe».

Recapitula:

E nós? . . . somos d'antes quebrar que torcer; — temos uma só cara, e o ferrete do opprobrio não virá tisnar-lhe as faces: — os nossos ossos terão sepultura em Portugal. Aqui vem a pello emittir os nomes dos Snrs. Ministros do Reino, que, ou não nos attenderão, ou quizerão fazer-nos injustiça: = tiverão nomes = Antonio d'Azevedo Mello e Carvalho, Bernardo Gorjão Henriques, Conde de Thomar, Barão da Luz, José Ferreira Pestana, — Duque de Saldanha, e Rodrigo da Fonseca Magalhães; — o Snr. Visconde d'Oliveira foi o *demissor*, e o Snr. Francisco Tavares d'Almeida Proença o *remissor* do Decreto, que nos exonerou.

Ahi lhes fica a todos o rabo bem á vista; — o Snr. Barão da Luz foi aboletado da nossa casa durante todo o Cêrco do Porto, mas não podêmos assegurar, se ainda estava no Ministerio do Reino, quando lhe escrevemos; — o Snr. Duque de Saldanha foi tambem demissor, quando aqui entrou vestindo uma libré d'estrangeiro, e na vanguarda delles para avassallar a sua patria, = *mister ignominioso para um General Portuguez;* = o seu raio ficou sem força, e delle poderemos asseverar, que as suas cento e uma caras lhe trazem já muito esquecida . . . a gloria d'outras tantas batalhas; — e sempre o veremos enroupado com os trajos cambiantes de Proteo? . . .

Este perseguido de seus correligionarios fizera suas provas, abonara sua fé.

Nos annos de 1826, e de 1828 fomos soldado do Corpo Academico Conimbricense, e como em politica tudo o homem faz por tal arte, que os principios só vencem, quando já tresandão de decrepitude, nós tivemos de dar ás de Villa Diogo; —

interrompemos os nossos estudos Universitarios de tres annos, e em tres Faculdades, — entramos na Hespanha por Gallisa, e acabamos esta *carreira* na Gram-Bretanha; — chamárão a isto Emigração dos Constitucionaes.

Ahi podémos frequentar por algum tempo a Universidade d'Edimburgo, mas a nossa estrella nos dava ainda o campo da batalha; — interrompemos segunda vez os nossos estudos, e viemos metter-nos dentro do Cêrco do Porto, quando a Monarchia velha com todo o seu ranço nos queria metter os liberaes sete braças pela terra abaixo.

Decepção pungente! A monarchia nova não valeria mais do que a monarchia velha. Por isso, em 1851 faz José Manuel Teixeira de Carvalho um tardio, repezo, esteril protesto:

Ante Deus, ..., e no meio de nossos concidadãos, aqui deixaremos propalado, e o dizemos com todas as nossas veras, que não faremos mais nenhum sacrificio, e muito menos o de sangue, — por um Chefe hereditario; porque só o faremos pelos principios, onde a Ley Natural nos dê sempre a base do systema governativo; somos pela Republica democratica; — mas como desejamos fazer sempre o officio de bom cidadão, e, ainda mal, teremos quiça de andar saltando do peor para o melhor, e do melhor para o peor; — tambem desejamos, que todos saibão, que se nos tocar ainda posto d'honra, e estivermos pelo melhor, sustentar-nos-hemos contra o peor, — e se pelo peor, annuiremos ao melhor; — a moral será a nossa guia.

Elle define o seu pensar quanto á moral.

Quanto á moral, cá temos o juiz inflexivel da consciencia: = as nossas crenças são = Deus, alma, eternidade.

A emigração dera dous exilados á familia de José Manuel Teixeira de Carvalho, e uma prisão

do primeiro caixeiro, que, elle o refere, ficou encarregado de continuar o giro commercial. A ausencia do irmão mais velho e as despezas extraordinarias trouxeram em breve grandes prejuizos á casa, e o cerco do Porto acabou de lhe fechar o decadente commercio.

Não é tudo:=a roda da fortuna foi-nos tão adversa, que uma das melhores propriedades recebeu grande dano de muitos projecteis, e outra foi totalmente destruida para estabelecer uma bateria, que ficava entre as duas linhas; outras muitas perdas accrescêrão;—era a vida, que a sorte poupou, e a fasenda, que serviria para dar modo á vida;—por isso passárão muitos milhares, que ainda hoje estão vivos, mas que, por certo, não vivem para as injustiças.

Assim por este triste tom lamentoso, irritado da injustiça, impotente para a vindicta, José Manuel Teixeira de Carvalho em 1851.

Em 1844 publicara elle, «livremente vertida do francez das obras de Mr. Daunou», a *Tentativa de Direito publico constitucional ácerca das garantias individuaes*, 8.º gr. de 292 pag., obra acompanhada pelo retrato de Manuel da Silva Passos, a quem sua versão dedicou o traductor.

A dedicatoria a Passos Manuel tem a data: 9 de Setembro de 1844. O prefacio, outrosim no Porto e tambem de 1844, se de Outubro, não marca o dia, que traz em branco.

Daunou buscara quanto pôde aos legisladores apontar o melhor caminho e o mais seguro modo de corroborar principios no seio da sociedade. Se

na data sua propria elle nos proporcionara sua obra como um estudo que devia ser analysado e desenvolvido pelos mais abalisados escriptores, na data do traductor portuguez, então que mais de vinte e tres annos haviam decorrido, tambem a Hespanha, a America hespanhola, a Grecia, a Belgica e outras nações offereciam aquelle mesmo estudo, vertido nos seus proprios idiomas, á consideração de todos os seus concidadãos. Assim escreve. E prophetisa e proclama que a obra de Daunou será immorredoura e universal.

Nós, á imitação d'essas nações cultas, julgamos ter prestado um serviço, que deve ser grato á nação Portugueza. A nossa traducção não poderá, portanto, receber um frio acolhimento, porque a sua utilidade é geral, a sua necessidade é obvia e o seu merecimento inquestionavel. E tanto mais nos lisonjeamos de a fazer publicar quanto é certo que as *Lições de Direito Publico Constitucional,* traduzidas do original de Ramon Sallas pelo snr. Diogo Goes Lara d'Andrade, e das quaes já duas edições s'esgotaram, em grande parte são um continuo plagiato e algumas vezes uma versão litteral das doutrinas do nosso auctor.

Outra traducção ha ainda de José Manuel Teixeira de Carvalho; ella acompanha e fecha o volume do drama do *Mestre de Aviz* e é *a das cinco primeiras elegias de Aulo Tibullo.* No artigo especial consagrado ás «traducções portuguezas de auctores classicos gregos e latinos», novamente, dos latinos, no concernente a Tibullo, Innocencio esta traducção memora de José Manuel Teixeira de Carvalho.

Elle é cauteloso e discreto no traslado d'essa elegia IV da qual diz um traductor que ella não póde ser comprehendida senão d'aquelles que sabem de certa paixão professada pelos romanos do tempo de Tibullo. Por esta mesma reserva mais assombra determinada serodia producção do auctor.

A pag. 70 do fasciculo 5.º segundo a ordem da publicação, 1.º do volume II, do Supplemento Geral (contendo as acquisições posteriores á sua fundação) ao Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto, redigido esse fasciculo por José Pedro de Lima Calheiros, 1.º official, desempenhando as funcções de Official-Maior e Archivista, regista-se a verba seguinte:

ECLOGA PISCATORIA: — Sejo Portuense *(Pseudonymo). Porto (Typ. Commercial)* 1861 ... 1 vol. 8.º.

Porém, nas «Emendas a fazer n'este 5.º fasciculo», corrige-se pelo teor que segue:

Antes de Sejo, *accrescente-se* por; *e depois de* Pseudonymo *junte-se* do fallecido Snr. José Manoel Teixeira de Carvalho, que foi 1.º Bibliothecario; e tambem Sub-director do Museu Municipal.

O exemplar existente na livraria publica portuense, encadernado com a capa, n'esta ao alto tem a offerta, prejudicada em parte pelo excessivo do aparado na officina. E' em excellente calligraphia e diz:

Offerecida a . . . . . .
do Porto
pelo seu Author J. Manoel Teixeira de Carv.º em 24 de
Março de 1871.

A obra foi impressa no Porto, Typographia Commercial, Rua de Bellomonte, n.º 19, em 1861.

Repete as formulas apresentadas já pelo auctor; assim: Ecloga piscatoria. Escreveu-Publicou Sejo Portuense.

Sejo é um anagramma infantil de *José;* o livro, como da praxe do escriptor, abre por um «Anteloquio», «no Porto», «aos 19 de Agosto de 1861». Segue a ecloga, de que são interlocutores, ainda na evidencia manifesta dos ultimos anagrammas, Pamphilo, Elmano, Ulijo e Sejo. Veem por fim as Notas, de pag. 43 em deante. O volume conta, ao todo, 116.

Esta obra (que não póde interpretar-se senão como o effeito de tresvario mental, quiçá determinado pelo desgosto e pela miseria) é valiosa qual indice de collectivos costumes solapados, á maneira conforme o preambulo do engenheiro Lamairesse á versão do *Kama Sutra* para com o mysterio ingenesico francez em certos matrimonios. A cultura classica do auctor habilita-o, pela formação de vocabulos compositos, de tom latino ou typo grego, á evasiva que em tractado especial o medico Tardieu encontrou no uso intercalar do latim extrême.

Em o remate das notas, pretende o auctor frisar o fim moral da obra, que se insinua uma alle-

goria, com fitos reformantes, como que se fundando «n'aquelle *vers*=12.º *do cap.*=19.º *de San Matheus*. . ., a qual doutrina em Calmet tenho com aquella interpretação, que o seu mau tempo nos teve».

Mas, lamentando a obnubilação d'esta distincta intelligencia, dêmo-nos pressa a resubir a um ar mais puro.

IX

Francisco Pinto Bessa — Alfredo Alves

Um dos signatarios da mensagem reproduzida a pag. 252 d'este volume é o muito illustre cidadão portuense Francisco Pinto Bessa.

Com effeito, d'elle diz seu biographo na *Encyclopedia Portugueza* que:

> Regressando, rico [do Rio-de-Janeiro], á sua terra natal, foi, com o visconde de Villar d'Allen e o dr. Ferreira Braga, um dos iniciadores do bello edificio do Palacio de Crystal.

O biographo nos dissera que, filho de paes modestos, sem bens de fortuna, fôra Francisco Pinto Bessa para o Brazil, onde permanecera muitos annos, assignalando-se pelo amor que consagrava ao seu paiz e pelos serviços que prestrou ás instituições portuguezas existentes no Rio de Janeiro. Nascera Pinto Bessa na freguezia de Lordello do Oiro, d'esta cidade do Porto, em 1821, e alli falleceu em 1878.

Eleito vereador da camara portuense em 1866, fôra desde logo nomeado vice-presidente d'esta corporação, subindo á presidencia em 1867, por morte do visconde de Lagoaça. Chegara o momento marcado para patentear a potente individualidade de Francisco Pinto Bessa. A este homem notavel tão só se lhe pode equiparar, na historia do desenvolvimento do Porto, o primeiro dos dois grandes Almadas.

Com effeito, de Pinto Bessa rememora seu actual biographo:

A elle se deve a abertura das ruas da Nova Alfandega, Mousinho da Silveira, Sá da Bandeira, Avenida da Boavista, etc., que embellezaram a cidade ao mesmo tempo que contribuiram para o seu melhor estado sanitario.

A nobreza moral de Pinto Bessa correspondia á sua rasgada iniciativa de emprehendimento. Assim, militando sempre no partido progressista, não acceitara os titulos com que os governos pretenderam recompensar os seus serviços, recusando tambem os arminhos de par do reino. Fôra um homem de bem, como os portuguezes antigos, rijo de corpo e claro de entendimento, patriota por devoção, amando a sua terra e a sua patria sem mira em galardões, que sempre desprezou. E' impressivo este desenho exacto, e o biographo destaca o relevo da concordancia critica:

Espirito rasgadamente liberal, fez tambem com que a Bibliotheca Publica se emancipasse da tutela do Estado, subordinando-a á acção municipal. Devotadissimo aos interesses

materiaes da cidade, patenteou todo o seu civismo e toda a sua poderosa actividade desenvolvendo a viação, melhorando os serviços e augmentando os rendimentos municipaes.

Era forte e valoroso, uma alma intrepida e um bello homem, Francisco Pinto Bessa.

Em 1876, a convite do lord-mayor de Londres, foi áquella cidade assistir, como representante do municipio do Porto, ao grande banquete dado por aquelle alto funccionario aos municipios europeus. N'essa solemnidade apresentou-se com o traje que então competia aos vereadores, calção e meia de seda, gabão e capa, tambem de seda, e que era bem mais distincto e magestoso do que a farda agaloada a prata que o substituiu. Com a sua esbelta e magestosa figura e a sua distincção de maneiras, fez na culta capital ingleza uma grande impressão, sendo obsequiado e distinguido com as mais eloquentes provas de consideração.

Os seus restos mortaes repousam no cemiterio de Agramonte, que mandara tambem aformosear. Na sala das sessões da camara municipal acha-se, como preito de reconhecimento aos serviços que prestou, o seu busto, executado em marmore de Carrara pelo grande artista Soares dos Reis. Esse busto fôra solemnemente inaugurado a 14 de novembro de 1880.

Se o Palacio tirou o ar rural do Porto, a nova crescente importancia commercial internacional portuense recebeu adequado orgão receptor e transmissor com a obra da Nova Alfandega, construcção indispensavel que veio substituir o restricto e aca-

nhadissimo meio communicador que era o edificio da Alfandega Velha.

Em Pinho Leal se vê que a construcção do novo edificio começou em Setembro de 1859, tendo-se gasto até á data do informe (1875), em que estava prestes a concluir-se, mais de mil e cem contos.

O desenho primitivo fôra do engenheiro Conlson, e modificado e ampliado depois, em conformidade com as necessidades e conveniencias, pelos differentes engenheiros que haviam dirigido as obras.

O primeiro engenheiro encarregado d'ellas fôra o já então fallecido Francisco Mourão Pinheiro, sendo na occasião director o á data tambem fallecido José Diogo Mousinho. A Mourão succedera Faustino José da Victoria, que foi chefe das obras até principio do anno de 1873, em que passara a exercer as funcções de director das obras publicas do districto, por ter deixado de o ser o engenheiro João Joaquim de Mattos, que foi encarregado da construcção do caminho de ferro do Minho.

Além dos individuos mencionados, estiveram mais na alfandega os engenheiros José de Macedo de Araujo Junior, Alberto Alvares Ribeiro e Torquato Alvares Ribeiro. A' data o chefe das obras era Tito Augusto Duarte de Noronha, hoje fallecido.

Elle, com o abbade, hoje aposentado, dr. Pedro Augusto Ferreira, contribuira por grande parte dos minuciosos e importantissimos esclarecimentos constantes d'aquelle artigo a *Miragaya* referido.

E n'elle a verba á Alfandega attinente fornece-nos curiosos informes ácerca da vida antiga da instituição; e é notando que mui pormenorisados detalhes encontremos outrosim em vario lance de uma novella, ainda que historica; intitula-se *Maria O'Brilens*, e seu auctor foi o fallecido Alfredo Alves, moço de varias e mui distinctas aptidões.

*
* *

Poeta foi e historiographo. O seu volume de versos *Folhas de hera*, impresso no Porto, como todos os seus livros, em 1886, é acompanhado de um prefacio, escripto pelo snr. Joaquim de Araujo, o qual especifica, com atilada subtileza de sensorio critico:

Como specimen de requintada delicadeza de estilo amoroso, floresce entre as *Folhas de Hera* o gracioso idilio, que o autor subordinou ao titulo singelo *A minha janella*. Com effeito, a melancolia morbida desse perfumado trecho casa-se a um dizer exquisito e vago, que lhe dá com precisão aquella nota estudada e simples a um tempo. Das poesias amorosas, que este livro encerra, a que apontamos é evidentemente a mais notavel. O parnasianismo colore-a; não a absorve, comtudo, por maneira alguma. Pois não é verdade que o fundo poetico resistiu reagindo, e que os passos meudinhos e doces da avesita recordam, ainda que vagamente, o modo quasi sempre tão triste do melancolico ironico do *Intermezzo lirico* e do *Livro de Lazaro*?

*

Eis a linda composição indigitada:

Eu tenho em minha casa uma janella,
Graciosa como um sonho de donzella.
Em curvas deliciosas,
A pallida glycinia
Ali mostra os seus cachos perfumados,
Mimosos, odorantes, delicados,
De bella côr virginea,
Entre verdes festões de folhas d'hera.
Quando vem sorrindo a Primavera,
As rosas purpurinas
Começam de entreabrir
As taças virginaes.
Escutam-se dos melros luzidios,
— Alegres, triumphaes, —
Os limpidos, sonoros assobios.
Pombas brancas arrulham com tristeza.
E, quando alguma de mansinho vem
Nas grades caminhar,
Eu vejo, alegremente,
Eu vejo, e sinto bem,
Que ella não tem um passo tão dolente,
Tão manso e tão suave,
(A pequenina ave!)
Como Vossencia tem.

A que eschola pertenciam os versos de Alfredo Alves? Se alguem lh'o perguntasse, o snr. Araujo decerto que não saberia explical-o bem, elle o confessa. Era que, com effeito, mesmo dando a esse pavoroso vocabulo — *eschola* a latitude que hoje em dia se lhe attribue, difficil era assignalar com precisão ao auctor das *Folhas de Hera* o seu verdadeiro logar.

Nota-se que hesita em seguir um rumo; vê de face Coppée e Gonçalves Crespo, avista no alto, coroado de estrellas, João de Deus, o grande Mestre, e as suas tendencias são disputadas

entre a legião de poetas de Alphonse Lemerre e a influencia maravilhosa do maior poeta de amor, que as modernas edades alcançaram.

Entre estas correntes fluctuava Alfredo Alves; mas, no embate, no choque que ellas se davam dentro do espirito do moço escriptor, alguma coisa rebentava de seu proprio, alguma coisa que não era difficil de encontrar, quer á simples vista dos menos curiosos, quer ainda ao exame dos mais consummados esmerilhadores.

Na verdade, em outros dominios, aquelle romance historico de *Maria O'Brilens* (Porto, 1893) confirmaria para Alfredo Alves o auspicioso juizo do critico de seus versos, em 1887. Com todas as suas imperfeições, até grammaticaes, revelava uma magnifica disposição de escriptor do genero; elle causa uma lastima maior pela precoce anniquilação d'um talento que, se a terrivel tuberculose lh'o não houvesse embargado, viria a ser esplendente, por certo e de seguro.

De lastima é tambem o tom tendencial da novella, inquinada d'um intolerante fanatismo romanista, ardendo n'uma febre clerical e monastica, singularmente estranha. E curioso resulta o contraste do episodio romanceado por Alfredo Alves com outro, do periodo, em crise affin polarmente opposto. Mas, desconhecido este, por egual romanceavel. Resta escrevel-o. E' uma narrativa feita.

O caso de Maria O'Brilens é o de uma joven escoceza (assim lhe dá a procedencia Alfredo Alves;

mas não se tractaria, antes, de uma irlandeza?) que, vindo com sua familia a Portugal e ao Porto, aqui no Porto abjura sua heresia, adopta a fé catholica, é, em consequencia, expulsa da casa paterna, mas acolhem-a em um convento, ella professa e morre, após uma vida exemplar, no seu typo de renuncia, em cheiro de santidade.

O outro caso é inteiramente o contrario:

A Portugal e ao Porto chegou de Inglaterra um fidalgo, este indubitavelmente escocez, Charles Campbell of Kinlock, o qual se enamorou subita e perdidamente de uma menina portugueza, Euphrasia Maria Ferreira, a qual, na occasião em um convento do Porto, subita e perdidamente pelo adventicio se enamorou. Do convento com elle fugiu, depois para o Brazil, onde se casou com o seu bem-amado; ambos, emfim, se acolheram ao abrigo da Escocia, onde a familia assim creada se prolongou em descendencia até nossos dias. Disse «ao abrigo», porque a romanesca fugitiva foi incessantemente perseguida até o mesmo Brazil por quem télli protector lhe fôra e era alta dignidade ecclesiastica, ao tempo, em Portugal.

Vistocomo se suppõe ser esta Euphrasia Maria Ferreira sobrinha de D. João da Silva Ferreira, o qual foi formado em canones pela Universidade de Coimbra, conego e vigario geral do arcebispado de Braga, governador do bispado do Porto desde 1752 a 1758, deão da capella real de Villa Viçosa, conselheiro d'Estado e bispo titular de Tanger.

Fôra alumno do Collegio dos Orphãos do Porto, consoante o exara o rev. padre Francisco José Patricio em artigo biographico publicado no *Commercio do Porto*, de 17 de Novembro de 1904. Falleceu em Villa Viçosa a 19 de Janeiro de 1775. Por sua morte, foi seu herdeiro seu sobrinho José Custodio Manuel Feio d'Azevedo.

A pessoa distincta que me forneceu estes dados, á nota de que D. João da Silva Ferreira, sendo filho de João da Silva e Maria Ferreira, nascera em 13 de Janeiro de 1682, no logar de Linhares, freguezia de Santa Lucrecia de Louro, concelho de Famalicão, onde fôra baptisado a 14 do mesmo mez, addita o que vai seguir:

> Em Louro havia uma quinta que era do bispo e cujo ultimo possuidor da familia foi João Feio, de Braga, filho do sobrinho do bispo. A' morte d'este João Feio, passou a quinta para um tal Rocha Páris, de Vianna, e este a vendeu a diversos. Manuel Joaquim Rodrigues d'Azevedo, da freguezia de Lemenhe, concelho de Famalicão, comprou as armas da casa, que parece serem as do bispo.

Accrescenta o meu informador que, segundo Pinheiro Chagas, no seu *Diccionario popular*, nascera este bispo em Vermoim, concelho de Barcellos, em 1685.

E' que a noticia de Pinheiro Chagas foi tomada de Innocencio, em seu *Diccionario bibliographico*. Ahi diz Innocencio, com effeito, que D. João da Silva Ferreira, clerigo secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, conego da

Sé de Braga, deão da capella-real de Villa Viçosa e bispo titular de Tanger, sagrado a 9 de Junho de 1743, governador do bispa do doPorto, etc., nascera em Vermoim, termo da villa de Barcellos, e fôra baptisado a 14 de Maio de 1685. No *Supplemento*, o snr. Brito Aranha diz-nos que, como quer que alguem notasse que Innocencio se enganara na indicação da data do baptismo de D. João da Silva Ferreira, por isso pedira elle uma certidão authentica do livro dos assentos na freguezia de Santa Lucrecia, da Ponte do Louro, julgado de Vermoim, termo de Barcellos; e em seguida apresenta o documento que a Innocencio enviaram e é como segue:

Copia do assento (Livro... fol. 39) que se pede: Aos quatorze dias de maio de 1685 annos baptisei um filho de João da Silva, de Linhares, e de sua mulher Maria Ferreira, houve o nome de João: foram padrinhos Domingos de Araujo, estudante, filho de Maria Antonia, viuva, de Linhares, e Domingas, filha de Sebastião Fernandes Torres, das Fontes, todos d'esta freguezia, e por assim passar, fiz e assignei, *era ut supra*. O abbade, Miguel Carvalho da Costa.

O meu informador registra que D. João da Silva Ferreira escreveu varias obras. Innocencio as enumera, comprehendendo ainda dous opusculos mais que escaparam ao conhecimento de Barbosa. Estes fôram ambos impressos no Porto, na mesma officina (de Manuel Pedroso Coimbra), um em 1750, outro em 1754, o primeiro: *Ceremonias da visitação d'este bispado*, o segundo: *Compendio da doutrina christã.*

As outras obras, do conhecimento de Barbosa, fôram tambem duas, uma impressa em Coimbra, em 1722, no Collegio das Artes, a outra impressa em Lisboa, em 1728, na Officina da Musica. Esta, um folheto, *Sermão primeiro da canonisação dos gloriosos sanctos Luis Gonzaga e Stanislau Kostka, prégádo no solemnissimo triduo que celebrou o Collegio de S. Paulo da Companhia de Jesus da cidade de Braga, em 27 de Julho de 1727*. Aquella, um fol., *Allegações juridicas porque se mostra o indubitavel direito que tem o reverendo Cabido da Sé Primaz, para obrigar os moradores das terras de Guimarães e Monte-longo a lhe pagarem os votos de S. Tiago, pertencentes á Meza capitular*.

Dos paes de D. João da Silva Ferreira, noticía Diogo Barbosa Machado que eram «moradores na sua Quinta de Linhares» e de D. João mesmo diz:

Aprendeo os primeiros rudimentos no Collegio dos Meninos Orfãos da Cidade do Porto, que fundou o apostolico Varão Balthazar Guedes. Chegando á idade adulta se recolheo á Congregação de Nossa Senhora da Conceição de Oliveira, distante do Porto huma pequena legoa onde dictou Artes aos Congregados, porem obrigado de urgentes causas os deixou, e passando a Universidade de Coimbra recebeo o gráo de Bacharel em os Sagrados Canones merecendo pelo progresso, que nelles fez o seu talento, exercitar na Cidade os lugares de Dezembargador dos aggravos, Juiz Superintendente da Casa do despacho, Vigario geral do mesmo Arcebispado, e Conego Prebendado em a sua Cathedral em cujos ministerios unio a profundidade da litteratura com a recta administração da justiça. Atendendo a estes dotes com que se ornava o seu espirito, a

Magestade del-Rey D. João o v o nomeou Deão da Capella Real de Villaviçosa, e Bispo Titular de Tanger, sendo sagrado pelo Emminentissimo Cardial Patriarcha D. Thomaz de Almeyda na Santa Igreja Patriarchal a 9 de Junho de 1743, em que cahio a Dominga da Santissima Trindade.

E no «Supplemento» (tomo IV):

Recebeo o habito de Congregado da Congregação de Nossa Senhora da Conceição de Oliveyra, distante meya legoa da Cidade do Porto, a 16 de Novembro de 1710, onde dictou Filosofia, presidindo a humas Conclusões de toda esta Faculdade, que constavão de mil e seiscentos e quarenta e quatro pontos, a cujo acto assistio o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Thomaz de Almeida neste tempo Bispo do Porto, e depois Eminentissimo Patriarca de Lisboa. Na occasião que queria dictar Theologia, sahio da Congregação, e passando á Universidade de Coimbra, recebeo o gráo de Bacharel nos sagrados Canones. No anno de 1752, partio para a Cidade do Porto com o lugar de Governador do Bispado por impedimento do seu Prelado o Excellentissimo, e Reverendissimo D. Fr. Joseph Maria da Fonseca e Evora, que falleceo em 16 de Junho do dito anno de 1752.

No romance dito de Alfredo Alves, *Maria O'Brilens*, é notanda e assignalavel a inferencia que o leitor attento extrahe de varia passagem sobre os pormenorisados conhecimentos do auctor ácerca do movimento mercantil do Porto e seu regimento aduaneiro. Alfredo Alves deixou manuscripta uma memoria tendo por objecto especial o commercio internacional do Porto nos primeiros tempos da monarchia, e grande lastima seja que essa memoria não venha a gozar do dote da publicidade pela im-

pressão typographica. D'elle existe, estampada em 1892, uma *Guia no Porto*. Bem assim diversos volumes, como o poema *Melancholia* (1889), e opusculos, de poesia, como o folheto *Dadiva celeste*, em 1886, e como o poemeto *Aos crentes*, de 1887.

Novellista, deixou em folhetins de jornaes da cidade diversas composições. Assim, *Um pintor da Renascença*, romance, no «Jornal do Porto», em 1890, e outro romance, na mesma folha, em 1892, *A filha do Convencionado*. No folhetim do «Commercio do Porto», suas *Narrativas*.

O moço e operoso escriptor, com o dobar dos annos, fôra attrahida pelas seducções da erudição, consoante queda frisado. No additamento final ao 5.º fasciculo do seu «Catalogo dos mss.» da Bibliotheca do Porto (mss. militares), Eduardo Allen, dando conta de suggerida e prestimosa inquirição de Alfredo Alves, lhe chama «joven e distincto litterato, cujas composições poeticas e historicas o Porto tem tido occasião de avaliar, e que frequenta a Bibliotheca com mui louvavel assiduidade, tendo a coragem e paciencia de levar a cabo uma investigação litteraria qualquer».

Isto foi escripto e publicado em 1893. No anno seguinte, em 1894, sahia dos prelos da Typographia do «Commercio do Porto» a «memoria historica» que obteve o «primeiro premio de concurso no 5.º centenario» e que, elaborada e redigida por Alfredo Alves, se intitula *Dom Henrique, o infante*. Ella se compõe de dez capitulos, cujos titulos respectivos

são: O nascimento do Infante; A educação dos Infantes; A tomada de Ceuta; Em soccorro da nova conquista; As primeiras navegações; O Bojador e os Açores; A expedição de Tanger; O ouro da Guiné; Os ultimos feitos do Infante; A obra do Infante. Ha ainda um Appendice: — A casa em que o Infante nasceu.

Reporta-se, naturalmente, este Appendice do Capitulo I da «Memoria historica», do qual o inicio do remate este fôra:

Assim o Infante que mais tarde abriu á navegação e ao commercio, pela sua tenacidade inaudita, novos mares e novos portos, viu a luz da sua existencia e passou os seus primeiros dias na cidade eminentemente trabalhadora, que melhor synthetisa o espirito energico das communas medievaes, burgo de commerciantes audaciosos em partirem o crystal verde das ondas do Atlantico com a recurvada prôa dos seus barineis, indo, rumo ao norte, até aos portos de Inglaterra e de Flandres a *tresfegar* suas *merchandias;* e de mais a mais foi embalado o seu berço em uma casa de um *Almazem*, uma Alfandega, canal por onde deriva toda a corrente das relações commerciaes entre os povos.

Alfredo Alves assignala que tal facto, «para o homem que no século XV melhor symbolisa o espirito phenicio», é de uma coincidencia notavel.

Na verdade, á importancia commercial do Porto no começo da monarchia cumpriria attender circumspectamente, pelo significado politico que d'ahi deriva; estrictamente para o ponto olhou R. Francisque-Michel (*Les portugais en France, les fran-*

çais en Portugal, Paris, 1882) quando, nas relações de commercio entre a França e Portugal, declarou que nós vêmos, *à ne partir que du XIII.e siècle*, D. Affonso III regulamentar a policia e regime dos navios mercantes da França chegados á embocadura do Douro; elle se fundou sobre o *Quadro elementar* do visconde de Santarem. E do desenvolvimento moral coevo, no instante subsequente derivado, da burguezia mercante do Porto tem hoje em dia a mocidade das escholas secundarias de Portugal noticia pelo que deprehenda do teor do trecho **(Uma sessão do tribunal da Bolsa do Porto no século XV)**, inserto em sua «selecta» pelo professor do Lyceu Nacional Central da I.a zona escholar de Lisboa, snr. J. Barbosa de Bettencourt, que acaba (1907) de o tomar da novella do portuense Arnaldo Gama, *A ultima dona de S. Nicolau.*

Na nota LXVI a este seu notavel romance, Arnaldo Gama diz-nos que o documento mais completo que se encontra no Cartorio da Camara do Porto a respeito da Bolça do Commercio d'esta cidade é o com que se depara no livro das Vereaçoens de 1439-1449, fol. 40; a nota LXVIII, attinente a «o grande infante D. Henrique», é do tom em regra enthusiasta por

este principe, verdadeiramente notavel, que foi o iniciador dos grandes descobrimentos que nos abriram o caminho da India pelo cabo da Boa Esperança.

O que se póde denominar aliás «a definitiva descapitalisação do Porto.»

Em sua *Historia de Portugal* (L. III), Oliveira Martins accentúa que os progressos realisados no XIV seculo prepararam os recursos poderosos com que, no seguinte, o infante D. Henrique pôde levar de frente as duas emprezas a que votara a sua existencia; e accentúa outrosim que

D. Fernando, o *amavioso* e infeliz rei, merece n'esta historia uma menção condigna. Apesar das chimeras da sua politica tornarem em derrotas as suas emprezas, a sabedoria e o alcance economico da sua legislação dão-lhe o direito de preeminencia na historia da formação do poder naval dos portuguezes.

Isto, porém, estava dito: Ferdinand Denis (pag. 45 b, 46 a) frisara idoneamente aquelle periodo do reinado de don Fernando onde «cumpre collocar a mór parte dos actos administrativos que resgatam as numerosas culpas em que elle incorreu»; e, exarando que, n'uma palavra, o monarcha fizera então tudo quanto era possivel fazer para favonear a navegação de longo curso, bem assim o commercio externo, remettera-se a seu illustre predecessor,

Schœffer, que, não tentando sequer esconder os erros d'aquelle rei, dá ao mesmo tempo uma prova da sua capacidade pouco commum, apresentando um quadro exacto de tudo quanto elle fez n'aquelle sentido.

Mas o que é peculiar e proprio de Oliveira Martins, e lhe aviva e avulta a perspicua capacidade historica que lhe era nativa, está precisamente em

haver sentido não só a progressiva deslocação de Portugal do Porto para Lisboa como a decisiva queda para o lado de Lisboa, mercê do facto mundial (a descoberta do caminho maritimo da India), que resulta o corollario terminal da iniciativa de um filho do Porto, o infante D. Henrique.

As guerras castelhanas do tempo de D. Fernando teem um novo theatro, «porque o antigo condado portucalense descera já á condição de provincia portugueza» (L. II, 3, *A monarchia e a justiça)*; e o rendimento da alfandega de Lisboa «demonstra o progresso commercial do reino, e comprova a opinião, expressa no livro anterior, da deslocação do centro de gravidade nacional do norte para o sul, e da nova phisionomia adquirida depois do antigo caso da separação do condado portuguez do corpo da monarchia leoneza» (C. III, *A conquista do Mar Tenebroso*, I, *O infante D. Henrique)*. Entendeu para o juizo critico geral Oliveira Martins o ensejo como o apropositado e idoneo:

> Era este o momento opportuno de dizermos todo o nosso pensamento ácerca da empreza nacional, do seu destino, da sua missão, ou como aprouver melhor chamar-lhe. A viagem das Indias, que vamos contar — descrevendo préviamente a derrota, por Ceuta e Tanger, e, no reino, pela consolidação do poder cesarêo dos reis — necessitava ser julgada agora que, ainda no molhe os tripulantes, sobre a amarra os navios, se não desferrou o panno, nem se deram as salvas da partida.

Porém á viagem das Indias, interpretada como se queira, ha que appensar-lhe nos nossos dias

congeminações discriminantes que, de iniciativa de francez, á vida social portugueza, mais ou menos, afferente, derivam e procedem. Esse francez é excepcionalmente glorioso e primacial; elle se chamou em vida, pouco ha extincta, Fernando de Lesseps.

Quando foi das pompas da inauguração do canal de Suez em 1869, nos seus folhetins, depois recompostos em opusculo, o visconde de Juromenha frisou, para Lesseps, as afferencias a que deixo allusão feita, no lance onde escreveu por este teor assim, acclamando o illustre francez:

> Honra pois e gloria ao sr. Lesseps, que não temos o gosto de conhecer, posto que conhecemos e tratámos seu honrado tio e familia quando consul n'esta côrte.

Estaria quiçá esquecido em 1870 o visconde de Juromenha, por á incipiente juventude não haver, joven, na occasião ligado apreço.

Porquanto, de Fernando de Lesseps, diplomata e engenheiro francez, nascido em Versalhes, em 1805, dissera Vapereau, em 1858, que entrara na diplomacia, a partir de 1825, como *attaché* ao consulado geral de Lisboa (Portugal). E em 1859 confirmava a *Biographie générale*, de Hœfer, que desde a edade de vinte annos seguira Fernando de Lesseps a carreira diplomatica e fòra enviado a Lisboa, d'onde passara, a 19 de Outubro de 1828, para Tunis na qualidade de *élève consul*.

A 16 de Setembro de 1819 fôra Mattheus-Maximiliano-Prospero, conde de Lesseps, investido no consulado de Philadelphia, e no 1.º de Maio de 1821 nomeado consul geral da Syria; a 8 de Agosto de 1827, passou para Tunis, onde morreu.

Era irmão de João Baptista Bartholomeu, barão de Lesseps, que nasceu em Cette a 27 de Janeiro de 1766, e que morreu, a 6 de Abril de 1834, na capital portugueza. Em Julho de 1815 fôra nomeado consul geral da França em Lisboa, e alli se conservou accreditado até 17 de Novembro de 1833, apezar das mudanças de governo que affligiram, assim escreve Alfred de Lacaze, o paiz. Regressava a França quando morreu.

Esta é a distincta personalidade a que vimos referir-se o visconde de Juromenha, quando se reportou ás suas antigas relações com o tio d'aquelle que em 1869 attingira o acume da humana gloria.

N'esse anno publicara a casa Hachette, de Paris, a *Historia do isthmo de Suez*, escripta por Olivier Ritt, o qual, fallando de Affonso de Albuquerque, relembra que este, resolvido a anniquilar as esperanças dos inimigos das novas possessões portuguezas, e persuadido que, a menos d'um desastre completo, o transito pelo Egypto conservaria ainda alguma vitalidade, ousara conceber o projecto, d'accordo com o négus da Abyssinia, de desviar o curso do alto Nilo para o mar Vermelho e de destruir assim o Egypto.

Tão só a morte o impedira d'executar esta empreza inconciliavel com as idéas generosas e os principios economicos dos nossos dias, mas que prova a que ponto a possibilidade da passagem dos productos do Oriente pelo Egypto preoccupava ainda os Portuguezes chegados ao mais alto grau do poderio.

E' minucioso Ferdinand Denis, no informe respeitante á praticabilidade do projecto, abominavel aliás, de Affonso d'Albuquerque:

O general Andréossy havia, como se sabe, estudado muitissimo bem as regiões de que se tracta, e elle é de parecer que esse plano, por extraordinario que nos pareça, poderia surtir resultado, se lhe fizessem soffrer algumas modificações indispensaveis, a seu ayiso, e de que offerece a indicação.

O auctor da *Historia do isthmo de Suez* não insiste, conforme o vêmos; o seu trabalho com rapidez avança para a modernidade.

Com effeito, seguidamente, Olivier Ritt, tractando do regresso ao projecto d'um canal de juncção entre o Mar Vermelho e o Mediterraneo por uma derivação do Nilo, remata registrando que, sem embargo de tantas difficuldades, quaes as que se depararam e antolharam, o restabelecimento d'uma passagem por agua entre os dois mares correspondia a uma necessidade tam evidente que os sultões lhe fizeram estudar a possibilidade, assevera.

O chronologista Scaligero, o geographo d'Anville e o official e diplomata de Tott são affirmativos a este respeito. Segundo elles, pelo meado do decimo sexto-seculo e no final do decimo-oitavo, o governo ottomano haveria manifestado a in-

tenção de retomar pela quinta vez a obra de Nécos; e Volney, na *Viagem ao Egypto e á Syria*, que passa pela melhor das suas obras, affirma que o mesmo assumpto estava de novo em estudo no Egypto em 1768.

De nômes portuguezes não fornece nota Olivier Ritt e tel-os-hia, se tel-os quizesse, aliás. Um aponta o visconde de Juromenha, quando revindica nossas mal-avindas prioridades, o grande nôme de Diogo do Couto. Additarei que se encontra a passagem idonea na decada quinta, livro VII, cap. IX. E ao leitor, para que buscas lhe esquive, já lh'a forneço:

Esta obra intentou tambem o Turco Amurathes, (que morreo agora na era de noventa e quatro, ou noventa e sinco,) porque parece desejava de passar por alli suas Armadas á India, e mandou a isso Mamede Baxá, e alguns grandes Officiaes pera aquelle negocio, pera que se ajuntassem com o Baxá do Egypto, e vissem se era possivel fazer-se aquella cava, pera por ella entrar o mar Roxo no rio Nilo. Estes homens andáram fazendo suas traças, e deitando suas medidas, e acháram o inconveniente, que Sesostre, e que sem dúvida o mar Roxo era mais alto tres covados que o Nilo, e que se perderia toda a terra do Egypto; e levou por esta razão tambem mão da obra. Isto nos contou n'esta Cidade de Goa hum Rabi muito douto na lei, chamado Joseph, natural de Soloniche, que dizia, que se achára presente acaso áquellas medidas.

Mas em Paris, «á custa de huma sociedade de portuguezes», no anno de 1833, publicou o doutor Antonio Nunes de Carvalho, «da cidade de Vizeu», o *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541, partindo da*

nobre cidade de Goa ate Soez, que he no fim, e stremidade do Mar Roxo; Com o sitio, e pintura de todo o Syno Arabico; Por Dom Joam de Castro, decimo terceiro governador, e quarto viso-rey da India.

Ao editor parece-lhe que o auctor escreveu primeiramente este Roteiro em latim, e mais abreviado, talvez para o publicar n'aquella lingua, segundo o costume geralmente seguido pelos escriptores do seu tempo. Persuade-o a abraçar esta opinião não só o *Itinerarium Maris Rubri*, «que indubitavelmente he obra de Dom Joam de Castro», mas sobre tudo as cartas maritimas autographas, descobertas pelo editor ultimamente em Paris nos archivos do ministerio dos negocios extrangeiros, cujas explicações, escriptas da sua letra, e inteiramente conformes ás descripções que se encontram no Roteiro, são em latim. O Roteiro está escripto em um volume de folha delgado; occupa sessenta folhas, numeradas de uma só banda com algarismos escriptos com tinta encarnada, e tem quinze mappas ou cartas topographicas do Sino Arabico e de seus principaes portos. Os mappas deviam ser dezeseis, mas falta um, que representava a costa e cidade de Adem, o qual se perdeu; descobrira, porém, o dr. Nunes de Carvalho o original na colleção de d'Anville e por elle o publicara, collocando-o no seu logar.

Dos motivos que determinaram Nunes de Carvalho a reimprimir com o Roteiro portuguez o *Itinerarium Maris Rubri*, um foi a ignorancia em

que estiveram da sua existencia até ao anno de 1819 todos os auctores que escreveram de D. João de Castro ou das suas obras, «á excepção com tudo do eruditissimo Geografo d'Anville.»

Elle fôra publicado pela primeira vez na Haya, em uma collecção de documentos antigos, sendo certo que em uma compilação como essa ninguem podia esperar similhante opusculo, que nenhuma relação tem com os demais que n'ella se encerram, «como já observou o sabio D'Anville».

O insigne geographo francez, d'Anville, em uma erudita descripção do golpho arabico ou do Mar Roxo, que publicara em Paris em 1766 no fim das suas «Memorias sobre o Egypto antigo e moderno», fizera muitas vezes menção do roteiro latino e das cartas e plantas dos portos do Mar Roxo, compostas por D. João de Castro, d'onde se via que fôram esses os principaes materiaes de que se servira para a dita descripção e para as cartas que publicou d'aquelle mar e costas. E, como elle, dr. Nunes de Carvalho, tivera a fortuna de encontrar ultimamente essas cartas e plantas autographas de D. João de Castro na preciosa e riquissima collecção que possuira d'Anville, alli («Memorias e louvores de D. Joam de Castro, e de seus escritos») poria os logares mais notaveis em que elle as menciona. Assim o faz.

A noticia desta Descripção, e do muito que d'Anville se aproveitára para ella da obra de D. Joam de Castro, devemos nós á benevolencia de M. Jomard, Membro do Instituto Real

de França, digno conservador do Deposito das Cartas e Plantas Geograficas, estabelecido na Bibliotheca do Rei em Paris. Guiados pelas indicações, que nos subministrou a referida Descripção, tivemos a fortuna de descobrir sette das mesmas Cartas autografas nos Archivos do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, na preciosissima collecção Geographica, feita por d'Anville, a qual alli se guarda, e aonde M. Mignet, Membro da Academia das Sciencias Moraes e Politicas do Instituto, bem conhecido em todo o mundo civilisado pela sua excellente Historia da Revolução Franceza, com aquella urbanidade, que he caracteristica dos verdadeiros sabios, e em que tanto se distinguem os de França, nos permittio obsequiosamente examinalas, e fazelas copiar.

Ora, no *Roteiro* de D. João de Castro, editado por o dr. Nunes de Carvalho, a pag. 212-213, onde, com a descripção de Suez, se prosegue contando, se encontra a antiga historia dos desanimos oriundos da supposta differença de nivel, abusão remontando já, de resto, á alta auctoridade de Aristoteles.

Se Laplace e Foùrier haviam reagido pela theoria, Fernando de Lesseps mostrou a olhos vistos a possibilidade do reputado impossivel.

De toda a ordem fòram os obices oppostos ao arrojo do engenheiro e á habilidade do diplomata; sua actividade era indefessa, como a mesma dispersão do opusculo o demonstra. E' precioso esse que existe na Bibliotheca Publica do Porto, *Question du Canal de Suez*, editado pelo livreiro Plon, de Paris, em 1860. No ante-rosto tem esta dedicatòria o exemplar: *Offerecido á R. Bibliotheca P. do Porto por J: J: A: Amado.* E' o que consigna o catalogo

impresso. Mas na lauda do rosto, em graphia de velha mão tremula: *De la part de l'auteur.* E logo, firme e rasgada, a assignatura conhecida: **Ferd. de Lesseps.**

A memoria do emprehendimento prolongou-se romanescamente na phantasia popular até nossos mesmos quasi-ultimos dias, consoante o attesta a feitura da novella dos alsacianos Erckmann-Chatian, *Souvenirs d'un chef de chantier*, que é das suas derradeiras. E a festa da inauguração foi um esplendor. Dois portuguezes distinctos, um illustre, a ella assistiram, Eça de Queiroz e o conde de Rezende; ainda, alguns annos volvidos, nas *Farpas* Eça de Queiroz memorou o sol que apanhara, por causa da imperatriz Eugenia, e deu os seus agradecimentos á Prussia que, precipitando o 2.º imperio, o vingara d'essa soalheira.

Da occasião, o snr. Brito Aranha, em 1885, registra a «descripção das festas celebradas na abertura do isthmo, de que o auctor fôra testemunha ocular». Sahira nos folhetins do *Diario de Noticias*, n.º 1507 e seguintes, de Janeiro de 1870; e intitula-se *De Port-Said a Suez.*

O visconde de Juromenha, no momento, cumprimenta o conde de Rezende, que não conhece pessoalmente, de par que lastima com amargura a nossa decadencia colonial e maritima. Quam outros então do que eramos a quando de nossas primeiras idas áquellas paragens!

A's remotissimas regiões em cuja demanda vinhamos vindo iamos levar a identidade da fé e a catholicidade do imperio e, se o ensino da primeira, com a dispersão das gentes, e a confusão dos idiomas, nol-o não tolhesse, levariamos mesmo a homogeneidade da linguagem, tam structivamente universalista era nosso proposito, sem embargo da restricção peculiarmente lusitanica do dominio.

Nos nossos recentes dias o proposito tem-se reproduzido com singular persistencia, não cuidando, naturalmente, de impôr-se, em suas soluções, mas tractando de persuadir, em seus tentamens.

De resto, este seja o espirito da epocha e tudo se concatene e correlacione. Assim o marquei, inda pouco ha, na folha portuense de minha collaboração.

Com effeito, em um excellente escripto, *Internacionalisação da vida*, que viera na vespera (8 de Setembro de 1906) em a *Voz Publica*, rematara-se com acerto affirmando-se que se pode dizer que o seculo XIX não foi só o da electricidade, pois gerara tambem ou, melhor, preparara definitivamente o cosmopolitismo dos usos e costumes, internacionalisando, submettendo a medidas e preceitos communs tudo quanto fôsse obstaculo á approximação dos homens e das coisas.

Não pudera, comtudo, acabar com a Babel das linguas; fôra incapaz de estabelecer uma lingua universal, que todos entendessem e todos applicas-

sem. E esse parecia ser um dos serviços a realisar pelo seculo XX.

Quizera-o effectuar de vez o seculo XIX no ponto restricto das relações officiaes entre os diversos Estados pela escolha e acceitação d'uma lingua diplomatica para as conferencias e actos publicos internacionaes, e essa lingua official seria a lingua franceza. Porém a lingua franceza, com as suas eminentes qualidades de clareza e precisão, engana, todavia.

E' vulgar ouvir dizer-se que o francez é uma lingua facil. E, comtudo, isto não é exacto. O francez é uma lingua simultaneamente facil e difficil. E' uma lingua facil para lêr; mas uma lingua difficil para escrever. Assim, qualquer rapazinho, após dois mezes de licção, está habilitado a traduzir do francez para o seu idioma nativo. Mas nenhum adulto não-francez está jámais habilitado a escrever bem em francez.

Não ha exemplo de um não-francez vir a ser um bom escriptor francez; quando muito, attingem a mediocridade aquelles que uma longa residencia e apertada convivencia em França habituaram ao peculiarismo dos modismos typicos francezes, como um Alberto Wolff, por exemplo. Mas, em compensação, eminentes artistas da palavra, que passaram a sua vida em França, jámais conseguiram escrever os seus livros, para o publico francez aliás, em francez, sem embargo de penetrados até á medulla do espirito francez, consoante occorreu para o allemão Henrique Heine e para o russo João Turguenev.

Nunca um extrangeiro á França alcança conversar regularmente em francez; e Eça de Queiroz, motejando subtilmente do ridiculo desgosto que acompanhou toda a vida o triumphal Benjamin Disraeli, litterato judaico e lord Beaconsfield, por no numero dos seus exitos e na lista de suas victorias jámais contar o exprimir-se regularmente em francez, não reparou em que pessoa alguma que franceza não seja alcançá o palestrar idoneamente em francez. E' que a illusão reside em deduzir da clareza do francez a facilidade do francez; ao contrario, o francez é, das linguas neo-latinas, a mais difficil de todas e rebelde a que d'ella se aproprie por completo quem a não bebeu com o leite da amamentação.

Durante o transcurso do seculo XIX, a idéa occorreu de uma lingua universal limitadamente reduzida para o uso dos negocios, uma lingua universal commercial; e multiplas combinações a proposito surgiram. A primeira em data logrou uma grande retumbancia mundial, como nenhuma de suas similares subsequentes se gabou de possuir ao depois. Foi o volapuk; e no nosso Portugal esse idioma artificial foi estudado com attenção; recordo-me de que no Porto o examinou um professor de ensino-livre, o snr. Silva Teixeira. Mais tarde veio o esperanto e um distincto republicano fallecido, Salgado Lencart, teve a curiosidade de o estudar e analysar; devo á sua obsequiosidade alguns opusculos que tenho na prateleira de meus

livros, a par com outros da chamada «lingua azul», etc.

Emfim, a questão entrou no debate systematico, e em França um homem notavel, o snr. Luiz Couturat, assignalado pelos seus estudos ácerca de Leibniz, tem modernissimamente seu nôme ligado aos trabalhos que concernem á historia e á theoria, em materias taes e suas congeneres e affins.

Os sabios, os historiadores, os philosophos, os moralistas, até poetas e novellistas, largamente empregaram o latim, na sua fixidez de lingua-morta, para que o pensamento internacionalmente communicasse, não peado pela ignorancia em que os doutos estivesssem das divergentes fallas vivas de nação moderna para moderna nação. A litteratura portugueza latina (se assim é licito expressarmo-nos), ella-mesmo, é immensa e erradamente a excluiu Innocencio da sua catalogação bibliographica, o que perpetúa a necessidade da obra de Barbosa Machado, rara e carissima, quando exemplar apparece á venda. Tivemos verdadeiros classicos em latim, como o bispo Jeronymo Osorio, cuja obra historica sobre o reinado de D. Manuel estaria inutilisada para o geral do publico, se em portuguez a não trasladasse o padre Francisco Manuel do Nascimento, «Filinto Elysio». Até os fins do seculo XVII, por toda a Europa, a sciencia e a philosophia estão escriptas em latim, n'esse teor se expressando quer os conservantistas quer os mesmos reformadores. Mas hoje por todo o mundo ha uma

geral inappetencia do latim, a ponto de se pretender excluir o seu ensino dos lyceus, o que é cahir no erro opposto ao do pedantismo humanista, improprio, na verdade, a uma sociabilidade commercial e industrial, como a moderna sociabilidáde.

E' deprimente para a creatura culta o emperrar perante um texto a que não póde metter dente; e parece que foi Goethe quem disse que um homem era tantas vezes nascido quantas as linguas diversas que fallava. Porém Carlos Fradique Mendes sustentava que o homem culto devia ter orgulho em fallar mal, mas mesmo horrorosamente mal, toda a lingua que não fôsse a sua. E essa é tambem uma opinião.

Não a examinarei. E, contentando-me com accrescentar remembrança do aproveito especialista do latim para um derivado latim commercial, de que pratico manual organisou o doutor A. Colombo e editou o livreiro P. Lethielleux, passo a transcrever, traduzindo-a, uma, exaggeradamente amavel, carta que de França, á data das considerações na *Voz Publica* de relance expostas, eu recebi.

E' assim:

La Bourboule (Puy de-Dome, ms.), a 17-10-6

Meu caro snr.,

Um dos meus clientes da passada estação communica-me um n.º da «Voz Publica», de 9 de Setembro de 1906, onde o snr. tracta, em linguagem excellente, da questão da « Lingua universal». Tomo o liberdade de lhe offerecer o meu «Spokie»,

que o snr. poderá additar á sua collecção do «Volapuk» e do «Esperanto». Quiçá tenha o snr. a curiosidade de percorrer esse ensaio de simplificação dos nossos lexicons. Se a tal se resignar, ao de reconhecer chegará quiçá as vantagens d'esta simplificação para o memoria e a serventia internacional. A comprehensão do systema exige um certo esforço d'attenção, porém elle é menor para os iniciados na grammatica comparada, como o são todos os portuguezes; e o uso da lingua é dos mais faceis, como ao snr. o covencerá o menor exercicio pessoal.

Dirijo-lhe um exemplar para o seu jornal, na esperança de que lhe chegue ás mãos.

Ademais, assignalo-lhe duas novas linguas feitas sobre o que eu denominei o processo *Sabir*. Uma o *Dilpok* (rev.º Marchand, de Bétoncourt-les-Ménétriers, Haute-Saône, França. O auctor acaba de publicar um Diccionario francez-dilpok, completo) parece-me sabiamente composta, mas, a bem dizer, não a aprofundei bastante. A outra, o *Idioma neutral*, é verdadeiramente notavel como lingua d'emprestimo *(Sabir)*. Os lettrados comprehendem-a facilmente á simples leitura; mas a difficuldade continúa a ser sempre o thema, consoante o snr. tam perfeitamente o diz para com o nosso francez. Eu com frequencia tenho posto em destaque esse conflicto entre o thema e a versão...

Queira perdoar-me, meu caro snr., a importunidade de lhe impôr o trabalho de decifrar a minha pessima graphia e acceite os protestos de minha distincta consideração.

Ad. Nicolas.

P. S.—O *Idioma neutral* é o *Volapuk* revisto por um grupo d'allemães, que notavelmente o aperfeiçoaram. D'este idioma publicou-se um Dicc. completo em allemão, em hollandez e em inglez. Está-se-lhe preparando uma edição franceza. Existe em seu prol um orgão de publicidade, o «Progresso». O seu principal auctor é Rosenberger, San Petersburgo V. O. Bolshoy - 9.

No Congresso da Paz de Bâle (?) ou Berne ou Genève — não estou certo —, os Esperantistas do Este da França tentaram impôr a sua lingua; mas a simples exposição d'um texto do *Idioma neutral* desmontou-os. Em França estabeleceram por toda a parte fortes e inultrapassaveis barrancos, graças ao patrocinio das lojas maçonicas, sempre sectarias, tyrannicas e *obrigatoristas*.

Reitero minhas desculpas.

Ad. N.

N'este interessantissimo e utilissimo assumpto, reservo-me para, se me fôr permittido, ulterior, desauctorisado, parecer especial.

X

Pedro de Lima—José Maria Dias Guimarães—João Nogueira Gandra—Antonio Pinheiro Caldas—José Diogo Souto—Manuel Bento de Souza—Francisco Pereira de Azevedo—José Bento Lopes—José Gomes da Silva—Francisco Alves Rente—Augusto de Mesquita.

O COMMUM idioma universal seria o penultimo degrau da consciencisação da humanidade pelo progresso, concebido como indefinido, e a crença vivaz depositada em a doutrina do incessante aperfeiçoamento na perfectibilidade contínua suscitou á mocidade poetica portuense os seus mais enthusiasticos hymnos de alvoroçada saudação. Como vista haja á poesia intitulada *Progresso...*, escripta por Guilherme Braga expressamente para ser recitada pelo actor Taborda, no theatro de S. João, em espectaculo de gala, no dia em que se inaugurou no Pa-

lacio de Crystal a exposição internacional do Porto, consoante nol-o explica a nota sotoposta aos versos, recolhidos no volume *Heras e violetas*, editado por F. S. Ferraz aqui na cidade, em 1869.

N'este volume se encontra uma composição (a XXXVI da Primeira Parte) cujo titulo é uma dedicatoria: *A um poeta, em resposta a uns versos.*

Este poeta era Pedro de Lima; elle viria a traçar o perfil biographico do seu amigo fallecido, como introito á edição popular (1878) da versão da *Atala*. Ahi memoraria a romanesca e sympathica entrada de relações entre os dois:

Uma noite de chuva torrencial, que transformara em rios caudalosos as ruas do Porto, em que chaminés e claraboias desabavam derrubadas pelo enfurecido galopar do vento, subia eu a rua da Fabrica, quando ao reflexo da luz que jorravam os candieiros dos portaes da casa da Philarmonica, então alli estabelecida, deparei com um rapaz, vestido de preto, que, de joelho em terra e enxarcado em agua, se esforçava, n'aquella posição, por erguer do chão um misero velho embriagado.

Conhecendo os inuteis esforços que aquelle individuo empregava, ajudei-o o melhor que pude, e conseguimos, depois de algum tempo, erguer o pobre ébrio, e confial-o, sob nossa recommendação, á patrulha que n'esse instante se approximava.

Agradeceu-me aquelle moço a coadjuvação que eu lhe prestara com um expressivo aperto de mão, e tive occasião de notar a sua physionomia franca e leal que se expandia por aquelle insignificante serviço.

Inteiramente desconhecido para mim aquelle sympathico rapaz, manifestava-se-me como um bom christão, praticando, por uma noite como aquella, uma acção de caridade, quando

todos os elementos pareciam conspirar-se contra os pobres viandantes.

Fazendo mentalmente estas considerações da minha philosophia, começamos subindo a ingreme rua, fallando d'aquelle incidente, emquanto nos vinham estrugir os ouvidos as vozes da aristocratica burguezia do Porto, *executando* em côro o *Deserto* de Feliciano David.

Dissertavamos sobre aquelle contraste da desgraça sepultada n'um charco de lama n'uma noite d'aquellas, e da felicidade burgueza que, na casa da Philarmonica, em canticos se denunciava e, por não ter mais que desejar, se regalava abafando com as vozes desafinadas o silvar furioso da ventania e o sussurrar do enxurro.

Chegando ao cimo da rua, iamos despedir-nos, e aquelle moço, voltando-se para mim, perguntou-me:

—Como se chama vossê? E' justo que eu conheça o nôme de quem me ajudou n'uma obra de caridade; não lhe parece?

—Chamo-me Pedro de Lima, respondi eu.

—Pedro de Lima?, replicou; é esse o nôme que firmava uns versos em alexandrinos que outro dia li no *Diario Mercantil*. Gostei d'aquelles versos. Chamo-me Guilherme Braga, móro em Sant'Anna, e desejava vêl-o em minha casa ámanhã, para ouvir a sua opinião sobre alguns que tambem tenho escripto.

Foi a Pedro de Lima que mais tarde Guilherme Braga consagrou a sua sublime poesia intima *Cadaveres*, posthumamente publicada em dois consecutivos folhetins dos primeiros numeros da *Lucta*, fundada por Urbano Loureiro:

O' Pedro, eu vou mostrar-te os mortos da familia,
Meu pae e minha mãe, Victor, Maria Emilia,
Esses pedaços d'alma occultos sob o chão.

. . . . . .

E ainda mais tarde, no *Museu illustrado*, de David de Castro, o mesmo Pedro de Lima, n'uma entristecida *Mèditação da noite*, se reportava do proprio angustioso caso:

Vejo dos filhos meus, estrellas do meu lar,
Que inundavam c'o a luz serena do luar
Meu humilde casal,
O convulso estertor, que na sombra atrophia
Filhos que tanto amei, Pedro Vasco, Maria,
Como halito do mal.

Destacara o nôme de Pedro de Lima d'entre os collaboradores do «jornal de poesias» *A Grinalda*, de João Marques Nogueira Lima; e este jornal de poesias fôra precedido de outro «jornal de poesias ineditas» *O Bardo* (1852-1854), de Faustino Xavier de Novaes, no qual collaboraram, entre varios, Antonio Pereira da Cunha, A. P. Soromenho, Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, Augusto Lima, F. Martins (Sarmento), Francisco Palha, Guilhermino Augusto, D. João d'Azevedo, J. d'A. Rangel, F. J. S. Fragateiro, J. L. Vieira de Sá, J. Marcellino-Mattos, J. Pinto Ribeiro Junior, L. da S. Mousinho d'Albuquerque, D. Maria Peregrina, S*** D*** etc. Anteriormente (1849) houvera a *Lyra da Mocidade*, tambem «jornal de poesias ineditas», onde escreveram, entre mais, Alexandre José da Silva Braga Junior, Antonio Fructuoso Ayres de Gouvêa Osorio, Antonio Marques Rodrigues, Arnaldo Anselmo Ferreira Braga, Antonio Teixeira de Macedo, João Antonio Ferreira Rangel, Jorge

Arthur d'Oliveira Pimentel, José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osorio, J. Marcellino-Mattos e Manuel José da Silva Roza Junior, o director e fundador da publicação.

As varias poesias de Pedro de Lima appareceram recolhidas em um volume («2.ª edicção») intitulado *Occasos* e editado no Porto, Typographia Luzitana, por A. R. de Sousa e Silva. Como F. L. Ferraz, editor de Guilherme Braga, A. R. de Sousa e Silva, editor de Pedro de Lima, não era um livreiro, porém sim um homem-de-lettras. Francisco Luiz Ferraz, com o pseudonymo de *Thomé das Chagas*, publicou varios trechos, que traduziu de Alphonse Karr, sob o titulo compendiador de *Paginas humoristicas*. A. R. de Sousa e Silva foi o traductor applaudido de *Os miseraveis* (melhor se diria *Os miserandos*) de Victor Hugo. Traduziu tambem excellentemente de outros auctores; e foi um jornalista muito distincto.

Em 1869, no seu *Livro de critica*, Luciano Cordeiro promettia para o diante a especial revista dos noveis engenhos poeticos promettedores; e enumerava: Theophilo Braga, Anthero de Quental, Simões Dias, Guilherme Braga, Alexandre da Conceição, *Pedro de Lima*, Manoel da Arriaga, Candido de Figueiredo, João de Lemos Napoles, Fernandes Costa, Luiz de Campos, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, José Caldas, João Penha, Alberto Pimentel, Latino Faria, Nogueira Lima, Alberto Telles, Alves Crespo.

*

Tem a data de Junho de 1870 uma poesia intitulada *E' pur si muove* e por seu auctor, Pedro de Lima, a Luciano Cordeiro offertada.

Encontra-se no ultimo n.º publicado da *Grinalda* e n'ella, como em muitas das composições de Pedro de Lima, avultam laivos de grandiosidade sombria:

Gira no espaço o globo; e, no giro fatal,
Caminho vae tambem de seu dia final.

Gira no espaço o globo. Um gélido tufão,
Que o sol já não derrete, envolve-o em seus abraços.
E' morta a luz da terra e o globo, nos espaços,
E' cadaver que, nú, abandonado, só,
Gira á mercê do eterno, infimo grão de pó
Que no vacuo sacode a lufada do vento;
A vida não a tem: é morto o pensamento.
O homem deixou de ser.—Mas a alma, essa o que é?

A indestructivel força,—é mais ainda... é a fé,
Que assiste do infinito, onde é luz, impassivel,
Da materia, que expira, á agonia terrivel!

Pedro de Lima era uma excepcional organisação poetica, com uma vehemencia de expressão singular e rara; sua alma, pungida de afflicções acerbas, oscillava na beira do abysmo da desesperação. Avivam n'elle frequentes as imprecações, porque a sua tristeza destacava varonil e tragica, ao contrario de outro melancholico, Dias de Oliveira, natureza feminina e meiga, que de si mesmo, *A Pedro de Lima*, dizia:

Eu que soffro tambem, mas resignado

e que cria firmemente no futuro e, pois, encorajava o seu, mais alto, amigo, mas arquejante:

> As idades por vir devem ser bellas!
> Abre as azas, ó aguia, eis vinda a aurora!

Pobre Dias de Oliveira! Para elle a idade por vir deveria ser o desterro para o Brazil e lá uma obscura, rapida agonia.

*
* *

No desterro do Brazil, lenta, e dolorosissima, agonia foi a de outro moço portuense de talento, José Maria Dias Guimarães; d'essa tragedia obscura traços medonhos fixou Camillo Castello-Branco, pelas informações do seu amigo Antonio Moutinho de Souza, que a Dias Guimarães alli «o conheceu na suprema indigencia».

Fôra um janota rico, esse *Dias da Feira*, que, pelo desbarato subitaneo da casa paternal, houve de embarcar-se para o Brazil, a escripturar-se no Rio-de-Janeiro, porque, explica Camillo,

> á imitação do Furtado Coelho e de Antonio Moutinho de Sousa, não ousava pizar o palco, assoldadar-se, representar por dinheiro, aos olhos dos seus concidadãos. Faltava-lhes a destemidez intransigente de Cezar de Lacerda, um actor em quem não escasseiam direitos a um titulo hereditario de conde.

Como este Cesar de Lacerda, actor-auctor foi Dias Guimarães. Elle escreveu a *Cerração no mar*,

monologo que Camillo qualifica «de uma extraordinaria commoção». E no Brazil publicou um drama *O Poder do Ouro*, do qual um jornal do Rio disse que elle foi «o melhor specimen que appareceu do genero, a peça mais completa e mais bem feita da antiga comedia-drama portugueza.» O parecer da censura do Conservatorio Dramatico Brazileiro sobre o drama *O Poder do Ouro* tem a data de 3 de Maio de 1860 e encontra-se rubricado pelo 1.º secretario, Antonio Luiz Fernandes da Cunha. Começa assim: «O drama *O Poder do Ouro* é uma composição cheia de merecimento.» E desenvolve o conceito pela explanação das excellencias da peça.

*

* *

A peça de *O Poder do Ouro* é tendenciosa, vagamente socialista; o theatro no Porto foi aproveitado, de todo o tempo, como vehiculo de propaganda politica, declaradamente nas festas adequadas em occasiões revoltas de crises violentas, e não raro n'um sentido retrogrado, ao contrario de sua presumida funcção civilisatoria. Assim como houve um genero litterario de poesias de beneficio de actores e cantoras, assim poetas houve com a especialidade das manifestações politicas nos theatros portuenses. Primeiramente, S. João.

Por exemplo, para amostra da situação idonea:

*

Tracejando o «perfil biographico» de *O visconde de Ouguella*, em 1873, ao periodo decorrido Camillo Castello-Branco principiava definindo-o por este teor assim:

Quarenta annos de constitucionalismo, trabalhado de conspiraçoens, umas heroicas, outras abjectas, — quarenta annos de indefesso antagonismo, sanguinario quando o rebate da lucta rufava nas cazernas, tôrpe quando se maquinava nas urnas, sordido quando conjurava nas intrigas das camarilhas; etc.

Em que categoria collocaria Camillo o movimento que participa da conjura nas intrigas das camarilhas e, apezar de sem o rebate da lucta, rufou nas cazernas, aqui no Porto, já lá vão sessenta e seis annos?

O n.º 23 (de quinta-feira 27 de Janeiro) do anno de 1842 — IX do *Periodico dos Pobres no Porto* está marcado por suas paginas, 89 a 92, para encadernar; vem radiante.

Porquê? Elle o diz, dizendo:

Temos a satisfação de annunciar a nossos leitores que os principios politicos desta folha recebêrão hoje o galardão do seu triumpho. A **Carta Constitucional da Monarchia** acaba de ser proclamada pelos leaes Habitantes desta Cidade ás 11 horas da manhã na Praça de D. Pedro.

Narra como se deu o fausto successo. Fôra assim:

A Camara Municipal, annuindo aos votos publicos, proclamara a dita Carta Constitucional com todas as formalidades do estylo, convocando todas as auctoridades civis e militares da cidade, «assim como S. Ex.ª o Ministro da Justiça».

O movimento fôra appoiado com a mais cordeal vontade por todas as auctoridades que assistiram ao auto da acclamação referida. E nomeara-se uma Junta Provisoria, composta do alludido ministro da justiça (Antonio Bernardo da Costa Cabral), do commandante da divisão (Barão da Ponte de Santa Maria) e do administrador geral do districto (Marcellino Maximo d'Azevedo e Mello), servindo de secretario o deputado Antonio Pereira dos Reis.

Poucos momentos depois chegara o commandante da divisão á frente da guarnição, composta dos batalhões 6, 18, 28 e artilheria, achando-se já na praça toda a força da guarda municipal, commandada pelo coronel Saavedra; assim como os outros corpos eram commandados pelos seus respectivos chefes, barão das Lages, coronel do n.º 18, Albuquerque, coronel do n.º 28, Peixoto, major do n.º 6, e Barros, tenente coronel de artilheria n.º 4.

Então o presidente da Junta, das janellas da camara, proclamara em altas vozes a Carta Constitucional, erguendo vivas á mesma dita Carta Cons-

titucional, á Rainha, a el-rei D. Fernando e aos portuenses. Os quaes vivas haviam sido correspondidos, com o mais ardente enthusiasmo, não só pelo immenso povo que se encontrava na praça como pela tropa. Depois o general barão de Santa Maria repetira os mesmos vivas, victoriando o exercito portuguez. O que tudo se passara com a maior satisfação, sendo grande o concurso não só de povo mas de altos empregados, entre os quaes figurava o bispo eleito.

Escrevemos no meio do enthusiasmos público, e ao som de foguetes e repiques; e por isso não nos é possivel dar uma relação circumstanciada de tudo o que presenciamos. Podemos porêm assegurar aos nossos leitores que o Acto foi o mais solemne, faustoso e socegado: que assistirão a elle todas as Authoridades Militares, Civis e Ecclesiasticas d'esta Cidade; os Senadores Tenente General Visconde de Samodaes; e conde de Terena José; os Deputados Seabra (Antonio), e Seabra (Manoel); Silva Cabral, Reis, Botelho, F. J. Maia, Aguilares, e Soler; o Presidente da Relação, e todos os Desembargadores, Juizes de Direito, Presidente do Tribunal do Commercio, Juiz da Policia Correcional; Contador da Fazenda, Intendente da Marinha, muitos dos principaes Commerciantes desta Cidade; não nos sendo possivel dar uma relação exacta,.....

Depois de escripto o que transcripto fica, informa o informador de que se seguira o prestido solemne, que se encaminhara á Real Capella da Lapa. Compunha-se da camara municipal, precedida da bandeira da cidade, da Junta Provisoria, auctoridades, guarnição e immenso povo. Dirigira-se pela

rua das Hortas e d'Almada, Campo da Regeneração, que se achavam adornadas de cobertores nas janellas e de senhoras, sendo incessantes os vivas á Carta, ao som do hymno da mesma.

Chegados á capella da Lapa, a tropa desfilara para quarteis e o prestito entrara na egreja, que, apesar da sua grande capacidade, mal podia conter o grande numero de pessoas que concorreram.

Ahi, e na presença do **Coração** do **Libertador,** prestou a Juncta Provisoria e a Camara Municipal o juramento de fidelidade á **Rainha** e á **Carta**, a que todo o Povo respondeu = **Assim o juro.**

Seguira-se a assignatura do auto; e uma salva de artilheria coroara aquelle solemne acto.

O mesmo n.º do *Periodico dos Pobres no Porto* traz o Manifesto da Junta Provisoria «aos portuguezes» e a proclamação do barão da Ponte de Santa Maria aos «soldados». O barão declara contar com elles, porque conhece a nobreza dos seus sentimentos. «A victoria será nossa (exclama), porque o movimento do Porto é um movimento nacional». Já era desplante; 1846-1847 redarguiria, na verdade.

O n.º immediato da folha corrige e amplia.

Assim:

Feita a solemne Acclamação, sahiu a Camara em prestito, accompanhada de immenso povo, levando o Presidente nas mãos o estojo com a Espada de D. Pedro, e o Fiscal a Ban-

deira da Cidade; passando pelas ruas das Hortas e d'Almada e Campo da Regeneração, atravessando o quadrado interior dos Quarteis de Sancto Ovidio, dirigiu-se á Real Capella da Lapa, onde já se achava a Juncta, o Bispo Eleito, e muitas outras pessoas: ahi collocada a **Espada do Libertador,** desembainhada, sobre uma Mesa em frente do Mausoleu em que jaz o **Coração** do magnanimo Principe, o Presidente da Juncta, pondo a mão sobre a dicta Espada, recitou o seguinte juramento:

«No templo dè Deos, em frente do tumulo do Immortal Dom Pedro IV, de saudosa Memoria, sobre a Espada d'este e nos Sanctos Evangelhos, juro cooperar com todas as minhas fôrças para se effectuar o restabelecimento da **Carta Constitucional** da Monarchia, hoje proclamada nesta Invicta Cidade, derramando para este effeito até á ultima gota de sangue».

Todos os Circumstantes repetirão em estas vozes = **Assim o juro** =.

A' noite, o Theatro Real de S. João apresentara a scena mais brilhante. A concorrencia do povo fôra amplamente extraordinaria. «Ao jantar já não havia um Camarote».

A Junta fôra recebida á porta do theatro com archotes de cera, e na salla com os mais vivos applausos. Haviam-se recitado varias peças poeticas, entre estas uma ode pelo snr. Gandra, outra e alguns sonetos pelo snr. Pereira Baptista, um soneto pelo snr. Pacheco, e outros mais, por diversos snrs., que o periodista declara não conhecer. A peça representada fôra *Euphemia e Polydoro,* e antes d'ella houvera um Elogio, «findo o qual appareceu em um templo a figura do Imperador em

corpo inteiro, o que excitou palmas e lagrimas difficeis de descrever-se».

Synthese:

Para não enfadarmos os nossos Leitores diremos que desde as 8 da noite que appareceu a Effigie da Soberana, até as 11 da noite que se acabou o Espectaculo, não se ouviu nem se attendeu senão ao Hymno da Carta, que foi cem vezes cantado pela Actriz Gaiozo, e repetido pelos Espectadores com o maior furor, e com o delirio o mais embriagante.

Assim passou no Porto o memoravel facto politico do restabelecimento da Carta Constitucional em 1842.

*
* *

Poeta de theatro, se distinguiu Antonio Pinheiro Caldas em saudações nas festas, artisticas ou caritativas, como as em honra do musico Francisco de Sá Noronha e da tragica Adelaide Ristori, ou para valer «ao moribundo cysne do Vouga, Francisco Joaquim Bingre», o ultimo poeta da Arcadia, morrendo ao abandono nas pittorescas margens do Vouga. Os poetas que entraram n'esse «glorioso torneio», como tão apropriadamente lhe chamara Ferreira Rangel, fôram Camillo Castello-Branco, Alexandre Monteiro, Faustino Xavier de Novaes, Augusto Luso, o citado Ferreira Rangel e elle, Antonio Pinheiro Caldas, «por certo, o mais humilde de todos».

Mas a Antonio Pinheiro Caldas, de refregas theatraes, a que ficou celebre e lhe conserva o nôme foi o torneio, acrimonioso este, com José Diogo Souto.

Em 2 de Dezembro de 1863, o caso foi, no theatro Baquet, assistindo o novel rei Dom Luiz, com sua esposa, Dona Maria Pia, ao espectaculo, que era promovido pelos typographos portuenses em beneficio do cofre da associação typographica e dos tecelões, então, pela falha d'algodão, sem trabalho. Representava-se a zarzuella *Catalina* e, no intervallo do primeiro para o segundo acto, de um camarote da primeira ordem, José Diogo Souto recitou uma poesia em que aconselhava Dom Luiz a que imitasse os exemplos de Dom Pedro v. Nada, como se vê, mais innocente; mas tal era o derreamento do fetichismo monarchico que isto pareceu uma irreverencia temivel. Foi um escandalo enorme. O publico levantou-se em grita acclamando o rei, ao parecer bronco de uma burguezia servil, offendido pelo joven poeta. No dia seguinte, com as suas tendencias cortezanescas, iniciaes e finaes, Ramalho Ortigão, em o *Jornal do Porto*, relatava:

> No meio da ebulição do enthusiasmo, ergueu-se a um banco da plateia o Snr. Pinheiro Caldas, e com voz potente, em que retumbava a mais vehemente convicção, bradou....

O que Pinheiro Caldas bradou fôram as duas quadras que recolheu a pag. 275-276 do seu volume de *Poesias* (Porto, typographia de Sebas-

tião José Pereira, 1864), dedicou «A Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz Primeiro», intitulou *Desforço!* e dizem assim:

SENHOR REI! Acceita o preito
Que vos dá, 'inda uma vez,
Quem sente orgulho no peito
Por se chamar «portuguez»!

O Porto repelle a affronta
D'uma injuria sem igual,
Bradando, brioso e forte:
«*Viva o Rei de Portugal*»!

Longe de se tractar de «uma injuria sem igual», caso era que se não tractava de injuria alguma. Todavia, é de justiça convir em que as duas quadrasitas têm arranque e impeto; é a melhor coisa do poeta.

*
* *

Movido da celeuma que se levantara á roda de seus versos, José Diogo Souto entendeu, como justificação de seus propositos, dever dar á estampa a sua tam discutida composição. Assim o fez e a poesia appareceu, offerecida «Ao illustrado publico portuense» e precedida de uma exposição preambular em prosa. E' um folheto, *Pedro V e Luiz I*, impresso no Porto, em a typ. de Antonio A. Leal. No mesmo anno, da mesma typographia, e imitativamente na disposição e ornato da cercadura

das laudas de rosto e terminal de capa, sahiu uma «parodia a uma trapalhada recitada no theatro Baquet em a noute de 2 de Dezembro». Anonymo, d'ella exara que «A todos os que derem um tostão, sejam ou não illustrados, vende o auctor». Era este Eduardo Augusto Salgado, e lastima seja que o fôsse; é a poesia uma semsaboria impertinente, como o esforço da jogralidade que não consegue o proposito de fazer rir; intitula-se *Souto e Cartola* («Cartola» era um versejador das ruas, *O Cartola de Villa Nova*). O que n'esse opusculo ha notando é a insinuação que consta de uma advertencia prévia, rubricada *Rosalino* (outro excentrico, assás conhecido em todo o paiz), a qual diz assim:

Quem ouviu bem as poesias recitadas na noite de 2 de dezembro no theatro Baquet, não dirá que os versos que por ahi correm impressos em pequeno folheto, sejam os que lá accenderam, nessa noite, a justa indignação do publico contra o seu auctor.

O versejador que tinha, ao menos, o merecimento do arrojo, cahiu por fim na lama de uma palinodia que offende os que o ouviram, porque os tem na conta de tolos.

Muito mais tarde haveria uma reimpressão posthuma da famosa poesia de José Diogo Souto. Foi no contexto do volume de poesias lyricas *(Amores)*, algumas das quaes deliciosas.

Este delicadissimo amoroso soffria, porém, com effeito, da impulsividade justiceira de affrontar, defrontando-a, a hypocrisia social, consoante nova-

mente, como no começo da vida, no fim quasi da vida, o fez no Palacio de Crystal recitando, perante um publico snob que simulava associar-se do coração ás festas em honra de Camões, no seu centenario, uma quadra amarga em que a essa burguezia, afidalgada e falsamente enthusiasta, elle dizia que, se cá voltasse Camões, outra vez o deixariam morrer de fome.

*
* *

O desprezo para com a toleima vaidosa, castigada pelo sarcasmo, traço resulta sempre caracteristico da physionomia litteraria portuense. O paiz, figurado na capital, e considerado sob um aspecto de irrisão, foi denominado, nas locuções syntheticas familiares, «A Parvonia»; sahiram a lume periodicos satyricos, até com desenhos de caricatura, como aqui no Porto *A Parvonia illustrada;* representaram-se peças de theatro escarnecedoras e propulsoras, como a *Viagem á roda da Parvonia*, de «Gil Vaz» (Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo). E durante longo tempo ignorou-se que «A Parvonia» era o titulo de um livro; e durante muito mais longo tempo se ignorou que o auctor d'esse livro era o medico Manuel Bento de Souza; e ainda hoje se ignora que Manuel Bento de Souza foi natural do Porto.

Que do livro de *A Parvonia*, *recordações de*

viagem, o auctor fôsse o dr. Manuel Bento de Souza, tornou-se isto geralmente conhecido do grande publico, pela reedição recente da obra; a primeira (de 1868, impressa na typographia de M. de Jesus Coelho, de Lisboa, editor M. V. d'Oliveira) estava, de ha muito, esgotada; no mercado alfarrabistico, raro apparecem d'ella exemplares á venda.

Que o dr. Manuel Bento de Souza natural fôsse do Porto, mol-o disse o dr. Maximiano de Lemos, dizendo-me que Manuel Bento de Souza (conforme o registra sua *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, no artigo respectivo) nasceu no Porto — na rua das Taypas — em 5 de Dezembro de 1835, — sendo baptisado, na Victoria, a 14. E' isto o que diz a certidão de baptismo archivada na Eschola Medica de Lisboa. Seus paes eram naturaes da Ponte da Barca, consoante o consignou o snr. Brito Aranha, no supplemento a Innocencio.

Da lista das obras que publicou inserta no artigo referido da *Encyclopedia* citada, para a attenção, menos profissional e technica do que social e geral, do meu leitor aparto as cartas, *A ultima doença de D. João II*, dirigidas a Oliveira Martins e publicadas no livro «O principe perfeito», por Henrique de Barros Gomes. Bem assim, essa agudissima e mui erudita critica do ensino em Portugal, *O doutor Minerva*, a qual, como todos se recordam, obteve um largo exito, testemunhado ainda pela repetição da edição, então correcta e augmentada.

Não entrando, por incompetencia, na zona de suas publicações medicas e cirurgicas, não me é licito deixar, por seu alcance social, de alludir á importancia culminante, lá-fóra reconhecida e proclamada, do trabalho de medecina legal no processo de Joanna Pereira (I e II parte), *Questão de peritos*, de collaboração com Souza Martins e Curry Cabral.

Exercendo varias commissões de serviço publico, e entre outras, em 1894, por occasião da cholera, relembrando a *Encyclopedia* que fôra um dos vogaes extraordinarios da junta de saude, da multiplicidade de seus escriptos especiaes nas publicações periodicas affectas ás sciencia que cultivava não se aponte mais do que *A epidemia extravagante* (Rev. de med. e cir., n.os 11 e 15, 1894); bem como da acolheita de suas licções, encurtando outrosim, não se recordem mais do que as professadas em sua Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa no anno lectivo de 1877-1878, ácerca de *A syphilis*, das quaes, recolhidas em volume, foi editor José Antonio Rodrigues, de Lisboa, impressas na typ. das «Horas Romanticas.» No preambulo da edição, o auctor agradece aos dois tachygraphos, Pedro Christiano e Eduardo Dias, o esmero com que tiraram as notas, sem as quaes declara que aquella publicação seria impossivel.

Na ultima de suas conferencias, a decima (em 11 de Fevereiro de 1878), insurgiu-se Manuel Bento de Souza contra esperanças optimistas, excellentes

mas descabidas. E com a regulamentada cotejou a prostituição clandestina.

Da regulamentada, assim como em Lisboa para Lisboa se occupara Francisco Ignacio dos Santos Cruz (*Da prostituição na cidade de Lisboa, ou considerações historicas, hygienicas e administrativas em geral sobre as prostitutas, e em especial na referida cidade: com a exposição da legislação portugueza a seu respeito, e proposta de medidas regulamentares necessarias para a manutenção da saude publica, e da moral*, Typ. Lisbonense, 1841); no Porto para o Porto outro medico modernamente se occuparia.

*
* *

O editor portuense F. Gomes da Fonseca publicou, com effeito, em 1864 um volume escripto por Francisco Pereira de Azevedo, «medico-cirurgico, e inspector de saude pelo Governo Civil do Porto», intitulado *Historia da prostituição e policia sanitaria no Porto, seguida de um ensaio estatistico dos dous ultimos annos, tabellas comparativas, etc.*, ácerca do qual o auctor previne que em sua obra

não espere encontrar o leitor... as bellezas de um discurso, as flores d'uma rhetorica aprimorada, ou as lindas peripecias d'um romance, com todos os seus magnificos episo-

*

dios melodramaticos, que ora arrebatam e seduzem, ora embaraçam e vedam o espirito impaciente de chegar ao magestoso e pathetico final.

Nem tão pouco se pensasse que um ardente desejo de escrever para o publico («o que hoje é moda», entre parentheses moteja Pereira de Azevedo) o incitava a traçar com a penna as mal coordenadas phrases d'um assumpto em historia, tam difficil de traçar como repugnante é por vezes á moral.

Mas o amor e o respeito ás cousas da minha terra natal me animaram a dar conhecimento ao mundo, do que ella é, e do que vale mesmo nas cousas pequenas.

O trabalho de Pereira de Azevedo divide-se em tres partes. Na primeira relata-se um resumo historico da prostituição em geral e suas causas, as mais sensiveis, illustrado o texto por notas. Na segunda parte acham-se apontados todos os regulamentos e circumstancias mais essenciaes, que respeitam ao Porto, acompanhados d'um resumo historico geral. A terceira parte é, tão sómente, um ensaio estatistico. Porém aqui Francisco Pereira de Azevedo declara que ao certo nada se podia alcançar, pela invencivel difficuldade de conseguir os relatorios medicos dos hospitaes; elle se queixava da «pouca confraternidade que ainda ha entre os collegas.»

*
* *

Se dos collegas se queixava o medico portuense Francisco Pereira de Azevedo em 1864, dos collegas se queixara o portuense medico José Bento Lopes em 1796. Elle declara que fizera tudo quanto podia para que a sua obra enchesse cabalmente os fins a que elle se propunha; e, como um d'estes era combater e destruir os abusos e prejuizos que entre os portuguezes reinavam, «e em que muitos medicos fôram e são culpados», por isso não perdera jámais occasião de os descobrir e refutar.

Bem conheço, que isto he uma ardua, e arriscada empreza, porque vou talvez attrahir sobre mim o odio não só de muitos medicos ignorantes, e impostores; mas até do povo, a quem elles tem communicado os seus erros, e falsas maximas. Huns, e outros costumão conspirar-se contra o sabio: aquelles porque temem, que lhes arranque a mascara, com que escondem a sua ignorancia, e embuste; e este porque preza tanto os seus prejuizos, que até chega a odiar, e aborrecer o que procura desarreigallo delles, e illuminalo.

Mas José Bento Lopes não se acobarda nem desiste; não fôra sua intenção no principio publicar as observações a que se entregara, nem na sua habilidade tanto confiava que se persuadisse de que por esse modo podesse ser util aos seus concida-

dãos. Buscara tão sómente a sua particular instrucção, a fim de melhor conhecer e remediar as molestias que lhe fôssem encarregadas.

Todavia occorrendo-me depois, que este meu trabalho poderia assim mesmo aproveitar a algumas pessoas, e conhecendo, que viria a ser culpado para com Deos e para com os homens, se desta utilidade privasse o publico, mudei de parecer, e determinei a publicallas.

As primeiras sahiram no *Jornal Encyclopedico*, que então se publicava em Lisboa, começando a ser alli insertas no mez de Fevereiro, e continuando até o mez de Abril, tempo em que, com magoa de todos os homens litteratos e apaixonados do bem commum, e por motivos que elle ignorava, se suspendera a publicação d'aquella interessante obra. Fôra então que elle, sabendo que o publico as não tinha recebido de má vontade, teve n'este mais confiança e se resolvera a communicar-lhe o resto, que ia continuando e não convinha interromper. Além de lhe ser muito incommodo e difficil o dal-as separadas em cada um dos mezes, como até alli succedera, parecera-lhe melhor o unir todas as de um anno inteiro e publical-as assim juntas em um volume, que vinha a ser o que no lance lhe offerecia. E' elle o *Anno medico, que contém as observações, meteorologicas e medicas, feitas na cidade do Porto em 1792*, ibid., na offic. de Viuva Mallen, Filhos e Companhia, impressores da Relação; n'este grosso volume, de cxx, 560 pag., vão incluidas e impres-

sas segunda vez as d'aquelles primeiros mezes que o publico já recebera; mas isto era indispensavel para que a obra não ficasse truncada e imperfeita.

O titulo de *Anno medico*, que lhe dava, era o que lhe competia melhor, não só em rasão da materia de que tractava e da sua distribuição, mas porque era esse o mesmo que o celebre Storck, Collin e outros tinham dado a obras em tudo similhantes.

Ainda que por esse modo a sua publicação fôsse um pouco mais retardada, e d'isso recebesse o publico algum prejuizo, todavia este ser-lhe-hia bem compensado com tel-as unidas e como formando um corpo da doutrina, o qual lhe viria a ser muito mais commodo e util. Demais d'isso, publicando-as elle assim, tinha a liberdade de estender as suas reflexões, quando a importancia da materia e o interesse publico o exigissem, o que não podia fazer emquanto ellas fôram publicadas n'aquelle *Jornal*, porque, devendo este conter muitos outros objectos e disciplinas, egualmente interessantes, era-lhe preciso resumil-as e compendial-as demasiadamente, para não occuparem mais campo do que aquelle que lhes podia ser destinado, a qual advertencia lhe fizera o mesmo editor do *Jornal*, quando lhe enviara as de Março, que haviam sido um pouco mais extensas.

Extenso campo, como elle diz, em seu volume, ao deante, lhe occupou, p. ex., o mez de Outubro, em que a febre petechial da mulher que n'elle men-

ciona se communicara a todos os que viviam na mesma casa e d'estes aos mais, que concorreram a tractal-os. Tal era o seu contagio!, exclama José Bento Lopes. Adiante, promette que daria a sua historia. Dá-a, de feito (de pag. 217 em deante, *Descripção, e methodo curativo da febre lynfatica petechial, que grassou em uma casa do bairro da Esperança no mez de Setembro, e Outubro deste anno*). Era mui grave; d'entre os que succumbiam, escaparam certos, como aquelle homem que depois do setimo dia entrara em convulsões, aos sobresaltos dos tendões, os mais fortes, tremores de membros, se unira o estridor de dentes etc.; e como aquella doente á qual sobreviera uma parotida, que com muito custo se trouxera á suppuração; ella havia padecido muito da garganta, e n'isto se verificara a sentença de Hippocrates, que «áquelles que soffrem estimulos ao redor das fauces, pouco e pouco se lhes levantam tumores junto do ouvido.» Segue-se o longo *Juizo da molestia*, que, considerando-a como da mesma classe que a febre maligna petechial que reinara em Vienna d'Austria desde o anno de 1757 até 1759, segundo a descripção que d'ella dera Hasenohrl (V. Wasseberg, *Operum minor. Medic.*, Fasc 1, p. 261 segg. Podia-se vêr tambem esta dissertação em Sandifort, *Thes. Diss.*, vol. 1), José Bento Lopes concatena firmemente com as petechias, por serem estas o melhor indice da sua natureza e gravidade, fundamentando-se, entre outros, em Meza, que ás petechias as dá como

os signaes proprios da febre maligna e pestilencial e em Riverio, de quem, pela trad. franc., transcreve a passagem idonea, onde se estabelece como particular e proprio da febre pestilente as manchas purpureas em todo o corpo, e principalmente nos lombos, peito e costado, «as quaes são, pela maior parte, similhantes ás mordeduras de pulgas e os italianos lhes chamam vulgarmente *peticulas* ou *petechias.*» No combate salvador, os meios proprios de que José Bento Lopes conta fizera uso fôram os antisepticos, «particularmente a quina, e o espirito de vitriolo, que são neste caso os dous mais recommendados, e poderosos remedios.» E' douto o escriptor, e abona-se com referencias, como sempre; refere-se áquelle Hasenohrl, a de Haen; cita Morton e Quarin. O assumpto redunda largo e minuciosamente examinado.

Dos que falleceram, um morreu aos 12 dias de molestia, depois de ter passado pelos mais fortes movimentos convulsivos, soluços, anciedades, delirios; o outro morreu só no dia 8.º, achando-o o assistente, na visita, com grande alienação de espirito, soluços, pulso veloz, molle e pequeno etc. Dos que escaparam, a convalescença foi muito vagarosa.

Mas o favor publico com que se desvanecia José Bento Lopes parece que o não favoneou tanto como elle presumira e conjecturara. Porquanto, este Tomo I do seu *Anno Medico* foi o unico publicado.

O auctor, anteriormente, em 1794, fizera imprimir tambem aqui no Porto, e na mesma typ. de Viuva Mallen, Filhos & C.ª, um traslado das «observações sobre a cura da gonorrhea virulenta», traduzidas do inglez de Simons, porém esta obra frisa o snr. Brito Aranha que não é uma simples traducção; ellas fôram accrescentadas com alguns capitulos e grande numero de notas, da lavra do traductor, que o foi tambem dos primeiros elementos de *Cirurgia therapeutica* que, para uso da Universidade de Coimbra, compuzera o doutor Caetano José Pinto de Almeida, lente cathedratico da mesma Universidade, e que José Bento Lopes traduziu do latim em vulgar, accrescentando-os, egualmente, de muitas notas.

Quanto a seu *Anno Medico*, antes de entrar propriamente em materia, o auctor forneceu-nos uma, que chamou, succinta «Descripção da cidade do Porto, e costumes dos seus habitadores», e isto o fez «para que os leitores intelligentes melhor possão vir no conhecimento das molestias a que estes são sujeitos.»

*
* *

Outro medico filho do Porto, José Gomes da Silva, nos daria em 1881, em sua these inaugural, impressa na typ. de V. Gandra, *Um capitulo de therapeutica indigena*, *Flora medica portuense*, tra-

balho em 8.° gr., que, além de 8, innumeradas, as das usuaes dedicatorias, comprehende 168 pag. e mais 1 de proposições.

Porém o portuense José Gomes da Silva estava destinado a ir servir a patria, e com relevo e brilho, com zelo e dedicação, a seus confins. Os simples titulos e restantes indicações bibliographicas dos trabalhos que successivamente publicou o attestam e comprovam: assim, seus *Relatorios sobre Macau e Timor* (1884-1889), Macau, Typ. Mercantil, 1889; assim, seu *Relatorio do Serviço de Saude da Provincia de Macau e Timor, em relação ao anno de 1886*, ibid., ibid., 1887; assim, seu *Relatorio da Epidemia do Cholera-Morbus*, ibid., ibid., 1888; assim, seu relatorio sobre *A Epidemia de peste bubonica em Macau*, ibid., ibid., 1895.

Poucos dias após sua chegada de um de seus regressos da China, José Gomes da Silva foi procurado por um emissario especial do *Commercio do Porto*, que lhe vinha sollicitar a sua opinião sobre todos e cada um dos cinco quesitos componentes d'um questionario por aquella folha organisado e concernente ao «andaço do Porto», que então trazia sobresaltadissima e irritada a cidade, duvidosa da importação da tremenda doença exotica, e inquieto e alarmado o paiz, ou hesitante ainda ou crente já na existencia da peste bubonica no Porto, qualificado em Lisboa por um jornalista oriundo de Traz-os-Montes como sendo nada menos do que «a Bombaim do Occidente».

Respondeu José Gomes da Silva em amplas considerações, que fôram insertas nas columnas da gazeta referida, da qual elle era, de resto, collaborador, por correspondencias de Macau, desde longa data; e essas suas respostas constituiram os successivos capitulos d'um opusculo, de que existe uma edição franceza, com o titulo *Le mal de Porto*, typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1900.

Em Macau, na mesma Typ. Mercantil, em 1892, fizera José Gomes da Silva imprimir o seu volume intitulado *Em Timor*, e constante de tres partes: I — As pesquizas da região aurifera; II — O combate de Agassa; III — O serviço de saude.

Os serviços de Gomes da Silva fôram officialmente galardoados e seus meritos são indisputaveis. O que, geralmente, se ignora é que este portuense distinctissimo fôra brindado, pela natureza, para elle prodiga, entre outros dotes, por uma aptidão especial para a musica; compunha com facilidade e felicidade. De rapaz, no anno em que acabou seus preparatorios do lyceu, para entrar para a Polytechnica, escreveu elle a musica, viva e mimosa, d'uma opereta intitulada *A pupilla do senhor Heitor*, nôme patentemente buscado para suscitar a lembrança de Julio Diniz. O libretto fôra arranjado por Augusto Garraio; mas a linda partitura não chegou a ser ouvida do publico portuense, porque a peça, que deveria ter successo aliás, não conseguiu vencer os atravancamentos do bastidor, que lhe impediram a representação.

*
* *

Por essa epocha encetava com exito e ruido a sua carreira scenica outro compositor theatral portuense, o musico Francisco Alves Rente. Elle escreveu a musica para differentes revistas e peças phantasticas, e muitas valsas, algumas lindissimas.

Obtendo o cargo de director do theatro da Trindade, representou alli a sua primeira peça theatral, *O schah em pancas*, lettra do jornalista portuense Manuel Maria Rodrigues (21 de Junho de 1874). A esta peça succedeu-se a opereta *O diabrete* (1875), que tambem agradou muito.

Destruido aquelle theatro por um incendio (1875), passou para o theatro de Variedades, o antigo barracão Dallot reformado, ás Carmelitas, onde poz em scena a opereta *Verde-gaio* (1876), que obteve grande exito. Tomando depois a empreza do theatro Principe Real, alli metteu no palco muitas operetas com musica sua, e outras extrangeiras.

Em 1891, indo a Lisboa com a sua companhia, lá falleceu.

A *Encyclopedia Portugueza Illustrada* diz d'elle: «Espirito inculto, tinha muito gosto e escrevia facilmente, popularisando-se muitas das suas valsas, algumas das quaes se tocaram em Paris.»

*
* *

O advento da opereta e a monopolisação que esta fórma espuria logrou obter do gosto publico, depravando-o e sujeitando-o, prejudicou, por completo, as disposições aproveitaveis dos talentos dramaticos da juvenilidade portuense, expulsa da scena antes mesmo de n'ella entrar.

E, comtudo, ainda assim, como em esteril protesto, não deixavam de irromper manifestações de talentos de escriptores para o theatro, como, p. ex., nos ultimos e derradeiros tempos o do moço poeta mallogrado Augusto de Mesquita, filho do causidico e tribuno Augusto de Carvalho Vasques de Mesquita.

Augusto Geraldes de Mesquita frequentava o 5.º anno da faculdade de direito, em Coimbra, quando a terrivel doença a que succumbiu (tuberculose pulmonar) se manifestou, d'uma fórma que não deixou alimentar a mais pequena esperança de cura. O pobre moço ainda chegou a collaborar na peça *O sonho d'um bacharel*, que se representou na recita de despedida do curso do 5.º anno juridico, effectuada quando já o desventurado academico se encontrava no sanatorio da Guarda.

Augusto de Mesquita traduziu, em verso, o libretto da opera de Mascagni, *Cavallaria rusticana*, bem assim, tambem em verso, a comedia *O irresoluto*.

Ao adoecer, tinha começado as peças *Boneca da princeza*, *Camello, mulher e filha* e *Medalha de Lolotte*. Ainda estudante de preparatorios, collaborou no *Defensor do Povo*, de Coimbra, onde publicou um romance de costumes denominado *Testa & C.ª* Ha d'elle impressos dois dramas em verso, *D. Sebastião* e *Egas Vicente*. D'este drama historico em 4 actos, a acção passa-se no anno de 1449, o primeiro, terceiro e quarto actos em Lisboa, o segundo em Coimbra. Do *D. Sebastião*, a *Encyclopedia Portugueza Illustrada* diz que elle «foi premiado com medalha de oiro por uma academia franceza em concurso internacional (1896)».

XI

Augusto de Carvalho Vasques de Mesquita — Americo Ferreira dos Santos Silva — Julio Lourenço Pinto — Domingos d'Almeida Ribeiro.

Foi nos principios de Dezembro do preterito 1907 que o pai do portuense Augusto de Mesquita falleceu em Santo Thyrso, o portuense Augusto de Carvalho Vasques de Mesquita.

Advogado e tribuno, de opinião liberal, assignalou um logar marcante, na evolução do pensar e sentir portuense, pela campanha ruidosa, contra o bispo do Porto D. Americo emprehendida e ultimada em torno da questão da secularisação da capella da Aguardente.

Recusando-se o prelado a destituir uns ecclesiasticos que n'aquelle templo davam livre curso aos seus sentimentos reaccionarios, Vasques de Mesquita, eleito juiz da respectiva irmandade, depois de tentar, por meios suasorios, convencer o

bispo a mudar de idéas, appellou para os comicios, produzindo-se acontecimentos de certa gravidade que terminaram com a dita secularisação do pequeno templo, que foi convertido n'uma eschola, patrocinada pela Associação Marquez de Pombal.

Assim noticiado o successo capital da sua existencia moral e social, o biographo que o registra termina por allusão fazer ás composições litterarias e aos escriptos jornalisticos de Vasques de Mesquita; no jornalismo portuense, á data do seu fallecimento, um periodico frisou como immenso o acabrunhara a perda de seu filho, podendo assegurar-se que desde então começara a declinar aquelle espirito irrequieto, cheio de viveza, cheio de fogo; por tal fórma e em tanta maneira que quem até então fôra um luctador energico e intemerato, «sob o peso da sua dôr, sentiu a sua energia d'outro tempo a diluir-se-lhe lentamente nas lagrimas que, a cada momento, corriam dos seus olhos, ao recordar o filho morto.»

*

* *

O bispo do Porto contra quem se empenhara em accesa campanha a energia do portuense Augusto de Carvalho Vasques de Mesquita, portuense era elle tambem, Americo Ferreira dos Santos Silva, em Massarellos, no anno de 1830, nascido e que

fez a sua primeira educação em França no afamado collegio de Frei José da Sacra-Familia.

Curioso portuense pesquizador instructivo, após registrar, em seu idoneo relato o fallecimento do bispo anterior D. João da França Castro e Moura, começa noticiando por este geito assim:

Depois da viuvez da Mitra Portucalense, que durou hum anno, dous mezes e sette dias, tempo decorrido desde 18 d'outubro de 1868, epocha do fallecimento de D. João da França Castro e Moura, até 23 de Dezembro de 1869, em que foi nomeado successor d'aquelle Prelado o nosso patricio D. Americo, tivemos a satisfação de a vêr novamente despozada com hum varão digno a todos os respeitos. Essa vacancia prolongou-se ainda até 26 de Junho de 1871, data da sua confirmação Apostolica, não sem grandes conveniencias do Estado e da nossa Cidade do Porto, por quanto os Economos nomeados para a administração dos bens da Mitra, o Doutor João Alvares de Moura e João Constantino Alves do Valle, resolveram, com louvor geral de todos, consumir as rendas Episcopaes na conclusão do magestoso Paço dos nossos Bispos, e de tal forma que ahi o vêmos elevar-se orgulhozo, como o melhor e mais bem acabado edificio da segunda capital do Reino de Portugal.

O bispo portuense D. Americo teve uma vida agitada, de combate e polemica, como nas suas pastoraes contra o protestantismo; a 12 de Maio de 1879 foi elevado ao cardinalato, por proposta do rei D. Luiz, recebendo o barrete das mãos d'este soberano e havendo-lhe Leão XIII conferido o titulo dos *Quatro Santos Coroados*, que pertenceu ao cardeal-rei D. Henrique, consoante o archiva a *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, a qual remata

referindo-se com elogio á pastoral que elle publicou celebrando o 4.º centenario do portuense infante D. Henrique.

Succedeu-lhe no governo da diocese o antigo missionario no Congo D. Antonio Barroso, bispo de Meliapor.

*

E no lance ensejo se produza de aferir a serie complementar do ponto de D. Rodrigo da Cunha, a quem se segue *D. Fr. João de Valladares*, transferido da mitra de Miranda para a do Porto, fallecido a 23 de Maio de 1635; nomeara vigario geral do bispado ao rev.º Antonio Dias da Costa, que ao alludido pesquizador portuense se lhe figura como provavel que tambem governasse interinamente a diocese até á chegada do prelado. Succedeu-lhe *D. Gaspar do Rego da Fonseca*, que viera ao mundo na villa de Villar Maior, da comarca de Pinhel, na provincia da Beira; fez a sua entrada publica a 21 de Dezembro de 1639 no Porto, onde não chegara a demorar-se, entregue aos cuidados do governo da sua diocese, senão mezes; durante a sua ausencia dirigiu os negocios do bispado o vigario geral João Cardoso d'Almeida; falleceu em 13 de Julho de 1639, com 63 annos d'idade. Temos agora *D. Francisco Pereira Pinto*, nomeado por Philippe III; porém, não tendo sido recebida aqui essa escolha e eleição, por já se haver acclamado D. João IV, não se animara o provido a apresen-

tar-se na cidade, e vinha a ser esse o motivo por que até se ignora quem era o eleito prelado para a Séde Portuense, que continuou a considerar-se vaga até o anno de 1671, sendo, durante todo o tempo da vacancia, regida por governadores, á livre escolha dos capitulares do respectivo cabido. O nôme nos apparece aqui de *D. Sebastião Cesar de Menezes*, que D. João IV elegeu para a mitra do Porto no anno de 1641, não obstante saber que a Curia Romana seguia a politica de Castella e lhe impugnava o direito de padroado da Corôa Portugueza, negando-lhe a apresentação dos bispos; fallecera em 29 de Janeiro de 1672. Ao alludido investigador parece-lhe que *D. Fr. Pedro de Menezes* fôra immediato na eleição a D. Sebastião Cesar de Menezes; d'elle resta uma unica memoria no Archivo Municipal da cidade, a qual é uma provisão regia, que elle assignou em 29 de Março de 1659, como conselheiro da Corôa que era então e bispo eleito do Porto. Eis-nos com *Luiz de Sousa*, governador do bispado, de cujos serviços se deu por tam satisfeito o principe regente D. Pedro, o qual depois veio a ser o segundo rei d'este nôme, que o escolheu para seu capellão-mór e lhe promoveu a sagração de bispo titular de Bona, ceremonia que se realisou a 14 de Junho de 1671, no qual accedeu ao solio episcopal portuense *D. Nicolau Monteiro*, que entrou no Porto, entre os festivos applausos dos seus patricios, a 26 de Julho do dito anno. Nôme notando o que nos surge, de *D. Fernando*

Correia de Lacerda, o qual nasceu no logar do Tojal, sito a tres leguas de distancia da cidade e capital do bispado de Vizeu, na provincia da Beira; tomou posse do governo diocesano a 9 de Setembro de 1673, por seu governador, o rev.º dr. João Rodrigues d'Araujo, abbade de Salvador de Lordello, conego que fôra da Sé, provisor e vigario geral do bispado, no qual serviu de governador durante a ausencia do bispo. Temos agora *D. João de Sousa*, nascido em Lisboa no anno de 1647, descendente da casa dos senhores de Gouveia de Riba Tamega, chefes do ramo real dos Sousas, condes de Redondo; pela muita amisade que lhe tinha, seu tio, D. Diogo de Sousa, arcebispo de Evora, se encarregara da educação d'este sobrinho, levando-o assás joven para a sua companhia. Religioso da Provincia de Santo Antonio fôra *D. Frei José de Santa Maria Saldanha*, que, nomeado bispo do Funchal, de lá veio transferido, no anno de 1697, para a mitra do Porto, que possuiu até ao de 1708, e durante o seu governo n'esta diocese, como era inimigo do luxo, não deixara o habito de burel que tinha vestido no convento onde professou. De contraste sirva a ecclesiastica pompa de *D. Thomaz de Almeida*, o qual nasceu, a 11 de Setembro de 1670, na freguezia de Santa Eulalia da cidade de Lisboa e foi segundo filho do 2.º conde de Avintes, D. Antonio de Almeida, e de D. Maria Antonia de Bourbon. Nomeado D. Thomaz de Almeida, por aviso d'el-rei D. João v, datado em 4 de Dezembro de 1716,

primeiro Patriarcha de Lisboa, ficou vaga a mitra portucalense, talvez regida por governadores nomeados pelo cabido, e assim se conservou até ao anno de 1739, como se deprehende de um documento existente no archivo da Camara d'esta cidade, o qual é a participação feita ao Senado pelo bispo eleito *D. Frei João Maria* de ter sido nomeado para esta diocese; mas, como d'este prelado mais algumas memorias se não encontrem, é natural, assevera o inquirior alludido, que, por sua desistencia ou por outro qualquer motivo, não chegasse a ser confirmado bispo; o seu governo, se logrou exercel-o, fôra curtissimo, a não substituir nas funcções episcopaes, durante a ausencia, o novo provido, pois el-rei nomeara, em 10 de Fevereiro de 1739, para bispo do Porto a *D. Frei José Maria da Fonseca Evora*, residente então na Italia, o qual só entrou n'esta cidade nos principios do anno de 1743 e a quem, depois de se conservar vaga a séde episcopal por quatro annos — e não fazendo referencia o investigador alludido áquelle *João da Silva Ferreira*, governador do bispado, que atraz se lembrou —, a quem succedeu *D. Frei Antonio de Tavora*, o qual, mercê da catastrophe conhecida, veio a ter de, a partir de 1759 em deante, chamar-se «D. Frei Antonio de Sousa» até á sua morte, occorrida a 14 de Junho de 1766. Vem depois *D. Frei Aleixo de Miranda Henriques*, que foi filho de Henrique Henriques e de D. Maria Landroby, nascendo na cidade, e côrte, de Lisboa; bispo de

Miranda, foi transferido para a mitra portucalense a 5 de Março de 1770; fez a sua entrada solemne a 4 de Novembro e logo falleceu em Maio de 1771. Seguidamente *D. Frei João Raphael de Mendonça*, que em compensação governou o bispado por vinte e dous annos, exhalando o ultimo suspiro a 6 de Junho de 1793. Primeiro como governador espiritual em 1793 e depois como bispo em 1796, foi *D. Lourenço Correia de Sá Benevides* quem succedeu ao anterior prelado do Porto e, por sua vez, falleceu a 6 de Junho de 1798, pelas duas horas da tarde, contando só 58 annos d'idade. Estava tanto na lembrança da soberana *D. Frei Antonio de S. José e Castro* que, apenas chegou á côrte a noticia do fallecimento de D. Lourenço Correia de Sá Benevides, logo D. Maria I, que então regia estes reinos, o escolheu para a mitra do Porto, elegendo-o bispo em 13 de Junho de 1798; no anno de 1814 foi eleito patriarcha de Lisboa e seu vigario capitular, fallecendo pouco depois, aos 12 de Abril do mesmo anno. Succedeu-lhe *D. João de Magalhães Avellar*, que nasceu na rua nova da freguezia de Santa Maria Maior d'Almacave, na cidade de Lamego, aos 14 de Dezembro de 1754, sendo seus paes o dr. José de Magalhães Barbedo Avellar, natural da mesma freguezia, e D. Maria Leonarda Pinho, da freguezia de Villa Nova de Souto d'El-Rei. Destaca a crise significada no nôme de *D. Frei Manuel de Santa Ignez*, bispo eleito, cujo ataude levaram procissionalmente os cidadãos portuenses,

com a maior pompa funebre, á Real Igreja da Lapa, em cujo cemiterio a respectiva Irmandade, promovendo uma subscripção, que resultou avultada, mandou erigir-lhe um soberbo monumento de marmore de côres, logo á entrada do dito cemiterio, no centro do quarteirão do lado esquerdo em face da rua que corre do nascente a poente. A crise se encerrou na pessoa de *D. Jeronymo José da Costa Rebello*, que, nomeado por D. Maria II, a 27 de Janeiro de 1840, tomou conta do governo a 18 de Fevereiro do citado anno e, obtidas as bullas pontificias de confirmação, depois de concluida a Concordata entre a Corôa Portugueza e a Curia Romana, com a qual, durante annos, não houvera communicação, foi sagrado na Sé Cathedral, a 28 d'Agosto de 1843, pelo bispo titular de Cabo-Verde, D. Jeronymo do Barco. Succedeu-lhe *D. Antonio Bernardo da Fonseca Moniz*, que nasceu na villa de Moncorvo, pertencente á provincia de Traz-os-Montes, no dia 11 de Março de 1789; foi filho legitimo do advogado Francisco José Nunes e de sua mulher D. Anna Maria de Madureira Ferreira da Costa, dos quaes, entre outros filhos que tiveram, ainda lhe sobreviveram o barão de Palme e o rev.º Carlos Felizardo da Fonseca Moniz, abbade da freguezia de Veiriz, situada no arcebispado de Braga; transferido do Algarve por D. Fernando, então regente em nôme de D. Pedro V, em 15 de Março de 1854, falleceu a 4 de Dezembro de 1859. Depois de se conservar vaga a mitra do Porto por

quasi tres annos, correndo durante elles a administração espiritual a cargo do dr. provisor, deão da Sé, Joaquim José Correia de Vasconcellos, eleito pelo cabido para governador do bispado, e bem assim tendo a mesma corporação nomeado uma commissão de Economos, composta d'alguns de seus conegos, para administrar as rendas episcopaes, contando-se entre elles o rev.º João Bernardo, o qual fez mais em tres que muitos prelados em muitissimos annos, veio afinal tomar conta do bispado *D. João da França Castro e Moura*, que nasceu, em 19 de Março de 1804, na freguezia de S. Cósme, concelho de Gondomar, suburbios do Porto, tendo por paes Antonio João da França e Roza de França Castro e Moura, lavradores honrados da mesma freguezia, e d'ella naturaes; missionario na China, foi D. João da França Castro e Moura eleito bispo portucalense a 27 de Fevereiro de 1862, partindo da quinta do Pinheiro, sita na freguezia de Campanhan, por terra para Lisboa, afim de agradecer ao soberano, e alli se conservou até que o confirmasse a Curia Romana e fôsse devidamente sagrado, ceremonia que se effectuou em 29 de Junho, pelo Nuncio Apostolico, acolytado pelos dous bispos resignatarios de Cabo Verde; tomou posse da mitra a 16 de Julho, e falleceu em 16 de Outubro de 1868, exhibindo, assim, no ponto, com outro preterito, desconformidade de dous dias na data os informes do curioso instructivo portuense inquiridor.

*
* *

Que, natural do Porto, foi, se modesto, zeloso empregado publico, cumpridor e de espirito liberal, consoante, se elevado, por egual zeloso publico funccionario foi o portuense Julio Lourenço Pinto, assim mesmo cumpridor como tambem de espirito liberal, conforme o certificou sua conducta, por occasião da sublevação militar de 19 de Maio, promovida pelo marechal Saldanha para derribar o ministerio presidido pelo duque de Loulé; pronunciou-se então Julio Lourenço Pinto contra esse movimento politico, pelo que foi exonerado do cargo que exercia, sendo pouco depois reintegrado e mandado para Bragança, mas não acceitando a reintegração.

Como romancista, d'elle fallei da pag. 206 em deante de meu volume *A Geração Nova*; como expositor e polemista, a sua *Esthetica naturalista, estudos criticos sobre a arte* (1885) provocou, segundo o inscreve seu biographo da *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, larga controversia litteraria.

Falleceu, ha cerca de anno e meio a esta parte, exercendo o cargo de presidente da direcção do Banco Commercial do Porto.

Imaginoso e ideativo, era, de par e passo, um espirito recto e positivo.

*
* *

No fito de se ser preciso e rigoroso, *para ensino da mocidade e uso das escholas, se d'isso fôr digna*, appareceu, n'esta cidade, da typ. de Sebastião José Pereira, em 1860 (8.º max. de x-292 pag.), *obra composta por um professor do Lyceu Nacional do Porto, e dada á luz por* ***, um *Tratado de contabilidade civil e escripturação mercantil, dividindo aquella em tres ramos: contabilidade central, contabilidade provincial e contabilidade municipal: estabelecendo o primeiro em uma só estação, e nas suas seccionaes, tidas nos diversos Ministerios do Estado; e o segundo na respectiva estação e nas suas succursaes.* Esta obra ampliava *a doutrina aos estabelecimentos de caridade e beneficencia.* Ella tractava *a contabilidade e escripturação mercantil debaixo das quatro especies: mercantil, agricola, industrial e fabril, ou o commercio seja exercido por individuos, ou por companhias.* Offerecia *um modelo de escripturação mercantil, tida somente nos tres livros principaes; tida nos mesmos com uso de auxiliares; abreviada pelo uso das cinco contas collectivas; abreviada pelo methodo americano novamente aperfeiçoado.* Analysava *emfim diversos systemas de escripturação, e* dava *um modelo de contas correntes.* Este *Tratado* foi seguido, em 1865, da mesma typ. de Sebastião José Pereira (8.º max. de

VIII-367 pag.), por um *Manual do aprendiz de Commercio, dividido em quatro livros: trata o primeiro do commercio e seus diversos ramos; dos commerciantes e suas diversas classes; das mercadorias e suas principaes especies; dos diversos usos do commercio; das moedas, pesos e medidas; e finalmente dando noticia da moeda estrangeira, e do cambio reciproco entre as principaes praças de commercio.— Trata o segundo livro da Geographia commercial; o terceiro da Arithmetica commercial, e o quarto da Theoria dos contratos mercantis, ou principios geraes de direito.*

D'estas obras, e ainda d'outra do mesmo auctor mas sobre diverso objecto, bem que attinente ao ensino, diz Innocencio que ellas «revelam muito estudo profissional e amor á sciencia, com innegavel zêlo pelos melhoramentos da instrucção publica nos ramos de que tractam.» Constava-lhe, em 1870, que o auctor, a quem qualificara de «illustre cathedratico», no anterior 1869 publicara (e d'essa vez com o seu nôme, que nos outros occultara) um extenso e mui desenvolvido relatorio ou parecer ácerca das reformas que convinha introduzir entre nós nas disciplinas e methodo d'ensino, tanto primario como secundario. Não tivera, comtudo, até então Innocencio occasião de vêr esse trabalho, que se imprimira em separado (além da sua inserção no *Diario do Governo*), para tirar d'elle as indicações convenientes, a fim de o inscrever no logar onde assim está dizendo.

E' na verba respeitante ao nôme (Domingos de Almeida Ribeiro) do alludido professor, que o era da cadeira de lingua grega e que deu á estampa (outrosim sem designar declaradamente seu nôme), em 1871, em Lisboa, na Imprensa Nacional, «para uso de seus discipulos», uns *Elementos de grammatica da lingua grega* — secção primeira, da morphologia da lingua; secção segunda, da syntaxe da lingua. Elles são offerecidos á sua antiga discipula, D. Maria da Natividade do Valle Coelho Cabral.

Porém o grande, o nobre titulo de gloria d'este homem douto reside em uma altissima benemerencia moral; — elle é o redactor e o inspirador do memoravel testamento do Conde de Ferreira. Não só desde logo assim foi tido na voz publica mas foi proclamado como tal na Camara dos Deputados.

Procedendo os embaraços, demoras e irregularidades da testamentaria (que chegaram a provocar um *meeting* de reclamação e suscitaram, em 2 de Agosto de 1869, uma portaria do bispo de Vizeu, para dar satisfação ás reclamações de muitos habitantes do Porto, assignados em representação aos poderes publicos), houve o inspirador do testamento de recorrer á publicidade, com seu protesto, egualmente.

Em 1873, da typ. de Antonio José da Silva, sahia a lume, contendo extractos, increpadores, de jornaes da epocha, um opusculo acremente intitulado: *Clamores na imprensa (senão no deserto) sobre a gerencia dos testamenteiros nomeados pelo illustre Conde de Ferreira ou Carta de guia aos testamen-*

teiros dativos. No rosto, tal opusculo apresentava este caracteristico distico:

Trez vezes afortunado é o homem rico, se na vida acha sempre um amigo junto de si; se este amigo na hora extrema lhe sabe inspirar disposições que façam bemdita a sua memoria por todas as gerações; e se depois da morte toma a peito a fiel execução do seu testamento, mesmo que haja de romper relações muito intimas de trato familiar.

Palavras dirigidas ao editor d'estes extractos por *.

O asterisco encobre o nôme do Cardeal Patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues; foi condiscipulo na aula de grego de Domingos d'Almeida Ribeiro, e desde então seu constante amigo até á morte; elle tambem quiz que o seu testamento fôsse escripto pelo mesmo auctor do do conde de Ferreira; no seu dito testamento, o Cardeal Patriarcha D. Manuel facultou aos professores e alumnos do Lyceu d'esta cidade o uso da livraria que deixou ao seminario diocesano do Porto, onde se encontra.

Em 1884, appareceu, impressa na typographia de A. J. da Silva Teixeira, a *Noticia das irregularidades da execução do testamento do benemerito snr. conde de Ferreira e dos prejuizos causados por culpa ou dolo dos seus testamenteiros, prejuizos cuja reparação deve ser promovida pelo juizo orphanologico, e pela Mesa da Santa Casa; o que se faz publico para exemplo aos nossos patricios de fortuna que se lembrem de empregar os seus capitaes em fundações de utilidade publica, para que vejam o cui-*

dado e zelo que a execução da sua ultima vontade ficará merecendo ás auctoridades cá n'este Baixo Reino Lusitano, por Domingos d'Almeida Ribeiro. Este opusculo abre com o traslado do notavel testamento, do qual o artigo referente ás escholas primarias D. Antonio da Costa, na sua *Historia da Instrucção Popular*, diz que desejara «que fôsse escripto com letras de ouro.»

E da Santa Casa da Misericordia do Porto o snr. Costa Goodolphim, em o seu livro ácerca de *As Misericordias*, escreve em 1897 que ella

> é hoje a principal instituição de beneficencia que existe em o nosso paiz, e, podemos dizel-o, a unica talvez em todo o mundo. Haverá instituições porventura mais grandiosas, cercadas com alto renome e prestando tambem relevantes serviços á humanidade. Mas o que não ha dê certo é um agrupamento de tantos asylos, de tantos auxilios, acudindo á creança desamparada, á viuva pobre, aos velhos invalidos, aos enfermos, aos alienados, aos surdos-mudos emfim!
>
> E todos estes estabelecimentos, fundados e mantidos pela caridade, são administrados com a mais santa dedicação, e sem que os poderes publicos para tudo isto concorram com uma pequena parcella!

Dois annos depois da publicação da obra do snr. Costa Goodolphim completava-se data. E em 1900 sahia a publico, dos prelos da Officina Typographica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, premiada na Exposição Industrial Portugueza do mesmo 1897, a *Memoria descriptiva da*

Solemnisação do IV centenario da Misericordia do Porto, 1499-1899, livro cuja impressão se concluiu em 31 de Julho d'aquelle 1900.

Este livro está illustrado com uma estampa em excellente cartão e cuja legenda é esta: «**FONS VITÆ. Quadro allusivo á fundação da Misericordia do Porto.** *Existente na Sala das Sessões da Mesa da mesma Instituição*».

Quadro allusivo á fundação da Misericordia do Porto!

Será?

*

A' roda d'este quadro, seu auctor, quem sejam as pessoas n'elle figuradas, polemica viva se produziu nos nossos recentes dias.

Em 1896, «edição da Misericordia do Porto», impresso na typographia do «Commercio do Porto», se estampou um opusculo intitulado: *Discussão ácerca do presumido author e epocha provavel da pintura do quadro «Fons Vitæ», possuido pela Misericordia do Porto, travada, por meio de correspondencia publicada nos jornaes o «Commercio do Porto» e a «Voz Publica», entre os ex.mos snrs. J. Moreira Freire, de Lisboa* (o snr. Moreira Freire reside em Lisboa, mas é do Porto, como o diz elle-mesmo), *e Emil Pacully, de Baumgarten (Allemanha).* E em 1898, comprehendendo todo o debate, em que tomaram parte, além d'aquelles dois cavalheiros e do

redactor do *Reporter*, os snrs. Duarte Leite, visconde de Soveral e dr. Maximiano de Aragão, appareceu, na livraria de José A. Rodrigues, em Lisboa, um volume em francez: *Un problème d'Art, l'E'cole Portugaise créatrice des grandes écoles, par J. Moreira Freire;* ahi o auctor se occupa ainda dos trabalhos afferentes de Manuel Maria Rodrigues e do snr. Cherubino Lagôa. E' um volume este interessantissimo; saber, perspicacia e engenho alli demonstra o snr. Moreira Freire, e sua intenção patriotica é, então, respeitavel e resultaria soberba. Infelizmente, cuido que labora em engano, como, de resto, analogamente seus competidores, que todos testemunham de relanços de agudeza. Mas, a meu parecer, todos erraram e o problema ficou sem solução.

A qual solução supponho ser esta:

Os principes representados no quadro da Misericordia não são nenhuns reis de Portugal, porque não são mesmo reis de reino algum; e n'este ponto foi uma das scintillas do debate, oriunda essa do snr. Pacully, quando notou que a corôa do principe figurado era uma corôa aberta. O principe é o duque de Borgonha, Philippe o Bom, que morreu em Bruges a 15 de Julho (de Junho, diz o nosso p.e Figueiredo, *Origem da insigne Ordem Militar do Tusão d'Ouro, etc.* Lisboa, 1785) de 1467. A princeza é sua terceira esposa, D. Isabel de Portugal, filha de D. João I, mãe de Carlos, o *Temerario*, a qual em 1457 se retirou do mundo, entregando-se á cura dos pobres e enfermos e exercendo

a medicina pratica, segundo o costume que observa o era das altas damas na epocha seu biographo Vallet de Vireville.

O cardeal no quadro representado é um principe cardeal portuguez, mas não nenhum dos principes cardeaes portuguezes lembrados e discutidos na polemica. E' o principe foragido D. Jayme (ou Jemes, explica o candido Manuel Bernardes, *N. Fl.*, *II*), filho do infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira, que foi feito cardeal em 1456 pelo papa Callixto III e de quem erradamente diz Oliveira Martins (*Os Filhos de D. João I*, «XII — A descendencia do condemnado») que, feito arcebispo de Lisboa, aliás confirmado, no mesmo 1453 (em que fôra eleito para a sé de Arras) na administração do arcebispado, a Lisboa voltara; elle morreu em Florença, onde existe (na egreja de S. Miniato) seu artistico mausoleu, exposto a nossas vistas no tom. XI do *Archivo Pittoresco*, acompanhando artigo, ácerca do dito cardeal D. Jayme, que escreveu Vilhena Barbosa.

O bispo que nos frisam pelo teor no quadro não é nenhum dos bispos portuguezes na polemica aventados, porque, sendo bispo outrosim, na verdade, não foi bispo em Portugal. E' Jean Rolin, filho do chanceller Nicolas Rolin, e que foi bispo de Châlon em 1431 e a esta séde a trocou em 1436 pela de Autun. E' certo que o duque de Borgonha, de quem aquelle era conselheiro, obteve para o filho do seu chanceller a purpura romana, em 1449 diz

Vallet de Vireville. Em 1448 dissera *(Gallia Purpurata)* P. Frizon, e por Nicolau v *(non ab Eugenio, ut voluit Petrus de sancto Juliano)*. Mas sabemos que Jean Rolin accumulava quasi ao infinito os beneficios, o que lhe não tolheu que parte tomasse na *pragmatica sancção*, que condemnou e prohibiu esse genero de simonia. Assim, sobrecarregado já de prelazias, ainda em 1451 fraudulentamente se apossou da abbadia de São-Martinho d'Autun.

A seu lado, o ancião calvo que figura no retabulo da Misericordia e com a mão, marcando, tem entreaberto o livro de Horas que no Louvre está perante elle, é seu pai, esse famoso chanceller de Borgonha Nicolas Rolin, que morreu em 1462, fundador do hospital de Beaune, consagrado em 1451, para o qual o pintor do quadro *Fons Vitæ*, hoje da Misericordia do Porto, pintou (1451-52) o seu *Juizo final*, retabulo celeberrimo, onde estão representados outrosim o duque de Borgonha Philippe o Bom, sua terceira esposa D. Isabel de Portugal, fallecida, a aviso de Ferdinand Denis, em 10 ou 17 de Dezembro de 1471, o bispo Jean Rolin e o chanceller Nicolas Rolin, seu pai. Veja o curioso leitor a excellente monographia do rev.º Boudrot ou seu lucido resumo por J. Carlet. De Nicolas Rolin diz Ch. Bigarne que, após haver provido ao de estabelecer idoneamente sua numerosa familia, ainda quiz erigir uma collegiada na sua parochia, e, pois, a egreja de Nossa Senhora d'Autun foi dotada, em 1450, de doze conegos, quatro chantres e quatro

meninos do côro. Addita que em 1790 se via ainda na sachristia d'esta egreja um retrato do fundador, que estava representado de joelhos aos pés da Virgem. Remata que este quadro em madeira representava ao longe a cidade de Bruges e uma infinidade de personagens. Vallet de Vireville commenta que o quadro de que falla Bigarne parece ser o van Eick, n.º 162, «uma das joias mais preciosas n'este genero, que encerra o museu do Louvre». Conhecimento d'esta obra é facilmente accessivel, mercê de recentissima publicação barata, aos fasciculos *(Les chefs-d'œuvre de la peinture de 1400 à 1800)*, pelo editor Flammarion, de Paris, emprehendida.

Quando ás damas que fazem acompanhamento e roda no quadro da Misericordia do Porto, não são, tal, damas da côrte portugueza; são *béguines*, nos seus trajos e em suas funcções hospitalares e caritativas.

Finalmente, o auctor do quadro deve ser o alludido, isto é Rogerio van der Weyden (1399 ou 1400 segundo Wauters; 1390, segundo Desnoiresterres, talvez *gralha*,-1464), e este nôme liga com os tons de Renascença a que se referiu o snr. Duarte Leite, aliás não desdizendo da dureza ponteaguda das roupagens, resquicio do mór dos defeitos que ao discipulo de João Van Eyck (o qual morreu em 1441, segundo Boudrot; em 1440, segundo Wauters), na phase inicial de sua artistica carreira muito mais, naturalmente, lhe assacam os criticos de suas obras. E o mysticismo que embebe

o retabulo da Misericordia do Porto coaduna perfeitamente com a personalidade do dito Rogerio van der Weyden, a aviso de Salomão Reinach (*Apollo*, 2.ª ed., pag. 218), o unico dos mestres flamengos sinceramente arrebatado do enlevo ideal, «o unico mystico entre tantos pintores de assumptos pios».

Lidas estas linhas, da collecção ingleza que se encontra á venda em todas as livrarias portuenses, *Gowans's Art Books*, o leitor hesitante deve adquirir o n.º 7, *The masterpieces of the early flemish painters*, e deitar um relance de olhos para *O Christo pranteado*, de Rogerio van der Weyden, obra que se encontra no Museu Real, de Berlim, e dá a estampa penultima da collecção. Depois fixará a zona central do Triptyco, do mesmo Rogerio van der Weyden, que existe na Galeria Imperial, de Vienna, e dá a reproducção da pag. 54 da dita ingleza collecção. E logo de per si ha-de decidir.

A pag. 51 da *Memoria descriptiva da solemnisação do IV centenario da Misericordia do Porto* encontra-se uma estampa representando o «Retabulo em madeira existente no Gabinete da Provedoria». E' curioso. Porque, sob as dobras da capa da Senhora da Misericordia, sustentada por anjos, se acolha Clero, Nobreza e Povo. Mas o curioso está aqui: em que o Povo representado o é por uma agachada figura grotesca, rojante, cuja physionomia seja já o rosto alvar (entristecido mas lôrpa, pobre Povo!, explorado e escarnecido, triturado e

achincalhado), cuja physionomia seja já o rosto alvar do Zé-Povinho, famoso modernamente pelo relevo caricatural.

Pouco progressiva toda a nossa lusitana gente, de todo o tempo enkystada na rotina da tradição; as camadas populares não sentindo o estimulo, mercê do negrume da ignorancia.

D'est'arte, pois, cerrando trabalho, é bem pôr ponto, grato, na remembrança do serviço á causa da instrucção popular prestado no testamento do conde de Ferreira, a quem o inspirou o mui distincto portuense cujo nôme fecha assim honrosamente e fecundamente, se seu exemplo servir de licção e modelo, esta apoucada e restricta serie de portuenses illustres.

XII

Complemento e completação

De intenção esta obra se rotulou indefinidamente, poisque seu auctor não se propoz comprehender n'ella, dos portuenses illustres á data de sua publicação fallecidos já, todos elles, porem tam só limitadamente alguns d'entre elles. Confrades em lettras (como os snrs. Eduardo Sequeira, Joaquim de Araujo e José Agostinho) ao auctor indicaram prestimosamente alguns nômes de portuenses benemeritamente dignos de que os avoquem d'um olvido injusto; e o auctor, de sua humilde parte, relanceando o trabalho feito, é o primeiro a constatar-lhe as grandes lacunas.

Começa mesmo por ser, em certo modo, iniquo que entre os portuenses se não contem personalidades que, nascidas fóra do Porto, todavia no Porto é que viveram a sua vida, pensaram e escreveram as suas obras, realisaram os emprehendimen-

tos que os illustraram. Assim, se do portuense Ramalho Ortigão, biographando-o, Eça de Queiroz escreveu que elle nascera no Porto, mas espiritualmente em Lisboa, como se poderá destacar do Porto para Lisboa, onde nasceu aliás, Camillo Castello Branco?

Ao complexo de personalidades marcantes, em determinados periodos historicos e politicos, na sociabilidade portuense, conviria até enfeixal-as em um estudo de conjuncto e, por este teor apontado, era, p. ex., um interessante livro para escrever aquelle que tivesse por titulo: *Os dois Almadas e suas respectivas epochas*. Ahi se destacaria a figura de frei Joaquim de Santa Clara Brandão; ahi se presumiria sobre o verdadeiro auctor do *Trascurato* (tom. I d'esta obra, cap. V, *Francisco Bernardo de Lima*); ahi, principalmente, a mysteriosa rasão da conjura do silencio sobre a personalidade do primeiro Almada nol-a revelaria a obra facciosa *Anecdotes du ministere de Sébastien-Joseph Carvalho, comte d'Oyeras* (sic), *marquis de Pombal, sous le regne de Joseph I, roi de Portugal* («Nouvelle édition à Varsovie, chez Janosrovicki, Imprimeur-Libraire, 1784»), pag. 229, onde se diz da conducta d'elle para com os jesuitas.

Pelo que concerne ás individualidade n'estes tres volumes inclusas, o auctor não pretendeu, d'ellas, determinada e exclusivamente, contar-lhes, pormenor a pormenor, a vida, referir-lhes, passo a passo, a actividade, catalogar-lhes, verba a verba, as

publicações. Seu proposito foi concomitantemente mais restricto e mais vasto.

Mais restricto, porque se reduziu a tentar pôr em destaque certos traços das varias physionomias moraes attentadas. E mais vasto, porque foi fixando episodios, caracteristicos ou impressionantes, da historia geral da cidade. Isto constituiu um artificio de composição, visando a fugir da monotonia d'uma serie de successivas noticias de existencias individuaes, o que daria á obra o aspecto arido d'um fatigante diccionario bio-bibliographico. Nos proprios diccionarios geraes se lucta com a difficuldade de composição n'este lance frisada, e, assim, a moderna *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, quando chega ao artigo que tracta do portuense João Pedro Ribeiro, hesita em face da massa volumosa de enumeração de seus escriptos impressos e remette o consultante para o diccionario especial de Innocencio.

D'outro artificio ainda entendeu dever lançar mão o auctor d'esta obra; elle é da opinião de Voltaire, que tam finamente se entendia n'estas coisas, quando, didactico e desdenhoso, disse que o escriptor aborrecido era aquelle que esgotava o seu assumpto. Na verdade, convem deixar alguma coisa entregue á inquirição da curiosidade propria do leitor, a quem se sollicite com a negaça das meias-palavras e se provoque e acirre com o perrexil de reticencias.

N'esse afan, talvez o auctor abusasse algum

tanto d'este processo ardiloso, de bôa-fé, sem embargo, e de recta intenção. De modo que, annunciando-se um complemento e completação de todas as biographias de portuenses illustres inclusas na obra, evidentemente que com tal prospecto se não queria entender um programma biographico integral. O leitor illustrado sabia perfeitamente bem que para uma biographia critica, assim escrupulosa que minuciosa, inteira e exacta, de algumas das personalidades na obra comprehendidas (como o infante Dom Henrique, como Fernão de Magalhães, como Almeida Garrett, como aquelle João Pedro Ribeiro, como o seu coevo Antonio Ribeiro dos Santos) não bastariam quiçá os proprios tres volumes da obra mesma. Portanto, ao que se mirara no annuncio referido não poderia deixar de ser, como foi, senão tam só a isto: o accentuamento do traço das suggestões esboçadas.

Um caso explica idoneamente o proposito, contido, de resto, no criterio intrinseco a que se subordinou todo o presente trabalho. E' o que se deprehende e decorre da narrativa inclusa no cap. IX do tomo I e tomada de fr. Raphael de Jesus na parte setima da *Monarchia Lusitana*. O capitulo abre por fallar de João Pedro Ribeiro e reporta-se do anterior, que terminara pela referencia a Antonio Ribeiro dos Santos. Tudo com motivo das duas cartas, em verso endereçadas por um amante infeliz e atraiçoado á sua amada, perjura e tambem infeliz. Ella se chamava Violante e o auctor das cartas, a pri-

meira de amor e duvidosa confiança, a segunda de amor e doloroso desespero, suppoz-se ser Egas Moniz Coelho. Em tempos portuguezes nossos iniciaes, taes missivas elle, «primo que dizem era do grande Egas Moniz. . ., aio do. . . Rei Dom Affonso Henriques. . ., escrevia a sua dama, Dama da Rainha Dona Mafalda».

No seu archaico portuguez, para traduzir, são admiravelmente bellas, uma e outra; a segunda é sublime.

Eis a primeira (tomada da *Miscellanea*, de Miguel Leitão de Andrada, na ed. mod. de Innocencio):

Fincaredes bos embora
Taom coitada
Que ei boi-me per hi fora
De longada.
Bai-se o bulto do mei corpo
Mas ei nom.
Que ós çocos bos finca morto
O coraçom.
Se pensades que ei vom
Non no pensedes,
Que chantado em bos estom
E nom me bedes.
Mei jazido, e mei amar
Em bos accara:
Grenhas tendes d'espelhar
E luzia cara.
Nom farom estes meis olhos
Tal abesso,
Que esgravizem os meis dolos
Da compeço.
Mas se ei for pera Mondego
Pois la vom,
Carulhas me fagaom cego
Como ei som.

Se das penas do amorio
Que ei retouço
Me figerem tornar frio
Com'ei ouço.
Asmade-me se queredes
Como lusco
Senaom torvo m'acharedes
A mui fusco.
Se me bos a mi leixardes
Deis me garde,
Non asmeis bos de queimardes
Isto que arde.
Hora nom deixedes, nom,
Que sois garrida,
A sanaom Cristelejom
Por minha bida.

Eis a traducção de Garrett (tomada da reproducção por Theophilo Braga):

Ficae-vos em boa hora
Tam chorada,
Que eu vou-me por ahi fóra
De longada.

Vae-se o vulto do meu corpo
Mas eu não,
Que aos pés vos fica morto
O coração.

E se pensaes que eu vou,
Não no pensedes;
Que unido comvosco estou
E não me vedes.

Em vós meu ser, meu amar,
Que de vós nasce;
Tranças tendes d'espelhar,
Lucida face.

Não quero os olhos voltar
Tam de avesso,
Que os meus males vá contar
Do começo:

Mas se eu fôr para Mondego,
Como vou,
Carochas me façam cego
(Que já o sou!)

Se nestas penas de amor
Com que lido,
Como dizeis, esfriar
O meu sentido,

Amae-me, assim, se quereis,
D'este modo.
Senão, peor me achareis
Cego de todo.

Se vós a mim me deixardes...
Deus me guarde!
Que fareis vós em queimardes,
O que já arde?

Ora, não me deixeis, não,
Que sois garrida!
E, se não, kirieleisão
Por minha vida.

Ai do torvo e triste! Pois,

..... tornando do Mondego, e achando-a casada com hum fidalgo Castelhano, que viera com a rainha Dona Mafalda,.... querem dizer que elle morreo de paixão disso, e que ella, sabendo-o, e porque a Rainha a casara como por força, se matara com peçonha que tomou.

Eis a «outra carta», que Miguel Leitão de Andrada apresenta, que «se achou... do mesmo»:

Bem satisfeita ficades,
Corpo d'oiro,
Alegrade a quem amades,
Que ei já moiro.
Ey bos rogo bos lembredes
Que bos quige,
A que dolos nom abedes,
Que bos fige.

Cambastes a Portugal
Por Castilha,
Abasmades o mei mal
Que dôr me filha.
Granhais-me por Castijanos,
E pestineque,
Achantais-me binte enganos
Que me seque.
Bedes moiro, bedes moiro,
Biolante,
Longe ba o cestro agoiro
Por diante.
Bos bibede hum centanairo,
Muy garrioso,
Que eu me boy para o trintairo
Lagrimoso.
Ah se a bossa remembrança
Ei bier,
Dizei Egas com folgança
Hu xiquer.
Ah se ouvirdes na mortulha
Os campaneiros
Retouçade na mormulha
Os meis marteiros.
Quando ouvires papear
O Castejom,
Lembrebos lhe fige dar,
Ja de cotom.
Ah que bos quige e requige,
Como ber,
A nunca em coisa bos fige
Desprazer.
Nom bos podo mais falar,
Qua nom falejo,
Qua bem podedes asmar,
Qual ey sejo.
Tenho todo o arcaboiço
Sem feyçom
Mas ei bos bejo, e oyço,
No coraçom ;
Bedes me boi descaindo
Nesta hora,
Bos, Amor, fincade rindo
Muyto embora.

E Garrett:

Bem satisfeita ficaes,
Corpo de oiro;
Alegrae a quem amaes,
Que eu já moiro.

Mas peço que vos lembreis
Que vos quiz,
E que penas não haveis
Que vos fiz.

Trocaste a Portugal
Por Castella,
E levaes-me a alma — inda mal!
Que dor hei nella!

Deixaes-me por castelhanos. . .
Que negra sorte!
E teceis-me mil enganos
Por me dar morte.

Vêdes moiro, vêdes moiro,
Violante!
Longe vá o sestro agoiro
Por diante.

Vós vivei um centenario
Mui ditoso,
Que eu me vou para o trintario
Lagrimoso.

Se um dia á vossa lembrança
Eu vier,
Dizei: Egas, tem folgança!
Dizei siquer.

Quando ao meu enterramento
Se tocar,
Revolvei no pensamento
O meu penar;

E quando esse castelhano
Basofiar,
Lembrai-vos que desengano
Lhe fiz já dar.

Ah! que vos quiz e requiz,
Como o vêr!
Em cousa alguma vos quiz
Desprazer!

Não vos posso mais fallar,
Bem me fino, . . .
Bem podeis imaginar
Qual sou mofino.

Tenho todo o arcabouço
Sem feição,
Mas inda vos quero e oiço
No coração.

Vêde, já vou descahindo
Nesta hora . . .
Vós, amor, ficae-vos rindo,
Muito embora.

O pathetico de historia ao mesmo tempo simples e dilacerante, como a inclusa nas trovas d'estas duas cartas maravilhosas (que são, por certo, a mais bella amostra de poesia amatoria que possa exhibir toda a litteratura portugueza, antiga e moderna), de todo o tempo foi sentido; porém a moderna geração da renovação romantica dispoz-se a aproveital-o, porém não se acingindo; pelo contrario, consoante era seu deploravel sestro, amplificando, isto é complicando. O caso nutre a substancia do romance de *O Bobo*, de Alexandre Herculano, onde ha aliás paginas descriptivas soberbissimas, qual a da festa selvatica. No todo, structivamente, ou episodicamente, de passagem, aquelle desastre amoroso foi transferido para a scena.

Desde 1859 que, dos prelos da Imprensa da Universidade, sahira em Coimbra o «drama original

portuguez em 5 actos» *Dulce*, que é o II do «Theatro de Bento Leão da Cunha Carvalhaes, bacharel formado em direito» pela mesma Universidade. Seus personagens são:

FERNANDO PERES DE TRAVA, *Conde de Trava.*
D. THEREZA, *Rainha de Portugal.*
DULCE, órphã e filha de D. GOMES NUNES DE BRABAES.
D. BIBAS, *truão.*
EGAS MONIZ COELHO, *Cavalleiro.*
GARCIA BERMUDES, *Alferes-mór de Portugal.*
GONÇALO MENDES DA MAIA, *Cavalleiro.*
MARTIM EICHE, *Capellão da Rainha.*
FR. HILARIÃO, *Abbade.*
D. AFFONSO, *Infante de Portugal.*
TRUCTESINDO, *Pagem.*
MARTHA ANTUNES } *mulheres do povo.*
SANCHA ANTUNES }
GERARDO ANNES, *homem do povo.*
Conegos de S. Salvader de Souto.
Dois homens d'armas.
Damas de honor — Cavalleiros — Pagens — Povo.

«A acção passa-se em Guimarães em 1128».

No Rio-de-Janeiro, da typ. denominada de J. G. Pontes, sahiu em 1862 o «drama em seis actos, original portuguez, premiado com o primeiro premio no concurso dramatico de 1861 pelo conservatorio dramatico de Lisboa, e cedido por seu auctor á real sociedade amante da monarchia benificente», *Egas Moniz*, por José da Silva Mendes Leal; foi posto no palco, em 1873, no Theatro Baquet, do Porto, pelo portuense Antonio Moutinho de Souza. Teve

*

um successo immenso. Na scena III do acto I, diz o apaixonado, pela versão do dramaturgo-poeta:

Ficae-vos aqui, senhora,
Tam amada,
Que eu vou-me porahi fóra
De jornada.
Vae só meu vulto perdido,
Mas eu não
Que aos pés vos deixo um rendido
Coração.
Caminhos longos intenta
Meu destino;
Lembrae-vos do que se ausenta,
Peregrino!
Se alguma vez a saudade...

Devia ser d'um devaneante effeito para a plateia. Mas como dizem melhor, melhor, melhor, aquelles «çocos», rejeitados pelo proprio Garrett:

Bai-se o bulto do mei corpo
Mas ei nom.
Que ós çocos bos finca morto
O coraçom.

Em Leitão de Andrada, a «çocos» a nota diz: «Tamancas por chapins». Mas melhor, infinitamente melhor!

Melhor ou peor, das trovas, todas, a erudição asseverou e assevera que apocryphas sejam. Todavia, a sua sinceridade, a sua emotividade profunda, a sua generosidade magnificente, a sua espontaneidade de arranque, a sua idealidade de tom, n'uma palavra a sua sublimidade excluem a possibilidade da méra burla d'uma imitação falsaria, erudita. A philologia e a linguistica satisfazem-se; mas a critica, não.

Ora, subito, quem exhibe uma chave conciliatoria, por uma tradição conservada, que aos versos de apocrypha só lhe deixa a assignatura do poeta, explicando assim o anachronismo da personalidade supposta no auctor suppositicio, mas mantendo integra a originalidade da composição poetica? O texto de frei Raphael de Jesus concernente á *Violante* Martins. Claro que *Fernão* (Martins Santarem) não serve. Carece-se de um *Egas*. Buscal-o.

Outros casos, como este, poderia o auctor expender para explanar o systema de composição d'esta sua obra (p. ex. no lance do «coração guisado» de seu amante, comido, sem que soubesse que o fazia, por Gabriella de Vergy, cap. VI do tomo I, *João Baptista Gomes;* no judaismo, insinuado, como hypothese explicativa do *Pedro Sem* que se adaptou a outra, remota, tradição, cap. X do tom. II, *Henrique Ayres Victoria;* etc., etc.); porém este, para typificação e aclaramento, bastará.

E, outrosim, sob a disciplina de analoga norma, ao auctor o leitor curial o dispensará da gravosa faina de additar aqui adminiculos de informes (como, v. g., o referente á modernissima versão da inscripção hebraica de Monchique — cap. XII d'aquelle tomo I, *Fernando da Soledade* —, versão inserta no 3.º volume da *Revista Archeologica* pelo meu sabio antigo condiscipulo da aula de grego regida por Domingos d'Almeida Ribeiro no lyceu do Porto,

o snr. Francisco Maria Esteves Pereira, e apresentada pelo distinctissimo portuense snr. Souza Viterbo, «Occorrencias da vida judaica», no excellente *Archivo historico portuguez*, ahi onde se infira da traducção de J. Bénoliel, a qual foi publicada por o snr. Cardoso de Bettencourt em França não sabia aquelle em que revista; como, v. g., a corroboração que do escripto do snr. Pedro A. d'Azevedo sobre «A marinha mercante do norte de Portugal», em o dito *Archivo*, dimana para as affirmativas do auctor d'esta obra, no presente tomo III, cap. IX, *Alfredo Alves*; etc., etc.) A obra vai já seu tanto pezada. Não a carreguemos inda mais, que de enfadonha acaso assás tenha, sem mesmo taes importunos pejamentos de ultima hora.

Mesmo porque, conforme da sua parte primeiro publicada o exarou Xavier de Carvalho, o publico actual, na verdade, de figuras antigas não cure e, com effeito, unicamente se interesse por seus contemporaneos ou, quando muito, por as physionomias modernas, vivos ou recentemente fallecidos, tão só.

Ora, dos portuenses vivos felizmente, que abundancia de portuenses illustres! Copia de retratos d'estes teria cabida no estudo de que no jornalismo portuense deu escassa mostra, *Os do Lyceu*; e a geração, em que o unico inaproveitado é precisamente o auctor, seria precedida das immediatamente proximas, por egual ferazes.

Então ensejo seria até de, em parte, preencher uma das lacunas d'esta obra presente, no respeitante, é claro, á modernidade, qual aquella, frisada, da iniquidade da não-acolheita para com verdadeiros portuenses, que, todavia, o não fôram de nascença, mas constituiram a ambiencia, mental e moral, portuense.

XIII

Conclusão geral

Resumindo (e augmentando) programma para a obra, em seu anteloquio d'esta exarado, na capa do segundo o summario do terceiro e ultimo tomo dos «Portuenses illustres» determinadamente annunciou para este capitulo da *Conclusão geral* de todo o trabalho a explanação dos seguintes quatro pontos: De como «Portucale» deva, propositadamente, lêr-se *o Porto;* do motivo por que o Porto não consentia fidalgos dentro de seus muros; de como a cidade do Porto nunca foi do Bispo do Porto; dos conflictos com a auctoridade episcopal e sua terminação.

Portanto, vejamos:

Primeiro ponto: **De como «Portucale» deva, propositadamente, lêr-se o PORTO.**

«Portucale» deve, propositadamente, lêr-se o *Porto* afim de se evitar confusões entre a cidade e o districto portucalense, o futuro reino de Portu-

gal; estas confusões estorvam a nitida comprehensão dos primordios remotos, e ellas embaraçaram o douto e perspicaz Frei Francisco de S. Luiz (cardeal Saraiva), na investigação idonea que constitue a preciosa sua *Memoria em que se trata da origem do nome de Portugal e dos seus limites em differentes épocas: quando se separou Portugal da Galliza Romana: quando se chamou reino: e quando os seus primeiros reis tomárão este titulo*, a qual o leitor facilmente consulta em o tomo II (1873) de suas « Obras Completas », publicadas por Antonio Correia Caldeira.

Ahi, uma substanciosa nota condensa a conclusão critica a que chegou o investigador, pelo cotejo similar de Leão, exemplo que elle adduz por ser o que acha mais analogo a Portugal, no ponto de que veio tractando, visto como *Leão* não era nos seus principios mais do que uma cidade, bem assim *Portucale*.

Porém, em a propria lista que a seus leitores exhibe de alguns documentos (dos quaes se serve tambem depois para determinar a extensão e limites do *Reino de Portugal* n'aquelles primeiros tempos do seu nascimento), frei Francisco de S. Luiz não attentou nas suggestões de nossa propria casa dimanando e indicando, conforme, p. ex., na verba quarta (anno 1098) *in Colimbria et Portucale*, em Coimbra « e no Porto »; verba sexta, *Conde* « do Porto » *e Coimbra;* verba dez *Portugale et Colimbria*, « o Porto » e Coimbra. Etc.

A mesma região ampliada, ou provincia Portucalense (Portugal), corrobora a interpretação, pelo realce que frisa frei Antonio Brandão, quando no cap. XI do Livro VIII da Terceira Parte da *Monarchia Lusitana* accentuou que Portugal nunca foi condado, o que se integra com a negativa produzida por Alexandre Herculano, que, no thema seguindo aliás na esteira rotinesca do ensino tradicional, rejeita, comtudo, da tradição a parte referente ao dote de Dona Thereza ou Tareja, como consta da esmiuçada, perspicaz nota VI do Tomo I de sua *Historia de Portugal.*

De archivar seja que Antonio Caetano do Amaral (no tomo VII das *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa) notara que os nômes de *Alvazil*, *Conde*, *Duque*, *Presidente*, *Consul*, *Regente*, *Senhor*, *Domno*, *Imperante* são synonymos, e, acontecendo dar-se muitas vezes á mesma pessoa ora o de duque, ora o de conde, ora o de alvazil, consoante outrosim o apontou o mesmo Caetano do Amaral, fica manifesto que os titulos outhorgados a D. Henrique «eram symbolos da auctoridade governativa que exercia, não titulo categorico que por si lhe conferia a auctoridade (Antonio de Almeida, em 9 de Fevereiro de 1837)», podendo-se, assim, pois, voltar a concluir com Brandão que «todos estes titulos não servem mais que de significar como elle era Senhor, a quem os portuguezes reconheciam, sem se inferir d'elles ser o estado de Portugal con-

dado, ducado ou principado», dizendo Brandão ainda que este titulo de Conde «se lhe não derivou da terra de Portugal, mas era titulo que já d'antes lhe convinha», chamando-se assim «ou pelo uso da sua terra ou que em tempos antigos havia estes titulos sem limitação de terras».

E' certo que o padre Antonio Pereira de Figueiredo *(Origem do titulo e da dignidade dos Condes*, Lisboa, 1780) nos adverte de que, restaurada parte d'Hespanha da dominação dos mouros, continuaram os *Condes* a ser, como d'antes, as primeiras personagens da Côrte e da Republica, «uns como Officiaes da Casa Real, outros como Governadores de Provincias ou Cidades». O padre Figueiredo advertira-nos de que em tempos dos romanos não se limitava a administração dos Condes a uma villa ou cidade, como depois praticaram os godos, antes se estendia a toda uma grande região, ou a toda uma grande diocese; o dito padre Figueiredo adeante nos confessa que, depois que Portugal foi erecto em monarchia separada, não sabia elle que, nos primeiros trezentos annos d'ella, houvesse na nossa Côrte outro titulo que o de Condes. Por exemplo: em tempo de D. Diniz, os condes de *Barcellos;* em tempo de D. Fernando, os condes de *Ourem;* em tempo de D. João I, os condes de *Arroyolos.*

Localidades sejam, como de localidades são os condes de *Barcelona* e os condes *d'Urgel* na Catalunha, no seculo decimo; no anno de 873, cele-

brando-se em Oviedo um numeroso concilio dos bispos de Portugal e Galliza, a elle assistiu D. Affonso o Magno, com os Grandes do seu reino, entre os quaes Veremundo, conde de Leão, Sarratino, conde d'Astorga, Paio, conde de Bragança, Hero, conde de Lugo, varios que, de Sampiro, Figueiredo omitte por brevidade, mas não, emfim, Hermegildo, conde de Tui e do Porto.

Portucale se escreva, como Bortkal tambem vimos já, «sobre o rio chamado Dweira» (pag. 98 do tomo II d'esta obra). Portucale se repita, para que Henrique Kiepert *(Manual de Geographia Antiga)*, depois do sediço ranço de que «é da reunião das duas palavras, *portus Cale*, que veio, como se sabe, a designação de *Portugal* para o reino que se erigiu n'essa região», havendo ensinado que ao porto «na embocadura do Douro, se chamava *Cale*, hoje Porto», tenha nota nova e vivaz quando lhe chame, como lhe chama, «o porto de Bracara».

Segundo ponto: **Do motivo por que o Porto não consentia fidalgos dentro de seus muros.**

Era precisamente por isso: — por ser um porto de mar.

Dito isto assim, nú e crú, parece a farça irrespeitosa de um paradoxo aberrante; mas tudo tem sua explicação.

No lance, cumpre justificar, não com argumen-

tos, que poderiam suspeitar-se sophisticos, mas com a positividade inilludivel da referencia a diplomas fidedignos. Ora, estes abundam; no Archivo da Municipalidade se guardam.

Assim, p. ex., para a Era 1406, referencia fixe Januario Luiz da Costa, Julho 3, á Carta Regia mandando guardar ao concelho do Porto as suas Posturas, Accordãos e mercês, de que estavam em posse, dos fidalgos não poderem morar na cidade nem n'ella demorarem-se ou a ella mandarem seus filhos, pelo prejuizo e vergonha que causavam aos seus moradores, que, por a terra não ter campos lavrados, tinham de ganhar o pão *por extranhas terras*, *em viagens longas*. E que os conegos, priores, clerigos, beneficiados e mais pessoas poderosas não podessem morar fóra do castello (circuito da Sé) e dos sitios designados pela Camara (*Liv. Grande*, fol. 38 v.º, col. 2.ª).

Assim, p. ex., para a Era 1417, referencia o mesmo fixe, Janeiro 9, á Carta Regia por que el-rei D. Fernando determina que as mulheres *cujos maridos estejam ausentes* não sejam obrigadas a mostrar os cavallos aos coudeis nem a outras auctoridades, porque os homens, *que eram maritimos*, *ou commerciantes*, *que iam para França e outras terras* [*Frandes* se especifica, como no anterior, consoante (pag. 115) do impresso desde 1881], para evitar serem-lhe mal pensados os cavallos, os vendiam, comprando outros quando chegavam. (*Liv. Grande*, fol. 43).

Assim, p. ex., para a Era 1423, referencia Costa fixe, Dezembro 22, á Carta Regia confirmando á cidade do Porto o privilegio de aposentadoria, que era, quando el-rei vinha á cidade, não poderem os seus ou pessoas poderosas pousar na rua das Eiras e Mercadores nem nas casas das mais ruas em que morassem viuvas honradas ou mulheres casadas *das quaes os maridos estivessem ausentes (Liv. Grande*, fol. 45 v.º, col. 2.ª).

Assim, p. ex., para a Era 1428, Março 3 e 6, respectivamente: Carta Regia, por resolução de Côrtes, confirmando á cidade do Porto o seu uso e todas as vereações que d'isto tractam, a saber para que os fidalgos não possam pousar nas casas dos moradores da rua da cidade em que elle fidalgo tenha casa em que pouse, nem possam fazer ou comprar casa na mesma cidade, nem quinta, ou tirar-lhes cousa alguma, e, se compras feitas haviam, fôssem obrigados a vendel-as e ausentarem-se, e, quando pela cidade passassem, não se demorassem mais tempo que o que determinavam as vereações da Camara (*Liv. Grande*, fol. 47); e Carta Regia confirmando ao Porto o uso que na mesma cidade sempre houvera, *em razão do qual se fez a povoação*, a saber de n'ella se não poderem demorar fidalgos nem para ella virem morar as mulheres, filhas e cavalleiros, nem n'ella fazerem casa ou compral-a, quintal ou quinta; e, se comprada haviam, fôssem obrigados a vender; indo-se contra

este uso, seria deshonra e contra os bens dos seus moradores, *que eram mercadores e por isso ausentes* (*Liv. Grande*, fol. 46 v.º, col. 2.ª).

Era 1436, Abril 12: Carta Regia de resolução de Côrtes a favor da conservação dos privilegios ou accordãos da Camara do Porto para na mesma cidade não viverem, pousarem nem terem predio os fidalgos ou pessoas poderosas, *pelos seus maus costumes*, os quaes accordãos lhe tinham sido confirmados e mantidos pelos grandes e innumeraveis serviços da cidade com a restauração do reino (acclamação d'el-rei D. João 1.º etc.), com o levantamento do cerco de Lisboa e tomada de Ceuta, que por tudo a cidade havia despendido 37:200 libras Affonsinas, 10:000 Francos, 1:500 marcos de prata, uma esquadra de 70 naus e barcas, muita fustalha, e com a batalha de Trancoso e tomada de praças, além de muitos trabalhos, fadigas etc. (*Liv. Grande*, fol. 54).

Era 1454, Fevereiro 22: Carta Regia para que as auctoridades da cidade e todo o reino cumpram todas as cartas de privilegio dadas á mesma cidade e os accordãos d'ella para que não vivessem nem tivessem quintal, casa nem pardieiro na cidade e arrabaldes, nem dos privilegios e franquezas da dita cidade podessem gozar poderosos, a saber fidalgos, mestres d'Ordens (de S. Thiago, Christo e Aviz, do Hospital), frades e commendadores das mesmas Ordens, nem donas, priores dos mosteiros, nem frades bentos. E, não o cumprindo as auctoridades,

que os moradores da cidade os cumpram (*Liv. Grande*, fol. 48 v.°, col. 23).

Finalmente, anno 1505, Março 17, Carta por que el-rei D. Manuel confirma á cidade do Porto, não obstante tel-os revogado ás outras cidades e villas do reino, o privilegio de não poderem morar no Porto fidalgos, trazendo por exemplo que o duque D. Affonso, irmão d'el-rei D. Duarte, tentando fazer casa no Porto, o não conseguira, a qual confirmação lhe fazia em attenção aos relevantes serviços feitos aos reis e á corôa do reino, pelos quaes obtivera o mesmo privilegio. (*Liv. Grande*, folha 5, antes do «Indice»).

Obliterado estava o motivo d'origem, de modo a o portuense João de Barros (*Geografia D'entre Douro e Minho*), citando Aristoteles, se reportar, «cidadão da cidade do Porto» em 1540, e vivendo ainda em 1553, se reportar, repita-se, de interpretações philosophico-politicas. Declarara, altaneiro:

Começo na Cidade do Porto, que he cabeça da Comarca, e digo que he huma cidade mui notavel, e das principaes deste Reino pelas cousas insignes que tem, a qual está junta ao Rio Douro hũa legoa do mar, onde chegão todalas Naos, e Navios, que vèm de toda a parte a ella: está cercada de muro de cantaria mui forte, que se fez em tempo del Rey D. Fernando deste Reyno, no qual ha trinta torres altas, e fortes, e doze portas, e postigos por onde se serve; tambem tem onde está a Sée outro muro velho, que a cerca, onde primeiro soia ser a Cidade. A Sée foi começada pela Rainha Dona Tareja, molher do Conde Dom Henrique, e ali fes huma doação, ou instituição

em Latim, onde se chama filha do Glorioso Affonso, Imperador das Hespanhas, o qual, posto que assi se chamasse, não se fes delle tal eleição, nem coroação.

Chega João de Barros ao ponto de ter de fallar dos privilegios dos do Porto. Falla assim, depois de haver fallado d'um, differente, que elles tambem tinham, o de certa «merenda de porretas com vinagre»:

Outro privilegio tem esta Cidade, muito grande, o qual he que nenhum Senhor grande possa em ella viver, nem, menos, pousar, senão tres dias, do qual privilegio muito peza aos Senhores, que daquella terra tèm suas terras, que desejão muito viver ahi; em tanto que alguns clerigos fidalgos procurão haver beneficio na Sée, para com isso poderem ahi viver, os quaes os cidadãos consentem em quanto bem vivem, e não alvoroção a terra; e foi esta boa consideração dos antigos, conforme diz Aristoteles nos Politicos.

Mas para quê Aristoteles?

Quando, comesinhamente, os fidalgos tinham *maus costumes*, os portuenses eram *mercadores*, negociando por *paizes distantes*, outros *maritimos* embarcadiços, estavam longo espaço *ausentes*, a carne é fragil e não convenha o lume ao pé da estopa, porque vem o diabo e assopra.

Terceiro ponto: **De como a Cidade do Porto nunca foi do bispo do Porto.**

Pela fluctuação economica do paiz, onde, desde seus primordios, o tom precario foi constantemente

o dominante, na folga intermittente de intervallos curtos, tam escassa a penuria portuense no agudo das crises se patenteava que força era periodicamente lançar mão de expedientes, do typo do que nos indica, p. ex., Era 1407, Novembro 15, a Carta Regia dando ao Porto por termo e logar o julgado de Melres, *para a cidade ter recursos e para melhor se defender e povoar*, pelo que em Melres não tornasse a haver auctoridades senão as postas pela Camara da dita cidade (*Liv. Grande*, fol. 41).

Mercê da escassez assim e da penuria pelo teor, sempre do Porto se tinham ido seus filhos, «a ganhar o pão por extranhas terras, em viagens longas», consoante acima se registrou. E porque tal faziam? *Por a terra não ter campos lavrados.*

E porque é que a terra não tinha campos lavrados? Porque a aldeia do Porto ao Porto não pertencia, mas ao bispo do Porto e, addictos, a seus subditos, a quem, Era 1161, Julho 2, foral D. Hugo fizera, que a pag. 151 ess. do tomo II d'esta obra se veja.

De fórma e geito que, quando no decorrer d'esta dita obra, ao assumpto referencia se haja feito, e não poucas e incisivas vezes, repare-se em que, adrede, o auctor se serviu da expressão «cidade do Porto», poisque o engano dos auctores tem dimanado precisamente, precisamente, da confusão que teem feito entre a cidade ou villa de Portucale, ou

portucalense, e o burgo portucalense, julgando uma e a mesma coisa o thema quando n'elle ha duas e diversas. Uma, a cidade ou villa de Portucale (o Porto). A outra, o burgo de Portucale (isto é, a aldeia, o arrebalde, o suburbio de Portucale, ou do Porto).

A primeira, a cidade ou villa do Porto, nunca foi do bispo do Porto; ella foi sempre do rei de Portugal. A segunda, isto é o arrebalde, o suburbio, a aldeia, o burgo do Porto, esse é que foi, durante determinado periodo, do bispo do Porto.

Canaes (de quem, no Anteloquio, a referencia, por demasiado contracta, ainda se aggravou pela queda, na revisão, de phrase incidental complementar, excepto, é claro, para quem, de si, a completasse, reportando-a do anti-regalismo d'elle Canaes alludido), dizendo das cidades que teem arcebispo ou bispo, do Porto disse que:

Todas as povoações ao norte do Douro receberam a nova do Reino dos Céos da bôcca dos discipulos de S. Thiago, e como a pregação não teve limites em respeito a logares tão restrictos, como a jurisdicção Pontifical, é possivel que elles fizessem ouvir sua voz em *Calem* ao sul do rio; mas não teve o *Porto* cadeira *Episcopal* senão pelo seculo VI, nem sua jurisdicção se estendeu áquem do Douro senão pelo seculo XII; a, Séde foi collocada primeiro em *Magneto* e depois no *Porto* ficando *Magneto* Parochia, que mais adiante foi Mosteiro, e hoje (1854) é Parochia com o titulo de Santa Maria de Meinedo, na comarca Ecclesiastica de Penafiel: nesta Igreja cessou a memoria de Prelado desde a invasão Sarracena até pouco antes de 881: pelos fins do seculo XI teve larga vacante, e no seculo XVIII se retalhou, apresentando-se á Santa Sé premissas

falsas para estabelecimento de uma nova Igreja dentro dos seus limites, e constituindo-se em 1770 naquella comarca de *Penafiel;* mas não foi por diante a pretensão exaggerada do poder temporal, renunciando em 1779 *Fr. Ignacio de S. Caetano,* unico *Bispo,* que essa *Diocese* teve, e pondo o Santo Padre Pio VI as cousas como antes estavam: o *Porto* foi sempre *Suffraganea* de Braga.

Addita Canaes que *Viator* fôra o primeiro bispo da Egreja Portuense com o titulo e residencia em *Meinedo;* no Synodo terceiro Toledano apparecera *Constancio*, com o titulo *Portugalense*, e com elle subscrevera, pondo egual titulo, *Argiovito*, que então abjurou a heresia ariana, permaneceu coadjutor do catholico, mais antigo, e lhe devia succeder, se sobrevivesse; depois haviam-se seguido interpoladamente *Felix*, que no Synodo decimosexto Toledano foi promovido á Metropole Bracharense; *Justo*, que presidia em 881; *Ermigio*, em 922; *Sesnando* de 1048 a 1075; *Hugo*, desde 1112, que conseguira ampliar os limites de sua diocese ao sul. Prosegue Canaes até (desde 19 de Junho de 1843) *Jeronymo José da Costa Rebello;* e varios dos pontos em que toca, como o de «Argiovito-Constancio», n'esta obra (tomo II, cap. VII) tocados fôram tambem.

Mas, no lance a que chegado está o leitor, o que cumpre frisar ainda uma vez é que, dada a independencia e constituido o reino de Portugal, nunca a cidade do Porto pertença foi do bispo portuense.

Do bispo do Porto foi, tão só, a aldeia do Porto, a cercania da cidade, o burgo portucalense.

Que, com toda a nitidez, para sua data, bem que a nós nos custe a decifrar a onomastica topographica, cahida em desuso e obliterada na reminiscencia collectiva, está marcado na doação de D. Thereza (pag. 148-149 do tomo II d'esta obra) e no ampliamento de D. Affonso Henriques (pag. 150-151 do mesmo tomo).

Quer o leitor saber o que era, na villa do Porto (que foi sempre do rei de Portugal), o burgo do Porto (que, durante determinado periodo, do bispo do Porto foi)?

Pois desdobra sobre a sua meza de leitura a *Planta da cidade do Porto referida ao anno de 1903*, publicação feita pela Municipalidade Portuense e que se encontra á venda, por modico preço relativo, nas lojas de livros da cidade. Depois, tomando um lapis azul, põe-se cotejando com os dizeres dos diplomas, segundo as respectivas laudas do tomo II d'esta obra acima apontadas; vai traduzindo e transferindo para as designações actuaes, e logo, com seu lapis azul, segue marcando o desejado contorno, linha envolvente, maior que a envolvida, da antiga restricta villa régia ou cidade municipal do Porto, no ex-burgo comprehendida.

Este afan lhe servirá de entretenimento a seu ocio curioso.

No anachronico, obsoleto e archaico, a difficuldade (que seria irremediavel, a produzir-se) está no

ponto-de-partida. Porém aqui, felizmente, o ponto-de-partida acha-se claramente marcado. E' a *Noeda* (Lueda), hoje a *Noeda* de baixo (logar de Azevedo), não marcada n'aquella Planta, e não a *Noeda* de cima, na Planta marcada; hoje ha duas Noedas, como ha Campanhã de baixo, Campanhã de cima. Bem: Lueda, *Noeda.*

Pinho Leal confunde-se logo; põe um duvidoso ponto de interrogação depois de Lueda, quando não tem duvida nenhuma de que é Noeda. E, em compensação, explica, erroneamente, na esteira, que não accusa ahi, do portuense frei Manoel da Esperança *(Hist. Seraph.*, Part. I, liv. IV, cap. V, 4), que S. Pedro é *de Miragaya.* Isto nos faria abandonar a pista. Estavamos perdidos, andariamos á tôa. S. Pedro aqui é o sitio de S. Pedro, marcado na Planta da cidade, n'esse conjuncto que a doação diz que em portuguez se chama *Lueda (Luneta)*, a *Noeda.* S. Pedro de Redondella, diz a Inquirição de Affonso III, tomo V das *Dissertações chronologicas e criticas*, de João Pedro Ribeiro, pag. 292. *E Rotundella*, etc., diz a doação de D. Theresa, pag. 17 do *Corpus Codicum.* A censura de frei Manoel da Esperança á traducção *Com a Egreja de S. Pedro de Redondella* feita pela *Monarch. Lusit.* (p. 3, l. 9, c. 4) e pelo *Cat. dos Bispos do Porto* (p. 2, c. 1) resulta improcedente aliás. O *Crasto* por hi, para S. Cosme, nos apparece na carta chorographica do districto administrativo do Porto, pelo engenheiro Augusto

Kopke Severim de Sousa. As *piscaryas*, as «pesqueiras» de Pinho Leal, as continuam a fazer os de Valbom, e a festa a S. Pedro, dos pescadores, do savel peculiarmente, da capella velha de S. Pedro, na Noeda de baixo, ha coisa de vinte annos se transferiu, por commodidade da gente, para a nova capella, de Valbom propriamente, construida, por subscripção e a expensas completadoras do snr. Julião Gonçalves.

Emprehendendo viagem atravez a referida Planta, quiçá não seja nem mui aventurosa nem desmedidamente temeraria, porque a felicidade continúa propiciando-nos. Succedem-se, em fausta promessa de fechar circuito, os pontos de referencia, na onomastica topographica, pelos sitios, de nós conhecidos, por conservados sem deturpação irreconhecivel ou até integros.

Assim, *Noeda*, d'onde partimos, da beira-Douro, logicamente, isto é do rio, ribeirinho, de Campanhã, cerca do Esteiro, onde desagua o Rio Tinto, de que derivou. E' o *ribeiro de Conairo*, de Pinho Leal, o *Conari Rivulum*, da doação; o *caneiro*, como lhe chamam no sitio. D'ahi, *Paranhos* («Parâmos»). Temos as *Barrocas (Baresa)*. Temos «a Arca-Velha que está junto á fonte», isto é o ponto onde rebentou ha pouco a mina («fonte de ha mais de cem annos», diz o povo por alli) e anda agora em obras (rua da Egreja). Temos a nossa actual, bem conhecida, *Arca-d'Agua* da actual feira de S. Miguel. Temos o monte chamado *Pé de Mulla*

(Monte Pedral). Temos o *Monte Captivo*, e onde parte Cedofeita com Germalde.

D'ahi, á *Cortinha de Frades;* na rapida perda de memoria dos nômes e substituição d'elles, já nas Inquirições de D. Affonso III, da era de 1296 (pag. 46, nota, das *Memorias para a historia das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*, etc.), *Cortinam, que fuit Petri Feo, Maiordomus*, na linha dos «campos de Cedofeita». Theodomiro frisa Pinho Leal que foi quem «dedicou esta egreja [de Cedofeita] a S. Martinho, bispo de Tours, estabelecendo-lhe, com rendas para a sua sustentação, uma collegiada de conegos, que por muitos annos viveram em communidade e conventualmente, observando a regra de Santo Agostinho; mas, pelo decurso do tempo, alcançaram bullas apostolicas, para viverem separados e em casas proprias. (O mesmo se deu com todos os conegos das differentes cathedraes do reino).» Na Inquirição de D. Affonso IIII (1386) (ibid., pag. 295) menciona-se «o viso da Regada», o *Regado;* e dos portuenses alguns conhecem a rua dos Burgães, o monte de Burgos (*Bulgos* na carta do tenente-coronel Moreira) etc.

Da Cortinha de Frades até ao *Canal Maior* (?), assim como corre ao rio Douro.

Na sua confirmação e ampliação da doação de sua mãe D. Thereza, ou Tareja, á egreja de Santa Maria da Sé do Porto, D. Affonso Henriques é mais minucioso.

Seria pleonasmatico republicarem-se taes quaes ou corrigidas essas demarcações dos limites do couto, já estampadas aliás a pag. 150 do referido tomo II d'esta obra.

Para nossa pressa prolixo, o diploma obscurece e atrapalha; porém o essencial — o ponto-de-partida, *Luêda*, *Lueda*, *Luneta* **(Noeda)** — encontrou-se; e, cravadas as bandeiroletas dos alfinetes encaminhantes nos varios pontos de referencia, descobertos, o desenho completa-se e a inquirição ultima-se.

Pois, quanto ao ponto-de-chegada — o *Canal Maior* —, por que foi que acima se lhe inflingiu o estigma da incerteza?

Ouça-se Pinho Leal:

Rio da Villa é um riacho que, vindo do alto d'esta cidade e passando ao nascente da rua das Flores, por onde estiveram os *Aloques da Biquinha* (Os *Aloques* eram uns tanques originariamente de pellames, e depois, até á sua demolição, reservatorio do *lixo* da cidade), de nojenta recordação (principia hoje — 1875 — a ser canalisado em linha recta e abobadado por baixo da rua Mousinho da Silveira, em construcção), entra n'esta freguezia [S. Nicolau] no alto da rua das Congostas e S. João, e, descendo canalisado por baixo d'esta ultima, desagúa no Douro.

Denomina-se *Rio Frio* o riacho que, passando por baixo da Praça do Duque de Beja e do hospital real da Misericordia, corre alguns metros ao poente do chafariz das Virtudes e desaguava no Douro junto á fonte da Colher, e hoje, obliquando para se desviar da Nova Alfandega, desagúa ao nascente d'esta, junto ao sitio onde esteve a Porta Nobre na freguezia de Miragaya.

São, pois, na topographia da cidade do Porto, hoje, e

desde seculos, bem conhecidos e distinctos estes dois riachos — *Rio da Villa* e *Rio Frio*, ou ribeiro das Virtudes: mas mal imagina a geração presente as questões e pleitos que houve out'rora durante seculos, a contar do principio da monarchia, entre os bispos e cabido do Porto de um lado e os reis e collegiada ou mosteiro de Cedofeita do outro, por causa d'estes dois regatos!...

Na doação que D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, fez do couto do Porto ao bispo D. Hugo e seus successores, se limitou o dicto couto: — « per a porta do puaaço de gracia gonçalves, des y aas pedras ficadas e des y, per paramos, aa barrosa, e des y aa arca velha, que he a par de a fonte, e des y aa outra arca, e des y aa pedra fretada, e des y ao monte que chamam pee de mua, e des y pello monte de Cativos, e des y *como parte Cedofeita* com Germadi, e des y pella cortina dos frades, e des y *aa caal mayor, como vay entrar no Rio de doyro* » etc.

Era, pois, limitado o couto do Porto a sudoeste pelo *Canal Maior*, a partir com Cedofeita; e é provavel que nos tempos de D. Hugo e de D. Theresa aquelles limites fôssem sufficientemente claros; mas com o decorrer do tempo se tornaram duvidosos e fôram causa de infinitas demandas, principalmente o *terminus, Canal Maior*.

Pretendiam os bispos que o *Canal Maior* era o ribeiro das Virtudes ou *Rio Frio*, e, pelo contrario, sustentavam os reis e o mosteiro de Cedofeita que o Rio da Villa era o Canal Maior mencionado na doação de D. Theresa, e que os bispos queriam injustamente alargar o seu couto até Miragaya, como pretendeu provar-se com a *Inquirição sobre os limites do Couto da Egreja do Porto*, mandada fazer por D. Affonso IIII na era de 1386 (1248 de J. C.), que se encontra no livro grande da camara do Porto, fl. 1 v., e de pag. 292 a 298 nas *Dissertações chronologicas e criticas* de João Pedro Ribeiro, livro 5.º — mas (a pag. 298) accrescenta este judicioso e muito auctorisado escriptor: « N. B. Os depoimentos das testemunhas n'esta Inquirição se conhecem manifestamente affectados e até falsos, por

muitos documentos incontestaveis, e especialmente pelo que em contrario tinham jurado doze testemunhas contestes, noventa annos antes, nas Inquirições do snr. D. Affonso III, da era de 1296. Póde ver-se o seu depoimento no artigo — *Portus* nas memorias de Inquirições (São do mesmo auctor João Pedro Ribeiro), impressas em 1815, pag. 45, nota 2.ª, como egualmente pelo juramento d'outras, nas mesmas Inquirições, no artigo — *S. Cruçis Madie*..... »

Resumindo a situação, Pinho Leal remata assim:

Em quanto o velho *burgo* do Porto se circumscrevia ao pequeno povoado em volta da Sé, pouco importava que os limites do couto fôssem até Miragaya, ou não passassem da Biquinha, por que o espaço intermedio eram fojos, montes e olivaes, — terreno de pouco valor e quasi deserto; mas, ao passo que a população se desenvolvia e aquelle terreno se povoava, surgiram as questões de limites e se aggravaram, na proporção do desenvolvimento da cidade, do augmento do valor d'aquelles terrenos, hoje cidade compacta. Eis o motivo por que nos seculos 13 e 14 tanta importancia ligaram os bispos e reis áquelles dois regatos.

Em 1875 ainda a cidade não era compacta por toda a delimitação da doação de D. Theresa; ainda o não é hoje em 1908. A Areosa, Contumil, só modernamente se metteram dentro da estrada da circumvallação do Porto. Como seria esse, pois, o motivo da importancia de «aquelles dois regatos» nos seculos XIII e XIV?

O circumscripto no «pequeno povoado em volta da Sé» não era «o velho *burgo* do Porto»; e Pinho Leal não deu a devida attenção á propria designação «Rio *da Villa*», aliás eminentemente indicativa,

como ess'outra, tambem não olhada, «Cimo *de Villa* (*da* Villa, na est. de Rebello da Costa)».

Entendendo-se pelo burgo do Porto a cidade do Porto, chega-se a esta conclusão, disparatada e logica, de que «o velho *burgo* do Porto» do tempo de D. Theresa era incomparavelmente, a certos, amplos aspectos, maior do que «o velho *burgo* do Porto» que nos amostra a estampa (T. S. Maldonado delin. Porto; Godinho sculp.) de 1789, da *Descripção, topographica e historica, da cidade do Porto* pelo padre Agostinho Rebello da Costa. O padre Agostinho Rebello da Costa, em 1789, da cidade do Porto entende que seu ambito, «para o fazer assim mais comprehensivel ao conhecimento do leitor», elle o divida «em cinco Bairros; a saber dous, que estão dentro dos seus Muros, e tres nos arrebaldes immediatos». D'estes dos arrebaldes, o terceiro era

o grande Bairro de Santo Ildefonso, que fica ao Norte e, principiando do Senhor do *Bom Fim*, finalisa nos *Assentos das Virtudes*, incluindo toda a Rua Nova de *Santa Catharina* até á *Neta*, e *Bom Jardim*, todo o largo, e Ruas das *Hortas*, *Almada*, até á *Senhora da Lapa*, e voltando por Santo *Ovidio*, passa aos *Ferradores*, *Cordoaria*, *Assentos das Virtudes*, aonde se termina.

Pois em tempos de D. Affonso Henriques a cidade do Porto pertencente ao bispo, «o velho *burgo* portucalense» episcopal, ultrapassava — ex. *Esperola* = *Esprella* — a actual estrada da circumvallação!

E' um flagrante absurdo, que exige interpretação.

O olhar para um mappa idoneo fornece-a.

No preambulo vibrante do *Corpvs Codicvm latinorvm et portvgalensivm eorvm qvi in archivo mvnicipali portvcalensi asservantvr antiqvissimorvm ivssv cvriæ mvnicipalis editvm, Diplomata, chartæ et inqvisitiones* (Tomo I, 1891, onde se deu á estampa, no mór trecho, o *Livro Grande)*, avisadamente lamenta o snr. José Caldas a falta d'uma carta comparativa do Porto, como as ha, que cita (pag XXXIV), para Paris, Vienna d'Austria, Roma.

N'esta penuria, o leitor, se quizer não se restringir á carta que lhe ficou apontada atraz, depois de relancear as folhas da carta itineraria do Estado-Maior e da carta, magnifica, da Commissão Geodesica, fixa especialmente seu exame na *Carta topographica da cidade do Porto*, referida ao anno de 1892, dirigida e levantada por Augusto Gerardo Telles Ferreira, coadjuvado pelo portuense Fernando Maya. O auctor d'esta obra chispas de luz obteve da *Carte topographique militaire* das linhas e fortificações, constitucionaes e absolutistas, pelo tenente coronel d'engenheria Moreira.

Na identidade da zona topographica, o criterio da parecença da graphia e do sonido é que enveredará, nos meandros, p. ex., do tumulto barbaro das ampliações de D. Affonso Henriques. Assim, *Esperola*=*Esprella*, já supra apontado. E analogamente.

Completado o desenho e ultimada a inquirição, resta estabelecer decisivamente a corroboração a que, na polemica acima, se recorreu, isto é resta confrontar depois detidamente o burgo portucalense com a villa portuense em um mappa da antiga primeva cidade do Porto.

E a demonstração fica conclusa.

De resto, custa a crêr, é inverosimilmente fabuloso que, durante não annos mas seculos, ninguem, ninguem, nem uma só pessoa reparasse na incongruencia que attribuem á esposa do conde Henrique, a qual, aliás, todos os historiadores são accordes em dizer que continúa a politica de seu marido. A D. Thereza ou Tareja Oliveira Martins politicamente a qualifica, d'ella escrevendo que:

> No meio das agitadas circumstancias do seu breve governo, não deixou abandonadas as conveniencias proprias, como dona e senhora do Estado portuguez.

E, sem embargo, não só ella á soberania da por que digamos capital de seu reino a cederia de mão beijada a um padre francez mas seu filho, o fundador da dynastia, o conquistador incansavel, não se contentaria com acquiescer a este desproposito. Ainda não satisfeito com tal dislate, amplial-o-hia. Mas amplial-o-hia como? Pois, se «o burgo episcopal portucalense» é a cidade do Porto, como poderia *ampliar* D. Affonso Henriques uma doação que já o era do *todo*?

N'este alqueive de enormidades, é cada cavadella cada minhoca.

E peza ter de dizer que a maior responsabilidade na popularisação moderna d'estes absurdos, e seus affins, cabe a Alexandre Herculano, de que caracteristicos sejam os textos, dos volumes II e III da sua *Historia de Portugal* e da novella *Arrhas por foro de Hespanha*, nas «Lendas e narrativas», compilados pelo snr. Alberto Pimentel para o seu muito interessante livro de *O Porto na berlinda*, logo de introito, cap. I (pag. 2-5).

Mas ponto está que um erro, por mais flagrante, o fixe em escriptura idonea escriptor de auctoridade para que não haja já valer-lhe. Entra na circulação geral. Constitue verdade irrefragavel. E reproduz-se, das mais imprevisiveis e insolitas maneiras mesmo.

Para um engano d'estes, de curto alcance e parco porte, mas typico e significativamente exemplificativo no seu tanto, a presente obra pode fornecer demonstrativa impressão.

E' no cap. III do primeiro tomo (O infante *Dom Henrique*). Ahi se toma de Azurara o quadro dramatico da venda dos escravos em Lagos.

Elle deu motivo a um erro capital de Ferdinand Denis, a quem, relatando-o, se refere com superioridade bonhomica mas escarninha o Visconde de Santarem. Procure o leitor o opusculo de *Algumas cartas ineditas*, com uma introducção e notas por Vicente Almeida d'Eça, publicação da Sociedade de

Geographia, feita em Lisboa ha dois annos, em 1906. E' na carta de 13 de Fevereiro de 1846.

Diz o visconde:

> ....., passarei a indicar-lhe [a seu sobrinho] que Mr. Ferdinand Denis (excellente pessoa) e que passa em Portugal por ser a melhor auctoridade em cousas Portuguezas, segundo a *Jovem Lusitania,* pois é justo que se dê este nôme a Mr. Hercolano e á sua escola, Mr. Diniz, digo, que traduziu *Ethiopes desta terra,* da Chronica de Azurara, por *Taupes de la Terre,* pecadilho que Mr. Magnin citou no Journal des Savants, etc.

A referencia não nos apparece rigorosa. Vê-se que o Visconde de Santarem se topava citando de memoria. Se bem que Ferdinand Denis escreveu *taupès de la terre*, Azurara não fallou de *Ethiopes desta terra.*

Azurara estava fallando da nefanda venda dos captivos, dos quaes alguns eram «tam negros como ethiopes»; e Ferdinand Denis, em vez de traduzir: «aussi noirs que des éthiopes», traduziu «aussi noirs que les taupes de la terre».

Porquê? Vel-o-hemos.

Entretanto, vejamos:

O «peccadilho» de Ferdinand Denis foi commettido no tomo II, pag. 46, das *Chroniques chevaleresques de l'Espagne et du Portugal*, 1839 (Paris, Ledoyen) ou 1840 (Paris et Leipzig, chez Desforges et Compagnie).

Está bem: numero redondo, cerca de trinta

annos depois, surge obra de grande auctoridade no thema, e da qual o exemplar da Bibliotheca do Porto tem, no alto do ante-rosto, offerecimento como segue:

To the Library of the City of Oporto. With the author's respects. R. H. Major. British Museum. Febry. 7 th. 1868.

Pois ahi, *The Life of Prince Henry of Portugal, surnamed the navigator; and its results*, por Richard Henry Major (London, 1868), a pag. 179: *as black as moles*, o mesmo despauterio de Ferdinand Denis.

Está bem: oito annos adeante, da obra de Major (onde, no concernente á tentada rehabilitação, contra F. Schoell, dos portuguezes, absolvendo-os da «triste honra de o (trafico dos negros) haverem imaginado», nada mais fez o escriptor britannico do que seguir e copiar a lusitana *Nota* (1829) de Dom frei Francisco de S. Luiz, *Obras do Cardeal Saraiva*, t. v, pag. 325 ess.) sahe em Lisboa, 1876, uma traducção portugueza, por José Antonio Ferreira Brandão.

Pois ahi, *Vida do infante D. Henrique de Portugal appellidado o Navegador e seus resultados*, a pag. 237: «tão negros como toupeiras», o mesmo despauterio de Ferdinand Denis e, depois, de Richard Henry Major.

E, comtudo, o traductor portuguez (a pag. IX de seu Prologo) dissera assim:

Posto procurassemos ser escrupuloso em traduzir exactamente os pensamentos do auctor, consultámos muitas vezes nos originaes portuguezes as passagens que citava e vertia para a sua lingua, não só para transcrever na propria phrase dos nossos historiadores os trechos designados, como para verificar factos e datas a respeito das quaes ha divergencias de opinião. E como não tivessemos ainda assim a consciencia de haver executado trabalho perfeito, attenta a exiguidade de nossas forças, achamos indispensavel que fosse examinado por quem tivesse profundo conhecimento, não só da lingua de que traduziamos, como em especial da nossa historia maritima, e devemos á grande illustração e benevola solicitude do marquez de Sá da Bandeira a douta revisão do nosso humilde trabalho.

Ora, d'onde procedeu o engano inicial de Ferdinand Denis?

D'uma simples má graphia. Que o leitor pode hoje verificar, de per si, consultando a *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita . . . pelo chronista Gomes Eannes de Azurara; fielmente trasladada do manuscrito original contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, e dada pela primeira vez á luz pela diligencia do Visconde da Carreira, ...; precedida de uma introducção, e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarem, etc., Paris, Publicada por J. P. Aillaud, 1841.*

A pag. 133, deparará com a causa do errro: «tam negros come tiopios». *Come tiopios. Tiopios. Taupes*, traduziu Ferdinand Denis. *Moles*, retraduziu Henry Major. *Toupeiras*, reretraduziu Ferreira Brandão.

*

Quando: Come tiopios = Como etiopios.

Assim, analogamente: burgo = villa = cidade.

Quando burgo = bourg, faubourg = borough = aldeia, suburbio, arrebalde.

E logo tudo fica claro.

Quaesquer que possam ser, mesmo, as indecisões de detalhe, como para essa «Miragaya» *(Canal Maior)* que cantou Garrett.

Assim, o auctor anonymo (portuense nato, sabemol-o, porque o diz), lido e arguto, de interessante serie de artigos «O burgo do Porto», estampados, em 1882-1883, nas columnas de uma revista popular portuense, *O Camões* intitulada (III-IV annos), em o do numero 109, sustenta que o *Canal Maior* é o Rio da Villa, vindo a linha de demarcação de d'onde parte Cedofeita com Germalde á Cortinha de Frades, que seria o que hoje é Fradellos. O auctor archivara (n.° 107) que Cortinha de Frades, em outra copia do que a de que usa, se diz *Cartinfeita.* Suppõe-a «Fradellos».

Está, sincero, na crença, porventura affectada, da testemunha «domingue annes des eyras» *(Dissert. chron. e crit.*, v, p. 297), da Inquirição sobre os limites do couto da Igreja do Porto, Era 1386. Appoia-se, de reforço, na doação do couto que á collegiada de Cedofeita fez D. Affonso Henriques, em julho de 1148; mas no embaraço das confusões propositaes e dos equivocos involuntarios não destrinça discriminadamente, antes, pelo contrario, complica esse embaraço, como quando (após frei

Manoel da Esperança, a cujo sizo fez aliás cabal equidade João Pedro Ribeiro) assevera que a egreja de Redondella mencionada na doação «não era senão a de S. Francisco, e ficava nos arrebaldes do burgo». Quando o *burgo* é que são os *arrebaldes* da *villa*, o que ao auctor d'esses artigos lhe decifraria o espanto em que justamente cahe, ao notar (n.º 108) «que D. Thereza levou o capricho a ponto de ceder ao bispo, ou á egreja de Santa Maria, como lhe chama, não só o burgo, mas ainda traçou limites tão largos á sua generosidade que as terras doadas juntamente com elle regulavam, se não excediam, a cidade actual — 1882 —, pois vêmos que a jurisdicção do bispo abrangia até Bouças e Aguas Santas». E quando o texto preciso da doação diz: «ecclesia sancti petri e Rotundella e Busto e Castro *quod a vulgo dicitur luneta*»; e, marcando definitivamente o ponto-de-partida da dita doação, o texto volve a precisar, primeiro: «per *luneta*».

De resto, pouco, ou melhor, nada, para nossa demonstração importa que a Cortinha de Frades seja Fradellos ou flua na linha dos campos de Cedofeita; pouco, ou melhor, nada, se nos dá que o Canal Maior seja o Rio *da Villa* ou o Rio Frio seja. Mesmo que fôsse o Rio *da Villa*, «o qual, como se sabe, corre da cidade alta e vae desaguar no Douro, no sitio da Ribeira, que tomou este nome d'aquelle rio, ou ribeiro», segundo o auctor dos artigos referidos, mesmo que assim fôsse, nem por isso o

burgo episcopal portucalense da doação de D. Thereza deixava de ficar áparte da villa regia portucalense de D. Thereza.

Mas, na verdade, como se percebe que a doação começasse tam longe da Sé por Campanhã e tam perto rematasse pela Ribeira?

A simples analogia não mostra que, começando a E, por Campanhã, rematasse a O. por Miragaya?

O auctor d'esta obra persiste, pois, na interpretação que, seguindo a João Pedro Ribeiro, n'estas laudas, já longas, consignou já. E no ensejo acode-lhe, como em Francfort diria o velho auctor, de figura visando contorno de irregular polygono, de angulo reintrante a lance, e do qual um dos lados seria o curso do Douro, não se tomando conta do berbicacho que vai para o ponto-de-partida da doação, de per si dizer: *in qua quæ verbis minus efficaciter exprimuntur, oculorum sensibus subjiciuntur.* Pelo auctor imaginada, ao prestimoso concurso de seu intelligente e habil camarada de exilio Annibal Cunha lhe deve a realisação.

Assim, pois (do primoroso atelier portuense do eximio artista snr. Marques de Abreu), para mais facil, prompto, pleno entendimento do leitor, ao leitor (communicando-lhe que A é Noeda = *Lueda;* B é Barroca = *Baresa;* C é na Rua da Egreja o que ser deva a *Arca Velha;* D é o Regado = *Pedra Furada;* E é o Monte Pedral = *Pé de Mulla;* F são os campos de Cedofeita = *Cortinha de Frades;* emfim G é o ponto onde o *Canal Maior* vai desaguar,

Rio Frio, em Miragaya) a nitida, se reduzida, estampa que segue lh'a offerece:

Perimetro do episcopal *burgo* (ou aldeia) do Porto
Segundo a doação de D. Thereza ou Tareja

Quarto ponto: **Dos conflictos com a auctoridade episcopal e sua terminação.**

Da beira-Douro em Campanhã á beira-Douro em Miragaya, estava, pois, a villa real cercada

pelo burgo episcopal; e notar isto importa comprehender de golpe o motivo intrinseco dos conflictos entre as duas auctoridades, que não entre as duas populações, a citadina e a sertaneja. Esta, do fôro urbano pretende, de resto, prevalecer-se; em a villa, para com o tabellionato, na vida contractual de que essa seja a legitima magistratura popular, repetem-se os attrictos.

E taes attrictos renovam-se com desazadas composturas, consoante as preeminencias alternadas, já do sacerdocio já do imperio. Assim, Era 1363, Agosto 17: Carta Regia d'el-rei D. Affonso IV que, á vista da queixa do bispo do Porto D. Vasco contra Affonso Rodrigo, explorador ou corrector d'el-rei na mesma cidade, por ter feito inhibição aos notarios do mesmo bispo, manda el-rei que o predito Affonso Rodrigues não impeça aos ditos notarios tractarem dos negocios que lhes competirem (*Liv. Deman.*, pag. 190). Assim, Era 1368, Novembro 2, Carta Regia d'el-rei D. Affonso IV, que, á vista da queixa do bispo e cabido do Porto, contra os juizes d'el-rei, por terem feito inhibição aos notarios do mesmo bispo, manda el-rei aos ditos juizes que se não tornem a metter nos processos e escripturas lavradas pelos tabelliães etc. (*Liv. Deman.*, pag. 189 até 190).

Esses attrictos não são senão aspectos d'uma antinomia interior e profunda, que se firma no antagonismo de interesses, de maneira que laboraria em illusão quem, seguindo, sem perceber certo, na

piugada do auctor moderno (João Antonio Monteiro de Azevedo) da moderna *Descripção topographica de Villa Nova de Gaya*, imaginasse certa má-vontade prejudicante para a cidade do Porto e em favor da nova villa por parte de D. Affonso III. Bem ao contrario. A explicação é outra. E' que a fronteira villa (o quinto bairro d'esses cinco em que divide «a cidade do Porto» Agostinho Rebello da Costa) defeza da villa régia do Porto era, essa *Villa Nova do Porto*, não de Gaya, como o vêmos em 1706 na *Chorographia* do padre Carvalho, Tomo I, Tratado VI (Da Comarca do Porto), cap. III, «Da descripção de Villa-Nova do Porto»:

> Defronte da cidade do Porto, o rio Douro de por meyo, em lugar algum tanto alto está fundada Villa-nova, assim chamada por distinção da Villa velha de Gaya, que lhe fica perto, e da mesma banda; ambas estão na Provincia da Beira.

Juntamente o sabemos do proprio condicionalismo autonomo. Revertendo, pois: —

Assim, Era 1326, Agosto 13, Costa pelo teor registre ainda a Carta Regia d'el-rei D. Diniz e mulher, a rainha (Santa) D. Isabel, filha do illustre D. Pedro, n'outro tempo rei de Aragão, pela qual mudou o nôme á povoação do Porto Velho (dando-lhe o titulo de Villa Nova de Rei (hoje — 1846 — Villa Nova de Gaya), concedendo-lhe seu foral; e d'elle o mais notavel é que militar não possa n'ella habitar, contra vontade dos moradores. Que o ancoradouro será desde Pé de Boi até á mesma villa,

aonde fundeasse metade do numero dos navios que entrassem pela Foz do Douro e n'ella descarregassem. Que outra metade descarregue no porto da villa do bispo. Que el-rei, á custa dos moradores, mandaria fazer-lhe a fonte. Finalmente, dando-lhe, para sua pescaria, as varzeas da Furada e o Arino etc. (Incluida em Carta de 25 d'Outubro da Era 1443. *Liv. Grande*, fol. 73 v.º até fol. 74 v.º).

Discrimina especificadamente o leitor (que, mas com cautela, póde recorrer, para esmiuçar, a vario trecho da serie dos artigos em *O Camões)*, discrimina o leitor especificadamente a origem substancial, pecuniaria, fiscal, do conflicto, cujas peripecias, multiplas, de composições provisorias, protestos, desaccordos, novas concordatas, avolumam em momento vario historico, com D. Affonso IV, como infante e como rei, sirva para exemplo.

Assim, como infante: — Era 1362, Junho 24, Instrumento por que, tendo o Cabido do Porto noticia de que o infante D. Affonso vinha á mesma cidade com idéas de fazer uma composição entre a Sé e a Camara, receando o Cabido que elle infante, pelos pedidos dos poderosos, se inclinaria a invadir os direitos da Igreja, para os dar á Camara, protestou contra o que elle decidisse n'este negocio, como juiz. (*Liv. Deman.*, pag. 171). Na mesma Era, d'ahi a um mez certo, Julho 24, Instrumento do acto a que assistiu a Camara, Bispo, Cabido do Porto e el-rei D. Affonso IV (ainda como infante), que se elegeu juiz etc., em casa de conselho no

convento de S. Francisco dos frades menores da cidade do Porto, aonde o dito infante mandou lêr e publicar, por seu escriptor Vicente João, uma cedula de composição ou conveniencia entre o dito Bispo, Camara e Cabido sobre a jurisdicção civel, crime, eleição de juizes e appelações etc. Na qual composição, as partes, não concordando, pediram seus instrumentos de protestação. (*Liv. Deman.*, pag. 165).

Agora, como rei: — Era 1363, Janeiro 16, Instrumento historico por que o Concelho do Porto, congregado no Convento de S. Domingos, no sitio dos Alpendres, por poder de uma sentença do infante D. Affonso (n'esta data já rei), e confirmada por el-rei D. Diniz, seu pae, elegera a primeira vez dous juizes do seu fôro, para julgarem, tanto no civel como no crime, em nôme do rei, mencionando suas obrigações e as da Camara, declarando-lhes o encargo de não alienarem os rocios, sahidas da villa, os pezos, por outro nôme livras etc. (*Liv. Deman.*, pag. 179 até 181).

No inextricavel embaraço, onde o abuso clerical se estriba no olvido social, invadindo terreno e ampliando jurisdicção, o pleito figura-se interminavel. Porém terminou; logicamente, no acceso de popular procrastinada crise renovadora integral, aquella que succede ao fallecimento de D. Fernando e á enthronisação da cepa da dynastia revolucionaria.

Assim, pois: — Era 1443, Fevereiro 13, Escri-

ptura por que o Bispo e Cabido do Porto cede todo o direito e acção, que tinha na jurisdicção, senhorio e direitos que possuia da mesma cidade *(sic)*, a el-rei, dando-lhe el-rei annualmente, pago pelos rendimentos da alfandega, trezentas mil libras, das que corriam n'este tempo, ou tres mil das antigas, sujeitando tambem el-rei ao prompto pagamento os direitos, que pagavam os tabelliães, fóros e propriedades que breve se edificariam na Rua Nova, a qual de prompto se abria *(Liv. Grande*, fol. 52). E, emfim, na subsequente Era 1444, Confirmação Apostolica etc. da concordancia ou escambo feito entre el-rei D. João Primeiro e o Bispo e Cabido do Porto, pelo qual o Bispo e Cabido larga a el-rei a jurisdicção e direitos etc. que tinha na cidade do Porto *(sic)*, ficando el-rei dando-lhe tres mil libras de moeda antiga, ou seu verdadeiro intrinseco valor em casas que se fôssem fazendo na Rua dos Inglezes (chama-lhe Rua Formosa, commenta Costa) ou n'outra, não bastando aquellas, mandando outrosim levantar o interdicto da cidade, podendo d'ahi em deante celebrar os officios divinos em todas as egrejas *(Liv. Grande*, fol. 137, col. 2.ª).

Assumpto este era, nos seus differenciados inicios e nos seus remates differenciados, assumpto este era para um volume inteiro. Porém não de tom alevantado e grandiloquo, como se caso fôra das pelejas das communas lá-fóra. Parranamente, ao contrario. A' excepção do episodio, esse mesmo avolumado por Alexandre Herculano e Antonio Ennes—tomo II

d'esta obra, cap. VII, «Feudo-tirou»—, as luctas aqui com a Mitra nada tiveram de heroico, pois os burguezes do Porto (isto é, os homens do burgo, da aldeia, do suburbio do Porto), na solidariedade com os homens da villa do Porto, a seguir, envoltos na crescente usurpação clerical, litigantes outrosim, tinham, como estes, as costas quentes com o rei (o Conde de Bolonha, D. Diniz, D. Affonso IV, D. Pedro, sempre). Ainda assim, assumpto aquelle seria para um volume inteiro.

*

Ou antes obra completa cumpre que se faça, a da *Historia do Porto* (onde a desenrolar, explicativo, o aqui condensado ou não-dito, como, p. ex., o motivo — racional e concordante — da doação ao bispo *francez*).

Para essa obra ahi ficam nos tres tomos d'estes esboços d'agora alguns subsidios que talvez não sejam todos elles despiciendos. Quiçá, ao contrario, algumas das suas suggestões resultem aproveitaveis a ulteriores, opportunos desenvolvimentos. E ao auctor isto lhe basta para o remunerar de sua fadiga.

FIM DO TOMO III E ULTIMO

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 02648 6434